



Cynthia Adrielle da Silva Santos

**Posicionamento Ideológico
e Atuações Político-Discursivas da Folha de S.Paulo
no período da Ditadura Civil-Militar Brasileira**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Alessandra de Sá Mello da Costa

Rio de Janeiro
Maio de 2023



Cynthia Adrielle da Silva Santos

**Posicionamento Ideológico
e Atuações Político-Discursivas da Folha de S.Paulo
no período da Ditadura Civil-Militar Brasileira**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Administração de
Empresas da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a. Alessandra de Sá Mello da Costa

Orientadora

Departamento de Administração – PUC-Rio

Prof^a. Cintia Rodrigues de Oliveira

UFU

Prof^a. Denise Franca Barros

UFF

Prof. Marcelo Almeida de Carvalho Silva

UFRJ

Prof. Marcus Wilcox Hemaís

Departamento de Administração – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Cynthia Adrielle da Silva Santos

Mestre em Administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IAG/PUC-Rio) na área de Organizações. Bolsista Doutorado Nota 10 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora de graduação em cursos das áreas de Gestão em diferentes instituições de ensino. Pesquisadora do Grupo Pesquisa Histórica em Administração. Temas de interesse de pesquisa: Estudos Organizacionais Históricos; História e Memória Organizacional; Comunicação e Discursos Organizacionais; Teorias Organizacionais (Perspectivas reflexivas e críticas).

Ficha Catalográfica

Santos, Cynthia Adrielle da Silva

Posicionamento ideológico e atuações político-discursivas da Folha de S. Paulo no período da ditadura civil-militar brasileira / Cynthia Adrielle da Silva Santos ; orientadora: Alessandra de Sá Mello da Costa. – 2023.

312 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2023.

Inclui bibliografia

1. Administração – Teses. 2. Estudos organizacionais. 3. Ditadura civil-militar brasileira. 4. Empresa jornalística. 5. Folha de S. Paulo. 6. Análise crítica do discurso. I. Costa, Alessandra de Sá Mello da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 658

*Às minhas doces avós, Elianai Cardoso e Maria de Lourdes, em memória,
por terem me ensinado tanto sobre força, amor, humildade, generosidade e fé.
Foram esses ensinamentos que me trouxeram até aqui.*

Agradecimentos

Agradeço à Deus, autor da minha vida e dono dos meus dias, por ser meu pai, amigo, provedor e protetor em todos os momentos. Por meio dEle, por Ele e para Ele são todas as minhas conquistas.

À minha orientadora, profa. Alessandra Costa, pela orientação, generosidade, paciência e afeto, desde o mestrado. Alê, querida, muito obrigada por acreditar em mim e me ensinar bem mais que o fazer pesquisa. Que privilégio ser sua orientanda. Sou muito grata por ter te encontrado nessa jornada acadêmica e por poder seguir com sua parceria e amizade.

Aos meus pais, Adriana Cardoso e Luiz Bernardino, por todo exemplo de vida, amor, apoio, suporte e compreensão. Devo tudo o que sou ao cuidado e ao afeto de vocês, por isso jamais poderei agradecê-los o suficiente. Vocês são parte de tudo isso.

À minha irmã, Camille Adrielle, por todo apoio e palavra de incentivo, por me emprestar os ouvidos e ser sempre uma grande parceira de vida. Você me dá mais força do que pode imaginar.

Ao meu esposo e melhor amigo, Victor Augusto, por todo amor, parceria e incentivo nesse processo. Sou muito grata por compartilhar a vida com você. Obrigada por ter me dado todo suporte que precisei. Sem você, a caminhada teria sido muito mais dura.

À minha amiga, Maria Cláudia, pela amizade, generosidade, parceria e orações, sempre.

Às minhas amigas e rede de apoio, Naielly Marques, Renata Quelha, Ana Bauer, Paula Hartmann, Rafaela Silva e Patricia Barcellos por compartilharem desse mundo paralelo que é o doutorado e tornar mais leve e até divertida essa difícil caminhada. É muito bom ter tanto afeto, parceria e troca com pessoas tão queridas e competentes como vocês.

À minha orientadora da graduação, profa. Janaína Simões, por ter sido a primeira a acreditar que eu poderia chegar aqui. Seu incentivo e sua orientação foram fundamentais nesse processo.

Às professoras Cintia Rodrigues e Denise Barros e, aos professores Marcelo Almeida e Marcus Hemais, por aceitarem tão prontamente a compor a banca de avaliação desse trabalho, pela leitura atenta e pelas muitas e ricas contribuições.

Ao professor Renato Lemos pela generosidade em me ajudar a compreender as historiografias sobre o período estudado.

A todos os meus amigos e familiares que me acompanharam nessa jornada, intercederam por mim, me apoiaram e entenderam as minhas ausências. Seguiremos sempre juntos.

Às queridas secretárias do IAG, Teresa Campos e Gisele Notari, por todo cuidado, troca e torcida.

À FAPERJ e à PUC-Rio, pelos auxílios financeiros concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Trilhar a jornada do doutorado com todas as fases que ele exige, sem dúvidas, é uma experiência única. Foram muitos os desafios e as transformações que permearam todo esse processo. E, apesar da escrita da tese ser um processo solitário, não foi sozinha que cheguei aqui. Essa tese é um trabalho de muitas mãos. Mãos que mostraram o caminho, acolheram, abraçaram e me deram o suporte que eu precisava para chegar até aqui.

A cada um de vocês: MUITO OBRIGADA!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Santos, Cynthia Adrielle da Silva; Costa, Alessandra de Sá Mello da. **Posicionamento Ideológico e Atuações Político-Discursivas da Folha de S.Paulo no período da Ditadura Civil-Militar Brasileira.** Rio de Janeiro, 2023. 312p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A pesquisa teve por objetivo identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo - importante empresa jornalística e representante da grande imprensa - ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira. A tese que se defende é a de que o posicionamento ideológico da Folha de S.Paulo, ao longo da ditadura civil-militar brasileira, permaneceu sempre vinculado à sua posição (e visão de mundo) de classe empresarial dominante. Como desdobramento disso, as suas atuações político-discursivas cotidianas foram sempre fluidas, plurais e adaptadas às mudanças políticas, econômicas e sociais do período. Com base na Análise Crítica do Discurso e na Abordagem Histórico-Discursiva (AHD) de Ruth Wodak, foram analisadas 7.021 páginas editoriais publicadas de janeiro de 1961 à dezembro de 1988. A partir das estratégias discursivas identificadas, foi possível (1) periodizar a trajetória discursiva do Jornal em seis momentos distintos; e (2) responder às cinco questões centrais da AHD, observando diacronicamente as mudanças discursivas nos macrotópicos “Democracia *versus* Regime Autoritário” e “Imprensa neutra *versus* Imprensa Formadora de Opinião”. Os resultados encontrados explicitam a atuação do ator político empresarial na sociedade e, mais especificamente, da imprensa. Isso significa que as presumidas objetividade e imparcialidade presentes no discurso jornalístico apenas contribuem para encobrir o trabalho moral e político realizado, no dia a dia, pelos jornais.

Palavras-chave

Estudos Organizacionais; Estudos Organizacionais Históricos; Empresa Jornalística; Folha de S.Paulo; Posicionamento Ideológico; Análise Crítica do Discurso; Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Abstract

Santos, Cynthia Adrielle da Silva; Costa, Alessandra de Sá Mello da. **Ideological Positioning and Political-Discursive Actions of Folha de S.Paulo in the period of the Brazilian Civil-Military Dictatorship.** Rio de Janeiro, 2023. 312p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The research aimed to identify and understand the ideological position and political-discursive actions of the newspaper Folha de S.Paulo - an important journalistic company and representative of the great press - throughout the period of the Brazilian civil-military dictatorship. The thesis defended is that the ideological position of Folha de S.Paulo, throughout the Brazilian civil-military dictatorship, always remained linked to its position (and worldview) as the dominant business class. As a consequence of this, his daily political-discursive actions were always fluid, plural and adapted to the political, economic and social changes of the period. Based on Ruth Wodak's Critical Discourse Analysis and Historical-Discursive Approach (HDA), 7,021 editorial pages published from January 1961 to December 1988 were analyzed. Based on the identified discursive strategies, it was possible (1) to periodize the Jornal's discursive trajectory in six different moments; and (2) answer the five central questions of the AHD, diachronically observing the discursive changes in the macrotopics "Democracy versus Authoritarian Regime" and "Neutral Press versus Opinion-Forming Press". The results found explain the performance of the business political actor in society and, more specifically, the press. This means that the presumed objectivity and impartiality present in journalistic discourse only contribute to cover up the moral and political work carried out on a daily basis by newspapers.

Key words

Organizational Studies; Historical Organizational Studies; Journalistic Company. Folha de S.Paulo; Ideological Positioning; Critical Discourse Analysis; Brazilian Civil-Military Dictatorship.

Sumário

1 Introdução	14
1.1. Objetivo final	19
1.2. Objetivos intermediários	20
1.3. Tese	20
1.4. Relevância do estudo	20
2 Referencial Teórico	23
2.1. Estudos Organizacionais Históricos	23
2.2. História do Tempo Presente	28
2.3. Empresariado e Ditadura Civil-Militar	34
2.3.1. Pré-golpe (1961-1964)	36
2.3.2. A fase inicial do regime político contrarrevolucionário (1964-1967)	41
2.3.3. Disputa sucessória (1967-1969)	47
2.3.4. Acerto visando a transição (1969-1974)	51
2.3.5. O processo de abertura política (1974-1988)	54
2.4. Imprensa como Ator Social e Político	67
2.5. A Grande Imprensa e a Ditadura Civil-Militar	75
2.6. História da Folha de S.Paulo	85
3 A Abordagem Histórico-Discursiva	94
3.1. A Análise Crítica do Discurso	94
3.2. Especificidades da Abordagem Histórico-Discursiva	104
4 Percursos Metodológicos	113
4.1. Questões Ontológicas e Epistemológicas	113
4.2. Coleta das Fontes	114
4.3. Os editoriais	115
4.4. Análise das Fontes	120
5 A Trajetória Discursiva da Folha de S. Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira	126

5.1. Pré-golpe: a serviço da pregação anticomunista (1961-1964)	127
5.2. Após o golpe: os salvadores da nação e a esperança de um país mais desenvolvido (1964)	142
5.3. Fase inicial: do apoio à preocupação com o cerceamento da liberdade (1965-1967)	152
5.4. Autocensura ou alinhamento? A normalização da barbárie (1968-1975)	178
5.5. O projeto distensionista: do reconhecimento da não normalidade democrática à denúncia de censura (1975-1977)	205
5.6. Os (des)caminhos do processo de abertura: de um lado denúncias, de outro absolvição (1977-1988)	218
6 Respondendo às indagações centrais	274
6.1. Democracia <i>versus</i> Regime Autoritário	274
6.2. Imprensa neutra <i>versus</i> Imprensa formadora de opinião	278
7 Considerações Finais	282
Referências Bibliográficas	287
Anexos	304

Lista de Figuras

Figura 1: Fluxograma da trajetória de pesquisa da presente tese inserida na Abordagem Histórico-Discursiva	125
Figura 2: Síntese do primeiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo	141
Figura 3: Síntese do segundo momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo	151
Figura 4: Síntese do terceiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo (parte 1)	176
Figura 5: Síntese do terceiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo (parte 2)	177
Figura 6: Síntese do quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo	204
Figura 7: Síntese do quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo (parte 2)	205
Figura 8: Síntese do quinto momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo	217
Figura 9: Síntese do sexto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo (parte 1)	271
Figura 10: Síntese do sexto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo (parte 2)	272
Figura 11: Os seis momentos da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo durante a ditadura civil-militar brasileira	273

Lista de Quadros

Quadro 1: Premissas da Abordagem Histórico-Discursiva	112
Quadro 2: Síntese da coleta de páginas editoriais publicadas pela Folha de S. Paulo no período estudado	119
Quadro 3: Programa de oito etapas da AHD	120
Quadro 4: Indagações centrais na pesquisa em AHD	122
Quadro 5: Estratégias Discursivas	123
Quadro 6: Síntese das respostas às indagações centrais na investigação em AHD para o macrotópico Democracia <i>versus</i> Regime Autoritário	277
Quadro 7: Síntese das respostas às indagações centrais na investigação em AHD para o macrotópico Imprensa neutra <i>versus</i> Imprensa formadora de opinião	281

Lista de Siglas

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ACD - Análise Crítica do Discurso
AHD - Abordagem Histórico-Discursiva
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CAAF - Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CONCLAT - Conferência da Classe Trabalhadora
CONSEP - Consultores de Empresa
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS - Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social
ESG - Escola Superior de Guerra
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FSP - Folha de S.Paulo
GAP - Grupo de Assessoria Parlamentar
GCL - Grupo de Levantamento da Conjuntura
GED - Grupo de Estudo e Doutrina
GOP - Grupo de Opinião Pública
GPE - Grupo de Publicações e Editorial
HTP - História do Tempo Presente
IHTP - Instituto de História do Tempo Presente
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM - Inquéritos Policial-Militar
LSN - Lei de Segurança Nacional
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN - Operação Bandeirantes
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SNI - Serviço Nacional de Informação
SUNAB - Superintendência Nacional do Abastecimento
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

1

Introdução

Muitas são as áreas do conhecimento — sobretudo pesquisas que partem de perspectivas críticas — que problematizam o argumento de que relações estabelecidas entre empresas e governo, tanto hoje quanto no passado, são neutras ou isentas de posicionamento ideológico e atuações, embates, negociações ou acordos políticos. No campo da Administração estão as áreas de negócios e direitos humanos, de responsabilidade social corporativa e de responsabilidade histórica corporativa (Linstead, Maréchal; Griffin, 2014; Schrempf-Stirling *et al.*, 2016; Barros, 2018; Costa; Silva, 2018).

Nesse cenário, a pesquisa histórica em estudos organizacionais emerge como uma das possíveis formas de identificar e problematizar essa relação entre empresas e governos. Isso porque as pesquisas organizacionais nessa linha baseiam-se amplamente em fontes, métodos e conhecimentos históricos para melhor compreender as organizações em seu contexto sócio-histórico, fornecendo perspectivas alternativas para narrativas hegemônicas (Maclean, Harvey; Clegg, 2016). A pesquisa histórica em estudos organizacionais possui a capacidade de informar a crítica ao desnaturalizar as organizações, enquanto reescreve seu passado, problematiza suas origens e mostra que os pontos de partida não são naturais mas, culturalmente, construídos ao longo do tempo (Costa, Barros; Martins, 2010; Shaffner, Taylor; Durepos, 2021).

No Brasil, um conjunto de pesquisadores organizacionais tem buscado, por meio da pesquisa histórica, uma melhor compreensão acerca das organizações na atualidade, a partir da análise de seu processo histórico constitutivo (ver: Alcadipani; Bertero, 2012; 2014; Barros; Carrieri, 2013; Barros, 2017). Isso revela a disseminação da importância da perspectiva histórica para os estudos organizacionais, considerando as demandas nacionais e seus respectivos contextos. Wanderley e Barros (2019), por exemplo, ao proporem uma agenda latino-americana para a virada histórica nos estudos organizacionais, destacam a relevância de se analisar as práticas organizacionais em regimes ditatoriais. De acordo com os autores, as empresas

— e não somente as instaladas no Brasil — não apenas forneceram fundos para ação militar na ditadura brasileira e criaram grupos de reflexão para disseminação dos ideais golpistas, como também emprestaram suas instalações para a realização de torturas, fornecendo estrutura para os órgãos de repressão.

Nesse campo, as discussões acerca da relação entre a ditadura e o empresariado também tem crescido nos últimos anos (CAMPOS, BRANDÃO, LEMOS, 2020; BASUALDO; BUCHELI; BERGHOFF, 2021). No caso do Brasil, o golpe de Estado de 1964 e a posterior instalação do governo ditatorial são marcados por historiografias que apontam para diferentes perspectivas sobre esses acontecimentos políticos (NAPOLITANO, 2011). Uma das linhas — também adotada nesta tese — ressalta a aproximação empresarial-militar que objetiva a conquista do Estado, ao passo que aponta para o papel da articulação da direita, pautada no empresariado brasileiro, que envolveu militares, governo norte-americano e empresários, resultando na deposição do então presidente João Goulart (DREIFUSS, 1984; NAPOLITANO, 2011; SILVA, 2018).

Mais contemporaneamente, a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹ — que investigou os crimes e as violações aos direitos humanos ocorridos no Brasil no período entre 1946 e 1988, com principal ênfase nos anos da ditadura — e a publicação do seu Relatório Final, em 2014, provocaram uma série de debates que envolveram diferentes setores da sociedade (COSTA; SILVA, 2017; 2018). Um dos setores que têm ganhado espaço nos estudos dedicados à compreensão do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar instalada no país é o da imprensa brasileira ao longo desse período (PERLATTO, 2019).

A grande imprensa pode ser compreendida como um ator social e político empresarial que se configura como uma fonte importante na construção de consensos (CAPELATO, 2014). E, não apenas isso, tendo em vista que a imprensa pode ser uma ferramenta do poder instituído ou de resistência e oposição a esse poder (FONSECA, 2011), de modo que essa relação paradoxal revela que, além de suas funções econômica, comercial e cultural, não existe imprensa sem inserção política. Um jornal pode generalizar um interesse particular e disseminar suas concepções de mundo a toda sociedade, muitas vezes com o interesse de construir um consenso em torno de certas ideias, projetos e bandeiras (GRAMSCI, 2000). A despeito da imprensa se colocar na

¹ A CNV não iniciou, mas ajudou a dar visibilidade a essas discussões sobre as relações estabelecidas entre os governos ditatoriais e empresas.

função de porta-voz do povo, é importante rememorar que ela é um ator social e político, com um viés econômico que lhe define objetivos e metas, visando lucros (SANTOS, 2019).

Apesar do argumento de que relações estabelecidas entre empresas e governo são neutras ou isentas de posicionamento ideológico e atuações políticas ser amplamente problematizado pelas muitas áreas do conhecimento, o desafio perpassa aos estudos que se debruçam sobre as empresas jornalísticas. Isso porque, apesar destas e a política sempre terem sido, em algum grau, interdependentes, as empresas jornalísticas possuem uma neutralidade presumida, no sentido de fornecer um espaço para o discurso público (WODAK, 2009). É, portanto, essa perspectiva de imparcialidade, objetividade e compromisso com a verdade que permite ocultar o trabalho moral realizado pelos jornais, e torna urgente o exercício de reflexão não apenas sobre o posicionamento assumido pelos jornais em diferentes contextos, mas sobre sua atuação política na sociedade.

Nessa conjuntura, torna-se fundamental levantar a discussão sobre a relação cada vez mais imbricada entre o discurso da imprensa e o momento político em que este é produzido, divulgado e consumido, ou seja, pesquisar sobre a atuação político-discursiva das organizações, em especial de empresas jornalísticas e como estas vêm, ao longo dos anos, modificando seus discursos frente aos diferentes contextos políticos, econômicos e sociais. Inclusive porque essas atuações político-discursivas, às vezes, mudam drasticamente. É o caso da Folha de S.Paulo, que passou a adotar, em 2020, o slogan “*Apoie a democracia. Assine a Folha*”, mesmo tendo sido protagonista na desestabilização do governo do presidente João Goulart, deposto pela tomada de poder pelos militares em 1964. Desse modo, seu discurso deve ser, particularmente, investigado como um lugar de poder, de luta e onde a linguagem aparentemente é transparente (WODAK, 2001a).

Luca (2006, p. 138) aponta que, a partir dos anos 1950, uma série de transformações foram introduzidas juntamente à profissionalização dos jornais diários, dentre elas, a consagração da ideia de que o jornal cumpre a ilustre função de informar ao leitor os acontecimentos, “respeitando rigorosamente a verdade dos fatos”. Essa falácia de neutralidade das empresas jornalísticas, de certo modo, camuflou o fato de a imprensa periódica selecionar, ordenar, estruturar e narrar, de uma determinada forma, aquilo que se escolheu como apropriado alcançar o público. Assim, os jornais, como um meio de comunicação,

ajudam a elaborar narrativas próprias ao definir diferentes significados sobre determinados acontecimentos (SILVA, 2009).

A grande imprensa empresarial, portanto, na posição de elaboradora dos registros políticos, corroborou para a definição de marcos temporais que dão destaque a interlocutores (LOHN, 2013). De forma a ilustrar esse argumento, tem-se a construção discursiva do perigo comunista pela grande imprensa nacional, discurso empregado e divulgado de forma recorrente como uma das justificativas para a deposição do governo de João Goulart, em 1964 (ABREU, 2005a). Entretanto, ao longo do regime ditatorial, a situação tornou-se mais complexa e a imprensa começou a se posicionar sobre as demandas por perdão aos perseguidos políticos, e este tema era regularmente associado à proposta de encontrar algum modelo conciliatório para se desvencilhar do regime autoritário (CAMPOS, 2018a; MOTTA, 2021).

Soares e D'Araújo (1994) reforçam que os empresários, que foram atores centrais durante a consolidação do golpe, transformaram-se em críticos de quem estava no poder, a partir do momento em que as restrições começaram a atingi-los, e quando perceberam que havia engajamento por parte da sociedade e de organizações sociais para o fim da ditadura. Nessa conjuntura, textos e imagens publicados em jornais, revistas ou livros como instrumentos midiáticos assumiram e ainda assumem uma atuação fundamental no processo de construção social, influenciando o cotidiano das pessoas (MEDRADO, 2013).

Assim, quando o tema é ditadura militar brasileira, é importante que se saiba que essas interações não foram homogêneas e lineares ao longo do tempo. Pelo contrário, as tonalidades são muitas, desde a inserção de censores nas redações às convergências ideológicas, “dos bilhetinhos que chegavam por telex ou telefone, e aos quais os editores se submetiam, às ameaças econômicas e processos judiciais, das tentativas de resistência ao apoio político e colaboracionismo” (CARVALHO, 2015, p. 399).

Muitas vezes, o mesmo jornal vivenciou diversas dessas situações, em diferentes momentos, durante a ditadura civil-militar brasileira. Tendo em vista que sofrem influência do Estado tanto por ordem financeira (com vantagens ou publicidade oficial) quanto por ameaças ou ações coercitivas, ao longo da ditadura, cada empresa jornalística adotou uma postura diferente, sendo participantes e, também, beneficiária das transformações ocorridas nesse período (MOTTA, 2013; LOHN, 2014; CAMPOS, 2018). Alinhada a essa proposta, nesta tese direciono meu foco de interesse para o discurso da grande imprensa brasileira, assumindo que os jornais, além de instrumentos de

informação, atuaram, e continuam atuando como formadores de opinião, atuando como veículos de manipulação de interesses e de intervenção na vida política (CAPELATO, 2014).

É nesse contexto que assumo que compreender e confrontar o posicionamento e as atuações político-discursivas da Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira permite não apenas desvelar a fictícia relação de neutralidade entre empresas e governo, como problematiza a imprensa enquanto ferramenta tanto do poder vigente como de resistência e oposição a esse poder. Isso porque essa relação paradoxal de apoio ou oposição, independentemente do tipo de regime político que está inserido, reforça o argumento de que não existe imprensa sem inserção política. Logo, esta tese contempla as páginas editoriais do Jornal Folha de S. Paulo, buscando compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas dessa empresa jornalística ao longo da ditadura civil-militar brasileira.

Cabe salientar que a escolha pela Folha de S.Paulo ocorreu devido ao fato desta ser uma empresa jornalística representativa da grande imprensa brasileira, tendo em vista a expressiva capacidade de circulação e a influência que já exercia na sociedade durante o período estudado (MOTTA, 2013; DIAS, 2019). Além disso, a Folha de S. Paulo alinhou-se a grande parte do empresariado nacional, que enxergava o governo de João Goulart como de extrema esquerda e que caminhava para o comunismo, ao apoiar o golpe de Estado em 1964 (DIAS, 2013; CAPELATO, 2014; SANTOS; COSTA, 2019; 2021; 2022). A empresa jornalística também conservou importantes vínculos com o novo governo instalado, uma vez que o governo, conforme cita Dias (2012), anunciava na Folha de S. Paulo de maneira ainda mais intensa que outros veículos de comunicação, além de colaborar com a instalação e manutenção da ditadura civil-militar e com os seus métodos repressivos² (PIRES, 2008). Dessa relação sucede o fato de que a Folha de S.Paulo alcançou lucros significativos com a grande expansão tecnológica da empresa durante o regime ditatorial. E, quando o regime endureceu e iniciou-se a censura nos jornais, a Folha optou pela autocensura (CAPELATO, 2014).

Capelato (2014) reforça, ainda, que, como a Folha de S.Paulo só se posicionou contra o governo na fase final do regime militar, foi menos visada

² O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) traz esse apontamento nominal da Folha de S.Paulo como colaboradora do governo ditatorial, conforme citado por Dias *et al.* (2014, p. 735) no volume 3: “os agentes de repressão colocaram na rua um jipe do Exército aparentemente com problemas e, à volta dele, em um caminhão baú do jornal Folha de S.Paulo estavam escondidos os agentes do DOI-CODI/SP portando metralhadoras”.

pelos militares. Sobre esse momento de crítica ao governo ditatorial, Meneses (2014, p. 231) aponta que a Folha de S. Paulo constrói um projeto de ressignificação da memória e “uma enganosa operação do esquecimento programado sobre sua conduta de apoio e alinhamento com os governantes militares durante quase todo o período em que esses permaneceram no poder”. Para grande parte dos leitores, portanto, o jornal é lembrado apenas pelo engajamento às campanhas das Diretas Já, em 1985.

Além disso, a escolha pelos editoriais ocorre pelo fato destes serem escritos por profissionais designados pela direção do jornal para representar a opinião da empresa (MARQUES, MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018). Dessa maneira, o editorial confere maior liberdade para o jornal expressar seu alinhamento político e ideológico (BOWIE, 2019; MELLO, 2020). Com base nessa discussão, a pergunta norteadora desta pesquisa foi: *Qual o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira?*

Para responder à esta pergunta, a presente tese foi dividida em sete capítulos. Após a apresentação desta introdução, a tese contempla um segundo capítulo que abriga o Referencial Teórico que, com suas seções, dão suporte à esta pesquisa. No terceiro capítulo é apresentada a perspectiva teórica discursiva em que esta tese está ancorada. Em seguida, são explicados os percursos metodológicos trilhados nesta pesquisa. O quinto capítulo comporta a análise das fontes e a proposta de periodização da ditadura civil-militar brasileira a partir das diferentes atuações político-discursivas do Jornal Folha de S.Paulo. Por fim, são apresentados os capítulos de discussão e de considerações finais, respondendo ao objetivo desta pesquisa.

1.1.

Objetivo final

Diante do exposto, o objetivo da presente tese é identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira.

1.2.

Objetivos intermediários

Para alcançar o objetivo final de identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira, foram definidos os seguintes objetivos intermediários:

- a) Construir, a partir da Análise Histórico-Discursiva de Ruth Wodak, um modelo analítico para análise dos editoriais;
- b) Propor uma periodização da trajetória político-discursiva da Folha da ditadura civil-militar brasileira a partir das diferentes atuações político-discursivas do Jornal Folha de S.Paulo;
- c) Construir, com base nos editoriais pesquisados, um acervo arquivístico a ser disponibilizado como fonte para pesquisas futuras.

1.3.

Tese

A tese que se defende é a de que o posicionamento ideológico da Folha de S.Paulo, ao longo da ditadura civil-militar brasileira, permaneceu sempre vinculado à sua posição (e visão de mundo) de classe empresarial dominante. Como desdobramento disso, as suas atuações político-discursivas cotidianas foram sempre fluidas, plurais e adaptadas às mudanças políticas, econômicas e sociais do período. Isto explicita a não neutralidade da atuação empresarial na sociedade e problematiza a imprensa enquanto ferramenta tanto do poder estabelecido como de resistência e oposição a esse poder. Essa relação paradoxal reforça o argumento de que não existe imprensa sem inserção política, e que, pelo contrário, as presumidas objetividade e imparcialidade apenas ajudam a encobrir o trabalho moral realizado pelos jornais.

1.4.

Relevância do estudo

A relevância desta pesquisa reside, prioritariamente, em cinco aspectos. Primeiro, a problematização acerca do posicionamento ideológico de empresas permite que se desvele a fictícia relação de neutralidade entre estas e o momento político que as perpassa, e que se reflita sobre a atuação dessas na

trajetória política do país. Ao assumir que os editoriais expressam o posicionamento do jornal, identifica-se o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas da Folha de S. Paulo nesses momentos históricos, de acordo com seus interesses, em consonância com pesquisadores que trabalham com a imprensa como objeto de pesquisa, e seus editoriais como expressões de seu alinhamento político e ideológico (ver, por exemplo, LUCA, 2006; CAPELATO; PRADO, 1980).

Tendo em vista que a política é entendida como uma esfera que integrou a mídia e que, simultaneamente, faz com que cada vez mais suas operações ocorram por meio da mídia, o segundo aspecto se refere à problematização da atuação político-discursiva de empresas jornalísticas (WODAK; FORCHTNER, 2017b). Isso porque, à medida que a mídia produz e reproduz ideologias e histórias e, os jornais envolvem uma série de estratégias específicas projetadas para chamar a atenção de leitores, ela se coloca como um ator político, isto é, como uma ferramenta muito poderosa de domínio que influencia a sociedade em todas as suas dimensões (MARTIN; WODAK, 2003; CAPELATO, 2014).

Terceiro, em se tratando da contribuição aos estudos organizacionais e aos estudos organizacionais históricos. Isso porque a identificação, a organização e a análise dos editoriais como fontes de pesquisa contribuem para a ampliação do conhecimento acerca de todo o período do regime ditatorial brasileiro e, sobre o posicionamento de um jornal da grande imprensa ao longo deste período, servindo como subsídio para futuros trabalhos de pesquisadores que se interessem pela temática. A utilização desse tipo de fonte em particular também contribui para a ampliação do uso de fontes históricas de periódicos na área de estudos organizacionais.

Para além da disseminação do uso de periódicos como fontes de pesquisa em estudos organizacionais, a presente tese contribui para os estudos organizacionais históricos ao se propor a atender uma temática demandada pela agenda latino-americana da virada histórica, como o estudo do apoio das organizações às ditaduras militares (WANDERLEY; BARROS, 2019). Bem como, a presente tese contribui por meio da construção de um arquivo com as páginas editoriais do jornal Folha de S. Paulo, selecionados e sistematizados para essa pesquisa, para ser publicado e disponibilizado como fonte para pesquisas futuras.

Quarto, contribui com a linha de pesquisas de Ditadura e Empresariado no Brasil ao avançar com os debates sobre a atuação discursiva de um veículo da grande imprensa brasileira durante a ditadura. Desse modo, esta pesquisa

materializa a relação da Folha de S. Paulo com os governos ditatoriais, para além de relatos orais e depoimentos. Cabe salientar que, após o início desta pesquisa, tive conhecimento do projeto de pesquisa intitulado “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, submetido ao edital do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) pelos pesquisadores Ana Paula Goulart Ribeiro, André Bonsanto Dias, Angélica Müller, Flora Daemon e Joëlle Rouchou, que se propuseram a estudar, especificamente, a colaboração da Folha de S.Paulo. O objetivo desse projeto de pesquisa está em investigar, por meio de uma série de vestígios, a cumplicidade da Folha com a ditadura para que esta seja responsabilizada juridicamente.

Por fim, como relevância social, esse trabalho pretende propor reflexões sobre a atuação da imprensa e sobre sua influência nos governos. Isso porque, com os resultados alcançados, destaca-se a intencionalidade das ações dessa empresa jornalística enquanto ator social e político que precisa ser responsabilizado. Com este trabalho, os leitores poderão refletir sobre a influência da imprensa e da mídia nos governos políticos e como um todo nas ações políticas do país.

2

Referencial Teórico

Para alcançar o objetivo de identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo no período da ditadura civil-militar brasileira estruturei este capítulo de referencial teórico em seis seções. Na primeira seção, apresento como os Estudos Organizacionais Históricos emergem enquanto uma possível forma de identificar e problematizar essa relação entre empresas e governos. Na segunda seção comunico aos leitores a História do Tempo Presente como o tipo de história que está sendo (re)construída e (re)pensada nesta tese. Na terceira seção, por sua vez, discuto a relação entre o Empresariado e a Ditadura Civil-Militar construindo uma periodização que fornece suporte a compreensão dos acontecimentos sociais e políticos ocorridos ao longo da ditadura brasileira. Na quarta seção, recorro aos autores que compreendem a Imprensa como Ator Social e Político a fim de compreender as especificidades da atuação desse tipo de empresa. Na quinta seção, retomo a relação entre a Grande Imprensa e a Ditadura Civil-Militar compreendendo, a partir das historiografias, de que maneira ela estabeleceu relações com os diferentes governos durante o regime ditatorial. Por fim, na sexta e última seção deste capítulo teórico, apresento a História da Folha de S. Paulo, que é a empresa jornalística que tem seu posicionamento e suas atuações político-discursivas analisados nessa tese.

2.1. Estudos Organizacionais Históricos

Aproximar os estudos organizacionais da história não é uma prática recente (COSTA, BARROS; MARTINS, 2010). A partir dos anos 2000, pesquisadores organizacionais trouxeram a discussão sobre a perspectiva histórica em administração, conhecida como virada histórica (BOOTH; ROWLINSON, 2006; CLARK; ROWLINSON, 2004; USDIKEN; KIESER, 2004; GODFREY *et al.*, 2016; DECKER, HASSARD; ROWLINSON, 2021). Esse movimento de retomada da história nos estudos organizacionais buscou problematizar, de forma mais ampla, a localização acrítica da pesquisa organizacional no contexto histórico.

De maneira geral, a virada histórica nos estudos organizacionais trouxe maior valorização da contribuição da pesquisa histórica nas pesquisas organizacionais (DECKER, HASSARD; ROWLINSON, 2021). Considerando as ações do homem no tempo e no espaço, a virada histórica apresentou um novo olhar sobre os métodos históricos para estudar as organizações e suas relações com governos e grupos sociais cujos fenômenos passam a ser compreendidos como historicamente construídos (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Logo, os estudos organizacionais históricos compreendem as organizações dentro de seu contexto sócio-histórico, a fim de elaborar narrativas teóricas historicamente informadas e atentas para mudanças nas interpretações de significado ao longo do tempo (MACLEAN, HARVEY; CLEGG, 2016). Além disso, passa-se a considerar o seu contexto ideológico, tornando o seu foco mais abrangente ao englobar “não somente estudos sobre o passado/futuro das organizações, mas estudos acerca do sentido do passado/futuro para as organizações” (COSTA, BARROS; MARTINS, 2010, p. 298).

A partir dessa perspectiva, pensar as organizações no tempo e no espaço é pensar tanto as relações historicamente estabelecidas entre estas e os diversos agentes sociais quanto as formas de narrar essas relações que formalizam socialmente um passado. Decker, Hassard e Rowlinson (2021) propõem quatro modelos de investigação do passado, de forma a organizar como os pesquisadores organizacionais podem conceituar, pesquisar e compreender o passado. No primeiro modelo, denominado *estudos organizacionais históricos*, o passado é pesquisado, principalmente, por meio de fontes de arquivos; no segundo, *história organizacional retrospectiva*, o passado é reconstruído através de relatos, também por meio da história oral; no terceiro modelo, *memória organizacional retrospectiva*, entrevistas e pesquisas etnográficas são usadas para entender o papel da memória no presente; e, por fim, o modelo *memória organizacional histórica* utiliza-se de pesquisa arquivística para entender a institucionalização da memória organizacional.

A presente pesquisa se insere nos estudos organizacionais históricos, uma vez que recorro ao passado, através das fontes, para entender esse mesmo passado, sob novas perspectivas que não as histórias oficiais. Conforme abordam Decker, Hassard e Rowlinson (2021), os estudos organizacionais históricos reconstroem o passado a partir de fontes. Além disso, o passado é conceituado como um ambiente ou cenário empírico selecionado por razões teóricas. Nesse modo de investigação, a pesquisa de arquivos é empregada quase como um método padrão.

Macleane, Harvey e Clegg (2016) definem os estudos organizacionais históricos como uma pesquisa que desenha extensivamente as organizações em seu contexto sócio-histórico, para gerar narrativas teóricas historicamente informadas, a partir de dados e métodos históricos. Além disso, esses estudos organizacionais alertam para as mudanças nas interpretações de significado ao longo do tempo. Decker, Hassard e Rowlinson (2021) entendem que esse modo de investigação foi desenvolvido para atender às pesquisas que tem “integridade dupla”. Isso significa que existe um envolvimento com as teorias nos estudos da organização, bem como fornecem uma base para o uso de fontes de arquivos que definem a história.

Nesse sentido, ao situar a trajetória da pesquisa histórica em administração, Costa e Silva (2019) apontam que a aproximação entre esses dois campos — história e estudos organizacionais — passaram por três momentos diferentes. O primeiro deles, a partir da virada histórica, em que pesquisadores organizacionais, ao identificarem a necessidade de aproximar o campo da história para acabar com o anacronismo e a superficialidade das pesquisas, passaram a adotar essa junção, alcançando maior compreensão das organizações (ver, ZALD, 1993; GOLDMAN, 1994; KIESER, 1994). A pauta de discussão recaía sobre a necessidade de os pesquisadores identificarem a importância da análise histórica para o entendimento dos fenômenos organizacionais, reivindicando a introdução da pesquisa histórica em estudos organizacionais (COSTA; SILVA, 2019).

Já consolidada tal relevância da pesquisa histórica para os estudos organizacionais, um segundo momento é marcado por discussões que buscam demarcar um novo campo teórico (COSTA; SILVA, 2019). De forma a expressar essa busca, Usdiken e Kieser (2004) apresentam uma classificação dos trabalhos publicados até o momento, sob três posições — suplementarista, integracionista e reorientacionista — em que a teoria organizacional pode responder às demandas de mais envolvimento com a história.

De forma sintetizada, a posição *suplementarista* partilha a visão da teoria organizacional como cientificista social, que inclui a história apenas como uma variável textual, ou seja, a história como contribuição substancial e metodológica (COSTA; SILVA, 2019). A posição *integracionista*, por sua vez, como uma busca pelo enriquecimento da teoria organizacional, através de ligações com as ciências humanas, incluindo a história, mas sem se afastar de uma orientação cientificista social — a história como um fator de contextualização do fenômeno analisado (BOOTH; ROWLINSON, 2006). Por último, tem-se a posição

reorientacionista, que busca criticar a investigação histórica das teorias organizacionais, questionando também as primeiras duas posições.

Para Decker, Hassard e Rowlinson (2021), comumente recorremos aos estudos reorientacionistas, e estes exigem um envolvimento significativo com historiografia. Isso porque, de acordo com os autores, nessa posição, a história não é entendida como uma forma de apenas enriquecer a teoria da organização como concebida pela posição integracionista, mas como uma forma de ampliar e aprofundar o envolvimento com teorias e métodos históricos e sua relação com a memória organizacional. A posição reorientacionista buscou ir além de noções simplistas e defendeu um maior envolvimento com a narrativa histórica, assim como conceitos e questões que emanam da historiografia.

Nessa conjuntura, entende-se que conhecer a história e os acontecimentos que, de alguma forma, moldaram a organização e sua atuação é, de fato, compreendê-la (COSTA; SILVA, 2019). Passa-se, então, a discutir as problemáticas do universalismo e do presentismo nos estudos organizacionais, evidenciando a preocupação com o regime de historicidade e com a ideia de tempo (BOOTH; ROWLINSON, 2006). Para Weatherbee (2012, p. 205), “quando a teoria é considerada universalmente aplicável, ela é usada independentemente de fatores como diferenças em contexto organizacional, cultura ou outras contingências sociopolíticas”³.

Acerca do objeto de estudo da análise organizacional e de sua dinâmica, Costa, Barros e Martins (2010, p. 289) defendem que “a ideia é que a pesquisa histórica contribua para fundamentar pesquisadores que buscam novos olhares e estejam comprometidos com outras epistemologias, expandindo as possibilidades de análise e teorização”. A análise histórica torna-se, portanto, uma ferramenta fundamental de crítica a interpretações determinísticas dos fenômenos organizacionais (COSTA; SILVA, 2019). Em outras palavras, ao historicizar a pesquisa organizacional, os contextos e, conseqüentemente, as influências sofridas e exercidas pelas organizações são melhor reconhecidas e as análises sobre elas podem tornar-se mais ricas.

No terceiro momento identificado na trajetória da perspectiva histórica nos estudos organizacionais, os trabalhos voltam-se para questões metodológicas (ver, ROWLINSON, HASSARD; DECKER, 2014; YATES, 2014). Nessa fase, buscaram-se enfatizar questões para facilitar a combinação entre esses dois campos, sobretudo, em termos de procedimento de pesquisa, sob a proposta de

³ Tradução nossa das citações diretas de autores estrangeiros.

que sejam feitas pesquisas históricas em organizações, para que estas transitem com um pouco mais de fluência nos estudos de administração (COSTA; SILVA 2019).

Nessa busca pela combinação entre história e estudos organizacionais, Rowlinson, Hassard e Decker (2014) destacam três dualismos epistemológicos. Em primeiro lugar, apontam a explicação utilizada por historiadores e pesquisadores organizacionais. Isso porque, enquanto o primeiro se preocupa com a construção da narrativa, o segundo submete a narrativa à análise das relações entre os conceitos e categorias.

O segundo dualismo refere-se à diferença no entendimento de fontes (ROWLINSON, HASSARD; DECKER, 2014). Ao passo que os historiadores utilizam fontes provenientes de intensiva pesquisa em documentos e arquivos — cuja origem e localização é explicitada de forma a garantir verossimilhança através da verificação e reinterpretação de outros pesquisadores —, os pesquisadores organizacionais adotam e explicitam os procedimentos de coleta e análise aplicados em um conjunto de dados rigorosamente definido.

O terceiro dualismo abordado por Rowlinson, Hassard e Decker (2014) destaca o mérito da periodização nas pesquisas históricas e em estudos organizacionais. Enquanto os historiadores estabelecem os períodos de análise com base no contexto histórico definido pelas fontes, os pesquisadores organizacionais utilizam uma periodização pré-determinada, geralmente definida por um historiador. Assim, os historiadores podem assumir diferentes periodizações para um mesmo período cronológico a depender do fenômeno estudado.

Durepos, Shaffner e Taylor (2021) reforçam, ainda, a capacidade da pesquisa histórica para informar a crítica. Os autores apontam que uma preocupação dos críticos tem sido escrever a narrativa daqueles que estão silenciados. A pesquisa histórica assume a posição de desnaturalizar as organizações, reescrevendo seu passado com a história e, assim como destacam os autores, reescrever a história permite problematizar as origens, mostrando que os pontos de partida não são naturais, mas culturalmente construídos ao longo do tempo. Desse modo, a tarefa da história organizacional crítica é, de acordo com Durepos, Shaffner e Taylor (2021, p. 9) “remover sistematicamente a máscara de naturalidade que assola histórias e ligam um evento anterior a um subsequente de forma linear e incontestável”.

No Brasil, na área de estudos organizacionais, para além das chamadas para eventos, oficinas e números temáticos, parte das pesquisas, por exemplo,

busca identificar e problematizar como a memória e a história oficial das empresas são construídas e disputadas por diferentes agentes sociais (ver: COSTA; SARAIVA, 2011; COSTA; SILVA, 2018; 2019). Ainda dentro desta trilha, vários pesquisadores buscam uma melhor compreensão acerca das organizações na atualidade a partir da análise do seu processo histórico no contexto da história da formação do ensino de administração no Brasil (ver: ALCADIPANI; BERTERO, 2012; 2014; BARROS; CARRIERI, 2013; BARROS, 2017). Por fim, alguns pesquisadores nacionais começam, inclusive, a problematizar a própria virada histórica por meio da perspectiva decolonial (ver: WANDERLEY; BARROS, 2019).

Dentro dessa conjuntura, o que pode ser entendido como um quarto momento vivenciado nessa trajetória da perspectiva histórica em administração tem sido direcionar o foco para a compreensão acerca de qual olhar da história o fenômeno organizacional pode ser analisado (SILVA; COSTA, 2018). O questionamento, portanto, não se debruça mais sobre a importância da história para a pesquisa organizacional ou sobre como se classifica esse tipo de pesquisa. Além do desafio metodológico discutido no terceiro momento, adiciona-se o desafio epistemológico sobre qual história os pesquisadores organizacionais se utilizam ao fazerem pesquisa histórica. Partindo dessa questão, a presente tese se endereça na História do Tempo Presente, como será abordada na próxima seção.

2.2. História do Tempo Presente

Antes de discutir a História do Tempo Presente propriamente dita, faz-se necessário entender a sua trajetória histórica. Isso porque o estudo da história do tempo presente foi, durante muito tempo, objeto de resistências e interdições (DELGADO; FERREIRA, 2013). Baseada na tradição historiográfica do século XIX, a concepção de história como uma disciplina que possuía, explica Ferreira (2000, p. 2), um “método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente”. Assim, para esses pesquisadores, apenas o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Acreditava-se que a competência do historiador se devia ao fato de que ele apenas poderia interpretar materiais do passado quando estes tivessem sido arquivados e não mais existissem testemunhos vivos dos fenômenos estudados (FERREIRA, 2000).

Dentro dessa perspectiva, os historiadores deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, para que fosse possível garantir a objetividade de sua reflexão (FERREIRA, 2018). Para eles, a contemporaneidade era matéria das ciências sociais em geral e não da história. Ferreira (2000, p. 6) complementa que “alegava-se também que os testemunhos não podiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações”.

No século XX, diferentes transformações marcaram o campo historiográfico, principalmente, diante das grandes guerras mundiais, estimulando novas demandas da sociedade para o estudo e registro desses acontecimentos e, conseqüentemente, o desenvolvimento do estudo do tempo presente (FERREIRA, 2018; 2000). Silva (2009) complementa que esses acontecimentos emblemáticos difundiram esse tipo de estudo por dois fatores. Primeiro, conforme explica Silva (2009, p. 127), por meio de uma “divulgação espetacular que priorizou o apelo à sensibilidade e à comoção coletiva” sobre as guerras, desastres ambientais e massacres que estabeleceram um vínculo de historicidade mais flexível entre as sociedades em várias partes do mundo. Nesse aspecto, uma série de indivíduos tornou-se testemunha de acontecimentos que somente se fariam conhecidos por aqueles que os vivenciassem diretamente. Segundo, ainda de acordo com Silva (2009, p. 128), “no momento de sua efetivação, tais eventos emergem construídos a partir de uma série de narrativas que os delimitam como marcos históricos representativos”. Nesse sentido, esses dois fatores tornaram esses eventos plurifacetados e objeto de disputas e embates político-sociais, sobretudo no que se refere à construção de identidades e reparações sociais.

Para Ferreira (2000; 2018), nesse momento, resgatou-se a importância das experiências individuais. A autora reforça que, nesse período, ocorreu o renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo do contemporâneo. Além disso, a inserção das discussões sobre as relações entre passado e presente na história, e a quebra com a ideia de que o objeto histórico e o passado eram definidos como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos sentidos para o estudo da história do século XX.

Silva e Costa (2018, p. 6) apontam que a história do tempo presente se constituiu a partir de uma forte relação “(a) com eventos traumáticos; (b) com fontes provenientes de lembranças e vozes silenciadas e não oficiais; e (c) com

documentos sensíveis que registram períodos violentos da história”. Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é “a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar” (FICO, 2012, p. 44). Rousso (2016, p. 17), de forma metafórica, compreende o historiador do tempo presente como se ele pudesse “agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana”.

Tendo em vista o crescente interesse no presente e da afirmação desse novo campo de trabalho, para Ferreira (2000, p. 9), a história do tempo presente encontrou dificuldades para se legitimar “por não ter uma definição mais precisa de seu objeto, de suas metodologias e dos limites de sua investigação”. A autora considera que, o ofício do historiador enfrenta dificuldades, ao passo que ele mesmo é também testemunha e ator de seu tempo e, “muitas vezes, está envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente” (p. 23). Desse modo, Ferreira (2000, p. 22) afirma que a respeito das resistências, “a escolha do tempo presente como campo de estudo e pesquisa de historiadores vem ganhando legitimidade crescente e sugere reflexões epistemológicas e metodológicas urgentes” e, complementa, que um dos questionamentos levantados pelos historiadores se referia a que recortes cronológicos selecionar.

Embora até hoje não se tenha firmado plenamente uma definição consensual, Ferreira (2018) aponta que a definição de François Bédarida é a que parece melhor preencher os requisitos. Segundo Bédarida (2006, p. 229), mais do que qualquer outra, a história do tempo presente é por natureza “uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação sem fim”. Nesse aspecto, Ferreira (2000, p. 25) corrobora que o tempo presente “refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização”. Dessa forma, o regime de historicidade do tempo presente inclui os processos históricos marcados por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo e produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação ainda em curso.

Como ressalta Ferreira (2000), para alguns pesquisadores, o marco ou o evento-chave trata-se do período que remonta à última grande ruptura, e acrescenta que, para outros, o evento-chave é a época em que o historiador

pode ser supervisionado e questionado pelas testemunhas de um momento vivido e pleno de lembranças. Dosse (2012) complementa que essa História é uma história sob vigilância, a de testemunhas que podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre história e memória. Rousso (2016, p. 18) reforça que a particularidade da história do tempo presente está “em que ela se interessa por um presente que é só seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ainda-aí”.

Ferreira (2018, p. 87) reforça que o período histórico da história do tempo presente é definido por balizas móveis, ou seja, o tempo presente é definido por “um período móvel que se desloca com o desaparecimento progressivo das testemunhas”. Isso significa que “[a história] se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções”, afirma Ferreira (2000, p. 23). Delacroix (2018) acrescenta que o tempo presente começa com a última “catástrofe”, uma vez que esta última catástrofe fecha um período e abre outro.

Bédarida foi o primeiro diretor do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado em 1978, na França. De acordo com Delacroix (2018), esse laboratório reuniu um conjunto de historiadores renomados que estabeleceram uma série de impedimentos sobre estudos de períodos mais recentes. E, para responder a essas demandas, o IHTP organizou um seminário entre 1988 e 1990 intitulado “O tempo presente, uma *démarche* histórica à luz das ciências sociais”, reunindo especialistas de diferentes disciplinas. Ainda segundo o autor, duas inovações foram trazidas por esses debates do IHTP: (1) colocou em pauta a discussão sobre a interação do passado e do presente; e (2) afirmou que era preferível que esse período histórico pudesse figurar no domínio dos historiadores. Silva e Costa (2018, p. 6) corroboram que, mesmo não sendo o único responsável por toda produção da história do tempo presente, “é inegável a relevância do IHTP nos estudos históricos sobre o tempo presente e para a sua consolidação como campo de estudo da história”.

Duas características relevantes da história do tempo presente referem-se à pluralidade de fontes e diversidade temática. Em se tratando da primeira, Ferreira (2000, p. 29) aponta para a possibilidade que o historiador tem de produzir as fontes documentais para suas investigações, bem como fazer uso da metodologia de história oral e a produção de fontes iconográficas, e, em se tratando da diversidade temática, a autora reforça que são caros à história do tempo presente temas “vinculados a processos sociais considerados

traumáticos: guerras, massacres, genocídios, ditaduras, crises sociais e outras situações consideradas extremas”. Um exemplo está na fala de Ramirez (2012), que aponta que a história do tempo presente tem sido vinculada à tarefa de determinar as causas dos golpes de Estado e suas decorrências.

No Brasil, diferentemente da França, a história do tempo presente perpassou pela história oral, no início dos anos 90, e se consolidou definitivamente por meio dos projetos relativos ao “dever de memória” diante das vítimas da ditadura militar (FERREIRA, 2018). De acordo com Hodge e Costa (2020; 2021), a história oral trouxe à pesquisa histórica uma série de indagações, principalmente da memória como fonte e objeto da pesquisa histórica. Isso porque, segundo as autoras, a história oral está relacionada ao retorno do indivíduo enquanto sujeito participante da história, tendo poder de agência ainda que dentro de uma rede histórica restrita.

Como destaca Ramirez (2012), a história oral ganhou destaque nessa conjuntura, sobretudo por ouvir e acolher a voz das vítimas, mas não unicamente ela. O autor destaca o trabalho pioneiro do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que coletou uma vasta documentação daqueles que estiveram do outro lado, tais como militares, políticos e empresários. Ainda segundo o autor, esses dados revelam que a interação entre militares e civis foi vital para o sucesso dos golpes de Estado e de determinadas políticas dentro dos regimes autoritários, que algumas mudanças dentro dessas alianças ajudaram a interpretar essas conjunturas.

Para Ferreira (2018, p. 94), com o crescente interesse pela história contemporânea, “os eventos traumáticos recentes se tornaram objetos prioritários de investigação e uma oportunidade ímpar de se repensar o passado”. Nessa conjuntura, dois eventos que abriram possibilidades de pesquisas e indicaram desafios para os historiadores brasileiros que se dedicam à história recente do país foram a instituição da Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso à Informação, sancionadas em 18 de novembro de 2011.

Delgado e Ferreira (2013, p. 19) explicam que a Comissão Nacional da Verdade foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff com a finalidade de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. A Lei de Acesso à Informação, por sua vez, “objetiva garantir o direito constitucional de acesso dos cidadãos brasileiros às informações, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988”, ainda de acordo com Delgado e Ferreira (2013, p. 20). Os autores

ênfatizam, que a partir de tais ferramentas tornou-se possível a descoberta de arquivos e documentos até então inacessíveis ou desconhecidos.

Delacroix (2018, p. 47) reforça que “a historização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir da exigência de demandas sociais e reconhecimento de justiça (...) relativas a passados traumáticos”. Siva e Costa (2018, p. 6) apontam que, no caso brasileiro, os pesquisadores do tempo presente se deparam com uma série de desafios, uma vez que os documentos “estão sendo abertos para consulta pública e as versões históricas disputam espaço com uma memória ainda recente do país e dos atores envolvidos no processo, sejam militares, guerrilheiros, civis ou mesmo a família de mortos e desaparecidos”. Por esse motivo, os autores acreditam que pesquisas de história organizacional utilizem também eventos pertencentes ao presente, como é o caso da presente tese que adota a História do Tempo Presente como base histórica.

Nessa conjuntura, essa pesquisa se relaciona com a História do Tempo Presente em três aspectos: primeiro, por tratar de uma história ainda inacabada que é a ditadura civil-militar brasileira, sendo, ainda hoje, tratada por parte da sociedade como “revolução democrática” e solicitada por determinados grupos sociais que pedem por sua volta em manifestações públicas; segundo, por questionar as projeções do presente sobre esse passado, revisitando o passado e suas (in)certezas; e, terceiro, por estar compromissada à tarefa de compreender a atuação político-discursiva de uma empresa jornalística em um processo social traumático que foi o período da ditadura. Além disso, compreendo que a realidade é construída socialmente, e que existe uma subjetividade intrínseca na elaboração dessa nova versão — possível pela aproximação entre mim e o fenômeno, condição inerente à esta perspectiva.

Ademais, a reflexividade historiográfica — definida por Decker, Hassard e Rowlinson (2021, p. 2) como “um envolvimento com a história como uma fonte de teorização” — apresenta a historiografia como um recurso-chave para conceitos, teorias e métodos que dão suporte às pesquisas. Dessa forma, compreendo que as historiografias acerca do golpe e do regime ditatorial que se instalou no Brasil após 1964 são fundamentais para a compreensão das relações entre empresas e governos, corroboradas pela atuação da grande imprensa, que possibilitaram tais acontecimentos (SMITH, 2000; ABREU, 2005a; 2005b; DIAS, 2012, 2013; KIELING, 2016). Isso posto, as próximas seções irão abordar as historiografias desses períodos.

2.3. Empresariado e Ditadura Civil-Militar

O golpe de Estado de 1964 e a posterior instalação de um governo ditatorial são marcados por historiografias que apontam para diferentes perspectivas sobre este acontecimento político no Brasil (NAPOLITANO, 2011). Em geral, os pesquisadores apontam para três principais linhas argumentativas. A primeira linha ressalta a conspiração empresarial-militar, objetivando a conquista do Estado, apontando para o papel da articulação entre a direita pautada no empresariado brasileiro que envolveu militares, governo norte-americano e empresários, resultando na deposição do então presidente João Goulart (DREIFUSS, 1984; NAPOLITANO, 2011; SILVA, 2018).

A segunda linha, por sua vez, dá menos ênfase ao golpe como resultado de uma conspiração e enfatiza a crise institucional militar. Os pesquisadores dessa linha explicativa apontam que diversas foram as razões que fizeram os militares se envolverem no golpe de 1964, inclusive a ameaça que a instituição militar sofria com a revolta dos sargentos, resultando na quebra da disciplina da hierarquia militar (SILVA, 2018). Desse modo, os militares pautaram sua ação em uma busca por unidade interna e por uma ação que pudesse trazer equilíbrio, ainda que de maneira autoritária, ao sistema político em crise (NAPOLITANO, 2011).

Em contrapartida, a terceira linha parte do raciocínio de que os atores vitimados pelo golpe que seriam os responsáveis pelo contexto político que o possibilitou. Para os pesquisadores dessa corrente, todos os agentes do processo político (os militares, a direita civil, setores de esquerda e João Goulart) estavam envolvidos com o golpismo e, portanto, igualmente responsáveis pela destruição da democracia (TOLEDO, 2004). O conflito que grande parte dos historiadores tem com essa linha revisionista reside no fato desta igualar, de acordo com Napolitano (2011, p. 214), uma “agenda democratizante, ainda que inconsistente politicamente, a um projeto de golpe de estado o que, ao fim e ao cabo, foi usado como justificativa ideológica do golpe”.

Nessa conjuntura, dentre as linhas historiográficas que buscam compreender o golpe civil-militar de 1964 e toda sua complexidade, o presente trabalho está vinculado à primeira linha argumentativa, que considera a atuação política e econômica de grandes grupos empresariais. Sustentada pelo aparato teórico-analítico do cientista político René Armand Dreifuss (1981), essa linha destaca a aproximação empresarial-militar e o papel da articulação da direita civil, calcada no empresariado brasileiro, que envolveu os militares, o capital

multinacional e associado ao governo norte-americano, tendo por desfecho a deposição do presidente João Goulart (NAPOLITANO, 2011; SILVA, 2018). Dreifuss (1981), amparado em Antonio Gramsci, apresenta o bloco de poder multinacional, formado não apenas por acionistas influentes e diretores de empresas, mas também por seus executivos e sua rede tecno-burocrática de influência dentro dos aparelhos do Estado. Essa linha historiográfica compreende que o golpe de Estado que rompeu com o regime democrático no Brasil em 1964 contou com a participação de diferentes segmentos sociais, para além dos militares, sobretudo com a atuação de empresários (CAMPOS, 2018a; 2018b; 2020).

A natureza empresarial-militar desta aliança golpista se explica por dois principais interesses, define Lemos (2016, p. 3): “preservar a ordem capitalista interna diante de supostas ameaças comunistas, e ajustar o sistema estatal à dinâmica do capitalismo mundial”. A conjuntura internacional em que a aliança empresarial-militar se desenvolveu foi demarcada pelo pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e pode ser identificada pelos traços do militarismo e do anticomunismo (LEMOS, 2020). Com a ascensão de João Goulart ao governo, Dreifuss (1981, p. 130) explica que “o bloco multinacional associado, que estava na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extrapolíticos”. Entre 1962 e 1964, com a intensificação da luta de classes e em um quadro de crise geral da sociedade brasileira, os setores empresariais (que ainda defendiam algum tipo de nacionalismo reformista) se conduziram a uma aproximação com o campo político-militar que se opunha ao governo de Goulart (LEMOS, 2020).

Essa aliança foi tão sólida, que muitos intelectuais do bloco multinacional associado fizeram parte de órgãos políticos estabelecidos para promover “tanto os interesses modernizante-conservadores quanto a derrubada do governo nacional-reformista de João Goulart”, analisa Dreifuss (1981, p. 95). Ao mesmo tempo, os oficiais militares partilhavam de princípios ideológicos comuns aos empresários, que eram, inclusive, convidados a ministrarem conferências na Escola Superior de Guerra (ESG), o que impulsionava um sistema fechado de ideias em favor do desenvolvimento industrial capitalista (LEMOS, 2016). Lemos (2020) argumenta que o discurso de ameaça de subversão comunista que vinha sendo disseminado nesse espaço, desde a década de 1950, alimentou sentimentos anticomunistas e uma aproximação entre empresas e Forças Armadas, permitindo que a intervenção militar fosse descrita, conduzida e

percebida, de acordo com Dreifuss (1981, p. 142), como “uma “ação salvacionista” legitimada pela doutrina de segurança nacional disseminada em grande parte pela ESG”.

Nesse sentido, os empresários não agiram apenas como mais uma das bases sociais do período, assumindo papel passivo ou de simples apoio às políticas vigentes. Mais do que isso, Carvalho (2020, p. 314) explica que “este segmento da sociedade civil se conformou enquanto ente estruturante do período autoritário, juntamente às Forças Armadas, participando de maneira orgânica e ativa desde o preparo do golpe de 1964 até a consolidação e fluência do regime”. Para Campos, Brandão e Lemos (2020), o empresariado deu ao golpe um notório perfil de classe, ao criar condições para a formação de uma ordem empresarial no Brasil pós-1964, como será melhor explorado na periodização⁴ a seguir.

2.3.1. Pré-golpe (1961-1964)

O contexto político, social e econômico do governo de João Goulart (1961-1964) era bastante peculiar e complexo. Goulart assumiu a presidência da República em meio a um cenário de crise política após a renúncia de Jânio Quadros (em 25 de agosto de 1961), e seu mandato teve duas fases: uma parlamentar e outra presidencialista. Durante os primeiros meses de governo, ainda sob o regime parlamentarista⁵, Goulart “manteve postura ambígua, conservando canais abertos tanto à esquerda como à direita” (MOTTA, 2021, p. 25). Ao mesmo tempo,

a reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob o controle do

⁴ A periodização historiográfica foi construída para a compreensão dos acontecimentos sociais e políticos ocorridos ao longo da ditadura, tendo por fio condutor a linha argumentativa que este trabalho se ancora. Isso significa que, embora parte dos autores citados não estejam diretamente preocupados com a relação entre o empresariado e a ditadura, as diferentes narrativas foram trazidas para o entendimento mais amplo do período estudado, tendo em vista que a linha historiográfica adotada ainda não abrange de forma mais longitudinal a compreensão de todo o período ditatorial. Além disso, essa periodização foi pensada em conjunto com o professor e pesquisador Renato Lemos (em uma conversa que tivemos em 10 de setembro de 2022), antes da realização da análise das fontes, na tentativa de mapear os movimentos internos da ditadura que, possivelmente, influenciaram na atuação das empresas jornalísticas brasileiras. Cabe salientar, entretanto, que a construção aqui realizada é de minha responsabilidade como autora desta tese.

⁵ De acordo com Matteucci (1998, p. 250), “a essência do parlamentarismo moderno consiste na aplicação política do princípio majoritário ou da sua tradução em termos de Governo. O povo vota, os eleitos se reúnem, nomeiam e formam um Governo; é assim que o povo elege, mediante a assembleia, o próprio Governo. Mas tal poder, mesmo se baseado no consenso, mesmo se disciplinado por complexas normas, pode tornar-se sempre arbitrário”.

Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos — cerca de 60% da população adulta — e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo de ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 439).

Esta proposta das reformas de base — agrária, urbana, eleitoral e política — se inaugurou no debate público a partir dos anos 1960, buscando melhorias sociais e ampliação da cidadania. Motta (2021, p. 27) elucida que um desses exemplos está na reforma política, “que pretendia instituir o voto dos analfabetos, excluídos da cidadania ativa desde a reforma eleitoral de 1881, uma demanda que assustava os grupos conservadores, temerosos de que os novos eleitores votassem na esquerda”. A estratégia reformista não foi capaz de unir as elites brasileiras, pelo contrário, parte do impulso conservador que levou ao golpe se deveu ao receio da perda de privilégios e à resistência ao protagonismo político das classes populares (MOTTA, 2021). O autor acrescenta que o crescimento de movimentos sociais demandando reformas para reduzir as desigualdades, possibilitar distribuição de terras e melhores condições de trabalho, bem como sua aceitação como agentes políticos foi o que mais de significativo ocorreu entre 1961 e 1964.

Somado a isso, o contexto econômico era de inflação alta, salários desvalorizados e o aumento de custo de vida (SCHWARCZ & STARLING, 2015). O cenário inseguro para as atividades econômicas, com queda na capacidade de acumulação de capital e desemprego, “constituíram a base material de crescente mobilização social, sindical e política de trabalhadores e patrões, em especial a partir de 1961” (LEMOS, 2018, p. 21). Nessa conjuntura, uma aliança civil-militar, norteadas por uma perspectiva democrática, porém restrita, empresarial e anticomunista, conseguiu explorar as dificuldades enfrentadas por Goulart em diversas frentes e depô-lo em abril de 1964, explica o autor.

O fato de João Goulart ter assumido a presidência contrariou as expectativas tanto dos empresários multinacionais e associados quanto dos militares de direita. Principal herdeiro político de Getúlio Vargas e presidente do partido trabalhista brasileiro (PTB), sua atuação neste período o marcou como um político de tendências ideológicas de esquerda, que incentivou greves e a participação de líderes comunistas nos sindicatos, sendo identificado por parte da elite política brasileira de natureza conservadora (ou de extrema direita) como

um agitador sem capacidade para governar o país (ABREU, 2005a; DREIFUSS, 1981).

De acordo com Motta (2021, p. 79), “a ascensão de Goulart à presidência em setembro de 1961 trouxe preocupação a Washington, que não apreciava o nacionalismo do novo presidente e tampouco suas conexões com a esquerda”. Essa insatisfação pode ser explicada pelo fato de Goulart ir contra os privilégios do capital estrangeiro, se preocupar em melhorar as condições de vida das camadas populares e propor uma distribuição de renda, através de aumento salariais e da alocação de parte dos recursos públicos para a educação e para os serviços de assistência médica gratuitos. A esses acontecimentos relacionava-se a denúncia da irresponsabilidade, tendo em vista que o grande proprietário de terra e político, engendrado na tradição populista, foi condenado pela burguesia como traidor de sua classe (DREIFUSS, 1981).

Motta (2021) acrescenta que as desconfianças aumentaram depois que o plebiscito de janeiro de 1963 definiu o retorno ao presidencialismo. Esse quadro foi ainda radicalizado mediante a eclosão de três sucessivos eventos: a Revolta dos Sargentos, promovida por cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica contra a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, em 12 de setembro de 1963; o Comício das Reformas ou Comício da Central, no dia 13 de março de 1964, promovido para reforçar a decisão do governo de implementar as reformas de base; e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de março de 1964 (ABREU, 2005a; MOTTA, 2021). A sequência de greves, as fortes críticas à política econômica do governo, juntamente com a mobilização dos grupos de direita, permitiram a instalação de um clima de grande instabilidade política e econômica do país.

A partir da análise dos documentos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Dreifuss (1981) analisou a ação empresarial que precedeu ao golpe de 1964, investigando o papel desempenhado por esses agentes na desestabilização do governo de João Goulart. Em seu extenso e criterioso trabalho, o autor aponta que, com o apoio financeiro do governo norte-americano e de seus associados, o IPES buscou integrar diversos grupos e organizar uma coesão interna do empresariado no Brasil em oposição ao governo de João Goulart e às forças sociais que o apoiavam, para assegurar a conquista do Estado.

Fundado em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) era dirigido por empresários nacionais e internacionais, tecnoempresários e militares de alta patente, sobretudo vinculados à ESG. Na preparação e execução de um

“esforço orquestrado” para a desestabilização do governo de Goulart, as ações do IPES compreendiam, conforme Schwarcz e Starling (2015, p. 441) elucidam, “custear uma campanha de propaganda anticomunista, bancar manifestações públicas antigovernistas e escorar, inclusive no âmbito financeiro, grupos e associações de oposições ou de extrema direita”. Desta maneira, o IPES foi um núcleo de conspiração golpista, com agenda política própria, em que seus membros estavam estrategicamente informados e bem posicionados entre os conspiradores responsáveis pelo golpe de 1964. Para tanto, o IPES contava com a arrecadação que ocorria junto aos empresários e dirigentes de empresas multinacionais, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (BORTONE, 2018). Outra fonte financeira do instituto partia do exterior, através de uma significativa assistência de fundo americano para suas operações através da Embaixada dos Estados Unidos (STARLING, 2019).

Em seu estatuto, o IPES se apresenta como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuitos educacionais, sociológicos e cívicos”. O instituto declarava que pretendia estimular a livre empresa e o fortalecimento do regime democrático do Brasil, por meio de uma ação que consistia em fazer uma leitura dos problemas brasileiros e apresentar soluções, do ponto de vista liberal (BORTONE, 2018). Todavia, o IPES defendia uma democracia regulada pelas elites, a fim de que o Estado não cedesse às demandas das classes populares. O instituto representava as ideias da elite econômica brasileira e buscava construir e propagar discursos, segundo Barros *et al.* (2018, p. 4) em torno de um “eixo comum entremeado pelo anticomunismo, contra o trabalhismo e a favor de certo liberalismo econômico”.

Desse modo, Bortone (2018, p. 23) descreve que o IPES foi uma organização “pretensamente científica, rica e sofisticada em recursos materiais e humanos capazes de desenvolver ações e estratégias para expandir sua capacidade de influência sobre a sociedade”. Seus membros estavam envolvidos em atividades de produção intelectual de divulgação que contemplavam, desde a publicação, edição, tradução e distribuição de livros, revistas e folhetos, a veiculação de filmes de propaganda e documentários, até a realização de seminários e pesquisas sobre a conjuntura brasileira (SPOHR, 2010; BORTONE, 2014; 2018; SCHWARCZ; STARLING, 2015; STARLING, 2019). Isso porque sua ação política era centrada na opinião pública, a base de toda engrenagem (BORTONE, 2014).

Tendo em vista que os membros do instituto se apresentavam no espaço público como defensores da democracia, do Brasil e como contrários à

corrupção, segundo Barros *et al.*, 2018, p. 4), o IPES “também possuía laços bem cultivados com a Igreja Católica, a partir dos quais buscava exibir uma versão “humanizada” do capitalismo e da gestão”. Sob o IPES, também atuavam os grupos de mulheres politicamente organizadas em diversos estados do país, dentre eles a Campanha da Mulher Democrata (Rio de Janeiro), a União Cívica Radical (São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais), que foram grupos responsáveis, por exemplo, por desencadearem as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (STARLING, 2019).

Os Estados Unidos da América (EUA) tiveram papel de destaque na campanha anticomunista, através da pressão política e de estímulo a grupos locais, amparados por suporte ideológico e material, fatores decisivos para que estes aceitassem o risco de promover um golpe de Estado (MOTTA, 2021). As elites empresariais, burocráticas e militares procuraram se organizar, não somente para a resistência às reformas de base, mas para alterar o curso do desenvolvimento econômico e social do país. Almeida (2016, p. 161) sintetiza que elas “buscavam um projeto de inserção do país no sistema econômico internacional, que supunha uma abertura do mercado brasileiro ao capital internacional”. Cabe destacar que

o desenvolvimento da articulação direitista que resultou no golpe se intensificou no início de 1964, contando com o decisivo recurso financeiro de empresários nacionais e estrangeiros, da CIA e da embaixada dos EUA (Lincoln Gordon e Wernon Walters, embaixador e adido militar), do comando militar, de políticos (sobretudo Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo), da Igreja Católica, dos proprietários rurais e do apoio das classes médias. Destaca-se ainda a “Operação Brother Sam”, em que o governo dos EUA deslocou navios, armamentos militares e combustível, como apoio logístico para uma possível guerra civil, que não ocorreu (ALMEIDA, 2016, p. 162).

O golpe de 1964 assinalou uma modificação decisiva na função política dos militares no Brasil. Como destaca Codato (2005, p. 168), “foi o aparelho militar, e não um líder político militar, que passou a controlar primeiramente o governo (o Executivo), depois, o Estado (e seus vários aparelhos) e, em seguida, a cena política (as instituições representativas)”. O que ocorre é a união de interesses locais e internacionais para a preservação da ordem capitalista, promovendo o golpe e ocasionando de fato uma mudança de regime político no país (CODATO, 2005; MOTTA, 2021). De acordo com Lemos (2018, p. 52), isso significa que “a tomada de poder era apenas uma etapa necessária de uma luta

política que implicava a mudança de regime e, portanto, dos métodos de dominação classista em defesa da ordem capitalista que se julgava ameaçada”.

O golpe de Estado contou com “uma forte e consistente base civil”, uma vez que setores empresariais apoiaram o setor militar compartilhando de uma forte convicção de que “tal aliança era imprescindível para livrar o país da ameaça comunista” (SOARES; D'ARAÚJO, 1994, p. 6). Além disso, um dos fatores que podem explicar essa atuação estava no

“(...) sentimento de ameaça que a mobilização popular crescente despertou no setor, como, aliás, nos demais segmentos das elites dominantes. Ao lado dos militares, os empresários integraram-se à coalizão conservadora que conduziu o movimento pela destituição do presidente constitucional” (DINIZ, 1994, p. 203).

Assim, antes mesmo de João Goulart deixar o território nacional e buscar exílio no Uruguai, o Congresso já havia empossado provisoriamente o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, na madrugada do dia 2 de abril, em ato ilegal. Dias depois, em 11 de abril, foi eleito pelo Congresso e desrespeitando a Constituição, o general Humberto Castelo Branco, de maneira indireta, para que ocupasse o cargo de João Goulart de forma definitiva (MOTTA, 2021). Na próxima seção serão discutidos os acontecimentos que sucederam ao golpe de 1964.

2.3.2. A fase inicial do regime político contrarrevolucionário (1964-1967)

Desde o golpe de 1964, com a instauração da ditadura, o Brasil viveu um regime autoritário que perdurou 21 anos com governos militares e 24 anos até que fosse promulgada uma nova Constituição, principal símbolo da redemocratização por assegurar a liberdade de pensamento e evitar abusos de poder do Estado. Explicam Schwarcz e Starling (2015, p. 449) que os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, e “(...) conferiram a si próprios poderes de exceção e cinco generais do exército se alternaram no comando do Executivo – Castello Branco (1964-67), Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-85)”.

A principal característica do novo regime político foi a sua natureza contrarrevolucionária, “voltada para a destruição de forças nacionalistas civis e militares, populistas, socialistas e comunistas, sempre apontadas como agentes

de uma suposta situação revolucionária em curso”, destaca Lemos, (2018, p. 21). Segundo o autor,

as Forças Armadas se transformaram no principal canal do poder, cuja base teórico-ideológica se lastreou nas chamadas doutrinas de segurança nacional e de guerra revolucionária, de acordo com as formulações da Escola Superior de Guerra (ESG), voltadas para o combate ao comunismo e a implantação de um regime democrático restrito, no plano político, e liberal, no plano econômico. Interesses materiais e valores ideológicos associados ao grande capital monopolista foram impostos ao conjunto da sociedade (LEMOS, 2018, p. 22).

No plano econômico, após o golpe, predominou uma orientação restritiva, voltada para desestruturação da ordem precedente, no qual o governo buscou legitimar-se pela imagem da racionalidade das decisões calcadas em critérios técnicos (DINIZ, 1994). Os ministros Roberto de Oliveira Campos⁶ e Octávio de Gouvêa Bulhões, do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, iniciaram o programa de estabilização financeira e reformas que lançou as bases para um novo ciclo de acumulação capitalista no Brasil (ALMEIDA, 2016). Algumas destas reformas fizeram parte do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que havia sido discutido e elaborado em boa parte nos círculos do IPES, ainda antes do golpe (ALMEIDA, 2016; IANNI, 2019). Dentre elas,

o PAEG incluiu uma reforma tributária, que criou impostos sobre valor agregado (ICM e IPI), e universalizou o Imposto de Renda. O aumento dos impostos reduziu substancialmente o déficit público, de 1964 a 1966. Outras medidas foram a unificação da Previdência, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); a criação de um mercado para títulos da dívida pública e a criação da correção monetária; a criação do Banco Central (inicialmente com independência, posteriormente retirada pelo presidente Arthur da Costa e Silva); o fim da estabilidade de emprego aos 10 anos de trabalho, substituída como “mecanismo de proteção ao trabalhador”, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho (FGTS); e o lançamento das cadernetas de poupança e do financiamento da casa própria em larga escala, com a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (ALMEIDA, 2016, p. 164).

Outra proposta era a reforma bancária, elaborada por uma comissão composta por banqueiros e diversos membros do IPES (CARVALHO, 2020). Almeida (2016, p. 164) destaca que essas medidas resultaram “numa forte

⁶ Cabe salientar que no governo de Castelo Branco (1964-1967), a política econômica ficou a cargo do ministro do Planejamento — o economista e professor Roberto de Oliveira Campos (IANNI, 2019).

capitalização do Estado, na alavancagem das empresas, numa intensa rotatividade de mão de obra e viabilizaram o período de acelerado crescimento econômico a partir de 1968” em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores que sofriam repressão e eram superexplorados. De acordo com Motta (2021, p. 229), o governo Castelo Branco “resolveu os conflitos com o capital estrangeiro, criou condições institucionais e políticas favoráveis à atração dos dólares e melhorou a situação das finanças públicas”. No entanto, como resultado, houve recessão no setor industrial, quebra de empresas, desemprego, direitos sociais extintos e salários reais dos trabalhadores reduzidos (MOTTA, 2021). Para Ianni (2019, p. 310), essas ações testemunham todo “um processo de restabelecimento do poder e da força do Estado burguês, que se havia debilitado bastante em 1961-1964”. Almeida (2016, p. 163) acrescenta que

entre 1964 a 1967, a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,2%, um ritmo nada excepcional para a época. Logo antes do golpe, no primeiro trimestre de 1964, a inflação acelerou para um nível atualizado de 140%, depois de ter atingido o nível recorde de 81% em 1963. A reversão do processo inflacionário foi um dos objetivos primordiais da política econômica no início do período militar e teve como pilar principal o arrocho salarial, através da correção de salários com base na “inflação futura”. Foi a fase da “inflação corretiva”, em que houve aumentos nos preços artificialmente represados, como câmbio, tarifas públicas, gasolina, trigo e outros produtos. A inflação fechou 1964 em 91%, e caiu para 34% em 1965, sem que houvesse um grande aperto monetário, mas baseado no arrocho salarial. A partir de 1966, quando a política monetária foi mais dura, houve dois anos seguidos de inflação em torno de 25%, e nos três anos consecutivos ela estacionou no nível de 20%.

O autor explica que a estratégia de transferência de renda nessa política econômica teve seus efeitos agravados pelo conjunto do plano. Lemos (2014) reforça que, no campo econômico, esse período foi marcado pelo enxugamento do fluxo monetário, por meio do arrocho salarial e creditício. Desse modo, ampliaram-se os estímulos ao ingresso de capital estrangeiro de empréstimo e de investimento, além de terem sido criados instrumentos de potencialização da centralização de capitais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Este, de acordo com o autor, também servia à política contrarrevolucionária privando os trabalhadores da garantia da estabilidade no emprego, favorecendo a rotatividade da mão de obra e enfraquecendo os sindicatos.

Na perspectiva política, a implementação desse regime contrarrevolucionário implicou na instrumentalização da Polícia Federal, dos

Departamentos estaduais de Ordem Política e Social (DOPS), polícias civis e militares, além da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em junho de 1964 (CARDOSO, 2018). Lemos (2018, p. 23) detalha que a violência da repressão “atingiu o campo, visando as ligas camponesas e sindicatos rurais. Nas cidades, os alvos prioritários foram as organizações de trabalhadores e de estudantes, bem como instituições culturais e educacionais”. O autor destaca, ainda, que Inquéritos policial-militares (IPMs)⁷ foram abertos para apurar acusações de subversão comunista e corrupção, o que decorreu “em suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos parlamentares, afastamento de emprego e prisão de acusados”. O autoritarismo foi utilizado para agilizar decisões administrativas, acelerar investimentos econômicos, servir de freio às reivindicações das classes trabalhadoras, dismantelar os canais de participação popular e combater a lideranças mais expressivas do regime anterior (DINIZ, 1994; MOTTA, 2021).

Com o objetivo de derrotar o comunismo e o populismo, a dominação de classe se fez, sobretudo, por meio de métodos violentos, amparada no aparato repressivo estatal, dentre os quais prisões clandestinas e a prática de torturas foram eminentes. Lemos (2014, p.130) destaca que,

secundariamente, funcionaram mecanismos democráticos preservados, até 1967, da Constituição de 1946, e, daquele ano em seguinte, submetidos à Doutrina de Segurança Nacional, corporificada na nova carta constitucional e na Lei de Segurança Nacional que substituiu a de 1953. Assim o Legislativo deixou de funcionar por cerca de um ano apenas, enquanto o Judiciário nunca foi fechado. Observe-se que, embora coagidos violentamente pelo Executivo militarizado e compostos por elementos em sua maioria tendentes a apoiá-lo, esses dois órgãos produziram, em alguns momentos, fatos políticos constrangedores para os grupos dirigentes, como aqueles que resultaram nos atos institucionais n. 2 (1965) e n. 5 (1968). Foram, assim, mantidos certos canais de negociação com setores da oposição consentida.

Conforme explica Motta (2021, p. 106), o primeiro Ato Institucional (AI)⁸ estabeleceu que o Congresso “teria limite de prazo (entre trinta e sessenta dias) para votar projetos de lei enviados pelo Executivo; caso isso não fosse feito, eles

⁷ O IPM já existia como um instrumento de apuração de crimes militares. No âmbito civil, era praticado o inquérito policial. Desse modo, Lemos (2018, p. 35) elucida, a extensão do IPM a civis, “na contramão da Constituição de 1946 e da Lei de Segurança Nacional vigente (Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953), constituiu o primeiro passo para a militarização do tratamento conferido ao crime político pelo regime ditatorial”.

⁸ O AI não foi numerado quando da sua primeira edição, possivelmente por não ser planejado baixar outros. Entretanto, como vieram outros Atos posteriormente, ele passou a ser considerado o pioneiro de uma série, e, assim, denominado AI-1 (LEMOS, 2018).

seriam considerados aprovados, mesmo sem análise parlamentar”. De acordo com Lemos (2018), ao lançar os primeiros alicerces institucionais de um regime político ditatorial, o Ato modificou a Constituição brasileira de 1946 de maneira a fortalecer o poder Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Entre outras determinações, a eleição do presidente e do vice-presidente da República passou a tornar-se indireta⁹ e foi concedido aos comandantes das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, ficando vedada a apreciação judicial desses atos. Além disso, o AI-1 também suspendeu as garantias de estabilidade dos servidores, e milhares de funcionários civis e militares foram exonerados ou aposentados à força (MOTTA, 2021).

Nesse sentido, apesar do governo de Castelo Branco (1964-67) ser caracterizado, em geral, como “autoritário liberal”, “moderado” e “legalista”, este “recorria a métodos associados à facção tida como “autoritária radical” — a “linha dura” em seus diversos matizes —, à qual se costuma atribuir a maternidade do Ato Institucional nº 5, para implantar seu programa modernizador”, segundo Lemos (2018, p. 24). Motta (2021) reforça ainda que a intenção de manter o Congresso aberto não era partilhar o poder, mas ordenar aliados e conferir legitimidade ao novo regime político.

Em outubro de 1965 ocorreram eleições para alguns governos estaduais, como estava previsto no calendário eleitoral, “e o fato de a população eleger um grupo de governadores não inteiramente alinhados à ditadura — e pior, contando com apoio da esquerda e de líderes punidos pelos expurgos — gerou uma ameaça de rebelião militar”¹⁰, afirma Motta (2021, p. 107). Para resolver essa crise, o governo Castelo Branco editou o AI-2, “reestabelecendo o poder discricionário do presidente, tendo em vista que o AI-1 tinha prazo para as medidas excepcionais, que já não estavam mais em vigor”. Além disso, o AI-2 extinguiu os partidos políticos vigentes¹¹ e determinou a reforma política que levou à criação do sistema bipartidário: um partido governista, a Aliança

⁹ “Os líderes da ditadura viam com maus olhos as eleições diretas, pela possibilidade de a população escolher alguém “inconveniente”. Dessa maneira, desde o início a fórmula das eleições indiretas pareceu sedutora, pois permitiria aos líderes do golpe um melhor controle do processo sucessório”, explica Motta (2021, p. 103).

¹⁰ Motta (2021, p. 107) elucida que “(...) os casos mais incômodos para a extrema direita militar foram a eleição dos governadores de Minas Gerais e da Guanabara, ambos ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, cujos direitos políticos (e o mandato do senador) haviam sido cassados em junho de 1964” E, “mesmo com a edição do AI-2, os governadores eleitos em Minas e na Guanabara foram empossados, não sem alguma resistência por parte, principalmente, dos mencionados setores militares empenhados no aprofundamento da ditadura” (MOTTA, 2021, p. 107).

¹¹ Os principais partidos eram PSD, UDN, PTB, PR, PSB, PSP, PDC, PRP (MOTTA, 2021).

Renovadora Nacional (ARENA), e um partido para acomodar todas as tendências de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹². Motta (2021) reforça que a intenção era controlar melhor o sistema eleitoral e garantir o apoio da maioria do Congresso aos governos da ditadura. Outra medida decisiva foi o estabelecimento de eleições indiretas para presidente, a fim de resolver o problema de manutenção do poder sob o controle dos militares e seus aliados (LEMOS, 2018; MOTTA, 2021). Importante registrar ainda que

(...) o AI-2 (outubro de 1965) e o AI-5 (dezembro de 1968) renovariam o poder do Estado autoritário não apenas para cassar mandatos parlamentares e direitos políticos, mas também para afastar sumariamente servidores públicos. Parte deles foi afastada devido a suspeitas de corrupção, mas a maioria perdeu os cargos por acusações de “comunismo” (MOTTA, 2021, p. 104).

Nessa conjuntura, Lemos (2018, p. 63) acrescenta que o AI-2 motivou uma importante modificação no quadro político nacional, visto que “um setor que, se não apoiara praticamente o golpe, vira com bons olhos a deposição de Goulart, percebeu naquela medida o prenúncio de tempos funestos”. Assim, já durante o governo de Castelo Branco, muitas das parcelas empresariais que participaram na articulação do golpe de 1964 via IPES manifestaram-se abertamente contra algumas das medidas da ditadura (BORTONE, 2018; CARVALHO, 2020), posto que a ditadura brasileira se armou “progressivamente, para executar um papel nesse sistema de violência definido internacionalmente, importando e inventando instrumentos, inclusive no plano geral”, elucida Lemos (2018, p. 52).

Na sequência, em fevereiro de 1966, foi baixado o AI-3, que determinou eleições indiretas também para os governadores estaduais. Assim, no lugar do povo, seriam assembleias estaduais a escolher os governadores, bem como a escolha dos prefeitos das capitais estaduais passaria a caber aos respectivos governadores, outro golpe sério contra a vontade popular (SCHWARCZ; STARLING, 2015; MOTTA, 2021). Conforme explica Lemos (2018, p. 72), o movimento eleitoral foi marcado, “(...) também, pelo anúncio público, em 28 de outubro de 1966, do lançamento da Frente Ampla, movimento suprapartidário que se apresentava com o objetivo de reunir forças políticas em favor do reestabelecimento do governo democrático no país”. De acordo com o autor, o

¹² A ARENA, criada em abril de 1966, passou a representar os interesses políticos majoritários das classes dominantes do país. A oposição legal, por sua vez, abrigou-se no MDB, fundado no mês anterior (SCHWARCZ; STARLING, 2015; LEMOS, 2018).

principal articulador era Carlos Lacerda¹³, ex-governador do estado da Guanabara. Ademais, a iniciativa envolvia também os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, além de vários outros políticos tradicionais.

Castelo Branco finalizou sua atuação de institucionalização da ditadura com três iniciativas que entraram em vigor em 1967, a saber: a Constituição de 1967, a Lei de Segurança Nacional (LSN) e a Lei de Imprensa. A nova carta constitucional confirmava “o novo sistema político autoritário, com destaque para a eleição indireta para presidente da República”¹⁴. A LSN confirmava “outro dispositivo introduzido pelo AI-2: a determinação de que os crimes políticos deveriam ser julgados por tribunais militares”. E, afirma Motta (2021, p.111), a Lei de Imprensa, por sua vez, “servia para amedrontar os meios de comunicação e estimular a autocensura, embora afirmasse o estatuto da liberdade de imprensa”.

Motta (2021, p. 61) acrescenta que o governo de Castelo Branco seguiu uma pauta econômica mais liberal ao fazer ajustes para facilitar a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, cortando direitos trabalhistas e implantando uma política recessiva para reduzir a inflação. Essa postura liberal, no entanto, não agradou a todos os apoiadores do golpe, em especial nos meios militares, sobretudo, “por dar origem a uma recessão industrial e a uma estratégia diplomática totalmente subordinada aos interesses dos Estados Unidos”. Desse modo, na próxima seção serão discutidas a disputa sucessória e suas implicações.

2.3.3. Disputa sucessória (1967-1969)

Ao longo da ditadura civil-militar brasileira também ocorreram divergências internas. Cardoso (2018) as destacam como um desdobramento da escolha de Castelo Branco para o cargo de presidente da República, em abril de 1964, instaurando um conflito entre os chamados “castelistas” *versus* os “costistas”. Após a retirada de Goulart da presidência, apesar de o presidente da câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli, ter assumido de forma interina, o governo de fato ficou sob a direção do “Comando Supremo da Revolução”, que era formado pelos ministros das três Forças Armadas: general Artur Costa e Silva, almirante

¹³ Cabe salientar que Carlos Lacerda havia se destacado como líder da extrema-direita golpista no pré-golpe (LEMOS, 2018).

¹⁴ Registra Motta (2021, p. 110) que “(...) a Constituição de 1967 previa eleições diretas para governadores, mas elas foram sendo sucessivamente adiadas até 1982, quando pela primeira vez, desde 1965, o povo brasileiro pôde escolher os chefes dos governos estaduais”.

Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Melo (CARDOSO, 2018). De acordo com o autor, já naquele momento, um dos debates era a eleição do novo presidente, tendo em vista que Costa e Silva era contrário à candidatura de Castelo Branco.

Os conflitos de dentro do que Martins Filho (1995) chama de “caserna” podem ser explicados pela oposição formada por jovens oficiais que encontravam força nos herdeiros civis do regime (CARDOSO, 2018). Esse grupo recebe o nome de “linha dura” e tinha como principal característica o desejo por maior rigor na “limpeza” do sistema político. Para eles, o presidente Castelo Branco estava muito tolerante, quando deveria ser mais duro, tendo em vista que o prazo estava se esgotando e ainda havia muita gente para ser punida (MARTINS FILHO, 1995). Ainda segundo o autor, o governo de Castelo Branco trouxe insatisfações que projetaram longa sombra sobre o governo de seu sucessor Costa e Silva. A campanha para a sucessão presidencial tornou-se mais uma zona de conflito, ao passo que Costa e Silva buscava alinhar suas perspectivas com os setores da linha-dura, enfrentando resistência de militares castelistas. De acordo com Martins Filho (1995), o processo sucessório é um indicativo relevante para compreender os conflitos militares enquanto crise permanente a partir de 1964.

No início de seu mandato, Costa e Silva iria usufruir de um conjunto de expectativas favoráveis que pareciam se alimentar do forte sentimento anticastelista, presente na fase final do primeiro período ditador (MARTINS FILHO, 1995). Isso porque, de acordo com o autor, o anúncio de seu ministério teria alimentado esperança de amplos setores da oposição numa provável orientação nacionalista do novo governo, abrindo espaços para modificações na política econômico-financeira em vigor. Para Lemos (2018, p. 77), “a entronização de Costa e Silva, oriundo de outra rede militar, se fez constrangida pelo conjunto de iniciativas institucionalizadoras tomadas por Castelo Branco ao fim do seu governo: Constituição, Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional”. Para o autor, a polarização entre as correntes militares ocorreu devido à falta de acordo entre as soluções a serem dadas aos problemas do país após o golpe, tais como: “saneamento político” em relação ao comunismo e corrupção, combate à inflação, e reformas políticas, provocando “o abandono voluntário de governadores como Carlos Lacerda”.

Motta (2021, p. 61) explica que, a partir de seu sucessor, Costa e Silva, a ditadura investiu na “atuação do Estado como agente econômico, planejando ou financiando projetos de crescimento, ou ainda atuando diretamente por meio de

empresas e fundações públicas”. Nesse quadro, Costa e Silva elegeu como prioridade o crescimento econômico. De acordo com Almeida (2016, p. 164),

Hélio Beltrão (Planejamento) e Antônio Delfim Netto (Fazenda), representando um novo diagnóstico e uma nova receita para a crise brasileira, que desencadeou o mais longo ciclo de crescimento econômico do país. Alavancada pelo confortável caixa do Estado e pelo excesso de liquidez internacional, a taxa de investimento passou de 20% do PIB. Uma generosa oferta de crédito e subsídios ao setor privado, especialmente nas áreas ligadas à exportação, um rigoroso sistema de controle de preços (implementado em 1967) e arrocho salarial completavam o modelo. Foi a materialização do “milagre econômico”.

Além disso, apesar de ter sido caracterizado — à época e pela historiografia em geral — como representante da linha dura, Costa e Silva governou por cerca de um ano e meio como um autêntico castelista e, destaca Lemos (2018, p. 80), “administrando a ditadura de acordo com as disposições da Constituição de 1967”. Ainda de acordo com o autor, o ambiente de relativa liberalização política proporcionou a alteração de papéis no cenário político nacional em 1968, tendo “como protagonistas políticos a categoria estudantil e a classe operária, cujos movimentos se recuperavam do refluxo provocado pela derrota sofrida em 1964”. De modo geral,

dificuldades no relacionamento com o Congresso — que obstava ações repressivas e, também, o encaminhamento de reformas modernizadoras do capitalismo brasileiro em várias áreas —, reorientação dos métodos oposicionistas, com a crescente valorização da luta armada como caminho para a derrubada da ditadura, e divisões no interior da caserna em relação ao fazer da conjuntura política combinaram-se, entre os meses de agosto e dezembro de 1968, para produzir, no dia 13 deste mês, o quinto Ato Institucional (AI-5). “Outorgado” à nação pela “Revolução vitoriosa”, o AI-5 conferiu ao Executivo poderes para decretar o recesso do Legislativo em todos os níveis — Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores — e, nestas condições, legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas constituições ou leis orgânicas dos municípios. O presidente da República recebeu a prerrogativa de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais”, ficando vedada a posse de substitutos (LEMOS, 2018, p. 85).

O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição (SCHWARCZ; STARLING, 2015; LEMOS, 2018; MOTTA, 2021). Esse Ato Institucional “suspendia a concessão de *habeas corpus* e as franquias constitucionais de

liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares”, sem direito a recurso, como afirmam Schwarcz e Starling (2015, p. 455). Com a edição do AI-5, ocorreu o aperfeiçoamento do aparato repressivo. No ano seguinte, em 1969, foram criadas a Operação Bandeirantes (OBAN) e o Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de inteligência e tortura subordinado, em cada estado, a um coronel do Exército (LEMOS, 2014).

No plano político e social, ocorreu um ciclo de protestos de movimentos sociais, com destaque para o protagonismo de operários fabris e estudantes universitários. Motta (2021, p. 112-113) explica que, “significativamente, entre 1967 e 1968, alguns exilados voltaram ao país, movidos pela esperança de refazer suas vidas ou pela crença de que a ditadura poderia ser derrotada”. Ainda de acordo com o autor, ao mesmo tempo, a violência política assumiu intensas e graves proporções, sobretudo, a praticada pelos órgãos repressivos estatais, que tinham maior poder de fogo, matando e ferindo dezenas de pessoas ao longo do ano. Lemos (2014, p. 131) acrescenta ainda que o ano de 1969 condensou as medidas de afirmação do regime e, “por meio dos atos institucionais n. 13 e n. 14, foram estabelecidas as penas de banimento, perpétua e de morte”.

No plano jurídico, as inovações mais expressivas foram a nova Lei de Segurança Nacional (que substituiu a decretada dois anos antes), a Emenda Constitucional n.1 (que modificou amplamente a Carta de 1967) e os decretos-leis n.1001, n.1002 e n.1003 (que implantaram os novos Código Penal Militar e Código do Processo Penal Militar e a nova Organização Judiciária Militar) (LEMOS, 2014). De acordo com o autor, convenientemente aparelhado, o Estado conseguiu derrotar as oposições ao regime, beneficiando-se das limitações políticas e militares dos adversários.

Além disso, no plano econômico, Costa e Silva alcançou a meta principal. Lemos (2014, p. 131) considera que “já em 1968, quando, com as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), o movimento operário exalou um suspiro que não se repetiria por quase dez anos, a economia apresentava índices de crescimento real muito expressivos”. Para o autor, esse já era o início de uma conjuntura ascensional que receberia de analistas deslumbrados o apelido de “milagre brasileiro”, contexto que será abordado a fundo na próxima seção.

2.3.4. Acerto visando a transição (1969-1974)

Em 27 de agosto de 1969, o marechal Costa e Silva apresentou sinais de enfermidade, logo diagnosticada como trombose. Segundo Lemos (2018, p. 89), “erigidos em junta governativa, seus ministros militares baixaram no dia 1º de setembro o Ato Institucional nº12, oficializando o impedimento do presidente por doença e descartando a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, por razões de ‘segurança nacional’”. Assim, a estada do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República, a partir de 30 de outubro de 1969, potencializaria uma fase do regime em que seriam alcançados os principais objetivos da frente civil-militar, a saber, conforme elucida Lemos (2018, p. 91): “estabilização forçada do sistema político e retomada das condições de acumulação capitalista, sob a égide do capital monopolista internacional”. Cabe salientar que, apesar das divergências no interior do bloco no poder, sobretudo ligadas às relações econômicas com os Estados Unidos, a preservação dos instrumentos ditatoriais interessava a todos os grupos, que desejavam o “combate à subversão”.

Lemos (2018, p. 135) destaca que a sucessão de Costa e Silva, depois do seu afastamento do cargo por doença, constituiu uma das mais graves crises políticas vividas pelas Forças Armadas após o golpe de 1964. A gravidade dessa crise se dera, entre outros fatores, destaca Lemos (2018, p. 149), “pela ausência de institucionalização do processo sucessório, que trouxe para o interior da caserna a lógica das disputas “partidárias”, sendo percebida como fator de risco para a unidade das Forças Armadas”¹⁵. Motta (2021, p. 119) reforça que “o alto-comando militar escolheu para ocupar o cargo de presidente o ex-chefe do SNI, general Emílio Médici, que foi “eleito” pelos parlamentares e tomou posse ainda no mês de outubro”.

No governo de Médici, a política externa brasileira foi pautada pelas necessidades do plano de aceleração do crescimento econômico (MOTTA, 2021). Desse modo, Diniz (1994) aponta que, nesse período, o regime procurou legitimar-se através do êxito de sua política econômica¹⁶, tendo em vista que a economia brasileira alcançou altos índices de crescimento. Contudo, relatam

¹⁵ Segundo Lemos (2018, p. 149), “de fato, o processo de imposição de presidentes militares seguiu uma regra muito simples até então; um nome era escolhido na caserna e, depois, referendado pelo Congresso Nacional, onde, naturalmente, o partido governista sempre tinha maioria. Este método, como já foi visto, abriu brechas para situações críticas na sucessão de Castelo Branco e Costa e Silva. (...) O Colégio Eleitoral compor-se-ia dos membros do Congresso Nacional e dos delegados das assembleias legislativas dos estados”.

¹⁶ “Os governos do marechal Arthur Costa e Silva (1967-1969) e do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) tiveram como principal técnico da área econômica o economista e professor Antônio Delfim Netto, como Ministro da Fazenda”, explica Ianni (2019, p. 314).

Schwarcz e Starling (2015, p. 453), o chamado “milagre econômico” teve um preço: “o crescimento da economia se fez acompanhar de um processo acentuado de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores”. Em resumo,

houve o estímulo à atividade econômica, como a expansão do crédito — incluindo, especificamente, o crédito ao consumidor —, baixas taxas de juros e redução de compulsórios. Destaca-se o desempenho do setor de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e carros, que cresciam de 20% a 25% ao ano. Uma iniciativa importante do governo foi a criação da Embrapa e as medidas de apoio ao setor agrícola, que acompanharam a fase inicial do plantio de soja no Brasil, modernizando setores agrícolas tradicionais, lançando as bases dos Complexos Agro Industriais (CAI's). Grandes obras para o “Brasil Grande”: Transamazônica e Ponte Rio-Niterói. Apesar da economia aquecida, a inflação oficial teve uma queda moderada no período do chamado “milagre”, saindo de 25% em 1968 para 16% em 1973. (...) Salário Mínimo — tomando o valor inicial do salário mínimo em 1943 como equivalente a 100, em 1964 ele era de 92, em 1968 era 68, em 1975 era 55, em 1980 era 60 e em 1985 era 52. O que isso representa? Uma enorme e brutal redução do salário mínimo como política econômica do Estado e parte fundamental do processo de acumulação capitalista (ALMEIDA, 2016, p. 164-165).

Lemos (2014, p. 114) acrescenta que “o excepcional crescimento do PIB e a razoável redução da taxa de inflação no período de 1968-1973 obscureciam outras variáveis, menos edificantes”, ou seja, todo esse crescimento tratava-se de uma fase positiva do processo de acumulação de capital na economia brasileira, que pressupunha elevadas taxas de exploração do trabalho. Desse modo, a ditadura manteve e aprofundou o sistema capitalista, mas, de acordo com Motta (2021, p. 62), “com uma importante participação estatal, o que incomodou e gerou críticas dos defensores do liberalismo econômico na segunda metade dos anos 1970”.

Paralelo a essa concentração de riqueza, entre 1968 e 1973 o Brasil também vivia o período político mais turbulento, reprimindo agressivamente os setores que se contrapunham ao governo (SANGUINÉ JUNIOR, 1998). Segundo o autor, esse era o período mais duro da ditadura, com censura, prisões, perseguições e torturas, o que também fez aumentar o descontentamento popular.

Lemos (2018) acrescenta que, em julho de 1969, entrou em funcionamento, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (OBAN), um projeto

piloto da repressão, que não tinha caráter legal, operando como uma formação paramilitar com liberdade para usar métodos extremamente violentos, inclusive a tortura e o assassinato de presos políticos. Lemos (2018, p. 88) destaca ainda que este era um “organismo concebido para coordenar elementos das Forças Armadas, da Polícia Estadual — civil e militar — e da Polícia Federal no combate às forças de esquerda”. De acordo com Campos (2018a), a OBAN foi o maior exemplo de que a relação entre empresários e militares na ditadura não se limitou à participação dos oficiais nas empresas privadas, mas incluiu também a atuação de donos de empresas em projetos militares e no aparato da repressão. O autor descreve que

a operação foi criada para centralizar o sistema de segurança, subordinado ao presidente da República, em julho de 1969. Seu orçamento, no entanto, era bancado por contribuições privadas e Luiz Macedo Quental, ligado a empreiteiras e à Light, pedia contribuições dos empresários paulistas. Na Fiesp, o ministro Antônio Delfim Netto fez o mesmo e conseguiu contribuições de empresas nacionais como Camargo Corrêa, Folha de S. Paulo, o grupo Ultra e, principalmente, firmas internacionais como Nestlé, General Eletric, Mercedes-Benz, Siemens e outros. A Oban usava métodos como a prisão, tortura e o assassinato dos integrantes da esquerda armada brasileira (CAMPOS, 2018a, p. 16).

Nesse sentido, cabe destacar que algumas empresas estabeleceram estreita parceria com agências estatais, “tendo em vista a vigilância política e a repressão a trabalhadores considerados ativistas de esquerda, cooperando inclusive para que fossem presos pelas forças policiais” (MOTTA, 2021, p.153), como foi o caso da Volkswagen do Brasil (SILVA, 2022; SILVA, CAMPOS; COSTA, 2022).

Como resultado, Motta (2021, p. 104) ressalta que, “além das lideranças políticas, centenas de líderes de movimentos sociais (sindicalistas e camponeses, sobretudo) foram presos e tiveram seus direitos políticos suspensos”. Neste clima político, estando reaberto o Congresso Nacional, houve eleições em novembro de 1970, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) havia recebido o novo general presidente sob ação oposicionista e com uma afirmação de exigências consideradas democratizantes (LEMOS, 2018).

Lemos (2018) destaca que as sucessões de mudanças da luta de classes no mundo e a concretização de suas metas fundamentais, levaram as classes dominantes brasileiras a adotar métodos de contrarrevolução preventiva na primeira metade da década de 1970. Isso significou buscar antecipar-se a crises

que poderiam ser favoráveis à subversão da ordem capitalista no Brasil. Por esse motivo, o autor reforça que foi estabelecida no interior do núcleo dirigente do regime ditatorial a conveniência de fazer-se a transição, e explica que

as condições em que se estabelecesse o acerto entre as correntes políticas ligadas à ditadura e às oposições refletiriam uma correlação de forças determinante dos momentos seguintes da luta política: o desmonte do regime ditatorial e sua substituição por algum outro, cujas bases seriam lançadas pela anistia, ou a sua confirmação, ainda que com outra aparência, igualmente delineada pela anistia (LEMOS, 2018, p. 25).

Nessa conjuntura, o marco inicial da transição brasileira pode ser associado à indicação do general Ernesto Geisel (1974-79) à sucessão do general Emílio Médici (1969-74), oficializada em 18 de junho de 1973 (LEMOS, 2018). De acordo com o historiador, a primeira condição para estabelecer o ritmo adequado da “descompressão” seria garantir ao governo a iniciativa e o controle do processo. Para isso, o governo precisaria estar numa posição favorável na correlação de forças com a oposição. Lemos (2018, p. 149) corrobora que havia então um sincronismo entre esta condição e o quadro político do país no momento em que é formulada. Isso porque, como mencionado anteriormente, em 1973 o governo exercia sem empecilhos o poder sobre “uma oposição clandestina praticamente aniquilada”.

Seguindo este raciocínio, Lemos (2018, p. 149) aponta que a segunda condição seria que se conseguisse contornar as resistências que poderiam advir da linha dura e de outros círculos no governo. Assim, para o autor, o êxito da “descompressão” dependeria, em terceiro lugar, de “uma sequência apropriada de ênfases em seus diversos componentes”, começando pela institucionalização política dos mecanismos regulatórios da sucessão presidencial, como retratado na próxima seção.

2.3.5. O processo de abertura política (1974-1988)

A partir de 1974, setores dos grupos dirigentes entenderam que “o momento em que as principais metas da contrarrevolução — retomada do crescimento econômico e “saneamento” do cenário político interno — haviam sido atingidas”, ressalta Lemos (2014, p. 132), e seria apropriado para a readequação dos meios de dominação, isto é, a maneira para alcançar sua grande meta estratégica passaria a ser a dominação de classes na forma de um regime democrático sob restrições. Isso porque, de acordo com o autor, os

dirigentes temiam o efeito desgastante das disputas pelo controle do Estado sobre a unidade das Forças Armadas, tendo em vista o processo sucessório de Costa e Silva, no final de 1969. Para Lemos (2014, p. 132), “não se cogitava desarticular o aparato repressivo do Estado nem afastá-lo do processo político total e abruptamente. Tratava-se de refazer a equação coerção-negociação na dinâmica da dominação política, ampliando-se a esfera desta e reduzindo-se a daquela”.

Além disso, os primeiros momentos do governo do general Ernesto Geisel, empossado em 15 de março de 1974, coincidiram com o agravamento da pressão internacional contra a ditadura no Brasil. Como retrata Lemos (2018, p. 163):

Quinze dias depois da posse, o Tribunal Bertrand Russell reuniu-se em Roma para examinar denúncias de violação de direitos humanos na Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai. A ideia inicial era julgar apenas os atos da ditadura brasileira. O golpe perpetrado no ano anterior pelas forças direitistas no Chile foi, contudo, entendido como indicador de que o caso do Brasil não era uma ocorrência isolada, mas “surgia como um modelo que tendia a se estender por toda a América Latina”, acontecendo igualmente, como já foi visto, no Uruguai e na Bolívia. Na reunião de constituição realizada em Bruxelas, a 6 de novembro de 1973, decidiu-se assumir o nome de Tribunal Russell II para a Repressão no Brasil, no Chile e na América Latina.

Lemos (2018, p. 165) completa ainda que:

o tribunal entendeu que a ação da ditadura não constituía somente uma negação dos “direitos humanos”, mas também um meio de destruir o movimento operário e camponês no Brasil, em nome de um modelo de desenvolvimento econômico que reduzia os trabalhadores a condições de opressão e miséria típicas das fases iniciais do capitalismo. Por considerar que os métodos do governo brasileiro implicavam “crimes contra a humanidade”, o tribunal sugeriu a publicação dos nomes de todos os responsáveis – mandantes e executores – por tais violências.

Com essa crise no início dos anos de 1970, as contradições do regime apareceram, fazendo com que o crescimento até então desmoronasse na virada da década, decretando falência ao regime (SANGUINÉ JUNIOR, 1998). Nesse sentido, muitos setores que apoiaram o regime começaram a demonstrar insatisfação, inclusive diferentes frações da burguesia, que passaram a disputar espaços de poder com o objetivo de fortalecer suas instituições de classe e de exigir maior participação nas decisões políticas (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009).

Pires (2008, p. 32) corrobora, ainda, que “a dependência externa ficou evidente quando a crise internacional do petróleo gerou a diminuição das exportações brasileiras, a alta dos juros da dívida externa, o aumento da inflação e o colapso da produção agrícola”. Motta (2021, p. 93) acrescenta que, para tanto, foram tomadas iniciativas marcantes no campo internacional, como o estabelecimento de relações diplomáticas com a china comunista, e, nesse momento, “grupos de extrema direita civil e militar não concordaram com essa abordagem pragmática da diplomacia, a seu ver incompatível com os compromissos ideológicos da “revolução de 1964”, e fizeram pressão contra o governo Geisel para reverter sua orientação internacional”.

Assim, a partir de 1974, a sociedade passava a sentir os efeitos negativos da política de crescimento do governo. De acordo com Almeida (2016, p. 173), “a classe média, cooptada a princípio pelo espaço consumista reservado pela política econômica, demonstrava a sua insatisfação com o regime (...) engrossando com seus votos a oposição consentida do MDB, (...) apoiando as greves (médicos, professores) e a campanha pela Anistia”. Diante desse cenário, uma série de movimentos populares começa a ganhar força. Surge, nesse momento, o envolvimento em mobilizações de algumas instituições com grande legitimidade na sociedade exigindo o retorno das liberdades democráticas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), conforme aponta Maia (2017). Além disso, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), a ênfase da movimentação de oposição caminhou da luta armada para os caminhos legais possíveis de atuação política.

No plano social e político, o governo de Geisel foi marcado por muitos assassinatos e desaparecimentos políticos. Um desses casos — visto por muitos historiadores como o ponto de inflexão para as mobilizações de oposição à ditadura ganharem força — foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, assassinado nas dependências do DOI-CODI em São Paulo (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). O jornalista, acusado de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia comparecido voluntariamente àquela repartição para depor (LE MOS, 2018). O assassinato de Herzog, apresentado pela repressão como suicídio, causou intensa indignação e comoção pública¹⁷ (MOTTA, 2021). Schwarcz e Starling (2015, p. 472) mencionam que esse caso

¹⁷ “Um culto ecumênico realizado na Catedral da Sé paulista em homenagem a Herzog e em protesto contra a repressão política alcançou grande dimensão, ao reunir cerca de oito mil pessoas que precisaram enfrentar forte bloqueio policial nas principais ruas de acesso ao local. O caso ensejaria diversas manifestações internacionais contra o regime ditatorial no Brasil”, de acordo com Lemos (2018, p. 193).

“(...) fez reagir uma rede de informação liderada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, que denunciou a farsa do suicídio e aglutinou o movimento de protesto contra a prisão ilegal, a tortura e o assassinato”.

Definindo sua estratégia política, Geisel integrou à equipe o militar Golbery do Couto e Silva, descrito por Motta (2021, p. 247) como “uma figura execrada pela extrema direita militar por suas posições moderadas (e por sua ligação com empresas estrangeiras)”¹⁸.

Além disso, Motta (2021) explica que, mesmo após a crise internacional que eclodiu em outubro de 1973, o governo Geisel manteve níveis altos de investimento público direcionados ao financiamento de projetos de impacto econômico e continuou oferecendo crédito para empreendimentos privados. Para Diniz (1994, p. 212), apesar da crise do petróleo e dos problemas enfrentados pelo mercado mundial repercutirem no país e da taxa de crescimento da economia sofrer sensível decréscimo, o presidente e as principais autoridades econômicas continuavam a revelar, em seus pronunciamentos e declarações, “uma avaliação otimista da situação definindo perspectivas promissoras”.

Nessa conjuntura, quando o que está em jogo é a transformação de regimes autoritários em direção a uma ordem política democrática, “a controvérsia em torno do grau de continuidade ou de ruptura assume a forma de um esforço para determinar o quanto de sobrevivência das regras autoritárias ou, inversamente, de sua destruição, ocorrerá no processo de implantação da nova ordem”, explica Diniz (2016, p. 239).

Ao seguir a mesma linha de raciocínio, Codato (2005, p. 165) ressalta que três aspectos devem ser destacados nesse longo período. Em primeiro lugar, o processo de distensão política foi iniciado pelos próprios militares, e não por pressão da sociedade civil, “ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos”; em segundo lugar, “esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos determinados também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas”; por fim, esse processo “correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato”.

¹⁸ Além da definição dada pelo autor, Golbery do Couto e Silva foi um ator importante na relação entre a Folha de S. Paulo e o governo ditatorial, como será melhor discutido na seção 2.6 deste capítulo.

A política distensionista não foi ocasionada pela crise, pelo contrário, teve início antes que os efeitos da crise se tornassem plenamente visíveis, quando as elites econômicas e as autoridades governamentais ainda estavam influenciadas pelo clima de otimismo gerado pelo “milagre econômico” (CODATO, 2005; DINIZ, 2016; LEMOS, 2018). Dessarte, o processo de abertura política deve ser compreendido como um projeto de mudança política, segundo Diniz (2016, p. 243), “concebido pelos mentores do regime autoritário como forma de recompor suas bases de apoio, desgastadas pelo longo período de restrições políticas imposto ao país pelos governos pós-64”. Por esse motivo, ainda de acordo com a autora, a estratégia de distensão, formulada no governo de Geisel, preconizava “uma liberalização lenta, gradual e de alcance limitado, cabendo ao governo fixar o ritmo, a extensão e a direção das mudanças assimiláveis pelo regime”. Desse modo, é possível compreender o processo de abertura política como sendo parte de um projeto político com objetivos estratégicos. Como defende Mattos (2018, p. 13),

ditadura, transição e democracia ganham sentido, então, como faces (ou disfarces) de um mesmo padrão de dominação de classes, em que a mudança do regime político de 1964 é fruto de um recurso consciente de setores empresariais à intervenção militar, enquanto a saída do regime ditatorial é transacionada desde cima - apesar dos contratempos impostos pelas lutas vindas desde baixo - pelos portadores do mesmo projeto político, em sua essência contrarrevolucionário.

O objetivo estratégico dessa subfase, de acordo com Lemos (2014), foi a formação, no cenário nacional, de um centro político conservador que desse suporte e legitimidade à nova forma de dominação que se pretendia construir. Para isso, o autor destaca que foram tomadas medidas de interesse das frações liberais democráticas da oposição, como o reconhecimento da vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974 e a suspensão progressiva da censura. Lemos (2018) acrescenta que as eleições gerais de 1974 constituíram o primeiro ato público do roteiro da distensão política¹⁹. De acordo com o autor (p. 177), “os condutores do regime apostaram que, concedendo melhores condições de competição eleitoral ao MDB, ampliariam a legitimidade da sua dominação sem risco de perder o controle do processo político, que seria garantido, formalmente, pela presumida vitória da Arena”. Além disso,

¹⁹ Diniz (2016, p. 245) reforça que entre o conjunto de medidas liberalizantes do projeto de abertura política estava “o aumento da representação da Câmara dos Deputados, de 310 para 364 cadeiras, associado à manutenção do eleitorado como base para o cálculo da representação estadual, assegurando, ainda, o acesso amplo de todos os candidatos à propaganda pela rede nacional de televisão e a proibição da subleitura”.

a reivindicação de anistia política, até então apenas tolerada pelos governos do regime enquanto postulação individual, finalmente se transformou no Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975. Ainda na esteira da liberalização, ressurgiu o movimento estudantil em vários pontos do país, defendendo, no plano político, desde melhores condições (carcerárias para os presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional) até a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (LEMOS, 2014, p. 132).

O sistema bipartidário²⁰ evoluiu para uma disputa polarizada entre as forças favoráveis e contrárias ao regime. A partir de 1974, o voto no MDB viria a ter o significado de um voto de protesto contra a natureza do regime, atraindo para esse partido um grande número de eleitores. Neste ano, ocorreu a primeira eleição em que candidatos e militares oposicionistas não foram presos durante o processo. Explica Motta (2021, p. 256) que “o MDB aproveitou o clima menos cerceado para fazer uma campanha política mais agressiva, em que denunciou o autoritarismo da ditadura e também as mazelas sociais do país, questionando os resultados do propalado “milagre” econômico”²¹. Ainda de acordo com o autor, o resultado dessas eleições alarmou o governo, uma vez que mostrou que sua popularidade não era sólida como imaginava, levando-os a frear o ritmo da distensão, marcada por avanços e retrocessos. Para Diniz (2016, p. 245),

Os resultados das eleições legislativas de 1974 foram além das expectativas, tendo o partido oposicionista, o MDB, ampliado consideravelmente sua votação: elegeu 16 senadores entre 22 vagas em disputa com 60% do voto popular, aumentou sua bancada na Câmara de 28% para 44%, elegendo ainda maiorias em seis assembleias estaduais. Tratava-se de uma melhoria significativa em comparação com as eleições de 1970, quando o partido governista alcançara 72% das cadeiras da Câmara e 89% do Senado, o que levou grande parte da liderança do MDB a pensar na autodissolução do partido.

Além disso, após as eleições municipais de outubro de 1976, em que “o MDB saiu vitorioso nas maiores cidades e a Arena nos pequenos municípios, surgiram no início de 1977, notícias vazadas a imprensa sobre um pacote de reformas para substituir o AI-5, que inicialmente poderia ser negociado com MDB”, segundo Motta (2021, p. 262). O autor reforça que esta foi mais uma

²⁰ Como discutido anteriormente, “imposto por decreto, em 1965, para dar ao regime uma forte base de sustentação eleitoral”, conforme explica Diniz (2016, p. 247).

²¹ Motta (2021, p. 256) defende que “um fator decisivo para o sucesso do MDB foi o uso de propaganda eleitoral na televisão, que permitiu alcançar áreas antes inacessíveis aos discursos da oposição”.

notável investida autoritária para evitar nova vitória oposicionista nas eleições parlamentares de 1978. Assim, as elites dirigentes, percebendo que esse tipo de evolução traria sérios prejuízos eleitorais, optaram por introduzir uma nova reforma partidária (DINIZ, 2016).

A primeira reação foi a Lei Falcão, instaurada em 1976, que determinava que durante as campanhas para eleições municipais os candidatos não poderiam realizar debates nos meios de comunicação e se limitariam a apresentar nome, número, currículo e partido (DINIZ, 2016). Cardoso (2018) aponta que a razão dessa lei foi o diagnóstico feito pelo SNI de que o acesso à televisão e ao rádio pelo MDB foi determinante para a derrota da Arena no pleito de 1974 e que, se não fossem tomadas as medidas necessárias, era provável que iriam ocorrer novas derrotas nas próximas eleições.

Todavia, a Lei Falcão não foi a única medida do governo para manter o controle da transição e evitar o avanço eleitoral do MDB. Usando os poderes do AI-5, Geisel decretou o recesso do Congresso na primeira quinzena de abril de 1977 e promulgou um conjunto de mudanças constitucionais, conhecido como o Pacote de Abril (DINIZ, 2016; CARDOSO, 2018). Motta (2021, p. 262) ressalta que o pacote de abril chocou parte da opinião pública, pois “tamanha intervenção autoritária não ocorria desde 1968. O evento foi ainda mais decepcionante por significar grave retrocesso em relação às expectativas em torno da distensão”. As principais medidas desse pacote foram:

(...) eleição indireta para um terço dos senadores (chamados ironicamente de biônicos pela oposição); instituição das sublegendas para a eleição de senadores, uma forma de acomodar conflitos na Arena, que poderia agora lançar até três candidatos para a mesma vaga, cujos votos seriam totalizados em favor do mais votado; aumento das bancadas de deputados federais dos estados menores, em que a Arena era mais votada; eleições indiretas para governadores em 1978; redução do quórum para aprovar emendas constitucionais (de dois terços para maioria simples), o que tirava o poder do MDB de bloquear iniciativas do governo; ampliação do mandato do futuro presidente de cinco para seis anos (MOTTA, 2021, p. 262-263).

O pacote de abril revelou que a distensão de Geisel não era um projeto democrático, mas uma estratégia para manter e estabilizar o poder (MOTTA, 2021). Lemos (2014, p. 133) expõe que, em setembro de 1978, o governo aprovou uma nova Lei de Segurança Nacional, “que reduziu substancialmente as penas, abrindo caminho para a soltura de muitos presos políticos e para o enfraquecimento do movimento pela anistia”. Em outubro, o governo fez o

Congresso Nacional aprovar a Emenda Constitucional n. 11, “que, entre outras determinações, revogou os atos institucionais e complementares, extinguiu as penas de morte, banimento e prisão perpétua e determinou as regras gerais para a extinção dos partidos políticos e a formação de novos”. Essas medidas do Estado, incorporadas à Constituição, preencheram a ausência dos atos institucionais²².

Apesar desses aparatos repressivos, no último ano do governo Geisel ocorreu o primeiro episódio de maior repercussão: a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em maio de 1978. Motta (2021, p. 268) afirma que o impacto foi grande, “pois, além de ser a primeira paralisação de grandes proporções desde 1968, tratava-se do coração da indústria brasileira”. Almeida (2016, p. 173) acrescenta que

o movimento sindical, a partir da greve da Scania em 1978 e sua extensão pelo ABC paulista, ganhou um novo impulso: novas formas de manifestação e organização, novas lideranças, novas reivindicações. As greves dos metalúrgicos representariam não só a ruptura com o sindicalismo oficial, mas a maior contestação da legitimidade da política e do próprio governo no final dos anos 70. As tentativas de repressão desse movimento por parte dos empresários e governo não foram capazes de deter os seus desdobramentos: a organização da CONCLAT (Conferência da Classe Trabalhadora) e posteriormente de uma nova central sindical — a CUT (Central Única dos Trabalhadores); a criação inovadora de um Partido dos Trabalhadores (PT), calcado em novas bases sociais e em uma relação quase horizontal entre a base e a direção; e, indiretamente, no campo, a revitalização do movimento dos trabalhadores rurais e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Em outubro de 1978, foi enfim aprovada e promulgada pelo Congresso a emenda constitucional que extinguiu o AI-5 a partir de janeiro de 1979, sem os votos do MDB, que discordou da criação do estado de emergência (MOTTA, 2021). O autor acrescenta que, como desde o pacote de abril o governo não precisava mais de dois terços de votos para alterar a constituição, os votos da Arena bastaram.

No que se refere ao empresariado, para Diniz (1994, p. 223), seus sucessivos passos, entre os anos de 1978 e 1982, estavam dentro de uma “estratégia mais global de reforço de uma postura crítica, preservando certa

²² Lemos (2014, p. 133) lembra que “o texto reformado foi o da Constituição de 1967/Emenda Constitucional n.1, concebidas segundo os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina de Guerra Revolucionária”. Deste modo, para o autor, o governo estava estabelecendo “as linhas de força que deveriam reger o processo político nacional até a sucessão do sucessor do general Geisel, desejada para 1989.”.

flexibilidade para a recomposição com o regime”. Para a autora, essa forma de orientação fez com que os protestos estivessem sempre dentro de certos limites. Mesmo o setor mais combativo do empresariado que se incorporou ao projeto de abertura política não chegou a inserir-se no campo da oposição, uma vez que procurava, em diversas oportunidades, proteger seu vínculo com o aparato situacionista.

Entretanto, ao passo que as demonstrações de torturas e crimes, realizados por parte dos agentes governamentais, ficavam mais visíveis por meio de denúncias e da imprensa, aumentavam as mobilizações sociais. Dentro das pautas de reivindicações, encontravam-se também a anistia aos presos políticos, aos cassados, banidos e exilados desde 1964 (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Com a ideia de abertura política difundida, o pensamento sobre anistia começou a existir como possibilidade factual (MAIA, 2011). Desse modo, o movimento que estava lutando pela redemocratização do país, começa a integrar a luta pela anistia política.

Nessa perspectiva, em fevereiro de 1978, foi fundado no Rio de Janeiro o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A luta dos CBAS começou a ganhar voz ao ser apoiada por diversos movimentos e instituições de defesa dos direitos humanos (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009; MAIA, 2017). Em várias cidades do país, esses comitês passaram a investigar os assassinatos de presos políticos, divulgar os nomes dos desaparecidos e denunciar violência e tortura na ditadura. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 479), os CBAS

foram a chave para o início de um “movimento memorável – a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita –, que unificou as forças de oposição, reuniu artistas e intelectuais, ganhou a opinião pública, e transbordou para a rua em passeatas, comícios e atos públicos.

No governo Figueiredo (1979-85), conforme explica Maia (2017, p. 28), o debate sobre anistia ganhou força, uma vez que se “defendia o processo de reabertura e o fim das retaliações aos chamados subversivos”. Para o autor, tornou-se incontestável a necessidade de se melhorar a imagem do governo junto à sociedade, do mesmo modo que não era mais possível ignorar as passeatas, os debates, os comícios e a pressão no Congresso Nacional pela criação de um projeto de lei de anistia. Motta (2021) acrescenta que Figueiredo herdou um quadro desafiador ao assumir a presidência em março de 1979,

quando as oposições estavam mais fortes e agressivas e a grande imprensa atuava livremente.

Em 1979, o presidente Figueiredo enviou ao Congresso um projeto de Anistia, que foi aprovado depois de uma série de modificações e negociações com setores da oposição (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Contudo, apesar de ter representado um avanço político na época ainda, há discussões sobre as lacunas deixadas pela lei. Schwarcz e Starling (2015, p. 479) corroboram que “grave — e até hoje sem conserto — era a cláusula de reciprocidade que estendia a concessão de anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos”. De acordo com as autoras, foi essa cláusula que aprovou impunidade para os militares e, mais de trinta anos depois, continua impedindo a responsabilização individual dos coautores dos crimes praticados pelo Estado durante a ditadura, incluindo tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Nessa conjuntura, cabe reforçar que a Lei da Anistia de 1979 foi resultado de uma operação política em que o regime ditatorial “capturou às oposições a bandeira da anistia e a redefiniu de acordo com seus objetivos estratégicos”, explica Lemos (2018, p. 19). Isso porque, os pilares da estratégia política do governo de Figueiredo eram “buscar popularidade, aprovar uma lei de anistia aceitável para os líderes da ditadura, fazer uma reforma partidária e dividir a oposição”, complementa Motta (2021, p. 276). Desse modo, o autor ressalta que no final de 1979 foram adotadas medidas de reajuste mais generosas para os trabalhadores de baixa renda, em contraste com o período inicial da ditadura, em que prevaleceu o arrocho²³.

Com a aprovação da Lei de Anistia, a partir de agosto de 1979 centenas de exilados voltaram ao Brasil, pela certeza de que não seriam mais presos ou processados. Motta (2021, p. 286) corrobora que os “grandes líderes de esquerda voltaram em setembro e outubro de 1979, com destaque para Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes”. Além disso, o autor destaca que para livrar-se do bipartidarismo, que passou a ser mais frutífero para a oposição, o governo atrelou a anistia a um plano de reforma partidária. Assim, “a nova Lei Orgânica dos Partidos, de 1979, extinguiu o bipartidarismo e instituiu o pluripartidarismo, com o objetivo de fragmentar as oposições”, elucida Diniz (2016, p. 247). As principais medidas instituídas do chamado pacote de novembro foram:

²³ “Pela nova regra, quem recebia até três salários mínimos seria reajustado pelo índice oficial de inflação e mais um acréscimo de 10%”, segundo Motta (2021, p. 277).

a proibição de coalizões eleitorais para evitar a aliança entre partidos de oposição nas eleições de 1982, a obrigatoriedade de cada partido apresentar seus próprios candidatos em todos os níveis eleitorais e a vinculação de votos, um sistema pelo qual o eleitor é forçado a escolher candidatos do mesmo partido para todos e cada um dos níveis de representação, de vereador a governador. Em reação a tais medidas, os dois maiores partidos de oposição, o PMDB e o PP, resolveram fundir-se, sendo o segundo incorporado pelo primeiro. Essa tática levou a que, na prática, o bipartidarismo fosse recriado na maioria dos estados brasileiros. Apesar de todos os artifícios utilizados pelo governo, as eleições de 1982 trouxeram ganhos consideráveis para a oposição. É verdade que o partido governista, o PDS, manteve o controle do Colégio Eleitoral, responsável pela escolha, em janeiro de 1985, do presidente que sucederia ao general Figueiredo. Manteve também o controle do Senado, na medida em que somente um terço das cadeiras foi disputado. Na Câmara dos Deputados, porém, embora o PDS tenha conseguido eleger o maior número de deputados (235), os partidos de oposição, em seu conjunto, conquistaram a maioria (245 deputados). A perda da maioria absoluta na Câmara Federal colocou para o governo a necessidade de negociar com a oposição para conseguir a aprovação de medidas de seu interesse (DINIZ, 2016, p. 248).

O discurso oficial era “atender ao desejo de liberdade do povo, mas, na prática, o objetivo era dividir a oposição e tentar criar um partido oficial com cara nova, de preferência mais popular”, segundo Motta (2021, p. 286-288). O autor acrescenta que a reforma partidária “levou à formação de dois outros partidos importantes no campo das oposições, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores (PT)²⁴, liderado pelo metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio da Silva”.

Em 1982, se anunciavam as eleições diretas para governadores e, dois anos depois, as ruas foram tomadas pela Campanha das Diretas, reunindo, em palanques, políticos e militantes de diferentes partidos (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Segundo os autores, com o slogan “eu quero votar para Presidente”, milhares de pessoas tomaram as ruas, em diversos comícios realizados em diferentes pontos do Brasil. Nesse sentido, a “tendência em favor das eleições diretas até crescia depressa na sociedade e entre as forças de oposição, mas a possibilidade de mudança nas regras da sucessão era nula”, elucidam Schwarcz e Starling (2015, p. 482).

O novo presidente foi eleito pelo Colégio Eleitoral em 1985, apoiado pela oposição, numa votação extraordinária em que Tancredo Neves, do MDB,

²⁴ Schwarcz e Starling (2015) apontam que a fundação do PT, em 1980, significava a criação de um partido de massas que se organizava de baixo para cima, e que estava pronto a incorporar a experiência de luta dos sindicatos operários e dos movimentos populares para obter capilaridade social nas periferias das cidades e na área rural.

derruba o candidato do governo, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Schwarcz e Starling (2015, p. 486-487) explicam, ainda, que ele tinha apenas três meses até a posse para solidificar sua vitória, montando o novo governo e materializar um projeto de transição, “que incluía uma solução política conservadora e uma alternativa de mudança conciliatória, mas não era nada desprezível: estava orientado para avançar na reconstrução democrática e buscar a estabilização econômica e estabilidade institucional”. De acordo com as autoras, “Tancredo costurou a aliança política capaz de acomodar as diferentes forças que o apoiavam, como o PMDB, o PDT, o PTB e até os comunistas do PCB — a Aliança Democrática”. Desse modo, Tancredo deu ao seu programa um tom de mudança de governo e não de ruptura do sistema político, mas manteve os três pontos considerados essenciais pela oposição para concretizar o projeto de redemocratização do país: eleições diretas em todos os níveis, convocação de uma assembleia nacional constituinte e promulgação de uma nova Constituição.

Entretanto, um dia antes de tomar posse, Tancredo foi internado por causa de uma infecção generalizada e faleceu dias depois. Assumiu a presidência da República José Sarney, seu vice, ex-ARENA e um dos civis que deu apoio aos militares. Nesse sentido, saiu do poder o último general-presidente e iniciava-se assim o período marcado como Nova República. Uma Nova República marcada mais por continuidades do que por rupturas (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Não houve, portanto, uma ruptura com o autoritarismo, mas uma “transformação — lenta, segura e gradual — da forma de governo”, descreve Lohn (2013, p. 79). As Forças Armadas e as agências repressivas, por exemplo, mantiveram-se intocadas no governo de Sarney, especialmente o SNI e as agências de informação dos ministérios militares (MOTTA, 2021). Por outro lado, Motta (2021, p. 299) acrescenta que Sarney enfrentou e resolveu temas que eram tabus para as forças de direita,

como a legalização dos partidos comunistas, o reestabelecimento de relações diplomáticas com Cuba e a convocação de uma Assembleia Constituinte, embora tenha optado pelo formato mais convencional de uma constituinte congressional (ou seja, os parlamentares eleitos para a legislatura de 1986 fariam a Carta, junto com suas atribuições) no lugar de uma assembleia exclusiva para fazer a Constituição. Daí resultou a Constituição de 1988, a carta mais avançada que o Brasil já teve, em termos tanto de direitos públicos como de direitos sociais.

O processo de elaboração da Constituição de 1988 representou o grande momento da disputa hegemônica, através do confronto de um projeto liberal (antipopular) e um projeto popular liderado pela CUT e pelo PT. Almeida (2016, p. 175) explica que, as classes dominantes procuravam apresentar a Assembleia Nacional Constituinte “como uma instituição neutra, na qual os “representantes do povo” estariam acima das classes e teriam como missão elaborar uma Constituição que respeitasse igualmente os interesses de “todo o povo”. Desse modo, buscando retirar do povo sua soberania, o Congresso Constituinte era apresentado utopicamente como conferindo o mesmo peso e o mesmo valor a todas as classes, da burguesia aos operários. O autor narra que a CUT, “procurando desmascarar essa farsa, denunciava os investimentos que as diferentes frações da classe burguesa fizeram nas campanhas eleitorais para conquistar uma maioria imbatível no Congresso Nacional”. Isso porque os grupos dominantes, além de suas amplas majorias nas Comissões Temáticas, conseguiam mobilizar todas as formas de pressão para fazer uma Constituição que contemplasse os interesses políticos da burguesia.

Assim, o término da contrarrevolução tem como marco a Constituição de 1988, que significou um novo pacto sob outro regime político (CARDOSO, 2018; LEMOS 2018). Todavia, apesar de o governo “democrático” que sucedeu ao último governo militar representar o “fim” da ditadura, Motta (2021) reforça que não significou uma verdadeira ruptura a ela. Schwarcz e Starling (2015, p. 497) destaca que é de natureza da democracia que suas conquistas sejam “(...) lentas, difíceis de conseguir e se perdem facilmente”. Desse modo, as lutas contra a ditadura ensinam aos brasileiros que a democracia é um valor que precisava ser alcançado.

Nesse sentido, os caminhos e descaminhos da abertura política foram marcados por avanço e recuos por parte do governo e das organizações que lhe davam apoio (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Lohn (2013) acrescenta que, entre o ponto inicial e o ponto final, houve um período intermediário no qual ocorreram mutações, descontinuidades e continuidades. É importante que se destaque que esse processo de reabertura se deu dentro da ordem tutelada pelos militares, apesar de não haver consenso sobre em que medida seria essa abertura, uma vez que ainda havia aqueles que resistiam à mudança (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009).

Dessarte, levando em consideração que a ditadura teve apoio de grupos importantes, dentre eles a imprensa, torna-se relevante compreender como e por que isso se deu. Isso porque, durante um dos períodos mais perversos e

complexos da história brasileira, em termos de violação dos direitos humanos — a ditadura civil-militar —, a imprensa perdurou em controvérsias, que dão subsídios para a discussão sobre a atuação dos meios de comunicação na trajetória política do país (SANGUINÉ JUNIOR, 1998). Assim, levar em conta a atuação da imprensa é indispensável quando a pauta é o debate público e a opinião política dos cidadãos. Por esse motivo, na próxima seção será abordada a imprensa enquanto ator social e político.

2.4. Imprensa como Ator Social e Político

Antes de adentrar a discussão sobre a imprensa enquanto ator social e político, é importante ressaltar que as diferentes expressões “imprensa”, “empresa jornalística”, “mídia”, “jornal” e “meios de comunicação de massa” são trazidos pelos autores utilizados nesta pesquisa para tratar do mesmo objeto de estudo. Por esse motivo, ao longo desta seção, os leitores poderão encontrar ambas as expressões, tendo em vista que foi mantida a perspectiva dos autores.

As empresas jornalísticas atuam em dois campos que se complementam: o econômico e o simbólico/ideológico (CHAUÍ, 2009; GUILHERME, 2018). Econômico, por se tratar de uma empresa que fabrica um produto a ser comercializado e que visa ao lucro e, simbólico/ideológico, tendo em vista que seu produto busca participar da construção da opinião pública. Guilherme (2018, p. 203) destaca que “o jornal é sempre um mediador que faz a triagem dos acontecimentos antes de publicá-lo na forma de notícia ou opinião, ou seja, o jornal tem a dupla função de formar e informar”. Por outro lado, se a notícia é, de fato, uma mercadoria, “necessita ser tratada de forma igualmente especial, tendo em vista as inúmeras consequências que pode acarretar”, complementa Fonseca (2011, p. 47).

Os órgãos da mídia são empresas capitalistas de comunicação, que objetivam o lucro. Conforme destaca Fonseca (2011, p. 46), seu papel mercantil é, “contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria — a notícia — está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns”. Desse modo, o autor enfatiza que a atuação das empresas de comunicação implica um equilíbrio instável entre formar opinião, receber influências de seus consumidores, relacionar-se com o Estado e obter lucro. Para Motta (2002a, p. 15),

a imprensa pode ser um instrumento do poder instituído ou um instrumento de resistência e de oposição a esse poder. Essa relação paradoxal, portanto, pode pender para um ou para outro lado, dependendo da situação histórica. São as condições concretas da luta política local, de cada nação, de cada governo, de cada cidade e de cada povo que vão revelar a tendência do pêndulo político da imprensa. O paradoxo revela, assim, que não existe imprensa sem inserção política. A política não é a única instância de ação da imprensa. Ela desempenha igualmente funções econômicas, especialmente comerciais, quando estimula, por meio dos seus anúncios, o consumo de bens. Da mesma forma, ela tem um papel cultural na medida em que veicula e consolida hábitos, costumes e gostos. Possui, ainda, um papel jurídico-institucional como legitimadora de regras éticas e morais socialmente aceitas. Mas essas funções são complementares à política, quando entendemos política como relações de poder, como estamos fazendo aqui.

Gramsci (2000) defende que um jornal pode exercer a função de aparelho privado de hegemonia ao generalizar um interesse particular e suas concepções de mundo a toda a sociedade, muitas vezes com o interesse de construir um consenso social em torno de certas ideias, projetos e bandeiras. Campos (2018a, p. 3) acrescenta que, através de um projeto pré-determinado, jornais podem atuar como “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinado partido”, e, conforme atenta Santos (2019, p. 69), apesar da imprensa se colocar na função de porta-voz do povo, ela é “um ator social e político, porém com um viés econômico que lhe determina os objetivos, metas, visando lucros financeiros para aumentar a renda”. Nesta mesma linha, Novelli (2002, p. 185) acrescenta que “a empresa jornalística, agora, caracteriza-se como um típico empreendimento capitalista avançado, que subordina a política empresarial a pontos de vista da economia de mercado. Dessa forma, o jornal passa a ser influenciado por interesses estranhos aos seus objetivos primeiros de informação e de mecanismo de controle democrático.

De acordo com Moraes (2019b), o legado gramsciano oferece elementos essenciais para uma compreensão ampliada do poder midiático em sociedades complexas. Para Gramsci (2001, p. 197), “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área”. Desse modo, a imprensa às vezes assume um peso desproporcional na vida social, “incidindo na definição de juízos e na escolha de governantes, pressionando governos politicamente vulneráveis e se

beneficiando dos vínculos com o poder econômico e financeiro”, afirma Moraes (2019b, p. 39). Para Silva (2014, p. 158),

é nas grandes questões que a grande imprensa busca influenciar, sempre apontando o rumo a ser seguido. Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida.

Moraes (2019a, p. 9-10) destaca que “o poder midiático nas disputas políticas e ideológicas que atravessam a sociedade condiciona a produção de sentido e interferem na conformação do imaginário coletivo”. Por esse motivo, para o autor, há a necessidade de analisarmos como a estrutura empresarial da mídia “orienta suas máquinas de elaboração simbólica para disseminar concepções de mundo afinadas com o mantra do consumismo e os valores que regem a lógica do capita”. Para Novelli (2002, 191),

essa postura de não se assumir como componente e variável para o debate público demonstra a maior especificidade da imprensa como empreendimento capitalista. Por sua própria constituição e natureza do serviço, ela se situa em uma faixa nebulosa entre a esfera pública e a privada. Como empresa privada, não necessita submeter-se a regras de controle que são indispensáveis para a regulação dos órgãos públicos; mas como produtora de um bem de consumo vital para a manutenção do debate público, caracterizado pela própria imprensa como um serviço público, reivindica para si o direito de usufruir do prestígio e dos privilégios de uma instituição pública.

A imprensa é um dos poderes mais categóricos, centralizada em grupos privados que possuem propriedades, recursos financeiros, capacidade produtiva e infraestrutura logística (MORAES, 2019a). Negar a influência que os relatos diários realizados pela imprensa exercem sobre a tomada de decisões e a postura que o público vai assumir perante o fato “é o mesmo que negar a presença da imprensa na história”, explica Novelli (2022, p. 191). Por esse motivo, Novelli afirma que, “enquanto a imprensa não se colocar como coprodutora da história, ela estará deixando de cumprir uma de suas principais finalidades, que é promover e incentivar o debate público”.

Assim, os estudos sobre imprensa nos ajudam a dimensionar a produção de ideias, a disseminação de pensamentos e as formas de consensos (SILVA, 2016). Isso porque, explica Fonseca (2011, p. 42), “os órgãos da mídia — emissoras de tv, rádios, jornais, revistas, portais — atuantes na esfera pública

são em larga medida empresas privadas que, como tal, objetivam o lucro e agem segundo a lógica e os interesses privados”. Tendo isso em vista, embora a ação da mídia seja complexa, para o autor, essas características são cruciais para uma definição inicial dessa relação entre agentes privados e esfera pública.

Isso posto, é possível compreender a imprensa enquanto ator social e político e, conforme defendido por Moraes (2019b, p. 39), como “agentes fundamentais da hegemonia”. De acordo com o autor, a conquista da hegemonia baseia-se cada vez mais em disputas políticas, ideológicas e culturais que influenciam a opinião pública e as decisões eleitorais, e, assim, os veículos de informação “funcionam como caixas de ressonância ideológica, na medida em que divulgam informações e modos de pensar que incidem na conformação do imaginário coletivo”. O aspecto mercantil da mídia, então,

(...) torna-se distinto de seus similares de outros setores econômicos, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria — a notícia — está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços “comuns” (...). O poder da mídia implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores, internautas, dentre outros) e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, além do próprio Estado, auferir lucro e atuar como aparelho privado de hegemonia (FONSECA, 2014, p. 15).

Silva (2014, p. 156) acrescenta que os jornais têm a dupla função de informar e opinar, e “o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação. As duas dimensões estão articuladas, não estão em oposição”. Por outro lado, para Mont’alverne e Marques (2018, p. 19), o texto opinativo é visto como uma forma do jornal cumprir seu dever junto ao leitor, “oferecendo a ele um modo de compreender o mundo”, e o conteúdo informativo apresenta — em tese — “a realidade, sem interferir nos fatos”.

Nessa conjuntura, a própria imprensa se coloca como instituição que continua defendendo uma posição própria de imparcialidade no jogo político, de neutralidade e de distanciamento na observação e no relato dos eventos públicos. Motta (2002a, p. 15) ressalta que “são os próprios jornais que alardeiam insistentemente uma posição ideologicamente independente na cobertura dos fatos, reivindicando uma atitude profissional do jornalismo moderno”. Entretanto, como já mencionado anteriormente, “toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. O conteúdo das mensagens não é a única parte que significa. Quando

dizemos algo, o que dissemos e o que poderíamos ter dito são partes inseparáveis do que dizemos”, afirma Motta (2002b, 127). Assim, os jornais não são neutros, imparciais, apartidários ou independentes, como querem fazer crer, pelo contrário, são parciais, têm lado. Moraes (2019b, p. 44) destaca que:

em respostas às críticas de que tomam partido, as empresas jornalísticas alegam que só se manifestam nos editoriais — na maioria das vezes, sínteses de princípios-guia. Mas as pontuações de natureza ideológica podem ser localizadas na hierarquização de temas, nos enfoques das matérias, nos títulos, na edição das imagens e até na composição de suas equipes (diretores de redação, editores, editorialistas, colunistas, repórteres especiais etc.).

Miguel e Biroli (2017, p. 13) contribuem com o debate mostrando que a imparcialidade reforça a opressão “ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal”, além de legitimar “hierarquias baseadas na divisão entre público e privado, assegurando despolitização da opressão de vários grupos”. Logo, usar a imparcialidade como critério principal para avaliar o jornalismo implica perder de vista uma parte relevante das dinâmicas de opressão. Isso porque, de acordo com os autores, ao se apresentar como neutras e universais as “posições dos grupos hegemônicos e, por isso, no limite, impõe o silêncio às perspectivas sociais de outros grupos”. E é justamente essa imparcialidade presumida que diferencia o discurso jornalístico do discurso de outros agentes, “que tentam mobilizar tais valores, mas sempre o fazem a partir de uma posição reconhecida como interessada e parcial”, afirmam Miguel e Biroli (2017, p. 15). Ainda de acordo com os autores,

outros recortes são possíveis, mas aquele que o jornalismo apresenta é o que tem mais força, dada a capacidade de amplificação dos meios de comunicação social, e maior legitimidade potencial, dado o reconhecimento da capacidade que os jornalistas teriam de selecionar o que seria relevante e digno de relato entre tantos acontecimentos que compõem o cotidiano nas sociedades (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 61).

Assim, ao apresentar julgamentos como fatos,

o jornalismo participa ativamente da construção dos próprios fatos. Atua politicamente quando atribui significados às disputas presentes. E atua com maior eficácia quando, respaldado pelos ideais da objetividade e da imparcialidade, articula perspectivas e interesses parciais em discursos identificados como neutros e não posicionados. Em suma, no jornalismo, a neutralidade corresponde à validação de discursos hegemônicos (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 87).

Dessa forma, a imprensa cria vínculo com outras empresas interessadas na difusão de suas ideias, valores e projetos, e faz uso do veículo como mecanismo social e político de pressão junto a agências do aparelho estatal. Campos (2018, p. 5) destaca que

[um] exemplo de ação empresarial que deu suporte a um veículo de imprensa, no caso um grande grupo de comunicação, foi a relação das empresas de Assis Chateaubriand, os Diários Associados, com o grupo Light. Nos anos 1920, a companhia canadense aparentemente ajudou Chatô a comprar O Jornal, ponto de partida para criação do seu império da comunicação e que incluía ligações com políticos e empresários. Segundo o relato de Samuel Wainer, os jornais impressos de controle do grupo Diários Associados tinham uma relação de vassalagem em relação à Light. Isso coincide com outros relatos que apontam como interesses empresariais podiam condicionar ou determinar reportagens, notícias, editoriais ou toda a orientação de um jornal. Da outra parte, havia uma estratégia das empresas de usar a imprensa como meio para atingir determinadas finalidades.

A imprensa pode ser pensada como um instrumento da luta de classes no embate ideológico, ao passo que busca influenciar na política, “apontar o rumo, organizar seus leitores de classe média numa educação continuada, visto que a reprodução do capital necessita de defensores”, explica Guilherme (2018, p. 204). O autor acrescenta que assim, a imprensa age como “aparelho privado de hegemonia”, cujos jornalistas e editores atuam como “intelectuais orgânicos” a serviço dos seus patrões na busca pelo “consenso” da narrativa pretendida pela empresa jornalística para consolidar-se como “hegemônica”.

Silva (2016, p. 49) amplia o debate quando argumenta que “não podemos perder de vista que o consenso é apenas uma parte da construção de uma hegemonia, e que ela é parte da luta de classes”. Isso significa que hegemonia não é apenas soberania, e tampouco apenas ação no campo do consenso, mas tem amarrada em si a ação coercitiva. Assim, para a autora, é admissível buscarmos no jornalismo “uma visão a partir do centro produtor de formas de consenso”.

Gramsci (2000, p. 265) compreendia a opinião pública enquanto algo manipulável. Isso porque, quando o Estado quer iniciar uma ação pouco popular, “cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”. De acordo com o autor, a opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante, motivo pelo qual existe luta pelo monopólio dos jornais, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional. Nesse sentido,

Silva (2016, p. 46) completa que a opinião pública faz “parte do processo de hegemonia, mais especificamente na tentativa de estabelecer um consenso ativo, e se possível, sobre as formas de repressão”.

Assim, ainda de acordo com Silva (2016, p. 43-46), “o que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força”. O Estado, enquanto portador de interesses de classe, “quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organizada, para centralizar certos elementos da sociedade civil”. Para Biroli (2007, p. 111), “como os limites do consenso político aceitável são permanentemente definidos, reforçados e redesenhados, é possível afirmar que o jornalismo exerce um papel de gestor de consensos”. A autora acrescenta que os jornais colaboram para definir o que está em disputa ou o que pode estar legitimamente em disputa, exercendo diariamente esse poder.

Seguindo esta linha, Silva (2016, p. 49) aponta que a mídia lida com a “desinformação”, ocupando espaços que “poderiam ser informativos com textos que remetem ao leitor ao que as linhas editoriais propõem, sua visão da realidade, seus interesses de classe”. Guilherme (2018, p. 203) corrobora que, “arraigados ao conservadorismo (...) em nome de uma suposta liberdade de expressão, atuam (...) na defesa da sociedade capitalista, na qual a iniciativa privada é vista de forma positiva e os culpados pela crise sempre são (...) os movimentos sociais de trabalhadores”.

Parte da historiografia reproduz a ideia de que a imprensa seria um agente do “quarto poder” e não o considera como um ator que faz parte do processo capitalista, como temos visto até agora (SILVA, 2014). Motta (2002a, p. 16) acrescenta que a própria imprensa assume a si mesma como quarto poder, isto é, “assume a si mesma como legítima representação neutra da vigilância política democrática”. A expressão “quarto poder” surgiu no início do século XX, na Inglaterra

(...) para designar o papel da imprensa na sociedade contemporânea. Naquela época, dizia-se que o Parlamento inglês era composto por três poderes, o temporal, o espiritual e o dos comuns, e que a galeria em que sentavam os repórteres para assistir às sessões tinha se transformado no “quarto dos poderes”, tamanha era a influência da imprensa na opinião pública. A expressão popularizou-se nos Estados Unidos e, em paralelo com os Poderes da República — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário —, a imprensa poderia também ser denominada de quarto poder. Não um poder de fato, mas sim um poder de direito, que acima das demais

instituições se apresentava de modo isento e capaz de avaliar de modo sóbrio a condução das causas públicas pelos poderes constituídos (NOVELLI, 2002, p. 188).

No entanto, Dias (2019, p. 483) ressalta que, diferente dos moldes de um “quarto poder” herdado do jornalismo norte-americano, a grande imprensa no Brasil, “sob uma espécie de “poder moderador”, assume para si o papel de um agente legítimo para intervir diretamente na vida política em situações que, para além do direito individual, possam representar um bem comum”. De acordo com o autor, existe a configuração de um “quarto poder” na imprensa brasileira, mas diferente de um poder orientado pelo compromisso com o equilíbrio entre os três poderes, no Brasil a imprensa teve uma atuação política muito mais ativa, como será observado na próxima seção.

De acordo com Fonseca (2011, p. 54) a mídia, desde sua ascensão, é popularmente conhecida como “quarto poder”, sendo que ela é reconhecida pelo pensamento político, pelo Estado de Direito e pelo “senso-comum” como uma instituição cuja existência é pressuposta à democracia. Para Silva (2016, p. 49) isso ocorre pois é sempre como se ela falasse em nome do país, do povo, da nação. A autora chama atenção ao fato de que, por mais óbvio que possa parecer, são esses elementos que vão constituindo o senso comum, a “opinião pública” sobre o que é a história que vivemos.

Ao participar da esfera pública como prestadora de serviços, a imprensa e a mídia como um todo teria uma função imprescindível nas democracias, que é informar “sobre os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas” (FONSECA, 2011, p. 42). Entretanto, a imprensa se coloca “como alheia aos conflitos sociais, políticos e econômicos ao agir com imparcialidade na observação e denúncia de irregularidades em nome dos interesses de toda a coletividade” (GUILHERME, 2018, p. 201).

Para Silva (2014, p. 134), considerar a imprensa, de fato, como o quarto poder “faria da imprensa um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de toda a sociedade”. Segundo a autora, para que isso funcione, no entanto, a imprensa precisaria ser entendida “como um agente neutro, tendo direito a acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado de seu trabalho será a notícia, um relato verdadeiro dos

fatos”. Neste sentido, concordo com a autora de que esta é uma expressão ideológica

(...) que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas relações de classe. É absolutamente seletiva na escolha dos “desmandos” que denuncia e das cobranças que faz ao poder instituído (SILVA, 2014, p. 135).

Dessarte, não se trata de considerar o processo de informar como neutro, uma vez que ele próprio é submetido a um conjunto de fatores complexos, como a visão do leitor, das testemunhas, das fontes, e do próprio processo produtivo das notícias; todavia, “entre a impossibilidade intrínseca e os interesses políticos, econômicos e sociais dos proprietários privados dos meios de comunicação e suas eventuais bases de representação há um verdadeiro abismo, (...) o que implica compreender a fronteira que a delimita” (FONSECA, 2011, p. 47). Exemplo dessa relação nada neutra são as empresas de comunicação que tiveram crescimento muito expressivo na ditadura, e nunca deixaram de atuar no processo político e organizativo de classe, como ressalta Silva (2016). Essa análise será melhor abordada na próxima seção.

2.5. A Grande Imprensa e a Ditadura Civil-Militar

Após o golpe de 1964, a ditadura civil-militar brasileira caminhou em paralelo com o processo de modernização da grande imprensa no país, período no qual o governo militar assumiu um papel de importante aliado, tanto como financiador de linhas de crédito quanto como na forma de principal anunciante nos jornais (ABREU, 2005a; DIAS, 2012). Mas não era uma relação de mão única, pelo contrário, explica Dias (2012, p. 45), “a ideia de uma modernização da imprensa era de extrema importância enquanto estratégia político-ideológica dos militares para garantir uma conjuntura de segurança nacional”. A imprensa atuava com forte empenho na propagação dos preceitos considerados nacionais e democráticos, pelo estabelecimento da ordem e da legalidade, tendo sido peça-chave no combate contra o dito comunismo, uma das principais justificativas para a intervenção militar naquele momento.

A maior parte da grande imprensa participou intensamente da campanha ideológica promovida pelo complexo IPES/IBAD/ESG e, posteriormente, apoiou decisivamente o golpe. Os principais jornais e revistas do país publicaram seguidos editoriais contra o governo de Goulart e em defesa da intervenção

militar (ALMEIDA, 2016). De forma geral, o lançamento do IPES foi muito bem recebido pelos meios de comunicação, e o evento logo repercutiu em periódicos de ampla circulação (DREIFUSS, 1981). Um motivo estaria no fato do instituto ser visto como um novo canal de renda (DIAS, 2011; MOREIRA, 2019). Por meio de suas ligações com os empresários da imprensa, o IPES conseguia influenciar na linha política dos jornais. Desta forma, conseguiu “estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Globo, entre outros”, segundo Dreifuss (1981, p. 233).

Em síntese, como instituição ideológica do golpe de 1964, o IPES reuniu militares, empresários, jornalistas, intelectuais, publicitários, dentre outros setores das classes dirigentes que se esforçaram não apenas para estudar a realidade brasileira, mas principalmente para divulgá-la sem evidenciar seu nome (PEREIRA, 2013). Como defende a autora, a imprensa foi o seu braço mais eficaz. Isso porque, como discutido anteriormente, os jornais são empresas inseridas no sistema capitalista “que sofrem influência do Estado, seja de ordem financeira, na forma de vantagens ou publicidade oficial, seja pela ameaça de ações coercitivas”, acrescenta Motta (2013, p. 66).

O IPES era organizado em cinco grupos, sendo eles: 1) Grupo de Levantamento da Conjuntura (GCL); 2) Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP); 3) Grupo de Estudo e Doutrina (GED); 4) Grupo de Opinião Pública (GOP) e 5) Grupo de Publicações e Editorial (GPE) (DREIFUSS, 1981; PEREIRA, 2013). Os dois últimos grupos tinham uma relação direta com a grande imprensa.

A função do Grupo de Opinião Pública (GOP), por exemplo, descreve Dreifuss (1981, p. 192), era a manipulação da opinião pública pelos meios que estivessem disponíveis, e suas metas consistiam em disseminar “os objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita” levando à opinião pública os resultados de sua pesquisa e estudos. Dentre as ações do GOP estavam publicar notícias, editar boletim mensal, divulgar matéria através da imprensa, preparar boletim político para consumo interno e elaborar material para recrutas em potencial (DREIFUSS, 1981; PEREIRA, 2013). De acordo com os autores, eram enviados cartas e telegramas e feitas chamadas telefônicas incitando a opinião pública e fortalecendo a mensagem do IPES, que também usava o GOP para estabelecer uma hegemonia de classe entre os empresários (DREIFUSS, 1981).

O Grupo de Publicações e Editorial (GPE), operacionalmente relacionado com o GPO, disseminava material impresso e visual com a mensagem ideológica para todo o país, por meio de ações em Cinema, Teatro, Rádio e TV, organizando o que chamava de cadeia de veículos de divulgação (DREISFUSS, 1981; PEREIRA, 2013). O GPE “escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, anti-trabalhista e antipopulista, bem como publicava, traduzia e reimprimia livros, artigos e panfletos escolhidos”, descreve Dreifuss (1981, p. 195). Além disso, inseria comentários, debates e opiniões na imprensa e elaborava editoriais, divulgava notícias e artigos feitos de antemão por agências especializadas (DREIFUSS, 1981; PEREIRA, 2013).

Abreu (2005a, p. 13) defende que, em um primeiro momento, “os proprietários e os jornalistas defenderam os preceitos formais do regime democrático, deram espaço para os discursos favoráveis à preservação do regime, e os próprios jornais formularam argumentos em favor da obediência à constituição”. Entretanto, conforme se intensificou a mobilização ideológica e a situação econômica do país, esse quadro inicial foi alterado, ou seja, no momento em que o governo se aproximou dos grupos radicais de esquerda e foi perdendo o apoio dos grupos de centro, sobretudo à medida que a crise político-econômica se acentuava, os jornais modificavam seu discurso, elaboravam e acompanhavam a direção dos grupos favoráveis à deposição de João Goulart (ABREU, 2005a). Nessa conjuntura, por meio da intervenção militar, o bloco de poder multinacional-associado elevou o nível e a qualidade da luta de classes, “impondo soluções à crise, controlando a sociedade política e produzindo um realinhamento nas relações de domínio através de uma forma de governo militar autoritária”, expõe Dreifuss (1981, p. 143).

É consensual entre os historiadores que a maior parte dos jornais do país se posicionou, nesse período, a favor do afastamento de João Goulart e, conseqüentemente, a favor do golpe. O anticomunismo foi usado “para difundir o medo junto à classe média e para identificar as reformas de base, com a passagem do regime capitalismo para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase participavam da pregação anticomunista” (ABREU, 2005a). Nesse sentido, o foco dos jornais estava em mostrar que, ao afastá-lo, se restauraria a ordem e se preservaria o país do comunismo, da subversão dos valores e de uma suposta ditadura de esquerda (BIROLI, 2009). Motta (2021, p. 204-205) acrescenta que a imprensa favorável ao golpe teve papel-chave nessa operação discursiva,

(...) que percebemos em editoriais de meados de abril de 1964 publicados pelos jornais mais influentes como O Globo e O Estado de S. Paulo. Após a ênfase inicial no tom do anticomunismo, ambos passaram a estimular o novo governo a se voltar também contra a corrupção. O argumento era que não bastava derrotar o comunismo: o novo regime precisaria também sanear a corrupção e os corruptos, até porque, afirmavam esses apoiadores da ditadura, os últimos seriam aliados dos vermelhos e igualmente tentariam minar o sucesso do novo regime.

Para Biroli (2009), não era possível, até o momento, saber que o golpe se resultaria numa ditadura que se estenderia por mais de 20 anos. Isso porque, para a historiadora, a expectativa de muitos era de um retorno próximo das eleições que, ao modificar o campo político, traria ao poder o candidato desejado, apostando que este traria ganhos para algumas empresas da área de comunicação.

Ocorria ainda a crise no setor (iniciada no governo de Jânio Quadros), resultado do aumento dos custos do papel, exatamente em um momento em que várias modificações foram sendo introduzidas no processo de produção da imprensa (ABREU, 2005a). Estas modificações (inovações gráficas, de diagramação e de paginação, entre outras) implicavam em modernizações técnicas e de redação que requeriam um significativo aporte financeiro.

A imprensa atuava com forte empenho na propagação dos preceitos “nacionais” e “democráticos”, pelo estabelecimento da “ordem” e da “legalidade”, tendo sido peça-chave no combate contra o dito “fantasma do comunismo”, uma das principais justificativas para a intervenção militar naquele momento (DIAS, 2012). Diante de um clima cada vez mais incerto e instável, “os jornais foram mudando seus discursos (...) com a radicalização, chegando, inclusive, à hierarquia militar na chamada “Revolta dos Marinheiros”, em finais de março de 1964. (...) Os jornais assumem oficialmente seus discursos anti-radicalização e pedem a saída do então representante da nação”, relata Dias (2012, p. 45). Dessarte, a imprensa atuou como participante ativo dos acontecimentos, sendo sujeito de suas opções e ações, como ator político capaz de fazer escolhas e de intervir na ação governamental.

A imprensa foi fundamental na desmoralização do presidente João Goulart no período em que antecedeu o golpe de 1964. Como um ator político, a imprensa pode se dispor de alianças com a oposição ou com grupos subordinados ao Estado (SMITH, 2000). Dessa forma, a imprensa agiu como uma incentivadora do golpe, uma vez que parte de suas publicações

contribuíram para a rejeição pública de João Goulart. De maneira geral, a grande imprensa se opunha às suas mobilizações de massa e às suas pretendidas reformas de base, como a reforma agrária e a sindicalização de militares.

Dessa forma, é possível identificar que a atuação da imprensa como apoiadora do golpe de 1964 está retratada por grande parte da historiografia sobre a imprensa brasileira. Cabe destacar, no entanto, que este apoio não ocorreu sempre de forma homogênea, simultânea e convergente entre os diferentes jornais do período. A própria relação entre imprensa e governo militar, por exemplo, foi se modificando no decorrer do tempo, mostrando o quão complexo e ambíguo configura-se o seu caráter. Isso porque, "ao mesmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar suas matérias, interferindo assim no conteúdo das informações e naquilo que deveria ou não ser esquecido e/ou lembrado", conforme explica Dias (2014, p. 48).

A atuação da imprensa está entre os elementos que foram fundamentais para a desestabilização civil e contribuiu para a efetivação e legitimação do golpe de 1964. Isso reforça o argumento de que o discurso produzido pelos jornais não somente reflete, mas também interfere, de forma significativa na construção social da realidade. Fica assim expressa, apesar de não explicada, no discurso da imprensa, a incompatibilidade entre a defesa de valores democráticos e o apoio a uma solução claramente autoritária (KIELING, 2016).

Os dilemas da grande imprensa dentro do regime autoritário estavam entre o desejo de autonomia e a dependência e os favores do Estado, uma vez que, por interesse, empresas jornalísticas foram favoráveis à liberdade de manifestação, claramente quando as restrições também começam a atingi-las (MOTTA, 2013). Cabe destacar que o regime militar criou o Ministério das Comunicações como órgão estratégico para "controlar a concessão do direito de explorar estações de rádio e televisão, além de gerir a distribuição de verbas publicitárias para a imprensa, meios importantes para conquistar a boa vontade da mídia empresarial" (MOTTA, 2021, p. 125).

Em vários momentos a imprensa foi silenciada, ainda que, por vezes, segundo Luca (2006, p. 129), "sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento". Por esse motivo, a atuação dos jornais em regimes autoritários, seja como difusor de propaganda política favorável ao regime ou como espaço que abrigou formas de resistência, são alvos de preocupações contemporâneas.

Quando o regime militar “adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente”, observa Motta (2013, p. 68). Diante das primeiras medidas tomadas pelos militares ao assumirem o poder como “a censura aos meios de comunicação e o início da perseguição a lideranças políticas, sindicais e intelectuais, e com a promulgação do 1º Ato Institucional (AI-1) de 9/4/1964, que previa a cassação de mandatos e a suspensão de garantias constitucionais”, alguns jornais que apoiaram a queda do governo começaram a se distanciar do governo militar e a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo novo regime, elucida Abreu (2005a, p. 20).

Desde o apoio unânime ao golpe de 1964 à oposição majoritária no pós-1968, os jornais demonstraram sua relevância, tanto no papel de defensores do poder e de propagandistas de suas políticas, como na condição de opositores ao regime quando viram esgotadas as possibilidades do projeto autoritário (CAPELATO, 2014). Ao longo do período, as posturas entre os jornais foram se diversificando, ao passo que o controle sobre os meios de comunicação foi se ampliando.

Após o AI-5, a maioria dos responsáveis pelos jornais se afastou do governo militar (CAPELATO, 2014). Isso porque “a censura da imprensa acompanhou o auge da repressão (quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos políticos) que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70”, conforme Fico (2004, p. 37). O decreto do AI-5, no primeiro momento, significou a eliminação do debate político das páginas dos jornais, pois no dia 13 de dezembro de 1968, oficiais militares foram enviados para as principais redações para trabalhar como censores, permanecendo por algumas semanas (MOTTA, 2013). De acordo com Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 75) “os proprietários dos meios de comunicação se submeteram à censura em grande parte devido à dependência econômica que tinham do Estado, o que funcionou como amortecedor de uma possível oposição”.

Com o decreto do AI-5, muitos proprietários de empresas de jornal criaram alternativas para se adaptarem ao que Kushnir (2011, p. 175) descreve como “novos tempos”. Na semana em que o regime ditatorial endureceu, os jornalistas mais aguerridos foram demitidos em diversos órgãos da imprensa. O AI-5 suspendia as garantias constitucionais e permitia censurar as críticas publicadas

pela imprensa, inclusive a grande mídia, que até então ficara a salvo da repressão (SANTOS, 2019; MOTTA, 2021).

É importante destacar que, no período autoritário, a imprensa sofreu “forte intervenção dos militares, que adotaram uma política deliberada de modernização o setor”, de acordo com Abreu (2005b, p. 53). A autora reforça ainda que, assim como a imposição da censura, a modernização da imprensa fazia parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional na busca por um sistema de informação efetivo. Ainda segundo Abreu, como uma empresa, a imprensa atuou de acordo com as regras do mercado na busca por lucro. Dentro desse projeto de modernização, os empresários do ramo foram beneficiados pelos militares com concessões de financiamentos para construção de novos prédios para abrigar as novas máquinas e possibilitar a expansão das redações (ABREU, 2005b).

A publicidade dos órgãos oficiais somava cerca de 30% das receitas dos jornais (ABREU, 2005b). Entretanto, junto com esse bônus, veio o ônus da censura às redações. Santos (2019, p. 76) explica que “a censura foi um instrumento de proteção do Estado para esconder o autoritarismo e assim manter a aparência democrática”. Segundo o autor, ela estabelecia que todas as matérias que seriam publicadas precisavam passar primeiro pela análise dos censores da Polícia Federal antes de serem liberadas para publicação. Práticas rotineiras de bilhetinhos, telefonemas anônimos e visita de policiais nas redações foram episódios que exerceram grande pressão sobre parte da grande imprensa brasileira.

Para Smith (2000), a censura à imprensa no Brasil ocorreu de forma particular. Diante do regime militar, em especial ao período que se estendeu de 1968 a 1978, a censura à imprensa no Brasil, de acordo com a autora, foi maquiada e recusada por serem ilegais. Cada passo da censura era controlado, a emissão das ordens obedecia a um padrão rigoroso e as proibições sem assinatura de notícias eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. A autocensura, por exemplo, era uma modalidade “à qual a vasta maioria dos veículos da imprensa esteve sujeita diariamente durante muitos anos, consistiu em proibições emitidas secretamente pela Polícia Federal”, salienta Smith (2000, p. 10). Lemos (2018, p. 76) destaca que, nesse período, “apenas uns poucos jornalistas conseguiam, graças a contatos privilegiados, informações para suas colunas, sempre redigidas com as cautelas que a existência da censura política exigia”. É importante ressaltar que

até os anos 1970, a empresa jornalística era controlada por seu proprietário (ou por sua família), o que lhe dava a possibilidade de um total domínio sobre a orientação política e o noticiário. As transformações técnicas, acompanhadas de novos métodos racionais de gestão, incentivaram uma renovação na direção empresarial e na direção das redações. A partir das décadas de 1970 e 1980, o poder nas empresas adquiriu outra dimensão: não estava mais na mão de um só dono. O controle acionário passou a ser exercido por um número maior de membros da família, e quem dirigia eram os herdeiros da segunda geração ou novos proprietários. Os proprietários dos meios de comunicação se tornaram homens de organização submetidos à racionalidade da empresa e dotados de diversas especializações profissionais (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 76).

Por volta de abril/maio de 1969, os censores militares improvisados foram retirados das redações e os jornais voltaram a tratar de política, de forma cautelosa. Após essa retirada, os censores profissionais da Divisão de Censura da Polícia Federal entraram em ação, por mais que o governo sempre negasse a existência de censura de natureza política (MOTTA, 2013). De modo formal, a legislação do regime militar garantia a liberdade de imprensa, com exceção de situações de atentado à moral e aos bons costumes e de propaganda de ideias visando à subversão da ordem, o que mostra que, na prática, a censura à imprensa foi realizada de maneira informal (MOTTA, 2013).

Desse modo, os jornais da grande imprensa não se empolgaram com a obra política dos militares, principalmente quando a censura então impediu sua liberdade, passando a evitar o apoio aos valores autoritários. Os jornais que foram submetidos a esse tipo de censura buscaram formas de denunciar a repressão sofrida e “alegaram as provas da violência — páginas com poemas, receitas de bolo, o nome do jornal ou logotipo da empresa, o espaço em branco”, explica Carvalho (2015, p. 401).

Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 80) destacam que Geisel levou para a imprensa “a disputa que estava sendo travada em seu governo e os militares que se opunham à abertura política, [com o objetivo de] impedir a manipulação de informações por parte dos militares da linha dura no interior do regime”. Além disso, os autores ressaltam que a mídia, em oposição aos caminhos do governo ditatorial, soube utilizar o momento das eleições legislativas de novembro de 1974 para levar ao público as críticas ao regime militar. Assim, a partir de 1978,

a imprensa começou a se posicionar sobre as demandas por perdão aos perseguidos políticos, e, com frequência, o tema era associado à proposta de encontrar alguma fórmula de conciliação para sair do regime autoritário (...) Entre 1977 e

1979, jornais influentes defenderam que a anistia não poderia beneficiar atos violentos praticados pela esquerda, especialmente os de caráter terrorista (MOTTA, 2021, p. 280).

Abreu (2005b, p. 60) aponta que a imprensa voltou a se destacar na campanha das “Diretas Já”, que consistia em um “movimento político suprapartidário que se iniciou em 1983 em defesa das eleições diretas para a presidência da república”. Schwarcz e Starling (2015, p. 482) complementam que essa campanha se iniciou de maneira tímida, “em junho de 1983, com um comício em Goiânia, que reuniu cerca de cinco mil pessoas”, trazendo esperança de vitória à população por sua grandiosidade. Abreu (2005b) acrescenta que, em 1984, a campanha tomou as ruas das principais cidades do país, sob uma ampla cobertura da imprensa, que, por sua vez, exerceu forte influência junto à opinião pública.

A Campanha das Diretas, como relata Fico (2012, p. 52), “foi tão impactante que muitas pessoas acreditaram na vitória. No dia da votação, quando a derrota foi confirmada, a TV mostrou pessoas chorando pelo Brasil afora”. Dentro dessa perspectiva, no que se refere ao processo de abertura política no Brasil, pode-se observar a grande imprensa como um dos principais personagens atuantes nesse processo. Motta (2021, p. 153) ressalta que “alguns veículos de mídia mudaram a linguagem apenas nos anos 1980, deixando de lado “revolução” e adotando termos como “regime militar” ou “ditadura”, numa época em que procuravam esquecer ou minimizar a atitude que haviam adotado antes”.

Esse processo tornou possível à grande imprensa, que durante grande parte do período apoiou e sustentou o regime militar, ser vista como uma “(...) das vozes privilegiadas da democratização e construtora de uma narrativa histórica que consagrou a vitória de agentes e setores políticos e sociais”, de acordo com Lohn (2013, p. 80). No período em que a ditadura dava os primeiros passos em termos de abertura, a imprensa sentiu que necessitava de uma nova adaptação. De acordo com Sanguiné Junior (1998), a prova dessa adaptação foi a campanha nacional pelas Diretas Já. Segundo o autor, as manifestações populares em defesa das eleições diretas começam a ganhar força em 1982, quando os partidos de oposição vencem as eleições estaduais em boa parte do país. A partir de então, os meios de comunicação dão início ao apoio a um futuro governo civil.

Para Lohn (2013), diante dos personagens, individuais e coletivos, responsáveis pelo processo social que envolveu o fim da ditadura, coube à

imprensa a narrativa da redemocratização. Como aponta Maia (2017), aos poucos, as páginas dos jornais transformaram-se em veículos para as representações sociais e políticas do país, a ponto de setores da imprensa situarem-se como peças fundamentais da construção democrática brasileira. Uma determinada ordem narrativa guiou os rumos, estabelecendo, juntamente com os interlocutores políticos, praticamente “um calendário que organizaria a aceitação de práticas democráticas no país: as eleições passaram a significar a própria democracia”, destaca Lohn (2013, p. 76).

Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 80) acrescentam que, durante o governo de Figueiredo (1979-1985), o debate sobre o papel do Estado na economia tornou-se central, tendo em vista que a política de Geisel tendia a aumentar o papel das empresas estatais na dinâmica do desenvolvimento. De acordo com os autores, a partir de então a imprensa divulga com destaque “a insatisfação dos empresários com a política de fortes investimentos nas estatais (...) quando se dava uma redução drástica no ritmo do crescimento econômico”. Como detentora de uma dimensão simbólica, as mensagens da imprensa “(...) circularam e foram apropriadas de formas diferenciadas, e adquiriram significados distintos, de acordo com as experiências individuais, permitindo a expressão de conflitos de diferentes setores sociais que se encontravam represados pela falta de liberdade”, aponta Abreu (2005b, p. 61).

Nesse sentido, a grande imprensa empresarial, na posição de elaboradora dos registros políticos, corroborou para a definição de marcos temporais, além de dar destaque a interlocutores (LOHN, 2013). Desse modo, há o reconhecimento de que muitos veículos de comunicação, que em 1964 apoiaram o golpe, passaram a se apresentar como defensores da democracia (DIAS, 2013). Para Sanguiné Junior (1998), não restam dúvidas de que a imprensa também desempenhou um papel decisivo no processo de reabertura política do Brasil; entretanto, nesse contexto, agiu dentro de uma visão mercadológica em concordância com o apoio do público-alvo pelo fim da ditadura.

Para Meneses (2013), a euforia instituída em torno dos debates pela reabertura e, em seguida, pelo movimento das Diretas, traria um apagamento, durante muitos anos, da memória em torno do período de concretização do golpe, seu desdobramento relacionado às torturas, perseguições políticas e exílios. De acordo com a autora, ficaram à sombra grande parte de seus apoiadores, de forma que alguns se tornaram os porta-vozes da luta pela democracia.

Dessa forma, acredita-se que a mudança das atuações político-discursivas da imprensa nos divergentes momentos se deu por conta de seus interesses mercadológicos e de seu posicionamento ideológico (e visão de mundo) de classe empresarial dominante. Conforme apontam Soares e D'Araújo (1994), os empresários, que foram atores centrais durante a consolidação do golpe, transformaram-se em críticos do processo de tomada de decisão de quem estava no poder, a partir do momento em que as restrições começaram a atingi-los e quando perceberam que havia engajamento por parte da sociedade e de organizações sociais para o fim da ditadura.

Nessa conjuntura, textos e imagens publicados em jornais, revistas ou livros como instrumentos midiáticos assumiram e assumem uma atuação fundamental no processo de construção social, influenciando o cotidiano das pessoas (MEDRADO, 2013). Assim, de acordo com as considerações de Campos (2018) de que as empresas jornalísticas que se aproximaram do regime e atuaram como autênticos sócios da ditadura cresceram e foram amplamente beneficiados pelas políticas implementadas naquele período, na próxima seção será discutida a história da Folha de S. Paulo e suas especificidades no contexto estudado.

2.6. História da Folha de S.Paulo

Fundada em 1920, a Folha de S.Paulo (FSP) passou por uma série de proprietários que deram diferentes orientações ao periódico, mas sempre com uma atuação política relevante (CAPELATO, 2014). Em 1948, José Nabatino — proprietário que antecedeu o grupo Frias-Caldeiras — definiu o jornal como “veículo empresarial voltado para a classe média” e lançou o Programa de ação das Folhas, em que explicitava a intenção do jornal de separar radicalmente opinião de informação, relata Meneses (2014, p. 238).

Em 1962, o jornal foi comprado por Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho que, ainda no governo de João Goulart, transformaram três edições diárias no principal jornal do grupo, o Folha de S.Paulo, que também se tornou um dos principais jornais da grande imprensa brasileira (DIAS, 2013; CAPELATO, 2014). Taschner (1992) corrobora que esse foi o início da formação de um grande complexo empresarial. Para a autora, a lógica empresarial já era dominante, mas faltava a consolidação do empreendimento que seria realizado pelos novos proprietários.

Entretanto, a empresa buscou sua reestruturação financeiro-administrativa em um momento delicado da política nacional, que passava por um processo de transição e grande instabilidade. Conforme aponta Dias (2012, p. 99) "sob um governo parlamentarista que minava seus poderes de fato e o impediam de implantar as reformas previstas, instaurou-se certo clima de incerteza na nação que temia por suas propostas mais radicalizantes". O autor refere-se ao momento de tensão que se ampliou em 1963, quando João Goulart enfim assume o regime presidencialista, já sob forte pressão.

Os primeiros momentos de estabilização da empresa, sobre essa nova direção, são lembrados por Dias (2012, p. 58) "como muitos mais econômicos do que políticos". Por outro lado, Mota e Capelato (1981, p. 189) apontam que "esse esforço para "modernizar" a empresa, e para tornar mais leve a fisionomia do jornal, não levava, todavia, a apoiar o presidente João Goulart". Para Dias (2012, p. 99),

as direitas conservadoras, o grande empresariado — grupo ao qual a Folha fazia parte e identificava-se — e a oposição via aquele momento (de tensão do governo de Jango) como uma tentativa de aproximação do presidente dos preceitos radicais da esquerda comunista.

Nesse período, a Folha alinhava-se a grande parte do empresariado nacional, que enxergava o governo de João Goulart como de extrema esquerda e que caminhava para o comunismo. Para Capelato (2014, p. 310), "a FSP apoiou o golpe, comemorou a vitória, mas assumiu uma postura mais reservada em relação ao novo regime". Assim, a empresa jornalística conservou importantes vínculos com o novo governo instalado, uma vez que o governo anunciava na Folha de S.Paulo (DIAS, 2012).

No momento do golpe, o otimismo da Folha de S.Paulo refletia a imagem de uma empresa que aparentemente não mais temia o futuro (DIAS, 2013; SANTOS; COSTA, 2019; 2021). Era como se as radicalizações, com a intervenção dos militares, estivessem a ponto de findar-se, como se o Brasil estivesse caminhando para frente, rumo ao progresso, e a Folha, segura para apoiar a nação em seus novos caminhos. Pires (2008, p. 122) corrobora que "de maneira ainda mais intensa que outros veículos de comunicação, a empresa colaborou com a instalação e manutenção da ditadura militar, assim como com os seus métodos repressivos". Desse modo,

apesar de todo o conturbado cenário, as crises e dificuldades eram vistas pelo jornal como passado, estavam no ano anterior e pareciam ter sido superadas. Só restava à empresa apoiar, expandir o crescimento da nação e caminhar junto para que esta ainda mais prosperasse (DIAS, 2013, p. 55).

O regime, entretanto, endureceu e, quando teve início a censura nos jornais, a Folha de S.Paulo optou pela autocensura (CAPELATO, 2014). Além disso, segundo a autora, o grupo Folha também colaborou com os agentes da repressão encarregados das prisões e torturas. O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) traz esse apontamento nominal da Folha de S.Paulo como colaboradora do governo ditatorial, como por exemplo, no volume 3: “os agentes de repressão colocaram na rua um jipe do Exército aparentemente com problemas e, à volta dele, em um caminhão baú do jornal Folha de S.Paulo estavam escondidos os agentes do DOI-CODI/SP portando metralhadoras” (DIAS, CAVALCANTI FILHO, KEHL, PINHEIRO, DALLARO; CUNHA, 2014, p. 735). Capelato (2014) reforça que, como a Folha só se posicionou contra o governo na fase final do regime militar, foi menos visada.

Na segunda metade da década de 1970, contudo, a Folha buscou estabelecer mais notadamente seu projeto político-editorial, “com suas dívidas sanadas e uma maior independência financeira, a empresa começa a praticar uma política de “avanços e recuos”, assumindo uma postura mais crítica e menos omissa em relação ao governo militar”, descreve Dias (2012, p. 59). Motta (2013, p. 69) corrobora que o jornal “defendia a importância das eleições e da ‘liberdade’”. Desse modo, explica Dias (2012, p. 62), de um jornal que “apoiou e precisou do regime militar para sua reestruturação e consolidação, a Folha passou a ser identificada como um jornal de resistência, uma espécie de ‘porta-voz’ das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização”.

Dessa relação sucede o fato de que a Folha de S.Paulo alcançou lucros significativos com a grande expansão tecnológica da empresa durante o regime. Sequeira (2004, p. 13) complementa que o jornal agiu estrategicamente no campo político e no campo mercadológico. Segundo o autor, “oferecendo uma linha de produto (jornais) diversificada, o Grupo Folha consolidou seu império, tendo para qualquer tendência da política, ou do mercado, um produto pronto para ser ativado”. Na leitura do autor, foi exatamente isso que aconteceu: quando percebeu que as mudanças no campo político não tinham mais volta e todos os segmentos sociais queriam a volta da democracia, a Folha de S.Paulo também assumiu esse discurso.

Para além de seu interesse em oferecer um novo produto para acompanhar as novas demandas de seus leitores, no entanto, as pesquisas mencionadas sinalizam que esta mudança pode estar diretamente relacionada com sua relação com o governo ditatorial. Como mencionado anteriormente, o IPES conseguiu propagar sua ideologia e formar a opinião pública através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais brasileiros, dentre eles a Folha de S.Paulo, do grupo de Octávio Frias de Oliveira²⁵ (DREIFUSS, 1981; PEREIRA, 2013). No volumoso mapeamento de Dreifuss (1981) sobre as ligações econômicas de lideranças e associados proeminentes do IPES, está Octávio Frias, vinculado ao IPES de São Paulo no pré-1964, junto com a empresa Folha de S.Paulo²⁶. Dentre as famílias ligadas ao IPES-SP, cujos sobrenomes fazem parte de uma trajetória consistente na história do capitalismo brasileiro e que tiveram grande ascensão após o golpe de 1964, está a família Frias (MOREIRA, 2019). A historiadora reforça que essas famílias possuíam integrantes no IPES, passando por diferentes gerações e pelas ligações estabelecidas por meio de sócios ou funcionários de confiança desses grupos empresariais.

Além disso, em correspondência da CONSEP — Consultores de Empresa com o IPES —, Octávio Frias encaminhou um pedido de atenção a João Baptista Leopoldo Figueiredo, apresentando um amigo particular como sendo alguém que faria muito pelo país²⁷. João Batista Figueiredo era um empresário multinacional e ex-presidente do Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros, um dos fundadores do IPES e quem o presidiu até 1964, pouco antes do golpe que depôs Goulart, de cuja preparação e organização participou ativamente (CPDOC, 2022).

Dreifuss (1981, p. 169) destaca que, em seus discursos, João Batista Leopoldo Figueiredo afirmava que o IPES havia surgido com o objetivo de “esclarecer primordialmente a classe empresarial que, diga-se de passagem, precisa mais de que qualquer outra classe saber realmente quais são os limites ideais do regime de livre iniciativa no campo econômico”. Essa campanha começou a surtir efeito, e empresários líderes de cerca de 500 corporações

²⁵ Nascido no Rio de Janeiro, em agosto de 1912, Octávio Frias de Oliveira oscilou sua vida profissional entre as atividades empresariais e a estabilidade do serviço público (Kushnir, 2022a). De acordo com a historiadora, em 1961, Frias associou-se ao empresário Carlos Caldeira Filho para juntos construírem a Estação Rodoviária de São Paulo, e em 1962 adquiriram a Folha de S.Paulo.

²⁶ Esse mapeamento é listado no Apêndice B da obra de Dreifuss (1981, p. 501).

²⁷ Essa carta pode ser consultada no Apêndice G da obra de Dreifuss (1981, p. 601).

multinacionais e associadas, sediadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, começaram a suprir o IPES.

Além de sua relação com João Batista Leopoldo, Octávio Frias trabalhava em conjunto com Paulo Ayres Filho. Como aponta Moreira (2019, p. 327), “em São Paulo, Paulo Ayres Filho coordenava as ações de opinião pública junto a Flávio Galvão, Ennio Pesce, Otávio Frias, Júlio de Mesquita Filho, Edmundo Monteiro e Geraldo Alonso”. Paulo Ayres Filho possuía um importante relacionamento com os militares e era amigo de João Baptista Leopoldo Figueiredo, sendo ambos igualmente fundadores e membros atuantes do IPES (SPOHR, 2011). Essas relações evidenciam como os meios de comunicação foram um espaço privilegiado de disseminação dos ideais do IPES (MOREIRA, 2019).

Outrossim, além da relação com esses ipesianos, Octávio Frias também tinha contato com Golbery do Couto e Silva (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2003). Golbery coordenava a equipe que produzia os trabalhos táticos e estratégicos que fornecia as diretrizes e os projetos do IPES, além de ter sido o chefe geral do Grupo de Opinião Pública (GOP) que publicava notícias, editava um boletim mensal, divulgava matéria através da mídia e preparava um boletim político para limitado consumo interno (DREIFUSS, 1981). O autor aponta ainda que Golbery se envolveu pessoalmente na campanha de angariação de fundos, através de seus numerosos contatos e em seus esforços conjuntos com dirigentes empresariais, como o líder do IPES. Com o propósito de se fortalecer e obter recursos financeiros para colocar seus projetos em ação, Bortone (2014, p. 50) relata que “o IPES coordenou e ajustou os interesses de empresários de diferentes setores e os convenceu de que tinha uma missão política a cumprir em prol da sociedade”.

O general Golbery não era apenas o chefe nacional do setor de preparação estratégica do IPES, ele também desempenhava um papel central na campanha militar para a deposição de João Goulart (RAMOS, 2022). Dreifuss (1981, p. 368) relata que uma operação importante do grupo do general Golbery no IPES foi convencer jovens oficiais do Exército, coronéis e tenentes-coronéis, “(...) a deixarem a ativa para que pudessem ser colocados em posições-chave na indústria e nas comunicações e, portanto, penetrarem na administração do Estado, obtendo assim ‘o máximo de infiltração nas instituições atuais da República’”. Bortone (2014, p. 55), por sua vez, explica que, com relação aos contatos com as Forças Armadas, o general Golbery do Couto e Silva foi o responsável pela “intermediação e assessoramento sobre todos os assuntos

militares, [com objetivo de] diminuir o apoio de parte dos militares a Goulart e trazê-los para seu projeto”.

Após a queda do governo Goulart em 1964, parte dos membros do IPES foi participar diretamente do governo militar que se seguiu. Dentre os membros que passaram a ocupar cargos importantes no novo governo estava Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) (BORTONE, 2014). Dreifuss (1981, p. 421) reforça que o fundador e primeiro chefe nacional do SNI não foi outro senão o general Golbery que, “por algum tempo, continuou servindo às duas organizações, mantendo também negócios particulares em seu estado natal, o Rio Grande do Sul”. Deixando formalmente seu posto no IPES em julho de 1964, mas sem romper seu vínculo com a organização, continuando atuando como membro do Conselho Orientador, Golbery passou a preparar-se, desde já, para a ascensão do General Ernesto Geisel ao poder, o que viria a acontecer em 1974.

Apesar dessas relações, Kushnir (2022b) destaca que do período de 1969 a 1972 a Folha de S. Paulo vivenciou uma fase de censura imposta pelo regime militar. Em entrevista, Octávio Frias Filho, relembra que o ano de 1974 foi bastante importante para a imprensa em geral e para a Folha de S.Paulo especificamente:

estava-se preparando a posse do governo Geisel, e o general Geisel e o general Golbery estavam montando a equipe ministerial. Eles tinham um gabinete no Rio, no largo da Misericórdia, e meu pai foi chamado pelo Golbery, que ele conhecia anteriormente, da época do governo Castello, para uma conversa nesse local (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 354).

Octávio Frias Filho relata que, nessa conversa, Golbery delineou os rumos que eles pretendiam impor ao novo governo e falou da necessidade de uma descompressão política, expondo todo ideário que se tornou bastante conhecido depois (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2003). Desse modo, de acordo com Pires (2008, p. 17), a historiografia produzida sobre a Folha de S.Paulo é unânime em afirmar que “pouco íntimos dos meios de comunicação, Frias e Caldeira investiram na reorganização do empreendimento e no saneamento das dívidas [sendo] a modernização tecnológica considerada uma marca do período”. Na história da Folha de S.Paulo há um caso considerado o grande divisor político de seu posicionamento de crítica, em 1977. Relata Dias (2019, p. 481) que

basicamente, uma crônica publicada pelo jornalista Lourenço Diaféria que fazia críticas sutis à hierarquia militar, o que gerou uma série de complicações ao jornal. Após o autor da coluna ter sido intimidado e preso, Frias, como forma de protesto, se afastara formalmente da direção do jornal, e a Folha deixou momentaneamente de publicar editoriais e, posteriormente, demitiu Claudio Abramo²⁸ da direção de redação. Esse caso é apontado por Silva (2011) como um importante “acontecimento libertação”, que auxiliou no respaldo de uma narrativa oficial, caracterizando o jornal como sendo um dos que mantiveram uma postura agressiva e, portanto, sofrera as devidas censuras e represálias durante o regime. Claudio Abramo (1988) afirmou, em sua autobiografia, que a partir daí o jornal começa a demitir uma série de jornalistas considerados “*trouble makers*”²⁹ e que, portanto, poderiam complicar a relação da empresa com a proposta de abertura. Apesar disso, relatava que nessa época muito provavelmente houve um “acordo tácito” entre a empresa e o regime para que o processo de transição fosse realizado da forma mais pactuada e segura possível, sendo que a Folha enxergou aí uma possibilidade de ampliar seu próprio mercado de atuação. Mas a postura da empresa em relação aos seus jornalistas “*trouble makers*” foi mais complexa do que aparentava. Ser de esquerda não necessariamente significava um problema para o jornal, uma vez que muitos desses jornalistas também ajudaram em suas estratégias, quando isso ocorria nos limites da legalidade.

Meneses (2014, p. 249) ressalta que a implantação do Projeto Folha e de seus manuais, em 1984, “coincide exatamente com a mudança de postura do jornal”, no qual começa a produzir outros significados, inclusive, sobre seu apoio ao golpe. Novelli (2002) acrescenta que este instrumento estava sendo idealizada há um tempo, mas ganhou um novo fôlego a partir dessa data, introduzindo mudanças no comportamento do jornal. Motta (2002a, p. 21) enfatiza que, através do Projeto Editorial da Folha, a empresa abriu para seus leitores “as estratégias das reformas mercadológica e jornalística em

²⁸ Cláudio Abramo foi um importante jornalista brasileiro que em 1967 assumiu a secretaria geral da Folha (KUSHNIR, 2022b). Em verbete biográfico sobre o jornalista, a historiadora conta que, em 1972, Abramo foi nomeado diretor de redação do jornal, mas pouco depois foi afastado e substituído por Rui Lopes, da sucursal de Brasília. A autora acrescenta que, em janeiro de 1975, ele foi preso pelo DOI-CODI, sob acusação de subversão. Entretanto, em meados desse mesmo ano, Cláudio Abramo retornou à Folha de S.Paulo e criou a “Página Três”, com a colaboração de intelectuais e jornalistas como Paulo Francis, Newton Rodrigues e Alberto Dines, iniciando uma reformulação ainda discreta do jornal. De acordo com a autora, essas alterações começariam a se tornar mais nítidas apenas em 1976, quando Abramo retornou à direção efetiva da redação, junto com Otávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho. Em 1977, Abramo foi afastado da direção da redação por imposição do ministro do Exército, general Sílvio Frota, nesse episódio que envolveu o jornalista da Folha Lourenço Diaféria, autor de uma crônica que ofendia a memória do duque de Caxias. Segundo Abramo, Diaféria “agiu como um provocador, ou um manipulador. Por conta da publicação da crônica, colocou em risco um projeto muito maior”. Kushnir (2022b) acrescenta que, no dia seguinte à prisão de Diaféria, o general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar do presidente Ernesto Geisel, ligou para o jornal, e Frias pediu que Abramo se demitisse. Dessa vez, quem o substituiu foi Bóris Casoy. A historiadora acrescenta que, em 1980, Cláudio Abramo retornou à Folha de S.Paulo, convidado novamente por Otávio Frias Filho e Bóris Casoy para ser correspondente do jornal em Londres.

²⁹ “Encrenqueiros”, em tradução livre para o português.

desenvolvimento na empresa, um projeto editorial e empresarial que objetivava inserir o jornal na economia de mercado”. Para o autor, a empresa abriu em suas páginas “os objetivos e todo o processo de mudança, com grande impacto no meio jornalístico”. Com ele, de acordo com Dias (2019, p. 482) a Folha de S. Paulo

reivindica uma efetiva participação na vida política do país, atuando como uma espécie de mediadora nas relações entre os cidadãos comuns e as instituições políticas. O jornal, portanto, assume-se como ator político legítimo baseado em um modelo específico de contrato representativo que é de ordem comercial.

Novelli (2002) ressalta que, do ponto de vista comercial, o Projeto Folha foi um sucesso, tendo em vista que a empresa se tornou o jornal de maior circulação no país, passando a ter maior faturamento publicitário; do ponto de vista editorial, por sua vez, a autora destaca que o projeto não acrescentou novidades, uma vez que repetiu posições e modelos antigos. Neste sentido, Novelli (2002, p. 196) reforça que a “subversão do jornalismo praticado pela Folha está na inserção do jornalismo exclusivamente na lógica de mercado, (...) que considera unicamente o consumidor da informação”. Desse modo, para a autora, valores como pluralidade, criticidade e apartidarismo tornam-se mecanismos de manipulação da informação, ao invés de elementos que garantem o desempenho de um jornalismo que é capaz de contribuir com uma sociedade mais justa. Dias (2019, p. 483) corrobora que, nesse período, “livre das amarras do governo autoritário e fortalecida economicamente, a empresa passa a assumir, ela própria, uma autoridade política perante as conjunturas do país”.

Atualmente, a Folha de S. Paulo tem adotado o slogan “Apoie a democracia. Assine a Folha”, mesmo tendo sido protagonista na desestabilização do governo do presidente João Goulart, deposto pela tomada de poder pelos militares em 1964. O jornal ofereceu ainda, em junho de 2020, um curso intitulado “O que foi a ditadura? — A árdua reconquista da democracia — 35 anos” que foi ministrado pelo jornalista e escritor Oscar Pilagallo. Nesse curso, o jornal aponta como houve uma mobilização para a deposição do governo, mas com o mínimo enfoque no papel que desempenhou nesse processo, tendo um protagonismo maior apenas no período de abertura política. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato dessas empresas construírem uma autoridade que “é empregada para, politicamente, firmá-las como espaço

autorizado ante a cena de representação política. São jornais que trabalham, como estampa a Folha com total segurança, “a serviço do Brasil””, informa Dias (2019, p. 489).

Meneses (2014, p. 231) aponta que a Folha de S.Paulo constrói um “bem articulado projeto de ressignificação da memória e uma enganosa operação do esquecimento programado sobre sua conduta de apoio e alinhamento com os governantes militares durante quase todo o período em que esses permaneceram no poder”. De acordo com a autora, para grande parte dos leitores o jornal é lembrado pelo engajamento às campanhas das Diretas Já, em 1985. Nessa conjuntura, torna-se perceptível a relação imbricada entre os líderes ipesianos e o presidente da Folha de S.Paulo no período. Essa relação expõe como os interesses do jornal estavam alinhados com os do IPES, repercutindo nos editoriais publicados pelo jornal ao longo da ditadura civil-militar. Desse modo, tendo em vista o objetivo dessa tese de identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira, na próxima seção será aprofundada a teórico-metodologia que será utilizada.

3 A Abordagem Histórico-Discursiva

Neste capítulo, dividido em duas seções, apresento as bases teóricas da abordagem teórico-metodológica adotada nessa tese. Na primeira seção apresento a Análise Crítica do Discurso, desde sua formação no campo da Linguística às suas principais concepções sobre discurso, poder e ideologia. Na segunda e última seção, discuto as especificidades da Abordagem Histórico-Discursiva como uma lente analítica particular para a pesquisa organizacional e, demonstro a forma pela qual essa tese atende suas premissas.

3.1. A Análise Crítica do Discurso

Tendo em vista que “todas as organizações são caracterizadas por relações de poder estruturais e lutas de poder”, a virada linguística nos estudos organizacionais assumiu um papel relevante ao reconhecer que as práticas discursivas envolvem uma gama de fenômenos organizacionais materializados (WODAK, 2009, p. 55). De maneira geral, essa virada linguística teve o benefício de “mudar o foco da pesquisa organizacional a partir da dicotomia entre psicologias individuais, comportamentos e motivações, de um lado, e estruturas macrossociais, do outro”, explicam Iedema e Wodak (1999, p. 7), para uma preocupação com as práticas discursivas, na qual, uma variedade de recursos dentro das organizações é mobilizada.

Algumas das concepções mais proeminentes usadas para caracterizar as organizações incluem ‘prática discursiva organizacional’, ‘poder’ e ‘reprodução’ (IEDEMA; WODAK, 1999). Dessa forma, as questões de poder, hegemonia e ideologia foram novamente concebidas como centrais para as práticas sociais e linguísticas em todas as organizações, “uma vez que todas as formas organizacionais podem ser traduzidas para a linguagem e comunicação” (WODAK, 2009, p. 16). Nesse sentido, Iedema e Wodak (1999, p. 14) sugerem que a pesquisa organizacional deve ter como objetivo “descrever os processos de contextualização através dos quais significados e laços materiais são interpretados como tendo alcançado uma relevância social mais ampla”.

Em se tratando da análise do discurso organizacional, uma questão relevante diz respeito ao modo em que esses discursos e práticas contribuem

para a permanência da organização (IEDEMA; WODAK, 1999). De acordo com os autores (p. 13), a análise do discurso organizacional “se preocupa com a natureza, legitimação e contestação de discursos e práticas”. Em outras palavras, a análise do discurso organizacional permite compreender as produções linguísticas e semióticas que sustentam a estruturação das organizações.

Nessa perspectiva, dentro das pesquisas organizacionais, quatro abordagens linguístico-discursivas têm se mostrado influentes. São elas: etnometodologia, análise de conversação, análise sociolinguística, e análise crítica do discurso (WODAK, 2009). Entre essas abordagens, a autora aponta que é a Análise Crítica do Discurso (ACD) que integra um conjunto de metodologias analíticas de discurso com preocupações teóricas, mas com base em abordagens-chave da teoria social.

Wodak (2004) conta que o início da história da ACD como uma rede de estudiosos emergiu nos anos 1990, marcado pelo lançamento da revista “*Discourse and Society*” (1990), editada por Van Dijk, assim como pelos livros, “*Language and Power*”, de Norman Fairclough (1989) e “*Language, Power and Ideology*”, de Ruth Wodak (1989). Nesse sentido, esses três pesquisadores tornaram-se expoentes e teóricos fundamentais para as pesquisas realizadas dentro da Análise Crítica do Discurso. De acordo com a autora, um marco importante foi o pequeno simpósio em Amsterdã, que ocorreu em janeiro de 1991, com o apoio da University of Amsterdã, em que Teun Van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak passaram dois dias juntos e tiveram a oportunidade de discutir teorias e métodos de análise do discurso. Wodak (2004, p. 227) narra que esse encontro “permitiu que todos confrontassem entre si abordagens distintas e diferenciadas, abordagens que ainda marcam as tendências existentes hoje”.

Nesse processo de formação do grupo, diferenças e similaridades foram expostas, inclusive, diferenças em relação a teorias e metodologias dentro de análise do discurso (WODAK, 2004). Nessa ocasião, também foram evidenciadas as semelhanças numa forma programática que poderiam estruturar as diferentes abordagens teóricas apresentadas pelas várias biografias e escolas dos estudiosos que formavam o grupo. Cabe ressaltar que, de acordo com Wodak (2004, p. 228), a Linguística Crítica e a Análise Crítica do Discurso já existiam, mas “não como um grupo internacional, heterogêneo e unificado de estudiosos”. A partir desse momento, Wodak (2004, p. 228) destaca que passaram a ocorrer simpósios anuais, que “(...) acompanharam o surgimento de

um paradigma unificado, mais por uma agenda de pesquisa do que por uma teoria ou metodologia comuns”.

Wodak (2004, p. 231) relata que, a partir de seus trabalhos iniciais em análise do discurso, Van Dijk já demonstrava “seu interesse nos textos e nos discursos como unidades básicas e como práticas sociais”. O teórico desenvolveu um modelo cognitivo de como os indivíduos entendem o discurso, que gradualmente gerou outros modelos cognitivos para explicar a construção do significado em um nível social. Fairclough (2016), por sua vez, considera o uso da linguagem como forma de prática social. Para tanto, ele propôs um quadro tridimensional, que foi posteriormente repensado e atualizado, para se analisar o discurso — como texto, como prática discursiva e como prática social —, considerando os diferentes contextos em que o discurso está inserido.

Levando em consideração as mesmas bases conceituais, Wodak (2004, p. 232) apoia a concepção de outros linguistas críticos que acreditam que as relações entre a linguagem e sociedade são tão complexas e multifacetadas que é indispensável adotar um foco interdisciplinar de pesquisa. Para a autora, a partir de diferentes campos acadêmicos, torna-se possível compartilhar uma perspectiva particular em que os conceitos de poder, ideologia e história são centrais. Cabe salientar que é nessa perspectiva teórico-metodológica que a presente pesquisa se endereça, e será aprofundada na próxima seção.

A ACD ganhou espaço por fornecer aos pesquisadores o deslocamento ontológico e metodológico necessário para observar como o poder social se desenvolve por meio do discurso, fornecendo base para que as lógicas sejam “mobilizadas, (re)contextualizadas e manifestadas por meio de hierarquia, valores, símbolos, estratégias e também como práticas sociais dentro das organizações”, explica Wodak (2009, p. 17). A ACD pode ser entendida como um campo que visa analisar “relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem”, complementa Wodak (2004, p. 225), tendo em vista que a linguagem pode ser entendida como um meio para se legitimar relações de poder de forma organizada.

De acordo com Van Dijk (2001, p. 353), a ACD prioriza “como as estruturas do discurso promulgam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e dominação na sociedade”. Segundo o autor, essa análise atua como uma investigação analítica-discursiva, que busca entender como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados e reproduzidos por textos orais e escritos no contexto político e social, concentrando-se, sobretudo nos problemas sociais e nas questões

políticas. Nessa perspectiva, Wodak (2004, p. 224) reflete que as pesquisas em ACD voltam-se “especificamente para os discursos institucionais, político, de gênero social, e da mídia (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito”.

Como Wodak (2004, p. 226) ressalta, as premissas da ACD para o discurso é que esse é estruturado pela dominação, bem como é historicamente produzido e interpretado sendo situado no tempo e no espaço. Além disso, a autora reforça que essas estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder. Assim, a ACD possibilita a análise das pressões verticalizadas e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder. A ACD também permite “revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas”, conforme aponta Wodak (2004, p. 231).

Nesse sentido, a linguagem não é poderosa por si mesma, mas ganha poder através do uso que pessoas poderosas fazem dela (WODAK, 2004; 2009). Para a autora, isso explica o motivo pelo qual a ACD se interessa, particularmente, em analisar processos de inclusão e exclusão, e de acesso a domínios relevantes de nossas sociedades. Como menciona Wodak (2009, p. 36), o poder do discurso se relaciona com “a influência de macroestruturas de significado historicamente crescidas, das convenções do jogo de linguagem em que os atores se encontram”. Wodak e Meyer (2009) indicam que a ACD não está interessada em analisar uma unidade linguística por si, mas estudar fenômenos sociais que são complexos e, portanto, requerem uma abordagem disciplinar e multi-metódica.

Por esse motivo, a ACD parte de problemas sociais e, conforme explica Wodak (2001, p. 1) escolhe a perspectiva “de quem sofre mais, e analisa criticamente aqueles que estão no poder”, aqueles que têm a oportunidade de resolver esses problemas. Wodak (2004, p. 226) reforça que, dentro dessa perspectiva, as “estruturas dominantes estabilizam as convenções e as naturalizam, isto é, os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados, e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como ‘dados’”.

A ACD, como um programa de pesquisa e em suas muitas e distintas abordagens, enfoca no processo de formação de teorias e no caráter interdisciplinar de suas pesquisas, desde seu início em década de 1990 (WODAK, 2009). As construções teóricas do discurso de que a ACD experimenta operacionalizar pode vir de várias disciplinas, e “o conceito de

‘operacionalização’ implica trabalhar de forma transdisciplinar, onde a lógica de uma disciplina (como por exemplo, sociologia) pode ser ‘colocada para trabalhar’ no desenvolvimento de outra (por exemplo, linguística)”, salienta Wodak (2009, p. 32). Assim, a ACD é uma abordagem interdisciplinar reflexiva e orientada para o problema. Nessa conjuntura, para trabalhar com a análise crítica do discurso, alguns conceitos precisam ser abordados, tais como a tríade discurso/poder/ideologia.

Martin e Wodak (2003) ressaltam que as noções de ideologia, poder, hierarquia e gênero, e outras variáveis sociológicas, foram todas vistas como relevantes para uma interpretação ou explicação do texto. Para os autores, os tópicos sob investigação se modificam entre os vários departamentos e acadêmicos que aplicam ACD. A esse respeito, os autores enfatizam que é melhor pensar na ACD como uma escola, ou um programa, que muitos pesquisadores acham útil e com o qual podem se relacionar de acordo com de seus objetivos de pesquisa. Sendo assim, tenho em vista que pesquisadores em ACD contam com diferentes abordagens gramaticais e as definições dos termos “discurso”, “crítica”, “ideologia”, “poder” também são múltiplas (MARTIN; WODAK, 2003), nesse capítulo serão abordados ainda os diferentes conceitos adotados nessa pesquisa.

No que se refere à crítica, Wodak (2001a, p. 9) aponta que as tarefas da crítica eram para “lembrar um passado que estava em perigo de ser esquecido, de lutar pela emancipação, de esclarecer as razões de tal luta e definir a natureza do próprio pensamento crítico”. Isso porque crítico pode ser entendido como aquele que toma certa distância dos dados, incorporando os dados no contexto social, assumindo uma posição política explícita e com foco na autorregulação (WODAK, 2001a; MARTIN; WODAK, 2003).

Wodak e Meyer (2009, p. 6) reforçam que as perspectivas compartilhadas em ACD “ênfatizam o termo 'crítica', que no trabalho de alguns 'linguistas críticos' pode ser rastreada até a influência da Escola de Frankfurt e Jürgen Habermas”. Nesse sentido, os conceitos centrais de tal compreensão de teoria são: a teoria crítica deve ser dirigida à totalidade da sociedade em seu histórico especificidade, e a teoria crítica deve melhorar a compreensão da sociedade, integrando todas as principais ciências sociais, incluindo economia, sociologia, história, ciências políticas, antropologia e psicologia.

Teorias críticas, portanto, também em ACD, descrevem Wodak e Meyer (2009, p. 7), “querem produzir e transmitir críticas conhecimento que permite ao ser humano se emancipar das formas de dominação por meio da autorreflexão”..

Logo, a ACD visa produzir iluminação e emancipação, buscando não apenas descrever e explicar, mas também erradicar um tipo particular de desencanto. Wodak (2001a, p. 10) ressalta que a teoria crítica pretende “criar consciência nos agentes de como eles são enganados sobre suas próprias necessidades e interesses”.

Por esse motivo, a crítica deve tornar visíveis as interconexões existentes entre a estrutura ou estruturas e o uso da linguagem (FORCHTNER; WODAK, 2017). Wodak (2001a, p.11) acrescenta que, de acordo com os predecessores de teoria crítica, a ACD enfatiza a necessidade de um trabalho interdisciplinar, no entendimento de como a linguagem funciona, por exemplo, constituindo e transmitindo conhecimentos, “na organização de instituições sociais ou no exercício poder”.

No que tange ao conceito de discurso, Fairclough (2016) considera o uso da linguagem como forma de prática social. Leeuwen e Wodak (1999, p. 94) apontam que a prática social também compreende os participantes envolvidos nas atividades, como investigador, agente, afetado e beneficiado. Em resumo, Wodak (2001) destaca que, por um lado, os cenários situacionais, institucionais e sociais moldam e afetam os discursos, e por outro, discursos influenciam tanto discursivos quanto não discursivos processos e ações sociais e políticas.

Wodak e Meyer (2009) corroboram com esse entendimento, apontando que o discurso é socialmente constitutivo e também socialmente condicionado, o que significa que ele constitui situações, objetos de conhecimento, identidades sociais e relações entre pessoas e grupos de pessoas. Além disso, os autores reforçam que o discurso é constitutivo tanto no sentido de ajudar a sustentar e reproduzir o *status quo* social, quanto na sensação de que contribui para transformá-lo. Desse modo, uma vez que o discurso é socialmente consequente, dá origem a importantes questões de poder.

Wodak e Meyer (2009, p. 6) destacam, ainda, que as práticas discursivas podem ter grandes efeitos. Isso significa que elas “podem ajudar a produzir e reproduzir relações de poder desiguais entre, por exemplo, classes sociais, mulheres e homens, e maiorias e minorias étnicas/culturais através das formas como representam as coisas e posicionam as pessoas”. Analistas de discurso mais críticos endossariam a afirmação de Habermas de que a linguagem também é um meio de dominação e força social (WODAK; MEYER, 2009).

Nessa conjuntura, o discurso serve para legitimar relações de poder de forma organizada. Como apresentam Wodak e Meyer (2009), baseados em Habermas (1967), na medida em que as legitimações das relações de poder não

são articuladas, a linguagem também se torna ideológica. Em outras palavras, o discurso contribui para construção de identidades sociais, relações sociais entre pessoas e, na construção de sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2016).

Nesse sentido, o discurso é definido em termos de eventos comunicativos complexos, no qual o acesso e o controle podem ser definidos tanto pelo contexto quanto pelas próprias estruturas dos textos orais e escritos (VAN DIJK, 2001). Em termos muito simplificados, dentro da ACD o “discurso” é entendido como “texto em contexto”, e isso sugere uma interdisciplinaridade na abordagem (WODAK; WEISS, 2005). Martin e Wodak (2003) ressaltam que textos são frequentemente locais de luta, pois mostram traços de discursos e discursos com diferentes ideologias lutando pelo domínio. Assim, para os autores, a ACD pode ser definida como primordialmente interessada em analisar relações estruturais opacas, bem como transparentes, de dominação, discriminação, poder e controle, conforme se manifestam na linguagem. Em outras palavras, a ACD visa analisar criticamente a desigualdade social, tal como é expressa, constituída, legitimada pelo uso da linguagem.

Wodak (2004, p. 237) complementa que “o poder é sinalizado não somente pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual”. Cabe salientar que “discurso pode, portanto, ser entendido como um pacote complexo de atos linguísticos inter-relacionados, instantâneos e sequenciais, que se manifestam dentro e através dos campos sociais de ação”, complementa Wodak (2001, p. 66).

Em se tratando de ideologia, para a ACD, essa é vista como um aspecto importante de manter relações de poder desiguais (WODAK, 2001). Thompson (2011, p. 79) propõe-se a conceituar ideologia como o sentido “mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas”. O autor explica que o conceito de ideologia possui uma natureza ambígua por descrever um estado de coisas (como um sistema de ideias políticas) e por também ser usado para avaliar um estado de coisas.

Thompson (2011) afirma que a literatura social e política trouxe duas respostas a essa herança ambígua da ideologia. A primeira delas, uma tentativa de domar o conceito, tirando seu sentido negativo a fim de incorporá-lo em um

conjunto de conceitos descritivos, criando o que se pode chamar de concepção neutra da ideologia (THOMPSON, 2011). O autor aponta que uma segunda resposta a essa herança ambígua do conceito de ideologia foi a de abandonar o conceito, como tem sido feito por muitos pensadores sociais nos últimos anos; entretanto, o autor traz uma concepção crítica de ideologia.

Sem eliminar seu sentido negativo, Thompson (2011) toma-o como um índice dos problemas os quais o conceito se refere. Ao assim proceder, o autor busca focar novamente esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido e poder, como sendo esse o fator responsável pela sustentação das relações de dominação. Fairclough (2016, p. 122), por sua vez, aponta ideologia como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

Desse modo, Thompson (2011) reforça que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido serve em conjunturas particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas, o que o autor chama de relações de dominação. Por esse motivo, Thompson (2011, p. 16) aponta que o estudo da ideologia exige “que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até as imagens aos textos complexos”. O autor aponta, além disso, que ela exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas, e que também nos perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas.

No que se refere ao conceito de poder, Wodak (2018, p. 405) aponta que é a “capacidade relacional que permite que um ator social influencie assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de forma a favorecer a vontade do ator empoderado”. Uma característica que marca a ACD é sua preocupação com poder como uma condição central na vida social, bem como sua persistência para desenvolver uma teoria da linguagem que incorpora isso como uma premissa principal (WODAK, 2009).

Desse modo, analisa Wodak (2015, p. 237), o poder não surge da linguagem, “mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo”. Dessa maneira, a autora reforça que a linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir

diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. Para além da noção de lutas por poder, acesso e controle, a ACD também se preocupa com intertextualidade e recontextualização de discursos concorrentes que estão intimamente atendidos (WODAK, 2009).

Wodak (2001a, p. 11) aponta que o poder tem a ver com as “relações de diferença e, particularmente, com os efeitos das diferenças nas estruturas sociais”. Para a autora, as questões sociais garantem que a linguagem esteja entrelaçada com poder de várias maneiras, uma vez que “a linguagem indexa poder, expressa poder, está envolvido onde há contenda e um desafio ao poder”. Wodak (2015, p. 4) reforça o conceito de “poder” como a possibilidade de “estabelecer a própria vontade na relação social e contra a vontade de outros”. Algumas das maneiras pelas quais o poder é implementado, de acordo com Wodak (2015), é através de força física e violência e, dentre outras formas, por meio do controle técnico com a ajuda de objetos como meios de produção, armas e assim por diante.

Desse modo, as relações de poder são legitimadas ou deslegitimadas nos discursos. Portanto, uma característica definidora da ACD é sua preocupação com o poder como uma condição central na vida social, e seus esforços para desenvolver uma teoria de linguagem que incorpora isso como uma premissa principal (WODAK, 2001a). Uma perspectiva importante em ACD relacionada à noção de poder é que é muito raro que um texto seja obra de uma única pessoa (MARTIN; WODAK, 2003). Para os autores, em textos discursivos diferenças são negociadas, são governados por diferenças de poder que é em parte codificado e determinado pelo discurso e pelo gênero. Wodak (2001a) ainda aponta que, não apenas a noção de luta por poder e controle, mas também a intertextualidade e a recontextualização de discursos concorrentes são acompanhadas de perto dentro dessa abordagem.

Para Wodak e Forchtner (2017b, p. 577), a intertextualidade refere-se ao fato de que “todos os textos são ligados a outros textos, tanto do passado como do presente”. Wodak (2009, p. 39) assinala que links podem ser estabelecidos de diferentes maneiras: “através da referência contínua a um tópico ou aos seus atores principais; através referência aos mesmos eventos que os outros textos; ou através do reaparecimento dos principais argumentos de um texto em outro texto”. A autora afirma ainda que esse último processo é também rotulado como recontextualização. Wodak (2015) aponta que um artigo de jornal, por exemplo, pode se referir a outro artigo publicado em algum momento atrás ou, ainda, um

incidente relatado no jornal pode se referir a uma reportagem de agência de notícias, e assim por diante.

A interdiscursividade, por sua vez, indica que os discursos estão ligados entre si em várias maneiras (WODAK, 2015; WODAK; FORCHTNER, 2017b). Segundo Wodak (2009, p. 40), se o discurso for definido como relacionado ao tópico, “isso é um discurso sobre um ator político, evento, objeto ou processo, então um discurso sobre terrorismo, por exemplo, pode normalmente referir-se a tópicos ou subtópicos de outros discursos, como religião, gênero, ameaça, segurança ou racismo”. Desse modo, como os discursos são abertos e híbridos, novos subtópicos podem ser criados a qualquer momento, e a intertextualidade e a interdiscursividade sempre permitem novos campos de ação.

Wodak (2001b) salienta que a ACD deve tentar fazer escolhas em cada ponto da própria pesquisa, e precisa tornar essas escolhas transparentes. Além disso, a autora reforça que o analista crítico do discurso deve justificar teoricamente porque certas interpretações de eventos discursivos parecem mais válidas do que outras. Desse modo, uma maneira metódica de analistas de discurso críticos minimizar o risco de ser tendencioso é seguir o princípio da triangulação (WODAK, 2001b). Cabe salientar que o entendimento de triangulação aqui não segue a perspectiva positivista de comprovação dos fatos, mas como um meio pelo qual se busca diferentes vestígios para a compreensão mais verossímil do fenômeno estudado.

Ademais, Wodak e Meyer (2009) abordam que a ACD não possui uma formação de teoria comum e uniforme, mas um conjunto de abordagens. De modo geral, o quadro teórico da ACD parece assistemático para muitos observadores e críticos (WODAK; WEISS, 2005). Todavia, isso também pode ser visto como um fenômeno positivo, uma vez que a pluralidade de teorias e metodologias pode ser destacada como um ponto forte específico da ACD, para o qual este paradigma, em última análise, deve sua dinâmica criativa.

Apesar de nenhum quadro teórico uniforme de mediação ter sido proposto em ACD até o momento, pode-se falar de uma síntese teórica de ferramentas conceituais desenvolvidas em diferentes escolas teóricas (WODAK; WEISS, 2005). Questões de gênero, questões de racismo, discursos da mídia, discursos políticos, discursos organizacionais ou dimensões da pesquisa de identidade tornaram-se muito proeminentes em ACD (MARTIN; WODAK, 2003). Os autores complementam que as metodologias se diferem amplamente nestes estudos, devido aos objetivos de pesquisa e, também, às técnicas analíticas aplicadas. Desse modo, para que esta pesquisa seja realizada, foi escolhido o

quadro teórico-analítico de Ruth Wodak a partir da Abordagem Histórico-Discursiva, como será apresentado na seção a seguir.

3.2. Especificidades da Abordagem Histórico-Discursiva

Wodak (2009) defende a Abordagem Histórico-Discursiva (AHD) como uma lente analítica particular para abordar a pesquisa organizacional que tem sido desenvolvida dentro da linguística e, mais especificamente, no subcampo dos estudos do discurso. Desenvolvido no campo dos Estudos do Discurso, essa abordagem fornece um veículo para analisar o poder e a gama de agentes potenciais, porque integra e triangula o conhecimento sobre as fontes históricas e os antecedentes dos campos sociais e políticos nos quais os eventos discursivos estão inseridos (WODAK, 2009).

A AHD, comprometida com a ACD, adere à orientação sóciofilosófica da teoria crítica (WODAK, 2001). Segundo a autora, segue um conceito complexo de crítica social que abrange a dimensão da ação. No entanto, embora a AHD esteja alinhada à teoria crítica, as "grandes teorias" desempenham um papel secundário em comparação com o modelo de discurso e a ênfase na análise histórica, em que, afirmam Wodak e Meyer (2009, p. 26), "o contexto é entendido principalmente como histórico". Desse modo, os autores reforçam que os pesquisadores que se utilizam da AHD não podem se perder em labirintos teóricos e não devem investir muito na operacionalização de grandes teorias, mas sim desenvolver ferramentas conceituais adequadas para os problemas.

A AHD considera as relações intertextuais e interdiscursivas entre enunciados, textos, gêneros e discursos, bem como variáveis extralinguísticas ou sociológicas — como a história de uma organização e seus quadros situacionais, por exemplo. Enquanto concentra-se em todos esses níveis e camadas de significado, os pesquisadores buscam explorar como os discursos, gêneros e textos mudam em relação à mudança sociopolítica. A AHD concentra-se no campo da política, em que são desenvolvidas estruturas para o discurso político (WODAK; MEYER, 2009).

De forma geral, Clarke, Kwon e Wodak (2011) acreditam que o papel da abordagem histórico-discursiva para ACD supera os fundamentais problemas metodológicos ao fornecer aos pesquisadores uma abordagem para analisar o texto e o contexto. Além disso, Leeuwen e Wodak (1999, p. 91) ressaltam que a dimensão histórica dos atos discursivos é abordada de duas maneiras em AHD: primeiro, considera-se a "integração de todas as informações disponíveis sobre o

contexto histórico e as fontes originais” nas quais os eventos discursivos estão inseridos; segundo, se explora as maneiras pelas quais “tipos e gêneros específicos de discurso estão sujeitos à mudança diacrônica”.

Nesse sentido, Wodak (2015) aponta que uma das características distintivas mais proeminentes da abordagem histórico-discursiva é o seu esforço em trabalhar com diferentes abordagens, multimetodicamente e com base em uma variedade de dados empíricos. Wodak, Kwon e Clarke (2011) reforçam que a abordagem histórico-discursiva combina a análise qualitativa do discurso com *corpus* linguístico, ao mesmo tempo em que relaciona a análise do contexto estrutural da organização e a respectiva história de práticas específicas.

Wodak (2009) aponta que, por um lado, a interdisciplinaridade abre novas perspectivas e permite ideias novas e abordagens inovadoras; por outro lado, corre-se o risco de acusações de superficialidade se visto a partir de perspectivas disciplinares estreitas. A autora ressalta que a pesquisa orientada para problemas nas ciências sociais é obrigada a transcender as fronteiras disciplinares, visto que os próprios fenômenos sociais são altamente complexos e, certamente, não podem ser explicados por uma única disciplina. Desse modo, o argumento utilizado por Wodak (2009) são as consultas extensivas a especialistas nas áreas vizinhas relevantes, a fim de preencher as lacunas de conhecimento inevitáveis encontradas por todos os pesquisadores interdisciplinares.

De acordo com Wodak (2015, p.3), do ponto de vista da AHD, a ideologia é definida como “uma perspectiva (muitas vezes) unilateral ou [como uma] cosmovisão composta de representações mentais, convicções, opiniões relacionadas, atitudes e avaliações”. Assim, em consonância com a autora, compreendemos que as ideologias são compartilhadas por membros de grupos sociais específicos, e servem como um meio importante de estabelecer e manter o poder de relações desiguais através do discurso.

Assim, em AHD, o discurso é definido como sendo relacionado a um macrotópico (o que se refere à argumentação como validade que envolve atores que têm pontos de vista diferentes), como afirma Wodak (2009). Sendo assim, o discurso é entendido como um grupo de práticas semióticas dependentes do contexto que estão situadas dentro de campos específicos de ação social, sendo socialmente constituído e constitutivo. Além disso, a autora aponta que o discurso integra várias posições e diferentes vozes.

Aponta Wodak (2009) que a crítica feita pela AHD sobre o objeto sob investigação e sobre a própria posição do analista são transparentes e se

justificam teoricamente, porque certas interpretações e leituras de eventos discursivos parecem mais válidos do que outros. Além disso, Wodak (2001) aponta que a primeira questão a ser abordada não é se precisamos de uma grande teoria, mas que ferramentas conceituais são relevantes para este ou aquele problema e para esse contexto. Com essa pergunta, o contexto das práticas discursivas precisa ser abordado de forma adequada.

Assim como Wodak e Forchtner (2017a), a presente pesquisa não adota um entendimento de política como restrito à esfera de governo, eleições e assim por diante, mas política como sendo um ordenamento das relações sociais na vida pública e privada. Desse modo, o fazer político diz respeito à mudança das relações sociais, ou seja, espaço de negociação e luta pela distribuição e uso de poder e recursos. Assim, onde há poder, há política. Wodak (2009) registra que a política é uma luta para impor o legítimo. Em outras palavras, é a luta para impor aquela que é dominante e reconhecida como merecedora de dominar.

A política é, portanto, embalada e glamourizada através de “dispositivos de enredo e tropos dramáticos, ocorrendo em meio à ansiedade, pânico, perigo, iminente desastre, intriga, doença, momentos cômicos, casos de amor e assim por diante”, elucida Wodak e Forchtner (2017b, p. 584). Wodak (2009) salienta que o campo da política está intrinsecamente relacionado ao campo da mídia e, assim, jornalistas e políticos são mutuamente dependentes um do outro. Desse modo, a autora aponta que eles constroem significados e imagens/símbolos da política aos quais os leigos têm acesso.

Wodak e Waiss (2005, p. 129) reforçam que novos espaços públicos, mídia e tecnologias de comunicação mudaram as regras básicas para os discursos, moldando as estruturas do espaço-tempo. Dessa maneira, os discursos políticos, econômicos e da mídia frequentemente constituem um “campo de tensões”. Por um lado, a política é vista como uma luta pelo poder, entre aqueles que buscam afirmar seu poder e aqueles que procuram resistir a ele (WODAK, 2009). Sob outra perspectiva, a política é vista como cooperação, como as práticas e instituições que uma sociedade possui para resolver confrontos de juros sobre dinheiro, influência, liberdade e assim por diante, como reforça a autora. Assim, política é sobre poder, “sobre as forças que influenciam e refletem sua distribuição e uso, e sobre o efeito disso no uso e distribuição de recursos”, explica Wodak e Forchtner (2017a, p. 5). Segundo os autores, a política se refere à “capacidade transformadora” dos agentes sociais e das instituições, ou seja, não é sobre o governo ou apenas o governo. Isso posto, para além do foco no governo, orientando-se para a negociação de interesses,

os autores apontam a política como força de conflito e cooperação, como sendo o tipo de atividade humana que gira em torno de interesses divergentes.

Wodak e Forchtner (2017a) discorrem que a partir dos anos 1990, a pesquisa sobre o discurso político se expandiu ainda mais. Sendo assim, segundo os autores, foram realizados estudos sobre comunicação dentro de organizações políticas (como comitês da União Europeia), bem como sobre o estilo de políticos (como senadores dos EUA), sobre discursos políticos e sobre legitimação e persuasão (por meio de entrevistas com políticos na mídia). Cabe salientar que a pesquisa no campo da linguagem e da política expandiu enormemente nos últimos anos (WODAK, 2009). A autora destaca que o campo parece ser bastante jovem, embora a retórica seja uma das disciplinas acadêmicas mais antigas a se preocupar com aspectos da comunicação política em tempos antigos.

Na atualidade, a linguagem e a política estão sendo estudadas da perspectiva de uma série de disciplinas, tais como ciência política, jornalismo, sociologia, direito, economia, gestão, linguística, psicologia, filosofia e educação (WODAK; FORCHTNER, 2017a). Desse modo, os autores ressaltam que cada um desses campos e abordagens tende a pressupor certos conjuntos teóricos e metodológicos como pontos de partida que nem sempre podem ser compatíveis ou facilmente comparáveis a outros. Os autores apontam, no entanto, que parece haver um consenso entre a maioria dos estudiosos de que a comunicação requer algum tipo de interdisciplinaridade.

Wodak (2009) aborda que, ao analisar criticamente discursos e textos em seus muitos detalhes, este tipo de pesquisa desconstrói e desmistifica a "política de costume", pelo menos em alguns aspectos importantes. Para a autora (2009, p. 5) "toda política é necessariamente impulsionada pela busca de poder, mas o poder é inerentemente imprevisível, irreparável, irracional e persuasivo". No cotidiano, os indivíduos são confrontados com muitos gêneros de discurso político, incluindo, por exemplo, a imprensa televisiva, debates políticos, trechos no YouTube ou reportagens sobre acontecimentos políticos na imprensa (WODAK, 2009). Assim, em outras palavras, Wodak (2009, p. 4) afirma que "a comunicação da mídia segue a lógica da tomada de decisão política e da liderança, e os processos políticos seguem a lógica de seleção das instituições da mídia e construção".

Wodak e Forchtner (2017a) entendem, ainda, a "comunicação política" como um termo genérico que abrange todos os tipos de públicos, institucionais e palestras privadas sobre questões políticas, ou seja, todos os tipos de textos e

gêneros típicos de política, bem como o uso linguístico e caracterização de texto e fala sobre contextos políticos. Para Wodak (2001, p. 64), as relações entre “mídia, política (todos os gêneros) e 'pessoas' são muito complexas”. A autora discorre que, até o momento, não há respostas claras sobre quem influencia quem e como essas influências são dirigidas. Por esse motivo, defende que somente a pesquisa interdisciplinar será capaz de fazer tal relação complexa mais transparente.

Wodak (2001a, p. 6) aponta que a linguagem da mídia, particularmente, é investigada como um lugar de poder, de luta e onde “a linguagem é aparentemente transparente”. Ainda segundo a autora, as instituições midiáticas muitas vezes se apresentam como neutras, no sentido de que fornecem espaço para o discurso público que reflete o estado de coisas desinteressadamente, o que a autora aborda como uma falácia e apresenta a relevância das pesquisas em ACD para desnudar a atuação de mediação e construção da mídia.

Wodak e Forchtner (2017a, p. 2) apontam que, com o desenvolvimento da comunicação de massa no século XIX e início do século XX, o interesse no uso da linguagem na comunicação e seus efeitos entrou em uma nova fase. Os autores reforçam que os trabalhos seminais foram estimulados pela força percebida dos meios de comunicação na “fabricação do consentimento”. Martin e Wodak (2003, p. 11) apontam que a mídia constrói histórias, “mas — em contraste com outros gêneros — as notícias podem mudar de um dia para o outro e geralmente não dependem de fontes totalmente confiáveis”.

Martin e Wodak (2003, p. 11) reforçam que os jornais podem, inclusive, se contradizer no dia a dia, e, assim, notícias, por causa de sua curta vida, “devem envolver uma série de estratégias específicas projetadas para chamar a atenção de leitores e ouvintes”, produzindo e reproduzindo “ideologias, crenças e também histórias”. Nessa perspectiva, Martin e Wodak (2003) sugerem que a mídia se tornou uma ferramenta muito poderosa de domínio que influencia o mundo em todas as suas dimensões.

Além disso, Wodak e Forchtner (2017a, p. 6) apontam que é possível observar um aumento na “mídiação da política”, isto é, um processo pelo qual a política e a sociedade como um todo se tornam cada vez mais dependentes da mídia. Para os autores, isso contribui para a crescente profissionalização da comunicação política. Wodak e Forchtner (2017b, p. 573) ressaltam que “[essa] tendência de mídiação das sociedades modernas implica uma mudança fundamental no como as sociedades contemporâneas operam em várias áreas” — sendo a política apenas uma delas —, que são cada vez mais afetadas pela

crescente importância da lógica da mídia. Isso posto, os autores reforçam a política como uma esfera que integrou a mídia e que, simultaneamente, faz com que cada vez mais suas operações ocorram por meio dela.

O discurso a serviço do poder é sempre relevante quando se trata da “história” em toda essa gama de mídias, prazos e contextos institucionais (MARTIN; WODAK, 2003). Desse modo, história das nações, das pessoas, dos grupos não é um fato dado, mas é discursivamente construído de forma contínua, em livros escolares, na mídia, por políticos em seus discursos em eventos importantes, por administradores e por leigos relatando suas próprias histórias de vida. Nesse sentido, os autores reforçam que o poder entra visivelmente em jogo assim que as diferentes narrativas do passado são confrontadas umas com as outras, e as elites selecionam uma das narrativas concorrentes e a naturalizam como sendo o passado.

Wodak (2018, p. 406) reforça que o aumento da mobilidade e o desenvolvimento da comunicação têm contribuído para as relações de poder, “criando um espaço transnacional de caráter econômico, cultural, religioso e participação política”. Além disso, para a autora, a mídia e as indústrias de entretenimento estão se tornando cada vez mais globais, o que facilita a formação de tendências e opiniões em escala supranacional. A atuação da mídia na produção e reprodução de construções específicas da política cotidiana precisa ser investigada de perto (WODAK, 2009). Como defende a autora, a dialética entre o campo da política e o campo do jornalismo permanece opaco.

A política e a mídia sempre foram, em algum grau, interdependentes (WODAK, 2009). No entanto, Wodak argumenta que esses dois campos estão cada vez mais entrelaçados de maneiras muito complexas e emaranhadas, e com profundas implicações para cada um. Os limites são confusos entre o entretenimento e a informação, entre os domínios privado e público, entre políticos e celebridades, entre os meios de comunicação tradicionais e os novos meios de comunicação, e assim por diante.

Diante dessa discussão, na investigação de tópicos e textos históricos, organizacionais e políticos, a abordagem histórico-discursiva tenta “integrar uma grande quantidade de conhecimento disponível sobre as fontes históricas e os antecedentes dos campos sociais e políticos nos quais os “eventos” discursivos estão inseridos”, elucida Wodak (2001b, p. 65). A autora (2015) observa que a AHD analisa a dimensão histórica das ações discursivas, explorando as maneiras pelas quais determinados gêneros de discurso estão sujeitos a alteração diacrônica. Por último, Wodak (2001b, p. 65) aponta que o mais

importante nessa abordagem é que “isso não é visto apenas como 'informação', mas integra teorias sociais para poder explicar o chamado contexto”.

Martin e Wodak (2003) apontam que, para os historiadores, não basta registrar o que aconteceu, é fundamental também propor algumas explicações. Para tanto, os autores enfatizam que, geralmente, é necessário a mudança de uma postura mais objetiva para uma mais subjetiva. Só assim é possível interpretar que o que aconteceu envolve valores sociais, e, por isso, é contestável, ou seja, pode ser lido de diferentes pontos de vista. Wodak (2018) mostra que as experiências e as memórias históricas sempre afetam o presente. Desse modo, cabe considerar que diferentes experiências históricas também moldaram as imagens da democracia e as percepções de valores fundamentais. Martin e Wodak (2003) reforçam que a história sempre se relaciona com o presente e o futuro. Desse modo, não se pode entender o presente e o futuro sem fazer referência ao passado, que tende a aparecer de diferentes maneiras.

Benke e Wodak (2003) destacam que o “contexto” é entendido como uma parte integrante da teoria e análise da abordagem histórico-discursiva. Isso significa que os textos trabalhados nessa abordagem não podem ser adequadamente interpretados, compreendidos ou mesmo explicados se esses não considerarem uma forma complexa e multidisciplinar. Forchtner e Wodak (2017) apontam ainda que a abordagem histórico-discursiva tem a conceitualização do discurso como centrado em práticas semióticas relacionadas ao tópico, que são socialmente constituídos, bem como socialmente constitutivos, envolvendo vários atores com diferentes perspectivas.

Diante dessas discussões, Wodak (2015) apresenta um conjunto de dez premissas sobre a abordagem histórico-discursiva. A primeira delas refere-se à abordagem interdisciplinar, anteriormente mencionada, que está localizada em diferentes níveis: na teoria, na prática de pesquisa e na aplicação (WODAK, 2001). A segunda premissa sinaliza que essa abordagem é orientada para o problema, e por isso não se prende a itens linguísticos específicos (WODAK, 2015). Como exemplo, a pesquisa com base na AHD não vai enfatizar apenas o uso das metáforas numa construção discursiva, mas a partir do problema de pesquisa identifica-se quais itens linguísticos emergem do campo e contribuem para a construção discursiva de determinado fenômeno. Como consequência dessas premissas, para a autora, a terceira enfatiza que diferentes teorias e métodos são combinados à medida que essa integração resulte em uma compreensão e explicação mais adequada do objeto de pesquisa.

A quarta premissa está no fato de que os estudos na AHD incorporam o trabalho de campo e a etnografia para explorar o objeto sob investigação, como parte fundamental para qualquer análise e teorização (WODAK, 2001). O que faz sentido, uma vez que a abordagem enfatiza o contexto como fator essencial no entendimento dos fenômenos estudados. Ainda, a autora reforça como uma quinta premissa da abordagem é que ela é abductiva. Isso significa que as pesquisas em AHD se movem recursivamente entre a teoria e os dados empíricos, em um movimento constante de idas e vindas.

Wodak (2015) aponta como sexta premissa que uma preocupação da AHD está no estudo de vários gêneros e vários espaços públicos, possibilitando a investigação das interrelações textuais e interdiscursivas. A sétima premissa compõe inclusive o nome da abordagem, tendo em vista que, para a AHD, o contexto histórico deve sempre ser analisado e integrado na interpretação de discursos e textos (WODAK, 2001). A autora ressalta ainda, como oitava premissa, que as categorias e ferramentas nessa abordagem não são fixas, pelo contrário, as categorias são definidas e redefinidas de acordo com todas as etapas e procedimentos, considerando o problema específico sob investigação. Wodak (2015) aponta, como nona premissa, que grandes teorias geralmente servem de base para pesquisas dentro dessa abordagem. Todavia, em análises específicas, a autora aponta que “teorias de médio alcance” geralmente fornecem o aparato conceitual necessário para abordar um problema particular (FORCHTNER; WODAK, 2017).

Por fim, a décima premissa aponta para a aplicação prática como objetivo (WODAK, 2015). Para a autora, os resultados das pesquisas na AHD devem ser disponibilizados, aplicados por especialistas e comunicados ao público. O resultado da pesquisa nessa abordagem tem o objetivo de mudar certas práticas discursivas e sociais. Assim, no Quadro 1 são sintetizadas as formas de operacionalização de oito das dez premissas abordadas, considerando as especificidades (teóricas e metodológicas) desta tese:

Quadro 1: Premissas da Abordagem Histórico-Discursiva

Premissas da AHD:	Forma de operacionalização na presente pesquisa:
Interdisciplinaridade	- Relaciona os campos de Administração, História e Linguística.
Orientada para o problema	- Visa analisar (a) o posicionamento ideológico e (b) a dinâmica das atuações político-discursivas do jornal brasileiro Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira.
Diferentes teorias e métodos são combinados	- Abarca a pesquisa documental, em acervo empresarial, como fonte de pesquisa e utiliza-se das historiografias para o entendimento do contexto estudado e dos conceitos levantados pela ACD.
Incorpora trabalho de campo	- Envolve um trabalho de campo por meio da pesquisa histórica, utilizando-se também da busca por bibliografias e historiografias que deem subsídio para o entendimento do contexto.
Abordagem abdutiva	- Entende a necessidade de partir da teoria para o campo e do campo para a teoria.
Relevância do contexto histórico	- Utiliza-se das historiografias dos períodos estudados para análise contextual dos discursos.
Categorias e ferramentas não fixas	- Mantém um arcabouço aberto de categorias dentro dessa abordagem na busca pelo o que o campo irá demandar.
A prática como objetivo	- Se compromete em propor microemancipações na sociedade, através das devolutivas desse trabalho em espaços de discussões sobre a temática, bem como na construção de um arquivo com os editoriais do jornal Folha de S.Paulo.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Wodak (2001b; 2015).

Tendo em vista que a AHD aborda as questões de “história” e “narrativas do passado” de uma perspectiva interdisciplinar (MARTIN; WODAK, 2003), o “contexto” deve ser investigado a partir da dialética entre “texto e contexto”. Em outras palavras, é preciso considerar os eventos históricos e as narrativas históricas, bem como certas condições institucionais que estão envolvidas na formação de certas histórias. Iedema e Wodak (1999) reforçam que são os discursos organizacionais que sustentam a estruturação das organizações. Por esse motivo, Clarke, Kwon e Wodak (2011) apontam que a Abordagem Histórico-Discursiva foi previamente desenvolvida para analisar instituições políticas e organizações. Assim, tendo em vista os conceitos aqui abordados, cabe salientar que no próximo capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

4

Percursos Metodológicos

Nesse capítulo, dividido em quatro seções, apresento os percursos metodológicos trilhados nesta tese. Na primeira seção, discuto as Questões Ontológicas e Epistemológicas em que esta pesquisa está ancorada. Na segunda seção apresento o caminho de Coleta das Fontes e da construção do acervo arquivístico a ser disponibilizado como fonte para pesquisas futuras. Em seguida, compreendo os Editoriais como textos em que os editores expõem de forma mais aberta e explícita o posicionamento e as opiniões das empresas jornalísticas sobre diferentes temas, a partir de suas orientações políticas e ideológicas, dando o tom mais geral da forma como aquele órgão da imprensa privilegia ou secundariza determinada questão. Por fim, na quarta e última seção apresento a operacionalização da Análise das Fontes, apresentando a partir da Análise Histórico-Discursiva de Ruth Wodak, um modelo analítico para análise dos editoriais.

4.1. Questões Ontológicas e Epistemológicas

Tendo em vista as discussões já apresentadas ao longo da fundamentação teórica, é importante destacar que esta pesquisa se atém ao entendimento ontológico subjetivo não positivista. Em adição, esta tese insere-se nas discussões dos estudos organizacionais históricos e apropria-se da abordagem da análise crítica do discurso, recorrendo assim aos seus mecanismos epistêmicos e metodológicos. Compreende, portanto, a realidade como subjetiva e múltipla, e a pesquisadora como um indivíduo que não é neutro e objetivo em relação aos objetivos do estudo (DENZIN; LINCOLN, 2006), mas política e socialmente posicionado.

Ademais, não se tem por objetivo fazer generalizações ou verificações que apresentem uma realidade única e objetiva, mas que, através dos achados da pesquisa, seja possível pensar como os contextos políticos, econômicos e sociais são construídos discursivamente pela imprensa, de forma diacrônica. Assim, a presente pesquisa assume uma postura epistemológica interpretativa e crítica. Interpretativa ao passo que busca entender como os fenômenos são

construídos socialmente e discursivamente, a partir das interações entre os diferentes agentes sociais que nele estão inseridos (SCHWANDT, 2006); crítica, uma vez que a abordagem teórico-metodológica escolhida para a presente pesquisa tem suas raízes em uma combinação de crítico-dialético e abordagens fenomenológico-hermenêuticas (WODAK; WEISS, 2005).

A ACD coloca sua metodologia na hermenêutica e não na tradição dedutiva (WODAK; MEYER, 2009). Desse modo, o caráter linguístico da ACD torna-se evidente, porque, em contraste com outras abordagens de análise de texto e discurso (como, por exemplo, a Análise de Conteúdo), a ACD depende fortemente de categorias linguísticas, como serão abordadas no capítulo de análise das fontes. Essa metodologia é, portanto, abdutiva, uma vez que as categorias de análise são desenvolvidas previamente de acordo com a questão da pesquisa. Há nesse tipo de pesquisa a sugestão de um movimento constante de idas e vindas entre a teoria e os dados empíricos, em que o contexto é sempre analisado e integrado na interpretação, embora não haja nenhum procedimento claro para essa tarefa, como apontam os autores.

4.2. Coleta das Fontes

Para coleta e seleção das fontes foi utilizada a pesquisa documental, que, neste trabalho, vincula-se à pesquisa histórica. O estabelecimento dessa relação pressupõe uma constante preocupação com os procedimentos da operação histórica, ou seja, com as especificidades da análise empreendida pelo pesquisador ao se deparar com uma fonte, a crítica interna e externa dos documentos. Isso inclui verificar a autenticidade do documento, identificar a contextualização da fonte, analisar a validade e credibilidade — sempre indagando as condições de criação e o objetivo de tal documento "ciente da impossibilidade de neutralidade dos documentos", como destaca Costa e Silva (2019, p. 13). O conceito de fonte aqui adotado, parte do entendimento de uma busca intensiva em documentos e arquivos cujas origens e localização serão explicitadas de forma a garantir verossimilhança através da verificação e reinterpretação de outros pesquisadores (ROWLINSON, HASSARD; DECKER, 2014).

Desse modo, é fundamental identificar o "contexto histórico do documento, não apenas definindo relações entre seus conteúdos e a época e que o mesmo foi produzido", mas também reconhecendo seus autores (SAMARA; TUPY, 2010, p. 122). Nessa perspectiva, é preciso avaliar as fontes documentais

considerando o contexto em que foram produzidas e que as tornaram possíveis (NETO, 2014). Dentro da pesquisa histórica, é fundamental identificar quais foram os mecanismos de produção de tais documentos e quem é o enunciador por trás destes. Ademais, é de extrema importância observar quais os objetivos desses autores ao produzir tal fonte, identificar quem são os receptores vinculados e qual amplitude de recepção desses documentos (SOUZA; CARRIERI, 2014), também sendo essa uma das preocupações da Análise Crítica do Discurso teórico-metodológica que será utilizada nessa pesquisa.

Cabe destacar que as fontes históricas são frequentemente coletadas e mantidas em arquivos (DECKER, HASSARD; ROWLINSON, 2021). Os autores reforçam que a busca em arquivos revela uma investigação através de vestígios do passado. O passado permanece irrecuperável, e tudo que os pesquisadores têm para trabalhar são os vestígios (WEATHERBEE, 2012). Salienta-se ainda que essa pesquisa adota a noção de arquivo, uma vez que entende os editoriais como uma documentação de caráter privado que diz respeito ao acervo de uma organização. Assim, entende-se que esses arquivos são construídos a partir de práticas humanas e, portanto, sujeitos a um conjunto de transformações que dão a ele forma (BARROS, 2016).

4.3. Os editoriais

A presente tese, de natureza qualitativa e documental, delimita-se a partir dos seguintes parâmetros: primeiro, o foco de análise não reside na imprensa alternativa, mas em um jornal representativo da grande imprensa paulista, tendo em vista evidências do expressivo impacto — capacidade de circulação e influência — que exerciam na sociedade e na formação de uma opinião pública nacional em uma época que a televisão ainda estava em processo de consolidação (MOTTA, 2013; DIAS, 2019). Segundo, como já mencionado, o foco de análise não contempla todos os discursos existentes nos jornais, como, por exemplo, reportagens, comerciais de anunciantes e colunas de jornalistas. Ao contrário, reside na análise dos editoriais do jornal Folha de S.Paulo, cujo acesso está disponível no acervo do próprio site da empresa e nos arquivos da Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional.

A opção pela utilização dos editoriais deu-se, sobretudo, porque, apesar de todas as escolhas textuais e visuais do jornal estarem atreladas ao seu posicionamento, os editoriais expressam oficialmente a opinião política do jornal (BOWIE, 2019, MELLO, 2020). Conforme exposto pela própria Folha de S.Paulo,

“os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de se refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo” (FOLHA DE S. PAULO, 1981).

Assim, por meio dos editoriais, é possível compreender o interesse da Folha de S.Paulo e como esses interesses foram comunicados aos leitores. Mont’Alverne e Marques (2018, p. 15) acrescentam que, no Brasil, “ainda são poucos os trabalhos dedicados a examinar, especificamente, a função e a influência política dos editoriais jornalísticos – não obstante ser este, justamente, um espaço capaz de revelar traços singulares da relação mantida entre as empresas jornalísticas e agentes do campo político”. Perlatto (2019, p. 84) complementa que o editorial aborda, “na maioria das vezes (...) assuntos que ganharam destaque e visibilidade na esfera pública, no momento mesmo em que aquele artigo é escrito”. Ainda de acordo com o autor, os editoriais são textos em que os editores expõem de forma mais aberta e explícita seu posicionamento e suas opiniões sobre temas variados, levando em consideração suas orientações políticas e ideológicas, de maneira a assumirem um papel importante no sentido de “darem o tom mais geral da forma como aquele órgão da imprensa aborda determinada temática, privilegiando ou secundarizando certas questões”, (PERLATTO, 2019, p. 84). De acordo com Mont’Alverne e Marques (2018, p. 32),

os editoriais podem dizer muito sobre a cobertura informativa da empresa de comunicação, que chega a um público mais amplo. Quais são as influências da opinião da instituição sobre a cobertura noticiosa é algo a ser investigado com maior profundidade. No entanto, os editoriais passam por um dilema ainda maior, pois não podem se utilizar de estratégias como a objetividade para justificar os enquadramentos apresentados, obrigando o jornal a trazer para si a responsabilidade das caracterizações e das opiniões em foco, ao invés de atribuí-las a uma suposta reflexão da realidade.

Para Mont’Alverne e Marques (2018, p. 15), por serem porta-vozes da opinião da empresa, os editoriais “têm um peso diferenciado na publicação. Não é à toa que ocupam um espaço privilegiado na diagramação dos jornais (...) e são escritos, normalmente, por profissionais experientes”, que devem estar em sintonia com o objetivo da empresa. De acordo com os autores (2018, p. 28), a importância do texto editorial “se mostra, ainda, na definição da agenda do

próprio jornal — não só quando este sugere o que será objeto de discussão, mas ao enquadrar os parâmetros de abordagem das questões de interesse coletivo”.

Por fim, cabe salientar ainda que a riqueza de trabalhar com editoriais reside no fato dos discursos empresariais serem constituídos e direcionados pelo dinamismo das práticas sociais das empresas. Isso pode ser observado no caso da Folha de S.Paulo, que no editorial do dia 29 de março de 1964 narrava o fracasso que o Brasil havia se tornado e, dois dias depois, publicava um caderno especial com um editorial repleto de esperança para um país “em pleno desenvolvimento” e “dono de si” (SANTOS; COSTA, 2019; 2022). Ademais, trabalhar com o arquivo de um grande jornal, que ainda hoje têm suas diretrizes modificadas frente ao contexto vivenciado, possibilita serem observadas as atuações político-discursivas que são modificadas ao longo do tempo, ao passo que seus interesses permanecem os mesmos.

Cabe acrescentar que o advento da internet permitiu um aumento de documentos digitalizados, ampliando a possibilidade de criação de arquivos e suas formas de acesso (BARROS, 2016). Desse modo, o acervo do jornal Folha de S.Paulo³⁰ permite o acesso à versão digital de todas as páginas do jornal desde 1921. Os editoriais podem ser localizados por data exata, palavras-chaves e, ainda, por conteúdo, sendo possível aos assinantes do jornal baixar as páginas em *Portable Document Format* (PDF). No entanto, por ser um acervo baseado em digitalizações dos jornais impressos da época, algumas páginas ou trechos são ilegíveis.

Dentro dessa conjuntura, foram coletadas para a análise páginas de editoriais, tendo em vista que, como discutido anteriormente, esses expressam declaradamente o alinhamento político e ideológico dos jornais (BOWIE, 2019; MELLO, 2020; CAPELATO; PRADO, 1980; LUCA, 2006). Desse modo, por meio dos editoriais, é possível compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo. Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018, p. 225) reforçam que os editoriais são escritos por profissionais designados pela direção do jornal para representar a opinião da empresa e, de acordo com os autores, à medida que o editorial confere maior liberdade para o jornal, “expressar apoio a governantes, candidatos, partidos ou demandas temáticas específicas, ele também acaba por alimentar a desconfiança sobre o quanto o periódico estaria priorizando o interesse do próprio jornal em detrimento do interesse público”.

³⁰ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>.

A relevância dada aos editoriais é externada pelos próprios jornais, tendo em vista que, nos últimos anos, empresas jornalísticas vêm assumindo, por exemplo, o apoio ao golpe de 1964 através de editoriais que discorrem sobre seu posicionamento no período. O jornal O Globo fez sua retratação por meio do editorial “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, publicado no dia 31 de agosto de 2013. A Folha de S.Paulo, por sua vez, se retratou no editorial “1964” publicado no dia 30 de março de 2014, assumindo que “apoiar a ditadura militar foi um erro”.

Como o tempo histórico se difere do simples tempo cronológico (PROST, 2012), os períodos de análise para o desenvolvimento desta tese tiveram por base o contexto histórico definido pelas fontes. Assim, para entender o posicionamento político da Folha de S. Paulo ao longo da ditadura, foi necessário conhecer os seus processos constitutivos. Desse modo, o recorte temporal foi realizado a partir da periodização adotada nesta tese para a compreensão do período da ditadura civil-militar brasileira, tendo em vista que as articulações para o golpe tiveram início já em 1961, e a abertura política foi efetivada a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Para tanto, foram coletadas 7.021 páginas de editoriais, do período de janeiro de 1961 a dezembro de 1988. Isso porque, apesar do intervalo ser de 10.227 dias para coleta dos editoriais diários, em 65 dias desse período não houve publicações do jornal. Dos 10.162 dias com publicações do jornal, em 1.942 dias não houve publicações da página editorial, e em dois desses dias houve a publicação de duas páginas editoriais. Além disso, das 8.222 páginas editoriais, 687 estavam ilegíveis, 514 tinham foco específico no município e/ou estado de São Paulo³¹. Cabe salientar que, o grande volume de editoriais coletados e analisados nessa pesquisa, a partir da Abordagem Histórico-Discursiva, se justifica por tornar possível a compreensão das mudanças discursivas que ocorreram ao longo do período, o que seria limitado caso houvesse mais um recorte específico desses editoriais. O Quadro 2, apresenta a síntese da coleta de páginas editoriais no período estudado.

³¹ Dentre os temas presentes nas páginas editoriais específicas sobre São Paulo estavam: limpeza urbana, poluição das águas, metrô, enchentes, saneamento básico, mercado municipal, turismo, obras incompletas, acidentes de trânsito, entre outros.

Quadro 2: Síntese da coleta de páginas editoriais publicadas pela Folha de S. Paulo no período estudado

Período analisado	01 de janeiro de 1961 à 31 de dezembro de 1988
Total de dias no período analisado	10.227 dias
Total de publicações do jornal no período	10.162 publicações
Total de páginas editoriais	8.222 páginas editoriais
Total de páginas editoriais legíveis	7.535 páginas editoriais
Total de páginas editoriais coletadas para análise	7.021 páginas editoriais

Fonte: Elaborada pela autora

Trabalhar com os editoriais desse jornal teve suas vantagens e seus desafios. Como vantagem, está o livre acesso ao seu acervo. Como se trata de uma pesquisa crítica, se dependêssemos de documentos internos da empresa, é provável que teríamos dificuldade de acesso. Por outro lado, por se tratar de uma pesquisa histórica e, conseqüentemente, os editoriais serem de períodos antigos, uma parte do material coletado é quase ilegível. Isso porque os arquivos coletados no acervo do jornal fazem parte de um registro do jornal impresso da época, e não do formato digital, como se pode ter acesso atualmente. Desse modo, todos os trechos dos editoriais utilizados precisaram ser transcritos por meio do processador de texto *Word* para a realização da análise. Cabe destacar ainda que, como a análise é longitudinal, tratando-se de vinte e oito anos de publicações, o jornal passou por algumas mudanças no formato da página editorial.

De 1961 — primeiro ano analisado nesta pesquisa — a 13 de agosto de 1963, não havia uma página editorial, isto é, o jornal dispunha de apenas uma fileira do lado esquerdo da página 4 para a publicação de seu posicionamento, como pode ser observado no Anexo 1. A partir do dia seguinte até 14 de abril de 1968, passou a ser arranjada toda uma página para divulgação de opinião. Comumente, de dois a três editoriais por dia, com títulos diferentes e centralizados nessa página. Ao redor, ficavam dispostos, frequentemente, uma charge assinada que fazia referência ao tema discutido no primeiro tema do editorial, assim como as sessões Política na Opinião Alheia e Radar Político, além de textos menores, também assinados, como pode ser observado no Anexo 2. Em alguns dias, também foi possível observar que o editorial tomava toda a página, deixando espaço apenas para os pequenos textos assinados nas laterais, como pode ser observado no Anexo 3. Ao longo do tempo, essa configuração foi alterada, conforme pode ser observado nos Anexos 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Cabe salientar que, dentre as duas ou três temáticas discutidas pelo jornal em sua página editorial, na maioria dos dias apenas uma se referia ao contexto mais macro do país. As demais, salvo as exceções, abordavam o contexto do Estado de São Paulo e da cidade de São Paulo, tendo em vista o local em que o jornal estava inserido.

4.4. Análise das Fontes

Como já mencionado, nas pesquisas e trabalhos de Ruth Wodak não há um manual ou um roteiro de protocolos a serem utilizados para uma análise correta na abordagem histórico-discursiva (SILVA, PINTO; SARAIVA, 2022). Desse modo, nesta seção, apresento um caminho possível, pelo qual percorri a partir das orientações apresentadas por Wodak e os demais estudiosos inseridos nesta perspectiva da ACD. Além disso, tendo em vista o grande volume de páginas editoriais coletadas, foi utilizado o *software* MaxQDA, que auxiliou no processo de sistematização e análise das fontes.

Reisigl e Wodak (2008), por exemplo, sugerem que, idealmente, a abordagem histórica-discursiva completa segue um programa de oito etapas, como observado no Quadro 3. Os autores salientam que, normalmente, as oito etapas são implementadas de forma sequencial.

Quadro 3: Programa de oito etapas da AHD

Etapas	Implementação
Etapa 1	Ativação e consulta de conhecimentos teóricos anteriores (ou seja, coleta, leitura e discussão de pesquisas anteriores).
Etapa 2	Coleta sistemática de dados e informações de contexto (dependendo da questão de pesquisa, vários discursos e eventos discursivos, campos sociais, bem como atores, mídia semiótica, gêneros e textos são focados).
Etapa 3	Seleção e preparação de dados para análises específicas (seleção e redução do tamanho dos dados de acordo com os critérios relevantes).
Etapa 4	Especificação da questão de pesquisa e formulação de suposições (com base em uma revisão da literatura e uma primeira leitura dos dados).
Etapa 5	Análise piloto qualitativa (permite testar categorias e primeiras suposições também como a especificação adicional de suposições).
Etapa 6	Estudos de caso detalhados (de toda uma gama de dados).
Etapa 7	Formulação da crítica (interpretação dos resultados, levando em consideração o conhecimento do contexto vantajoso e referente à crítica).
Etapa 8	Aplicação dos resultados analíticos detalhados (se possível, os resultados podem ser aplicados ou propostos para aplicação).

Fonte: Elaborado pela autora com base em Reisigl e Wodak (2008).

No caso desta pesquisa, a etapa 1 foi realizada e construída por meio do levantamento bibliográfico e da construção do capítulo de Referencial Teórico. Com relação à etapa 2, foi realizada a coleta das páginas editoriais no acervo digital da Folha de S. Paulo do período de 01 de janeiro de 1961 à 31 de dezembro de 1988 e, realizada a construção da periodização historiográfica da ditadura civil-militar brasileira, inserida no Referencial Teórico. Em se tratando da pesquisa com editoriais, outro caminho possível para a compreensão do contexto das publicações poderia ser a pesquisa nos manuais de redação e nas diretrizes estratégicas do jornal. Entretanto, cabe destacar que, tendo em vista que a AHD pressupõe a centralidade do contexto, as historiografias e a construção da periodização historiográfica foram escolhidas para dar suporte à análise dessa tese.

Na etapa 3, foram selecionadas 7.021 páginas editoriais que abordavam temas ligados ao contexto político do país. Ainda nessa etapa, foi realizada a sistematização cronológica das páginas editoriais no *software* MaxQDA para identificação dos macrotópicos que emergiram dos textos e, realizada a releitura dos editoriais para identificação dos macrotópicos. Cabe salientar que, a partir da leitura das bibliografias pesquisadas para a construção do referencial teórico dessa pesquisa, alguns macrotópicos já foram sendo pensados à priori, tendo sido revelados com maior nitidez a medida que fui analisando as fontes. A etapa 4 foi realizada, uma vez que, apesar da questão de pesquisa desta tese ter sido previamente elaborada — a partir da minha maior aproximação com as historiografias do período e conhecendo a riqueza das fontes a partir da coleta —, percebi que seria mais interessante analisar os editoriais ao longo do período e não mais em apenas dois momentos específicos desse período, como havia sido a ideia inicial.

A trajetória analítica da presente tese também passou pela etapa 5, análise piloto qualitativa, em que, foram selecionados os trechos mais significativos dos editoriais selecionados e, realizada a identificação das estratégias discursivas utilizadas pelo jornal ao longo dos anos. Para atender a etapa 6, foi realizada a construção da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira e, definido os macrotópicos mais relevantes à pergunta de pesquisa. Esta tese também perpassou pela etapa 7 ao realizar uma análise diacrônica dos macrotópicos respondendo às cinco indagações centrais, e pela etapa 8 ao construir um esquema analítico sobre a dinâmica de atuação político-discursiva da Folha de S. Paulo ao longo do período ditatorial brasileiro.

Wodak (2015) indica que, para a análise discursiva nessa abordagem, é necessário analisar a coerência do texto pela identificação dos macrotópicos e subtópicos relacionados e, ainda, compreender o objetivo do produtor do texto em um gênero específico. Assim, para iniciar a pesquisa nessa abordagem, após a compreensão do contexto, Reisigl e Wodak (2008) apresentam cinco indagações centrais para AHD, como observado no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Indagações centrais na pesquisa em AHD

1	Como pessoas, objetos, fenômenos/eventos, processos e ações são nomeados e referidos linguisticamente?
2	Quais características e qualidades são atribuídas aos atores sociais, objetos, fenômenos/eventos e processos?
3	Que argumentos são empregados no discurso em questão?
4	De que perspectiva essas nomeações, atribuições e argumentos são expressos?
5	Os respectivos enunciados são articulados abertamente, são intensificados ou atenuados?

Fonte: Elaborado pela autora com base em Reisigl e Wodak (2008, p. 94).

De acordo com essas cinco indagações, Reisigl e Wodak (2008, p. 94) elaboraram cinco tipos de estratégias discursivas, dentre as muitas possíveis, para essa análise. Por “estratégia”, os autores apontam para um “plano de práticas mais ou menos intencional (incluindo práticas discursivas) adotadas para alcançar um determinado objetivo social, político, objetivo psicológico ou linguístico”. Wodak (2009) acrescenta que se interessa nesses cinco tipos de estratégias discursivas, uma vez que estas sustentam a construção de identidades, como são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5: Estratégias Discursivas

Estratégias Discursivas	Dispositivos
Estratégias referenciais ou de nomeação	São as estratégias pelas quais os atores são construídos e representados. Isso é feito por meio de uma série de dispositivos de categorização, incluindo metáforas e metonímias.
Estratégias de predicação	Em que os atores sociais como indivíduos, membros do grupo ou grupos como um todo, são linguisticamente caracterizados por meio de predicações. As estratégias de predicação podem, por exemplo, ser realizadas como atribuições avaliativas de traços negativos e positivos na forma linguística implícita ou explícita, incluindo comparações. Essas estratégias visam rotular os atores sociais de uma forma mais ou menos forma positiva ou negativa e, portanto, estão intimamente relacionados à nomeação estratégias.
Estratégias de argumentação	As estratégias de argumentação e um fundo de temas genéricos são analisadas através da forma como as atribuições positivas e negativas são justificadas. Por exemplo, poderia ser sugerido que a inclusão ou exclusão social e política de pessoas ou políticas são legítimas.
Estratégia de representação de perspectiva ou enquadramento	Analisa o discurso pelo qual os falantes expressam seu envolvimento em discurso, e posicionam seu ponto de vista no relato, narração ou citação de eventos ou declarações relevantes. Pode também ser observado por meio do uso de discurso direto ou indireto, no uso de aspas ou marcadores de discursos.
Estratégias de intensificação x Estratégias de mitigação	Ambos ajudam a qualificar e modificar o status epistêmico de uma proposição, intensificando ou mitigando a força ilocucionária de declarações. Exemplos disso são os usos de diminutivos e aumentativos, de expressões, de hipérbole, de verbos como sentir e pensar e, na utilização de perguntas ao invés de afirmação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Wodak (2009, p. 40-42).

Nessa conjuntura, para atingir ao objetivo dessa tese de identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira foi percorrido um trajeto específico. Primeiro, foram identificadas as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal para apresentar ao leitor os diferentes temas ligados ao contexto político do país. A partir dessas estratégias, foi possível compreender o posicionamento ideológico e as diferentes atuações político-discursivas do jornal, ao longo do período estudado. Em seguida, busquei responder às cinco indagações centrais ao método para analisar de maneira diacrônica os macrotópicos. Cabe salientar que, de modo a tornar esse trabalho exequível dentro do prazo, selecionei os macrotópicos mais enfatizados pelo jornal e os que melhor auxiliavam no alcance do objetivo dessa tese.

Antes de apresentar os macrotópicos é importante salientar que, ao me debruçar sobre essa teórico-metodologia que não tem uma estrutura prefixada ou uma cartilha de procedimentos a se seguir, muitos questionamentos foram

surgindo e junto a eles algumas observações. Uma das observações realizadas foi com relação a potencialidade das dicotomias nas construções discursivas, isso é, sobre as perspectivas opostas acerca de um mesmo tópico. Essa observação partiu da análise de um editorial mais recente, publicado em 2014, em que a Folha de S. Paulo desenvolve um discurso de *mea-culpa* sobre suas atuações ao longo da ditadura civil-militar brasileira, em que foram identificadas três macrotópicos dicotômicos (ver, SANTOS, 2022). Por seu turno, ao analisar o *corpus* de editoriais selecionados nessa tese, percebi que a análise dicotômica dos macrotópicos nos permite compreender, de forma mais aberta, as disputas presentes nas construções discursivas. Um exemplo disso, está na construção discursiva que o jornal faz, em momentos distintos, da atuação da imprensa como neutra *versus* formadora de opinião. Desse modo, acredito que essa perspectiva possa agregar, de alguma forma, às análises na Abordagem Histórico-Discursiva.

Isso posto, os macrotópicos dicotômicos que emergiram do campo e foram inseridos no escopo dessa tese são: 1) Democracia *versus* Regime Autoritário e; 2) Imprensa neutra *versus* imprensa formadora de opinião. Ao analisá-los diacronicamente, após a identificação das estratégias discursivas utilizadas pelo jornal, pude responder às cinco indagações centrais na pesquisa em AHD. Primeiro, identificando como tais macrotópicos foram nomeados por esses editoriais. Segundo, observando que características e avaliações foram realizadas pelos editoriais sobre esses macrotópicos. Terceiro, reconhecendo os argumentos utilizados pelos jornais para tais avaliações. Em quarto lugar, visualizando de que perspectivas esses argumentos eram expressos e a que outros discursos estavam conectados. E, por último, realizando uma análise longitudinal dos editoriais, no sentido de identificar se esses discursos foram intensificados ou enfraquecidos ao longo do tempo.

Cabe salientar ainda que, a escolha por responder às indagações centrais da AHD -analisando diacronicamente os macrotópicos - posteriormente à identificação das estratégias discursivas ao longo do período estudado foi tomada para que a trajetória discursiva da Folha de S. Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira pudesse ser compreendida nessa narrativa temporal de acordo com os acontecimentos. Assim, identificada essa trajetória, foi possível observar como esses macrotópicos dicotômicos foram sendo construídos e reconstruídos dentro desse caminho. De modo a melhor ilustrar a trajetória de pesquisa desta tese, foi desenhado um fluxograma desse processo, como apresentado na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Fluxograma da trajetória de pesquisa da presente tese inserida na Abordagem Histórico-Discursiva



Fonte: Elaborado pela autora.

5

A Trajetória Discursiva da Folha de S. Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira

Antes de iniciar esse capítulo, reforço que, considerando o grande volume de editoriais e temáticas debatidas pelo jornal ao longo do período estudado, apresento os trechos que julguei mais representativos de seu discurso, a fim de que suas atuações político-discursivas pudessem ser identificadas, compreendidas e desnaturalizadas. O grande desafio, portanto, foi selecionar o que poderia ser considerado mais pertinente e significativo a ser trazido para esse documento. Assim, destaco que essa análise, que nos permite compreender as atuações político-discursivas da Folha de S. Paulo, é uma versão possível dentre as possibilidades de se pensar essa trajetória a partir das fontes analisadas, considerando o aparato teórico-metodológico adotado.

Posto isso, nesta seção apresento a trajetória discursiva da Folha de S. Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira, que se desmembrou em seis grandes períodos³². Como será possível observar ao longo da análise, nesses seis momentos o jornal atuou de forma distinta assumindo discursos, inclusive, contraditórios ao longo desse período. No primeiro período, aqui nomeado de “Pré-golpe: a serviço da pregação anticomunista”, estão inseridas as estratégias discursivas da Folha de S. Paulo do período de 1961 à primeira metade de 1964. No segundo período, “Após o golpe: os salvadores da nação e a esperança de um país mais desenvolvido”, estão inseridas as estratégias discursivas empregadas pelo jornal, na segunda metade de 1964. No terceiro período, intitulado “Fase inicial: do apoio à preocupação com o cerceamento da

³² Cabe destacar que, ao final da pesquisa, os seis momentos identificados na trajetória discursiva da Folha não ficaram precisamente alinhados com a periodização construída a partir da historiografia. Com exceção do primeiro momento, de pré-golpe, que se alinha diretamente com o primeiro período da periodização da historiografia (de 1961 à 1964), os demais momentos tiveram aproximações e afastamentos. No caso do segundo momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo, por exemplo, estavam os editoriais do ano de 1964. O terceiro momento, por sua vez, marcado pelos editoriais de 1965 à 1967 se aproxima do segundo período da periodização construída a partir da historiografia como a fase inicial do regime. O quarto momento identificado a partir da análise das fontes, de 1968 à 1975, perpassa o terceiro e o quarto período da periodização da historiografia. Aos seus turnos, o quinto momento (de 1975 à 1977) e o sexto momento (de 1977 à 1988) da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo divide o quinto e último período da ditadura civil-militar brasileira, de acordo com a periodização construída a partir da historiografia.

liberdade”, estão inseridas as construções discursivas da Folha de S.Paulo do período de 1965 a 1967. No quarto momento, “Autocensura ou alinhamento? A normalização da barbárie”, discorro sobre as estratégias adotadas pela Folha de S.Paulo do período de 1968 a 1975. No quinto momento, por sua vez, estão os editoriais de 1975 a 1977, na seção intitulada “O projeto distensionista: do reconhecimento da não normalidade democrática à denúncia de censura”. Por fim, no sexto e último momento, estão os editoriais de 1977 a 1988, sob seção intitulada “Os (des)caminhos do processo de abertura: de um lado denúncias, de outro absolvição”.

5.1. Pré-golpe: a serviço da pregação anticomunista (1961-1964)

Do período de janeiro de 1961 a março de 1964, a Folha de S.Paulo atua político-discursivamente a serviço do discurso anticomunista. Como será analisado nesta seção, sua atuação político-discursiva desloca-se desde apontar o comunismo como um perigo real para o país, alinhado ao discurso do IPES, à defesa de que as reformas propostas por João Goulart eram apenas ações demagógicas; desde a atribuição de culpa ao governo de Goulart pelo clima de intranquilidade dentro das Forças Armadas a denúncias de associação do presidente com movimentos sociais que demandavam melhores condições de trabalho — atividades estas atribuídas ao ideário comunista. Essas e outras construções serão melhor observadas, seguindo a ordem temporal, de acordo com os acontecimentos.

Em 1961, a crise oriunda da renúncia do presidente Jânio Quadros e a ascensão de seu vice João Goulart à presidência foi foco de interesse dos editoriais da Folha de S.Paulo. No dia seguinte à renúncia do então presidente eleito, ocorrida em 25 de agosto de 1961, o jornal emitiu seu repúdio e desaprovação à ação de Jânio Quadros, utilizando a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar negativamente como uma ação que trouxe “efeitos desastrosos, pois cria[ra] um traumatismo de repercussões profundas e indesejáveis, verdadeiramente perturbador para a vida nacional.” (FOLHA DE S.PAULO, 26/08/1961). Nesse trecho, observamos que o jornal constrói essa crítica utilizando expressões como “traumatismo” e “perturbador” para intensificar no leitor os efeitos da renúncia para o que chama de “vida nacional”. No mesmo editorial, intitulado “A lamentável renúncia”, a Folha de S.Paulo defende que “a impulsividade e a instabilidade emocional do sr. Janio Quadros não lhe

permitiram enfrentar os opositores e superar as divergências com a ponderação e a tranquilidade que se exigem de um chefe de Estado.”. Assim, apresenta ao leitor o motivo pelo qual discorda da ação de Jânio Quadros, argumentando que um chefe de Estado precisa agir com “*ponderação e tranquilidade*”, diferentemente desta atitude que, para o jornal, foi impulsiva e instável.

Ao mesmo tempo, sobre a posse de João Goulart, o jornal apontava que essa

(...) pode[ria] bem representar o fim da grande crise. Bastará, para isso, que até lá o Congresso ultime a votação da emenda parlamentarista, que os ministros militares concordem com a posse do sr. João Goulart ou se afastem dos cargos, e que o vice-presidente admita o novo regime, o que, aliás, já proclamou que fará, atendidas certas condições (FOLHA DE S.PAULO, 02/09/1961).

Um aspecto relevante do discurso da Folha de S.Paulo nos editoriais é que, na sua grande maioria, o posicionamento do jornal se misturava com o que seria informação e notícia. Em quase todos os editoriais notamos que o jornal iniciava o discurso com tom informativo e encerrava-o elucidando sua opinião sobre determinada questão. No trecho acima, por exemplo, aparentemente, o jornal informa ao leitor o que estaria ocorrendo no âmbito político do país. Entretanto, sob o título de “*Solução honrosa*”, a Folha de S.Paulo destaca, no mesmo editorial que

Somente uma *solução efetivamente honrosa* para todos, inclusive o próprio Congresso, poderá propiciar *tranquilidade* ao país e criar para o novo governo razoáveis condições de sobrevivência e de trabalho. Hoje, essa solução é a adoção do regime parlamentarista, com o sr. João Goulart na Presidência da República (FOLHA DE S.PAULO, 02/09/1961).

O jornal finaliza o editorial enfatizando que a “*solução honrosa*” para a crise política do país, decorrente da renúncia de Jânio Quadros, seria a adoção do regime parlamentarista. No início do editorial, a adoção do regime parlamentarista era apresentada, supostamente, como uma informação e uma das condições para a superação da crise. Todavia, o jornal encerra sua narrativa utilizando a **estratégia discursiva de predicação**, avaliando-a como a “*solução honrosa*”, dentre outras possibilidades. Assim, em relação à mudança de regime presidencialista para parlamentarista, a Folha de S.Paulo seguiu avaliando o regime parlamentarista com “*melhores perspectivas para o pleno exercício da democracia representativa*” (FOLHA DE S.PAULO, 17/10/1961). Esse apoio

pode ser explicado pelo fato de, no regime parlamentarista, o legislativo ser representado por um parlamento que exerce as tomadas de decisões centrais do governo. Como destacado pelo próprio jornal:

Uma única coisa se deseja agora, e com a máxima urgência: a *normalização da vida do país*. Em outras palavras: a posse do sr. João Goulart como presidente, junto com o presidente do Conselho de Ministros e os próprios ministros, para que comecem a governar e retomem ao ritmo costumeiro as atividades em toda a República (FOLHA DE S.PAULO, 06/09/1961).

Cabe aqui lembrar que o episódio da ascensão de João Goulart à presidência se opôs às expectativas dos empresários multinacionais e associados e dos militares de direita. Por esse motivo, a Folha de S.Paulo fala em “*máxima urgência*” da “*normalização da vida do país*”. Assim, a discussão sobre a mudança de regime de governo (de presidencialista a parlamentarista) foi abordada nos editoriais da Folha de S.Paulo de setembro de 1961 a janeiro de 1963, quando o Brasil então retomou ao regime presidencialista, recuperando o debate apenas nos anos de 1980, quando o tema em destaque era o processo de abertura política. Desse modo, em seus editoriais do ano de 1961, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) repudia e desaprova a renúncia de Jânio Quadros; b) endossa Jango, defendendo a adoção do regime parlamentarista; e, c) começa a apontar o comunismo que estaria se aproximando da América Latina e poderia vir a ser uma ameaça para o país.

Em 1962, a Folha de S.Paulo apresenta o IPES aos seus leitores, em editorial sob o título de “*IPES: uma exceção*”. Cabe destacar que o IPES — como já mencionado no segundo capítulo desta tese — era um órgão dirigido por empresários nacionais e internacionais, além de militares de alta patente vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG). Esta custeava uma campanha de propaganda anticomunista e financiava manifestações públicas antigovernistas na preparação e execução de um esforço desenhado para a desestabilização do governo de Goulart (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Sobre o papel do IPES na sociedade, o editorial discorre:

Na torrente de *palavras demagógicas e vazias* que se tem despejado sobre o *povo brasileiro* nos últimos meses, o manifesto-lançamento do IPES — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — é uma *grata exceção*. Nem os apelos às fórmulas standardizadas com que as esquerdas procuram sensibilizar as massas, prometendo miraculosas soluções para seus problemas, nem o pessimismo exagerado dos que só veem fantasmas no horizonte. O IPES faz uma espécie de

profissão de fé, que é *confortadora* em meio ao barulho com que determinada banda de música vive apregoando as maravilhas dos *regimes escravizantes do homem*. "Acreditamos firmemente" — dizem os *homens de empresa* e profissionais liberais que organizaram o IPES — no diálogo democrático, que só se exerce em sua plenitude, quando há liberdade de opinião e de manifestação de pensamento. E logo a seguir: "Estamos dispostos a provar que a democracia encontra solução para todos os problemas do país, e a repelir todas as doutrinas extremadas, incompatíveis com o sistema democrático".

Partindo dessas premissas, que se resumem em *fé na democracia*, o IPES organiza um programa em que os problemas nacionais são examinados na linguagem serena, sensata e construtiva de quem deseja mesmo enfrentá-los. (...) Em vez das costumeiras referências vagas e generalizadas, as indefectíveis "reformas de base", o IPES equaciona objetivamente problemas nacionais, para cada um deles propondo soluções plausíveis. E termina o manifesto reiterando seu propósito de lutar "a fim de manter no Brasil um clima em que a liberdade e as Instituições da democracia representativa assegurem as melhores condições para satisfazer, entre outros, os anseios de trabalho, teto, propriedade, escola e saúde do povo brasileiro".

É claro que entre a disposição e a realização existe uma *grande distância*, e não se pode dizer desde já que o IPES alcançará seus objetivos. São eles, entretanto tão *elevados e nobres* que se deve desejar amplo êxito a uma nova instituição. Os que acreditam na *democracia* têm o dever de prestigiar o movimento que se apresenta com propósitos tão louváveis (FOLHA DE S. PAULO, 03/02/1962).

Como se observa no trecho acima, a Folha de S. Paulo emprega a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar o então governo de Goulart, como quem tem despejado palavras demagógicas e vazias sobre o povo brasileiro. Em contrapartida, o IPES é construído, nesse discurso, como uma "*profissão de fé*", ou seja, uma declaração pública de uma crença que é confortante. Outro aspecto relevante construído pelo jornal neste discurso é o de que esses "*homens de empresa*" — que não são revelados — têm "*fé na democracia*". Observa-se que os termos "*fé*" e "*democracia*" ao se repetirem ao longo do texto funcionam como **estratégia discursiva de intensificação**, em que o jornal dá ênfase a esse discurso muito ligado aos valores religiosos. Assim, a Folha de S. Paulo mostra a perspectiva que tinha sobre tal instituto, apesar de fechar o texto lembrando ao leitor que estas são as promessas por eles realizadas e que entre elas e a realização delas existe "*uma grande distância*". E encerra fazendo um apelo aos que "*acreditam na democracia*", em que seu "*dever*" era "*prestigiar o movimento que se apresenta com propósitos tão louváveis*", ainda sobre o IPES.

O IPES, que *em boa hora surge no cenário da vida política brasileira*, apoiado pelas mais expressivas figuras do mundo empresarial, cultural e social do país, traz em verdade, como assinalou seu presidente, uma mensagem nova e um novo sentido de colaboração para a solução dos nossos problemas. Mas a principal significação sua é pôr em foco a necessidade de que se amplie e se fortaleça na consciência nacional, a certeza de que o *regime democrático*, quando bem compreendido e praticado, é o melhor instrumento de *progresso e de paz social* (FOLHA DE S.PAULO, 04/03/1962).

Ainda neste período, o jornal reforça suas críticas ao presidente João Goulart. Em editorial intitulado “*As responsabilidades do presidente*”, por exemplo, o jornal aponta que “o sr. João Goulart atravessa hoje o melhor momento de sua carreira política”. De acordo com o editorial, o presidente estaria sendo “*aplaudido inclusive por aqueles setores que receberam com apreensões sua ascensão à presidência da República e se conservaram pessimistas nos primeiros tempos de seu governo*”. Mais uma vez, o jornal inicia o editorial como quem traz uma informação ao leitor, mostrando o panorama político atual. Nele, reforça que Goulart estaria sendo ovacionado por setores que não apoiavam seu governo, sem dizer que setores eram estes. Entretanto, apesar dessa introdução de elogio ao presidente, o editorial encerra-se de forma bastante opinativa, destacando o papel que este “*pode e deve*” assumir:

O que se reclama do presidente é apenas fidelidade à linha de moderação e equilíbrio, que vem seguindo até aqui, e que lhe valeu o apoio de gregos e troianos. Há reformas de base pela frente — agrária, tributária, eleitoral etc. — bem como problemas de grande importância a serem equacionados, como a posição do país em face do capital estrangeiro, por exemplo, sem falar nas questões políticas, como de incompatibilização dos ministros. Na maioria dos casos, tudo isso tem sido discutido num canal *passional* propício a *explorações demagógicas* e que pode conduzir a soluções menos felizes. João Goulart *pode e deve*, em face de todos esses problemas, funcionar como *elemento conciliatório de tendências divergentes*, como fator de moderação a refrear excessos dos “reformistas” radicais e como *agente estimulante da mentalidade conservadora* que unida reluta em participar da batalha pelo desenvolvimento do país. *É esse o grande papel que parece ter reservado ao sr. Goulart, na presidência da República* (FOLHA DE S.PAULO, 17/04/1962).

Observa-se que a questão das reformas de base já começa a emergir trazendo fortes críticas à forma “*passional*” como o governo lida com elas. Ou seja, de que as reformas propostas por Goulart eram apenas demagógicas, isto é, apenas discutidas para conduzir o povo de acordo com seus objetivos. Cabe destacar que este tema foi recorrente nos editoriais, seguindo até 1964, quando

ocorre o golpe de Estado. Nesse ano, o jornal também destaca sua preocupação com o custo do papel:

Na história da inflação e da elevação de preços no Brasil, nenhum artigo sofreu até hoje tão grande impacto como o *papel de imprensa*. No ato de procurar-se a verdade cambial, acabou-se por cometer *uma injustiça* contra os *jornais brasileiros*, que sofrem por isto mesmo, neste momento, *pesadas e quase insuportáveis consequências*. Considerando-se que rentabilidade da imprensa no Brasil — salvo algumas exceções — é irrisória, e tendo ainda em conta a alta geral de preços de todos os artigos, matérias-primas e serviços verificados no país nos últimos tempos, pode-se calcular as tremendas dificuldades por que passam atualmente as empresas jornalísticas, cujos aumentos em suas tabelas de publicidade de modo nenhum têm podido acompanhar aquelas elevações. *Está claro* que esse *estrangulamento econômico da imprensa* deve ser motivo de preocupações gerais, pois *não há verdadeira democracia onde não existem jornais livres, atuantes e diversificados* (FOLHA DE S.PAULO, 10/10/1962).

No trecho acima, nota-se que a Folha de S. Paulo nomeia a crise vivenciada pelas empresas jornalísticas como “*pesadas e quase insuportáveis consequências*”, bem como realiza um julgamento de valor ao destacar que se cometeu uma “*injustiça*” contra os jornais brasileiros. Ao assim fazer, o jornal emprega a **estratégia discursiva de nomeação** para categorizar o momento em que os jornais estavam atravessando como de “*estrangulamento econômico da imprensa*”, destacando que esta deveria ser uma preocupação geral. Nesse ínterim, o jornal destaca sua opinião, mais uma vez, ao utilizar expressões como “*está claro*”, mostrando que não havia empecilhos para os leitores enxergarem a problemática por ele apontada. A metáfora do “*estrangulamento*” pode também ser pensada enquanto **estratégia discursiva de nomeação** do jornal para destacar que essa falta de oxigênio vivenciada pelas questões financeiras das empresas jornalísticas poderia levá-las à morte. Outra discussão trazida pela Folha de S.Paulo, neste período, foi a questão do 13º salário ao trabalhador:

Não foi o desejo de praticar um ato de justiça social, nem o empenho de atender aos legítimos interesses dos trabalhadores, que levaram o Congresso Nacional a aprovar e o presidente da República a sancionar a lei que instituiu o chamado 13.o salário. Foi simplesmente a *demagogia*: a preocupação *demagógica* de cortejar as classes menos favorecidas, num momento em que elas passam (o que é incontestável) por sérias dificuldades. A causa dessas dificuldades, porém, é uma só, ontem como hoje: a hiperinflação avassaladora e angustiante. E tentou-se “resolver” o problema com uma medida hiperinflacionária... Resolver, não. Adia-lo, *anestesiando temporariamente as classes trabalhadoras* com uma providência que trouxesse a

ilusão de estar o governo cuidando com desvelo de seus interesses. *Esse salário já nasceu errado*. Primeiro, é de *constitucionalidade duvidosa*, pois com sólidos argumentos se poderia afirmar que *representa uma intromissão indébita do Estado nas empresas privadas*. Muitas delas, é certo, encontram-se em condições de pagar o 13.º salário. Outras, porém, estão absolutamente impossibilitadas de arcar com os ônus da lei, ou o farão com *enormes sacrifícios*. O governo sabe disso, mas preferiu fingir que o ignorava, quando fez sua barretada *demagógica*. (...) Enquanto isso, por conta do 13º salário, tudo já está infinitamente mais caro. *É o festival da demagogia. O festival da irresponsabilidade* (FOLHA DE S.PAULO, 13/12/1962).

No excerto acima observamos o quanto o conceito de “*demagogia*” foi empregado na avaliação do jornal sobre as ações do governo de Goulart. Cabe salientar que a demagogia pode ser compreendida como o comportamento de um líder político que se apoia na “base das massas, secundando e estimulando suas aspirações irracionais e elementares, desviando-a da sua real e consciente participação ativa na vida política” para “sujeitá-las aos próprios fins pessoais” (ZUCCHINI, 1998, p. 318-319). Ainda de acordo com o autor, esse processo costuma ser desenvolvido por meio de promessas impossíveis de serem mantidas. Neste caso, as críticas recaem sobre a lei que instituiu o 13º salário aos trabalhadores. O que poderia ser apresentado pelo jornal como um ganho para os trabalhadores e para sociedade em geral, foi defendido pelo jornal como ação “*irresponsável*” e “*demagógica*”.

O jornal utiliza ainda a **estratégia discursiva de nomeação** ao empregar a metáfora “*anestesia*”, mostrando o caráter temporário da resolução trazida aos trabalhadores pelo governo, por meio dessa lei. Essa insatisfação do jornal pode ser elucidada, em consonância com Dreifuss (1981), pelo fato de João Goulart ir contra os privilégios do capital estrangeiro, se preocupar em melhorar as condições de vida das camadas populares e propor uma distribuição de renda através de aumentos salariais. Ainda nesse excerto, observamos que o jornal utiliza adjetivos como “*ilusão*”, “*duvidosa*” e “*enorme*” como **estratégias discursivas de predicação** para realizar sua crítica ao tema. Desse modo, esse tipo de crítica nos faz refletir sobre a quem a imprensa e a Folha de S.Paulo serviam no período estudado.

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1962, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) apresenta o IPES como um órgão importante para o país; b) defende que as reformas propostas por Goulart eram apenas demagógicas; c) destaca sua preocupação com o custo do papel de imprensa; e, d) critica a lei que instituiu o 13º salário aos trabalhadores.

Em 1963, a Folha de S.Paulo começa a associar o presidente João Goulart a uma infiltração comunista. No editorial a seguir, por exemplo, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** para categorizar a “*infiltração comunista*” como um “*fato inegável*”:

Há *infiltração comunista* no governo do sr. João Goulart? *Seria impossível responder honestamente que não*. O chefe da Nação, por sua própria formação de tipo *populista*, e por contingências da política nacional, vez por outra *se apoia nas esquerdas*. Um ou outro assessor de S. Ex^a, tem também *coloração vermelha*. São *fatos inegáveis*, que em várias oportunidades têm merecido *críticas* dos órgãos da opinião pública, *inclusive deste jornal*. O problema consiste em saber *se são os comunistas que dão o tom do governo brasileiro*, ou se têm possibilidade de assenhorear-se da situação, determinando, ostensiva ou veladamente, a orientação da política nacional. A invocação do *fantasma do comunismo* no Brasil foi, pelo menos, uma inabilidade dos norte-americanos (FOLHA DE S.PAULO, 19/03/1963).

Uma das estratégias discursivas empregadas pela Folha de S. Paulo nesta construção é a **estratégia discursiva de intensificação** a partir da ideia de associar “*infiltração comunista*” no país ao presidente João Goulart. Cabe lembrar que, o anticomunismo foi usado para propagar o medo junto à classe média, tendo os jornais, com maior ou menor ênfase, participação nesse processo da pregação anticomunista (ABREU, 2005a). Para tanto, o jornal utiliza uma pergunta ao invés de uma afirmação, em que ele mesmo responde sua própria indagação: “*Há infiltração comunista no governo do sr. João Goulart? Seria impossível responder honestamente que não*”. Além disso, o jornal defende a ideia de que os comunistas estariam dando o tom do governo brasileiro e, para justificar essa afirmativa, usa o argumento de que o presidente estaria se apoiando nas esquerdas. Diante deste panorama de críticas à Goulart, o jornal começa a falar sobre a campanha pela sucessão presidencial:

A *campanha pela sucessão presidencial de 1965 já está em pleno desenvolvimento*. Para justificar a *exagerada antecipação* de seu lançamento (quase dois anos nos separam do pleito), afirma-se que a existência de candidaturas à presidência da República é uma forma de assegurar a realização de eleições; e que isso só garantiria a normalidade do *processo democrático*, de outra forma ameaçada de ser rompida. (...) No fundo, o que há é a procura de um *pretexto para justificar o injustificável*. O que se quer é evitar que o povo observe e condene a politiquice dos que só têm olhos para eleições e mal termina uma campanha ingressam noutra. O que se pretende é atrair *demasiado cedo* as atenções da opinião pública para o clima das *disputas eleitorais*, com o fim

de disfarçar o pouco empenho ou pouca capacidade que os governos têm de trabalhar (FOLHA DE S. PAULO, 03/12/1963).

No excerto acima, observamos que, apesar das inúmeras críticas ao governo de João Goulart — que, para a Folha de S.Paulo, estaria alinhado ao comunismo —, o jornal discorda da campanha pela sucessão presidencial, neste momento, avaliando como “*demasiadamente cedo*”. O jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** por meio de adjetivos como: “*exagerada*”, ao categorizar a antecipação da campanha de sucessão presidencial, e “*injustificável*”, ao categorizar o pretexto para tal justificativa. Por outro lado, o jornal sinaliza que as atitudes “*discutíveis*” de Goulart “*que fazem pensar em deliberada provocação*” já começavam a intranquilizar as Forças Armadas:

Atitudes discutíveis do atual governo, que fazem até pensar em deliberada provocação, são as maiores responsáveis pelo clima de intranquilidade que volta a agitar as Forças Armadas. Longe de nós justificar os pronunciamentos militares que ferem os rígidos regulamentos da vida da caserna; consideramos sempre condenáveis entrevistas, cartas, declarações, abaixo-assinados etc. que põem em xeque os princípios da disciplina militar. Deve-se convir, entretanto, em que o governo tem estimulado esse tipo de reação. (...) Lamente-se, pois, a fermentação, visível nos fatos aqui relacionados e em muitos outros. Repita-se, porém, que é no governo federal que se localiza a causa principal de tudo isso (FOLHA DE S.PAULO, 05/12/1963).

No excerto acima, o jornal traz para a série de críticas ao governo de João Goulart mais um ator social: as Forças Armadas. Isto é, apesar de mostrar certo clima de intranquilidade e falta de disciplina dentro da “caserna” por parte dos militares, o jornal atribui ao governo, por meio da **estratégia discursiva de nomeação** e o uso de metáforas, a culpa por “*fermentar*” tais reações. Tal metáfora demonstra como o jornal responsabiliza o governo por provocar tal agitação nas Forças Armadas, causando o “*clima de intranquilidade*”. Cabe salientar que, mesmo sem enunciar diretamente, o jornal quando fala em “*colocar em xeque os princípios da disciplina militar*” refere-se à chamada Revolta dos Sargentos — promovida por cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica — contra a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, que ocorreu em setembro de 1963. Mais uma vez, o jornal utiliza da **estratégia discursiva de predicação** ao utilizar adjetivos como “*discutíveis*”, para avaliar as atitudes do governo, e “*deliberada*”, para avaliar a provocação exercida pelo governo.

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1963, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) começa a associar o presidente João Goulart a uma infiltração comunista; b) usufrui do argumento de que o presidente estaria se apoiando nas esquerdas; c) avalia como prematura a campanha pela sucessão presidencial; e, d) atribui ao governo de Goulart a culpa pelo clima de intranquilidade dentro das Forças Armadas.

Em 1964, ano em que ocorreu significativas mudanças políticas e sociais no Brasil, sobretudo com o golpe de Estado, a Folha de S.Paulo reforça sua crítica ao presidente João Goulart e às reformas de base:

O presidente da República, que mais do que todos, em ocasiões propícias ou não, *falou das reformas em termos igualmente vazios* (...) deseja, na cúpula que hoje faz das reformas de base um mero refrão, não são efetivamente as reformas de base verdadeiras e necessárias, mas apenas o palavreado que sirva, enquanto puder fazê-lo, *para enganar o povo* (FOLHA DE S.PAULO, 25/01/1964).

Neste aspecto, a Folha de S. Paulo se mantém criticando João Goulart, mitigando as reformas de base por meio de **estratégias discursivas de predicação**, classificando-as como não sendo reformas verdadeiras e necessárias por meio de expressões como “*em termos vazios*” e a fim de “*enganar o povo*”. Cabe destacar que as elites empresariais, burocráticas e militares, nesse período, se organizaram enquanto resistência às reformas de base, buscando um projeto de inserção do país no sistema econômico internacional, que presumia uma abertura do mercado brasileiro ao capital internacional (ALMEIDA, 2016).

Além disso, a Folha de S.Paulo atuou político-discursivamente na divulgação e na disseminação da ideia de subversão e de comunismo como perigos reais para o Brasil, enfatizando sua repulsa de forma mais recorrente e enfática, como pode ser observado no trecho do editorial a seguir:

Não se podem alimentar ilusões sobre a *nociva atividade do comunismo* neste país, ou daqueles setores que, a ele aliados, servem aos desígnios. Aí estão o *desvirtuamento dos sindicatos*, as falas organizações sindicais que montaram uma fábrica nacional de *greves*, a *infiltração comunista* na administração federal. Aí está o abuso que essas correntes de certos conceitos, dos quais pretendem dispor segundo suas conveniências: só eles são povo, só eles são nacionalistas — ou só é povo e nacionalista quem os aplaude e apoia. Aí está a luta pelas chamadas *reformas de base totalmente descaracterizada* e transformada em *pretexto para agitação e subversão da ordem*. (...) *Mais vezes merecem críticas os*

radicalismos de esquerda que os de direita. É que eles são mais agressivos, mais provocadores, mais danosos ao país. Recebem hoje, é inegável o beneplácito do governo federal e por isso são mais perigosos. A cada dia se tornam mais ousados nos ataques à iniciativa privada, por exemplo, cuja destruição significaria também a ruína do regime democrático (FOLHA DE S.PAULO, 06/03/1964).

Uma vez que se vivia um contexto de protagonismo político das classes populares, com o crescimento de movimentos sociais demandando reformas para reduzir as desigualdades, viabilizar distribuição de terras e melhores condições de trabalho, aumentou-se também o medo que a elite brasileira tinha de perder privilégios (MOTTA, 2021). A Folha de S.Paulo, enquanto parte dessa elite, reproduziu os discursos de propaganda anticomunista disseminados pelo IPES. Como é possível observar no trecho acima, o jornal associa os movimentos sociais que demandavam melhores condições de trabalho à “*nociva atividade do comunismo*”, reforçando que as chamadas reformas de base serviam apenas como “*pretexto para agitação e subversão da ordem*”. Ainda, antes de encerrar o editorial, notamos que a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação** comparando os radicalismos de esquerda e de direita, atribuindo aos de esquerda maior agressividade, provocação e danos ao país, bem como chamando de “*inegável*” sua visão de que os radicalismos de esquerda estariam recebendo o “*beneplácito*” do governo.

Ainda nesse trecho, o jornal começa a falar sobre “*ruína do regime democrático*”. Cabe salientar que, em linhas gerais, democracia pode ser compreendida como “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania” (BOBBIO, 1998, p. 319) e, ainda, como um regime representativo em que ocorre o “alargamento gradual do direito do voto, que inicialmente era restrito a uma exígua parte dos cidadãos (...) para todos os cidadãos de ambos os sexos que atingiram um certo limite de idade (...) [e a] multiplicação dos órgãos representativos (isto é, dos órgãos compostos de representantes eleitos).” (p. 324).

Neste íterim, a Folha de S.Paulo também critica o pronunciamento de Goulart no dia 09 de março, no que ficou conhecido como Comício das Reformas, promovido para reforçar a decisão do governo de implementar as reformas de base. Sobre este evento, o editorial destaca:

O pronunciamento de anteontem, enfim, apesar das discordâncias que algumas medidas possam suscitar e não obstante o final polêmico, até certo ponto compreensível, *falou aquilo que os brasileiros gostariam de ouvir de um presidente*

da República. Já os preparativos que se fazem para o próximo pronunciamento do chefe da nação, sexta-feira próxima, dia 13, até aqui apenas justificam as apreensões. Entre o João Goulart de anteontem e aquele que o noticiário dos jornais esboça para depois de amanhã, parece haver um abismo. E se a nação tivesse que escolher, preferiria sem sombra de dúvida o do dia 9. (...) Repitamos: anteontem, o presidente dialogou com todos os brasileiros. Façamos votos para que depois de amanhã não dialogue apenas com uma minoria de brasileiros, aquela que deseja incendiar o país e que está muito longe de representar os legítimos, anseios da nação (FOLHA DE S.PAULO, 11/03/1964).

No excerto acima, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, avaliando que, no pronunciamento realizado por Goulart, o presidente da República “*falou aquilo que os brasileiros gostariam de ouvir*” e fazendo possíveis projeções para o próximo pronunciamento que ocorreria no dia 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Cabe lembrar que o evento ocorrido na Central do Brasil foi promovido pelo governo para reforçar sua decisão de implementar as reformas de base, o que desencadeou fortes críticas à política econômica do governo (ABREU, 2005a; MOTTA, 2021).

Outro aspecto observado é a forma como o jornal coloca os brasileiros e o presidente em diferentes momentos no texto. Num primeiro momento, em “*falou aquilo que os brasileiros gostariam de ouvir*”, o jornal parece falar de toda sociedade brasileira. Desse modo, o jornal faz uso da metonímia ao falar da parte pelo todo, como **estratégia discursiva de nomeação**. Por outro lado, ao fazer votos para o próximo pronunciamento de Goulart, o jornal deseja que ele “*não dialogue apenas com uma minoria de brasileiros*”, referindo-se aos grupos de esquerda que já vem criticando ao longo de seus discursos. E, ainda, ressalta que os interesses destas minorias não representam os anseios da nação, o que nos faz ponderar sobre como a Folha avaliava os grupos de esquerda como a parte do que é a nação. Além disso, o jornal constrói um argumento dúbio, tendo em vista que por um lado ele fala de João Goulart como presidente e por outro não.

Em 19 de março foi realizada a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que foi uma manifestação de grupos conservadores e religiosos femininos contrários às reformas de base propostas por Goulart. Dentre estes grupos, estavam a Campanha da Mulher Democrata (Rio de Janeiro), a União Cívica Radical (São Paulo) e a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais). Estes eram grupos compostos por mulheres politicamente organizadas em diversos estados do país, sob a gestão do IPES (STARLING, 2019). Sobre este evento, a Folha de S.Paulo conclui:

Acertaram, sem dúvida, as organizações femininas que prepararam para hoje a chamada "Marcha da Família", que deverá significar, não um desafio ou uma provocação ao governo constituído, mas a demonstração de que a grande massa da população brasileira não vê sem protesto as manifestações de desrespeito às instituições nacionais, empreendidas por agentes do próprio governo e até mesmo pelo presidente da República. É evidente que uma grande, uma enorme parte do nosso povo, a sua esmagadora maioria acompanha com viva apreensão o clima que se vai procurando criar no país. Essa maioria, ordeira e trabalhadora, considerando os descaminhos políticos do governo federal, pergunta com justa inquietação: Para onde querem nos levar? Não é de hoje que se denuncia a atuação, na cúpula federal, de tendências comunistas, as quais explicam muitas das agitações entretidas em todo o país, com imensos prejuízos para a economia nacional. (...) Enquanto isso, a inflação vai consumindo todas as economias do povo e avultando-lhe o trabalho. Há uma pregação de reformas, tantas delas necessárias — e este jornal já tentou defini-las mediante o esforço de grandes especialistas num congresso memorável feita em termos que deixam claro que o que menos importa são as reformas em si mesmas, mas determinados frutos políticos que favoreçam, talvez, o continuísmo de um mesmo político no poder e a implantação, no país, de uma estrutura antidemocrática. (...) Valem, porém, e muito, as concentrações públicas dos que, divergindo dos rumos que o governo vai imprimindo ao país, proporcionam a esse governo, em sua totalidade, uma visão real do que o povo pensa — o povo em sua verdadeira expressão, no pleno uso de suas faculdades de julgar e exprimir o seu julgamento, e não a multidão recrutada para efeito de claque em comícios. Se todos os que estão em desacordo com aqueles rumos saírem às ruas, em ordem, em todo o território nacional, logo verá o sr. João Goulart que o povo não é apenas aquela multidão que os pelegos comandam. E receberá a extensão dos seus erros e, queira Deus, percebendo-a, passe a empenhar-se em melhor governar (FOLHA DE S.PAULO, 19/03/1964).

No referido editorial, observamos algumas estratégias empregadas pela Folha de S.Paulo. A primeira delas refere-se à **estratégia discursiva de predicação** em que o jornal avalia a “*Marcha pela Liberdade*” como um acerto e uma demonstração de insatisfação da “*grande massa da população brasileira*”. Segundo, o jornal faz uso da metonímia ao falar da parte pelo todo, como **estratégia discursiva de nomeação**, ao empregar o termo “povo” em diferentes momentos para defender o discurso de que o evento foi promovido pelo “*povo em sua verdadeira expressão*” ou por “*uma enorme parte do nosso povo*” como “*uma visão real do que o povo pensa*”. Neste aspecto, o jornal camufla quem realmente estava por trás de toda essa manifestação e as que se seguiriam a partir dela, e reforça para o leitor a ideia de uma luta coletiva pelo bem da nação. E, terceiro, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de representação** ao destacar sua opinião de forma avaliativa em diferentes momentos do texto,

dentre eles: “*acertaram, sem dúvida*”, sobre as organizações femininas que prepararam Marcha da Família; “*é evidente*”, sobre a apreensão vivida no país, e “*justa inquietação*”, sobre o sentimento da maioria “*ordeira e trabalhadora*”.

Desse modo, em seus editoriais do início do ano de 1964, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) reforça sua crítica ao presidente João Goulart; b) dissemina a ideia de subversão e de comunismo como perigos reais para o Brasil; c) associa os movimentos sociais que demandavam melhores condições de trabalho à atividade do comunismo; d) avalia a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como um acerto e uma demonstração de insatisfação da população brasileira; e, e) camufla quem realmente estava por trás de toda essa manifestação e as que se seguiriam a partir dela.

Esse primeiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo encerra-se com os editoriais publicados até o final de março, e pode ser observado de forma sintética na figura 2. Em abril, com a tomada de poder pelos militares para a defesa da ordem capitalista que se julgava ameaçada, ocorre a instauração do regime ditatorial no país (CODATO, 2005; LEMOS, 2018; MOTTA, 2021) e, junto com a mudança de regime político, ocorre também uma transição na atuação político-discursiva do jornal sobre a situação econômica, social e política do país, como observaremos na próxima seção.

Figura 2: Síntese do primeiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo

**PRÉ- GOLPE:
A SERVIÇO DA PREGAÇÃO ANTICOMUNISTA (1961-1964)**

01

Estratégias discursivas de nomeação:

- categoriza a crise que jornais estavam atravessando como de *"estrangulamento econômico da imprensa"*;
- destaca que essa falta de oxigênio vivenciada pelas questões financeiras das empresas jornalísticas poderia levá-las à morte;
- mostra o caráter temporário da resolução trazida aos trabalhadores pelo governo, por meio da lei que instituiu o 13º salário;
- responsabiliza o governo por provocar agitação nas Forças Armadas causando o *"clima de intranquilidade"*;
- constrói um argumento dubio, tendo em vista que por um lado ele fala de João Goulart como presidente e por outro não;
- camufla quem realmente estava por trás de toda as manifestações contra Goulart e, reforça para o leitor a ideia de uma luta coletiva pelo bem da nação.

Estratégias discursivas de previsão:

- avalia negativamente renúncia de Jânio Quadros;
- avalia positivamente mudança de regime presidencialista para parlamentarista;
- avalia negativamente o governo de João Goulart;
- avalia o IPES como uma *"profissão de fé"*, uma declaração pública de uma crença, que é confortante;
- avalia negativamente as atitudes de Goulart com relação à crise militar;
- compara os radicalismos de esquerda e de direita;
- avalia negativamente os pronunciamentos realizados por João Goulart;
- avalia a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como um acerto.

Estratégias discursivas de representação:

- se posiciona utilizando termos como: *"acertaram, sem dúvida"* sobre as organizações femininas que prepararam Marcha da Família com Deus pela Liberdade; *"é evidente"* sobre a apreensão vivida no país e; *"justa inquietação"* sobre o sentimento da maioria *"ordeira e trabalhadora"*.

Estratégias discursivas de intensificação/mitigação:

- utiliza termos como *"fé"* e *"democracia"*, repetidamente, mostrando a perspectiva que a Folha tinha sobre o IPES;
- associa, repetidamente, a *"infiltração comunista"* no país ao presidente João Goulart;
- mitiga as reformas de base, classificando-as como não sendo reformas verdadeiras e necessárias.

Fonte: Elaborada pela autora

5.2. Após o golpe: os salvadores da nação e a esperança de um país mais desenvolvido (1964)

O discurso da Folha de S. Paulo tem uma mudança significativa nesse período. O jornal, que antes retratava o Brasil como um país em crise política, social e econômica, agora passa vê-lo como um país de patriotas, com enorme potencial de crescimento. Desse modo, no período de abril a dezembro de 1964, a Folha de S. Paulo atuou político-discursivamente na construção discursiva da figura dos militares golpistas em salvadores da nação e na divulgação do sentimento de esperança de um país mais desenvolvido. Como será analisado nessa seção, sua atuação político-discursiva vai desde difundir a ideia de esperança e confiança à construção dos militares e das Forças Armadas enquanto salvadores da pátria; da caracterização do golpe de Estado como “*revolução*” à avaliação do primeiro Ato Institucional como importante medida. Assim como na seção anterior, essas e outras construções serão mais bem observadas, seguindo a ordem temporal de acordo com os acontecimentos.

A partir do dia primeiro de abril de 1964, o jornal já convoca à sociedade que se tenha “*confiança, apesar de tudo*”, como se observa no excerto a seguir:

Apesar de tudo, pode o *povo brasileiro* confiar numa *solução pacífica* dos problemas da hora presente. Não hão de destruir o Brasil aqueles que procuram solapar as bases em que devem assentar-se as instituições. Nem os que, a pretexto de deter a vaga subversiva, na verdade se engrossam. (...) Na *grave crise que estamos vivendo*, deve-se crer que os *homens de responsabilidade* não tenham perdido as últimas *noções de patriotismo*. E é de patriotismo, que estamos urgentemente necessitando (FOLHA DE S. PAULO, 01/04/1964).

A partir deste momento, a Folha de S. Paulo preenche os espaços que antes eram ocupados pela disseminação do fantasma do comunismo e pelas críticas às reformas de base pela difusão das ideias de esperança e confiança nos “*homens de responsabilidade*”, a saber: os novos líderes militares. Cabe destacar que o golpe de 1964 assinalou uma modificação decisiva na função política dos militares no Brasil. Isso porque foi o aparelho militar, e não apenas um líder político militar, que passou a controlar o governo, e em seguida os aparelhos do Estado e toda cena política (CODATO, 2005). O uso da **estratégia discursiva de predicação**, com a avaliação positiva ao novo cenário político do país, se repete em muitos editoriais neste período. Um exemplo é o editorial intitulado “*O Brasil continua*”:

Voltou a nação, *felizmente*, ao *regime de plena legalidade* que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo do ex-presidente João Goulart. E isto se fez, note-se, com *mínimo traumatismo*, graças ao *discernimento das Forças Armadas*, que *agiram prontamente* para conter os desmandos de um político que, *cercado de assessores comunistas*, procurava manobrar o país de acordo com o pensamento desse reduzido grupo e em ostensivo desrespeito às melhores e mais caras tradições de nossa gente (FOLHA DE S.PAULO, 03/04/1964).

Dessa forma, a **estratégia discursiva de predicação** da Folha de S.Paulo na construção dos militares e das Forças Armadas enquanto salvadores da pátria. Para tanto, o jornal aponta que com “*mínimo traumatismo graças ao discernimento das Forças Armadas*” que “*agiram prontamente*”, o país estaria voltando ao “*regime de plena legalidade*”. Observa-se nesta construção o uso da **estratégia discursiva de intensificação**, pela expressão “*felizmente*”, em que o jornal demonstra de que maneira enxergava a ação golpista militar. Nesta linha de raciocínio, no mesmo dia publica outro editorial intitulado “*Forças Armadas*”:

Mais uma vez as Forças Armadas brasileiras deram provas de uma *vocação intransigente democrática*. Intervieram no processo político, quando tornaram *intoleráveis* as ameaças à paz nacional. Mas logo a seguir a palavra foi transferida ao Congresso. Assim, a substituição do sr. João Goulart na presidência da República processou-se dentro das normas instituídas pela instituição e o novo chefe do governo já se acha no pleno exercício do cargo. (...) *Nunca é demais lembrar que uma crise como a que acabamos de atravessar era realmente propícia a uma ditadura militar, fossem menos firmes os sentimentos legalistas das nossas Forças Armadas*. Ao longo da nossa história, muitas vezes têm sido elas chamadas a resolver problemas que as autoridades civis ou criam ou agravam, e que põem em risco as instituições. *Reposta as coisas em seus lugares, jamais viram o poder para si*; apressam-se a voltar a sua condição de garantias da lei e da ordem e são as primeiras a desejar que cumpram à risca os preceitos constitucionais.

Esse *exemplo de patriotismo e de desprendimento* não pode deixar de sensibilizar os políticos aos quais incumbe o encaminhamento das soluções de graves problemas nacionais. Mais uma vez, não obstante o temporal das paixões desencadeadas, *as Forças Armadas do Brasil cumpriram o seu dever*. Que os demais façam o mesmo, é o que se pode desejar, parodiando a frase famosa (FOLHA DE S.PAULO, 03/04/1964).

O trecho acima é muito significativo nessa construção de heroísmo da figura das Forças Armadas. Isso porque a Folha de S.Paulo segue nomeando os militares como “*legalistas, exemplo de patriotismo e quem cumpriu o seu dever*”

de proteger o país do mal instaurado". Entretanto, é curioso observar a seguinte fala do jornal: "*Nunca é demais lembrar que uma crise como a que acabamos de atravessar era realmente propícia a uma ditadura militar, fossem menos firmes os sentimentos legalistas das nossas Forças Armadas*". De certo, neste momento, a Folha de S.Paulo sabia da intenção do novo governo instaurado de realizar um "*saneamento político*" em relação ao comunismo e à corrupção, além do combate à inflação e às reformas políticas (LEMOS, 2018), afinal, tudo isso estava sendo defendido pelo próprio jornal em suas páginas editoriais. Entretanto, acredito que não seja possível inferir que, já neste momento, a Folha de S.Paulo soubesse que o golpe resultaria em uma ditadura que perduraria por mais de 20 anos no país. Desse modo, refletimos sobre como, aparentemente, a Folha de S.Paulo categorizava uma ditadura militar como ilegalista, quando ainda não se enxergava em uma, e como, futuramente, essa perspectiva é mudada, como poderemos observar ao longo desta análise.

Outro encaminhamento neste sentido é a **estratégia discursiva de nomeação** utilizada pelo jornal para caracterizar o golpe de Estado como "*revolução*", construção discursiva já presente nos primeiros editoriais publicado logo após a deposição de Goulart e que se perpetua ao longo da ditadura, como observamos no trecho a seguir, do editorial intitulado "*Volta à normalidade*". Cabe salientar ainda que, ao caracterizar o golpe de estado como "*revolução*", o jornal defende que os militares estariam trazendo mudanças profundas e necessárias para o panorama político brasileiro.

A imediata eleição de novo presidente da República impõe-se, acima de tudo, para evitar que os *nobres ideais da revolução* sejam comprometidos por desmandos que, aqui e ali, infelizmente já se registram. Recusamo-nos a admitir que nos encontramos em "estado de guerra", porém assim não parecem entender determinadas autoridades civis — e voltamos frisar que os *líderes militares vitoriosos continuam mantendo conduta exemplar em todos os acontecimentos* (FOLHA DE S.PAULO, 09/04/1964).

Assim, como discutido anteriormente, a Folha de S.Paulo segue caracterizando discursivamente os líderes militares como "*vitoriosos*" que continuam "*mantendo conduta exemplar em todos os acontecimentos*". E sobre a eleição presidencial de 1965, declara que esta seria imposta para se "*evitar que os nobres ideais da revolução sejam comprometidos*". Cabe salientar ainda que o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao empregar o adjetivo "*nobres*" para mostrar a forma como compreendia os ideais da "*revolução*". Esse

discurso também reforça o argumento de que, até este momento, a Folha de S.Paulo não previa que o golpe por ela apoiado se tornasse uma ditadura civil-militar, como defende Biroli (2009). Para a historiadora, não era possível, até o momento, saber que o golpe se resultaria numa ditadura que se estenderia por mais de 20 anos, uma vez que a expectativa de muitos era de um retorno próximo das eleições que, ao modificar o campo político, traria ao poder o candidato que traria ganhos para algumas empresas da área de comunicação.

Entretanto, no mesmo mês de abril, o governo publica o primeiro Ato Institucional (AI-1), lançando os pilares institucionais do regime político ditatorial. Nele, a Constituição de 1946 foi modificada de modo a consolidar o poder Executivo em detrimento do esvaziamento do Legislativo e do Judiciário (LEMOS, 2018). Além disso, a partir deste momento, a eleição do presidente e do vice-presidente da República passou a ser indireta e os comandantes militares passaram a ter o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, sem a avaliação judicial desses atos. A publicação do AI-1 possibilitou ainda suspensão das garantias de estabilidade dos servidores, resultando na exoneração de milhares de funcionários civis e militares (MOTTA, 2021). Sobre o primeiro Ato Institucional, a Folha de S.Paulo destaca:

Com a decretação do Ato Institucional, o Supremo Comando da Revolução Vitorioso *tomou importante medida*, cuja repercussão é difícil imaginar de pronto, mas de *cuja sinceridade não é lícito duvidar*. Sensíveis, mais do que os civis, aos problemas de *segurança nacional*, efetivamente muito *ameaçada pela comunização do país*, permitida e estimulada pelo governo passado, entenderam os chefes militares necessário tomar algumas *medidas de exceção* que permitam, uma vez eleito o novo presidente, realizar sem desfalecimento a tarefa de reconstrução política e econômica do país. Na justificativa do Ato Institucional, seus autores, com o *enorme peso de responsabilidade que lhes pesa sobre os ombros*, declaram expressamente que *visam limitar os próprios poderes de revolucionários vitoriosos* (FOLHA DE S.PAULO, 10/04/1964).

Sobre o Ato Institucional, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, ao nomeá-lo como uma “*importante medida*” e “*cuja sinceridade não é lícito duvidar*”. Ainda, retoma o discurso propagado nos meses anteriores de que os militares haviam libertado o país da ameaça de “*comunização*” que estava sendo “*estimulada pelo governo passado*”. É interessante, também, destacar a forma pela qual o jornal utiliza a **estratégia discursiva de intensificação** para falar sobre o poder dos militares, afirmando que o AI-1 serviria para “*limitar os próprios poderes de revolucionários*

vitoriosos”, defendendo exatamente o oposto do que o tal instrumento representava. Isso porque o AI-1 modificou a Constituição brasileira de 1946 fortalecendo o poder Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário, bem como concedeu aos comandantes das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, ficando vedada a apreciação judicial desses atos (LEMOS, 2018; MOTTA, 2021).

Ainda em abril, o marechal Castelo Branco assume o poder, e a Folha de S.Paulo publica um editorial em formato de carta ao presidente:

Marechal, aí está o Brasil, subdesenvolvido ainda, com *imensa capacidade de desenvolver-se*, com o seu *povo manso e trabalhador*, talvez a *melhor população do mundo*. Aí está o Brasil carente de mão de obra especializada e de capital produtivo, sem os quais não existe desenvolvimento. Que a *luta contra o comunismo e a corrupção* não atrase a que deve desenrolar-se, e já, para vencer o subdesenvolvimento em todo o seu território. Mas também que, olhos postos nessa corrida desenvolvimentista, não se esqueça o *combate sistemático ao comunismo e à corrupção*, nem se aceite um ou outro como mal necessário. (...) Marechal, está em mãos de Vossa Excelência a *tranquilidade da família brasileira, o futuro da pátria, a esperança dos moços, a capacidade de trabalho dos brasileiros em geral*. Ali está o Brasil. Governe-o como Vossa Excelência quer e sabe, cercado de homens sérios e patriotas. Que Deus ajude e ilumine Vossa Excelência (FOLHA DE S. PAULO, 15/04/1964).

Neste editorial, além da insistência em lembrar ao leitor que o novo governo se tratava de uma “*luta contra o comunismo e a corrupção*” — ideais recorrentemente difundidos pela Folha de S.Paulo, o jornal reforça ainda as qualidades que o Brasil tinha naquele momento: “*subdesenvolvido ainda, com imensa capacidade de desenvolver-se*”. Além disso, a Folha de S.Paulo direciona ao Castelo Branco seus votos para o novo governo, mostrando que estava em suas mãos “*a tranquilidade da família brasileira, o futuro da pátria, a esperança dos moços, a capacidade de trabalho dos brasileiros em geral*”. Como mencionado anteriormente, o golpe de 1964 assinalou uma modificação decisiva na função política dos militares no Brasil, tendo em vista que o aparelho militar passou a controlar o governo. Desse modo, o discurso da Folha de S.Paulo se alinha aos interesses locais e internacionais para a preservação da ordem capitalista (CODATO, 2005; MOTTA, 2021). Ainda nesse excerto, é possível observar que o jornal segue utilizando a **estratégia discursiva de predicação** ao usar os adjetivos “*manso e trabalhador*” e “*melhor população do mundo*” para referir-se ao “*povo*”, à sociedade brasileira.

Ao completar dois meses do golpe de Estado, a Folha de S.Paulo faz um balanço da, por ela nomeada, “*revolução*”:

A Revolução acaba de completar dois meses e num balanço que se desse do que ocorreu nesse período haveria aspectos positivos e negativos a registrar. Entre os positivos, inegavelmente, a restauração do limite de respeitabilidade do governo, quase completamente malbaratado nos últimos meses da gestão anterior. Pode dar-se ao luxo, a administração chefiada pelo mal. Castelo Branco, de adotar medidas convencionalmente consideradas impopulares, porque, por mais sacrifícios em que eles impliquem para as classes menos favorecidas, há sempre a segurança de que existe sinceridade de propósitos do novo governo, a certeza de que a demagogia e a desonestidade estão banidas das esferas da República (FOLHA DE S.PAULO, 03/06/1964).

Neste balanço, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, dizendo ao leitor que neste período houve pontos positivos e negativos a serem registrados. Sobre os aspectos positivos, o editorial destaca a “*restauração do limite de respeitabilidade do governo*”, como se “*inegavelmente*” o governo de João Goulart não fosse respeitado. Cabe ressaltar que, ao empregar o termo “*inegavelmente*”, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de intensificação** para articular a ideia de que não se pode contestar ou duvidar da “*restauração do limite de respeitabilidade do governo*”. Novamente, o discurso da Folha de S.Paulo reforça o ideal de que a tomada de poder pelos militares era necessária nessa luta política que implicava a mudança dos métodos de dominação classistas em defesa da ordem capitalista por eles julgada ameaçada (LE MOS, 2018). E, sobre os aspectos negativos, destaca os “*sacrifícios*” “*para as classes menos favorecidas*”, sem entrar no mérito de a quais sacrifícios estaria se referindo.

Ainda em 1964, o governo ditatorial estabelece um sistema em rede com uma série de dispositivos de coleta e análise de informações e de execução da repressão no Brasil. O núcleo desse sistema era o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão de coleta de informações e de inteligência que funcionava como organismo de formulação de diretrizes e estratégias na esfera da presidência da República e como o centro de uma rede de informações que atuava dentro da sociedade e nos níveis da administração pública (STARLING, 2019). Desse modo, o SNI tinha um papel importante do aparato repressivo do regime. Sobre ele, a Folha de S.Paulo discorre, em editorial intitulado “*Torturas e informação*”:

Uma das primeiras providências do atual governo foi criar o Serviço Nacional de Informações, com gabarito de verdadeiro

Ministério. O fundamento foi a *necessidade de manter-se informado*, o governo, sobre o que se passa no país, tendo-se considerado deficientes e insuficientes os órgãos oficiais teoricamente incumbidos dessa tarefa. A existência do SNI, bem como de outros meios, de que necessariamente deve dispor o governo *para saber o que lhe acontece ao redor*, torna *muito discutível* a comissão "de alto nível" que o presidente da República estaria desejando formar, para investigar, segundo se noticiou, as *denúncias sobre torturas a presos políticos*. Se é mesmo essa a intenção do governo, louve-se o presidente Castelo Branco, que mais uma vez *dá exemplo de determinação* firme de evitar que floresçam excessos à margem da *Revolução*. A comissão, porém, *parece desnecessária*, pelo motivo exposto, e por vários outros. *A imprensa é livre no país*. Avisadamente, compreendeu a *Revolução* que *a censura à imprensa era incompatível* com os ideais mesmos do movimento que derrubou o sr. João Goulart. O mal. Castelo Branco, na primeira entrevista coletiva aos jornais, salientou "compreensão, advertências e críticas". Pois a imprensa brasileira vem notando o que ocorre no país; mesmo aqueles órgãos que dão pleno apoio ao governo presidido pelo mal. Castelo Branco, mas se conservam ciosos de sua independência e objetividade, têm divulgado fielmente os aspectos negativos ou simplesmente discutíveis da nova realidade brasileira (FOLHA DE S.PAULO, 15/09/1964).

O jornal inicia o editorial como quem estivesse apenas trazendo informações aos seus leitores. Desse modo, informa que uma das primeiras "*providências*" do governo foi a criação do SNI, e acrescenta que a justificativa dada pelo governo para tal foi a necessidade de "*manter-se informado*" e "*saber o que lhe acontece ao redor*". Além disso, um argumento para a existência de tal órgão estava nas investigações acerca das denúncias sobre torturas a presos políticos. A partir disso, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de representação** através do emprego da conjunção condicional "se", mostrando uma certa discordância com as afirmativas do governo. Esse distanciamento fica evidente nas orações seguintes, em que o jornal traz a afirmativa "*a imprensa é livre no país*" e "*a censura à imprensa era incompatível com os ideais da revolução*". Cabe salientar que, como instrumento de controle do governo ditatorial, o SNI supervisionava e coordenava as atividades de informações no Brasil (CARDOSO, 2018; LEMOS, 2018). Dessa forma, o jornal também demonstra sua discordância ao utilizar a **estratégia discursiva de predicação** empregando os adjetivos "*muito discutível*" e "*parece desnecessária*" sobre essa comissão do SNI. E sobre a atuação da imprensa, destaca ainda:

Não cometa o presidente o *erro* que a muitos políticos tem sido terrível: o de *subestimar a imprensa como fonte legítima de informações*, ainda que uma *parte dela as deturpe ou exagere*. Uma boa assessoria lhe colocará diante dos olhos, todos os

dias, o que a imprensa publica de fundamental sobre a situação brasileira. Os órgãos oficiais se encarregaram — ou deveriam encarregar-se — de pôr a limpo o que fosse preciso. O resto, é *fazer valer a autoridade do governo*, para que falsos revolucionários não continuem a impedir que a *face boa da Revolução prevaleça indiscutivelmente sobre o que ela possa ter de discutível* (FOLHA DE S.PAULO, 15/09/1964).

Nesse aspecto, sem articular abertamente a ideia de que o SNI oferecia risco à liberdade de imprensa, o jornal aponta a proposta do governo, afirmando que se fosse verídica seria um “*exemplo de determinação*” do governo. Entretanto, destaca que caso não seja esta a real intenção do governo, o órgão seria desnecessário, falando da importância da liberdade de imprensa sem realizar nenhuma relação explícita sobre tais aspectos. De modo que a preocupação do jornal em que este órgão viesse a interferir em sua atuação é observada apenas de forma implícita em seu discurso. Além disso, a Folha de S.Paulo faz um apelo ao governo de que não “*subestime a imprensa como fonte legítima de informações*” apesar de parte dela “*deturpar e exagerar*”. Neste aspecto, o jornal defende a imprensa, mas não toda ela, possivelmente, referindo-se aos jornais alternativos da época que mantiveram seu tom combativo ao governo ditatorial. Assim, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** para deslegitimar a imprensa alternativa, a partir da perspectiva que esta não seja uma fonte legítima de informações. Ainda nesse excerto, identificamos outra **estratégia discursiva de argumentação** em “*face boa da Revolução*”, uma vez que, se há uma face boa, há também uma ruim. Nesse sentido, o jornal deseja que a “*face boa da Revolução*” prevaleça sobre “*o que ela possa ter de discutível*”, tornando assim legítima a exclusão social e política de pessoas.

Ainda sobre o aspecto da atuação da imprensa brasileira, a Folha de S.Paulo destaca a crise financeira que o setor estava vivenciando nesse período. Esta crise era resultado do aumento dos custos do papel, exatamente em um momento em que várias modernizações técnicas e de redação foram sendo introduzidas no processo de produção da imprensa (ABREU, 2005a). Em editorial intitulado “*Imprensa ameaçada*”, a Folha de S.Paulo destaca:

Qualquer jornal pode ser fechado se não receber a cota mensal de papel que lhe é destinada. Existisse competição nesse campo, em nosso país, e o perigo acima referido poderia ser evitado ou contornado. Mas a indústria brasileira de papel de imprensa é na prática um monopólio e fica, assim, revestida de poderes que nem o Estado se reserva em nossa legislação. (...) Tome o presidente da República, para orientar-se no caso, os dois fatos a que nos referimos — a sigilosa decisão da SUNAB

[Superintendência Nacional do Abastecimento] e a imediata infração de suas obrigações pelo monopólio — e *terá elementos para sentir, como certamente já terá sentido, em consequência mesmo de sua formação democrática, onde poderemos chegar se não houver nesse assunto ação eficaz e pronta que resguarde, para sempre, os altos interesses da liberdade de imprensa* (FOLHA DE S.PAULO, 20/12/1964).

Neste aspecto, a Folha de S.Paulo faz um apelo ao Castelo Branco de que se oriente com relação aos aumentos do custo do papel, que, para o jornal, se dava devido à indústria brasileira de papel de imprensa ser “*um monopólio*”. Mas, apesar deste apelo e sua preocupação com a situação da imprensa, o jornal aproveita a oportunidade para enfatizar o quanto toda essa crise poderia trazer “*consequência*” na “*formação democrática*” do país, utilizando a **estratégia discursiva de intensificação**, mais uma vez, por meio do destaque à importância da “*liberdade de imprensa*” associada às práticas democráticas e à democracia. Além disso, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de intensificação** ao utilizar verbos como “*sentir*”, a fim de reforçar a consequência dessa crise para a liberdade de imprensa.

Desse modo, em seus editoriais de abril ao final do ano de 1964, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) difunde a ideia de esperança e confiança; b) realiza uma avaliação positiva do novo cenário político do país; c) constrói os militares e as Forças Armadas enquanto salvadores da pátria; d) caracteriza o golpe de Estado como “*revolução*”; e) avalia o primeiro Ato Institucional como importante medida; f) mostra sua preocupação com a possibilidade do SNI interferir em sua atuação por meio da censura; e, g) destaca a crise financeira que a imprensa estava vivenciando nesse período por conta da alta dos preços do papel e sua vinculação às práticas democráticas. A síntese desse segundo momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo pode ser observada na figura 3, a seguir:

Figura 3: Síntese do segundo momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo

**APÓS O GOLPE:
OS SALVADORES DA NAÇÃO E A
ESPERANÇA DE UM PAÍS MAIS DESENVOLVIDO (1964)**

02

Estratégias discursivas de nomeação:

- caracteriza o golpe de Estado como *"revolução"*,

Estratégias discursivas de previsão:

- avalia positivamente o novo cenário político do país;
- constrói os militares e as Forças Armadas enquanto salvadores da pátria;
- emprega o adjetivo *"nobres"* para mostrar a forma como compreendia os ideais da *"revolução"*;
- nomeia o Primeiro Ato Institucional como uma *"importante medida"* e *"cuja sinceridade não é lícito duvidar"*;
- utiliza os adjetivos *"manso e trabalhador"* e *"melhor população do mundo"* para referir-se ao *"povo"*, à sociedade brasileira;
- aponta que houveram pontos positivos e negativos a serem registrados sobre o golpe;
- avalia a comissão do SNI como *"muito discutível"* e *"parece desnecessária"*;

Estratégia discursiva de argumentação:

- deslegitima a imprensa alternativa, a partir da perspectiva que esta não seja uma fonte legítima de informações;
- deseja que a *"face boa da Revolução"* prevaleça sobre *"o que ela possa ter de discutível"*, tornando assim legítima a exclusão social e política de pessoas.

Estratégias discursivas de representação:

- discorda da implementação do SNI como instrumento de controle do governo ditatorial.

Estratégias discursivas de intensificação/mitigação:

- fala sobre o poder dos militares, afirmando que o AI-1 serviria para *"limitar os próprios poderes de revolucionários vitoriosos"*, defendendo exatamente o oposto do que o tal instrumento representava;
- articula a ideia de que não se pode contestar ou duvidar da *"restauração do limite de respeitabilidade do governo"*;
- destaca a importância da *"liberdade de imprensa"* associada às práticas democráticas e à democracia.

Fonte: Elaborada pela autora

5.3. Fase inicial: do apoio à preocupação com o cerceamento da liberdade (1965-1967)

O discurso da Folha de S.Paulo tem outra mudança nesse período. O jornal que antes mostrava-se totalmente alinhado aos ideais do governo golpista, nesse momento começa a demonstrar preocupação com o cerceamento de liberdade, tanto da imprensa quanto daqueles que faziam oposição ao governo. Nesse sentido, do período janeiro de 1965 a dezembro de 1967, apesar de permanecer atuando político-discursivamente no apoio ao governo de Castelo Branco, a Folha de S.Paulo sinaliza algumas preocupações como o adiamento das eleições e com a Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei nº 314/1967) e a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967), ambas promulgadas pelo governo. Tal como nas seções anteriores, essas e outras construções serão mais bem observadas, seguindo a ordem temporal de acordo com os acontecimentos.

Em 1965, a Folha de S.Paulo começa a sinalizar o perigo de se postergar as eleições, em editorial intitulado “*Eleições, sim*”:

Fala-se em *adiamento das eleições de 1966* quando ainda estamos nos começos de 1965, chegando alguns a afirmar que o mal. Castelo Branco deverá permanecer por mais cinco anos. Fala-se em *supressão de eleições estaduais* e nomeação de interventores diretamente pelo presidente da República, achando os que assim agem que a aprovação do Congresso a essas nomeações teria o condão de validá-las. E também se fala em *adiamento de eleições municipais*, juntando-se contra elas uma série de argumentos que alguns defensores da ideia põem, todavia de lado quando se trata de assegurar eleição presidencial. (...) *O Brasil ainda reclama uma série de medidas legislativas e executivas, para atingir os objetivos da Revolução.* As leis adequadas têm sido votadas. Resta ao governo executá-las, cuidando para esse fim de maneira toda especial da administração, a máquina pela qual se fará em grande parte aquela execução. De resto, para seus contatos políticos, cuide de arregimentar líderes eficazes, porque aí, sim, a Revolução tem encontrado vários tropeços. *Não se pode governar convenientemente sem ativos líderes civis* (FOLHA DE S.PAULO, 10/01/1965).

Apesar de ter apoiado o golpe e atuado político-discursivamente para a desestabilização do governo de João Goulart, a Folha de S.Paulo começa a se posicionar como contrária ao adiamento das eleições de 1966, assunto que já começava a ser iminente. Como mencionado anteriormente, no ano seguinte, em fevereiro de 1966, foi baixado o AI-3, outro golpe contra a vontade popular, determinando eleições indiretas também para os governadores estaduais. Assim, no lugar do povo, assembleias estaduais passariam a escolher os governadores e a escolha dos prefeitos das capitais estaduais passaria a caber

aos respectivos governadores (SCHWARCZ; STARLING, 2015; MOTTA, 2021). Além disso, o jornal critica a possível abolição das eleições estaduais e o adiamento das eleições municipais, destacando que “*não se pode governar convenientemente sem ativos líderes civis*”. Para tal posicionamento, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de representação** para falar em nome do Brasil através do discurso indireto, empregando a terceira pessoa em “*o Brasil ainda reclama uma série de medidas legislativas e executivas, para atingir os objetivos da Revolução*”, destacando que o governo só precisa executar as “*leis adequadas que têm sido votadas*”. Cabe salientar ainda que, ao afirmar que “*não se pode governar convenientemente sem ativos líderes civis*”, o jornal silencia a atuação de parte dos membros do IPES que foi participar diretamente do governo militar após o golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981; BORTONE, 2014; MOREIRA, 2019).

Em 31 de março, a Folha de S.Paulo faz um balanço do primeiro ano de “*Revolução*”, como pode ser observado nos trechos a seguir do editorial intitulado “*Um ano: saldo favorável*”:

Duas coisas ninguém sinceramente negará a oportunidade do movimento de 31 de março, que em tempo *deteve a acelerada marcha do país para a anarquia*, e o saldo favorável que a Revolução apresenta, ao fim de um ano caracterizado por não poucas dificuldades. Tendo-se *autolimitado quanto aos seus poderes*, a Revolução *estabeleceu prazos relativamente curtos para ação drástica*, que pudesse fazer-se contra determinados princípios, temporariamente suspensos, da Constituição Federal. Esse período constituiu a fase por assim dizer *punitiva e saneadora*, na qual o novo governo *afastou da vida política determinadas pessoas e contra outras instaurou inquéritos e processos*. A pressa, e talvez mesmo a indecisão ou a pouca informação observada nesses primeiros tempos, contribuíram às vezes para tumultuar os processos, vários dos quais estão sendo agora contestados e criticados pelos mais altos tribunais do país. Não se pode, todavia, afirmar que tenha havido insensibilidade dos responsáveis por essa *fase punitiva*, mas há fundadas razões para dizer que por vezes foram eles envolvidos, de boa-fé, por interessados em fazer suas revoluções pessoais, perseguindo adversários políticos ou mesmo colegas e companheiros (FOLHA DE S.PAULO, 10/01/1965).

Neste editorial, alguns aspectos podem ser observados com relação à forma como a Folha de S.Paulo estava compreendendo e disseminando aos seus leitores o contexto em que estava vivenciando. Como primeiro ponto, podemos destacar que o jornal segue nomeando o golpe enquanto “*revolução*”, “*movimento de 1964*” e quem “*deteve a acelerada marcha do país para a anarquia*”. Neste aspecto, o jornal manteve-se alinhado aos objetivos do governo

ditatorial, defendo e justificando as suas ações. Essa defesa — com características elogiosas — do governo se destaca em diferentes momentos no texto, dentre eles, quando o jornal aponta que o governo ditatorial “*autolimitou seus poderes*” e “*estabeleceu prazos relativamente curtos para ação drástica*”, justificados pela ação “*saneadora*” de afastar “*certas pessoas da vida política*”, posicionamento defendido pela grande imprensa, com o argumento de que o novo regime precisaria sanear os comunistas e os corruptos que tentariam minar o sucesso do novo regime (MOTTA, 2021). Além disso, o jornal qualifica que o período em que o governo “*afastou da vida política determinadas pessoas*” e “*contra outras instaurou inquéritos e processos*” como uma “*fase punitiva e saneadora*”, como se esta já tivesse sido encerrada. Mas, apesar disso, através da **estratégia discursiva de predicação**, o jornal qualifica as ações desse período punitivo como “*drásticas*”, voltando a utilizá-la quando avalia o Ato Institucional como um grave erro:

Grave erro foi o Ato Institucional, que criou os meios de ação drástica da fase punitiva, atribuir aos governadores dos Estados na faculdade de aplicar-lhe as sanções, pois esses governadores, ainda mesmo quando alegadamente integrados na Revolução, nem sempre tinham condições para ação isenta de paixões. Ao mesmo tempo em que se desenvolveu o período punitivo, começou o governo federal, chefiado pelo mal. Castelo Branco, que se tem revelado governante seguro e ponderado, intensa ação política e econômico-financeira, fazendo paralelamente sentir sua presença em toda a administração federal. (...) Produtivo tem sido o esforço reformista do governo revolucionário, no terreno político, buscando aperfeiçoar os processos de escolha democrática. (...) Não estava o nosso país acostumado a ver, na chefia do Executivo, tão inabalável persistência numa política econômico-financeira de objetivos bem definidos, especialmente quando essa política impõe a todos gravíssimas restrições que acendem resistências e protestos de importantes setores, chegando a causar sérias dissensões na própria área revolucionária. (...) Desejamos reconhecer de maneira especial as manifestações de respeito à liberdade de opinião e de crítica que o mal. Castelo Branco tem revelado, assim como o comedimento com que se pronuncia e a dignidade de que tem revestido todas as suas ações. É certo que nem sempre adotou as melhores soluções, especialmente quanto a alguns casos políticos, que ainda estão na lembrança de todos. Mas não é menos certo que em todas as circunstâncias têm tido a hombridade de aceitar a responsabilidade pelos erros de seus ministros e colaboradores mais diretos. E é com alegria que todos vimos a ponderação de sua atitude em face de problemas que tantos procuram deturpar, em nome de falsos ideais revolucionários. (...) Finalmente, cabe insistir na necessidade, que cada vez mais se faz sentir, do diálogo aberto da Revolução com o grande público para que este se integre nela por todas as suas classes, e de maneira particular os estudantes e os trabalhadores — campos onde ainda medram dúvidas e ressentimentos. E atente-se, para deixar mais clara a diferença entre a situação de hoje e a de antes de 31 de março passado, na onda de greves políticas fomentadas por órgãos diretamente ligados no passado governo, paralisando portos e oficinas por longos períodos, com enormes prejuízos para a nação. Há calma, agora, para o trabalho sem que

estejam esquecidos os interesses dos trabalhadores (FOLHA DE S.PAULO, 10/01/1965).

Apesar da crítica ao segundo Ato Institucional (AI-2), a Folha de S.Paulo reforça sua preocupação com relação às ações dos governadores, dos ministros e dos colaboradores do governo, mas contra-argumenta sua preocupação com relação às ações do presidente que viriam a partir do Ato Institucional. Pelo contrário, o jornal segue utilizando as **estratégias discursivas de nomeação e de predicação** ao categorizar e avaliar positivamente as ações de Castelo Branco. Além do estabelecimento de eleições indiretas para presidente, o AI-2 extinguiu os partidos políticos vigentes e determinou a reforma política que levou à criação do sistema bipartidário, com um partido governista, a ARENA, e um partido para acomodar a oposição, o MDB (SCHWARCZ; STARLING, 2015; LEMOS, 2018). Como discutido anteriormente, a intenção era controlar melhor o sistema eleitoral e garantir o apoio da maioria do Congresso aos governos da ditadura (MOTTA, 2021).

Apesar disso, o jornal o categoriza como *“persistente numa política econômico-financeira”* e como quem *“respeita a liberdade de opinião e de crítica”*, avaliando-o positivamente como quem tem a *“hombridade de aceitar a responsabilidade pelos erros de seus ministros e colaboradores mais diretos”*, em contraposição aos governadores, que *“nem sempre tinham condições para ação isenta de paixões”*. Por fim, destaca a necessidade de o governo manter um *“diálogo aberto da Revolução com o grande público”*, sobretudo com os *“estudantes e os trabalhadores”*, tendo em vista que estes seriam os *“campos onde ainda medram dúvidas e ressentimentos”*, referindo-se aos setores que foram alvos prioritários na violência da repressão (LEMOS, 2018). E, no objetivo de comparar o atual momento com o pré-golpe, o jornal destaca que agora *“há calma para o trabalho sem que estejam esquecidos os interesses dos trabalhadores”*.

Além da crítica ao Ato Institucional, a Folha de S.Paulo começa a fazer críticas às cassações de mandatos que estavam ocorrendo no Brasil. Os trechos do editorial abaixo são representativos deste movimento:

Se estivéssemos em situação de plena normalidade, quase todas as intenções atribuídas ao governo a respeito de emendas constitucionais (algumas já corporificadas em projetos encaminhados ao Executivo, outras ainda no terreno das especulações), poderiam ser consideradas defensáveis. O que faz com que elas sejam vistas com muita apreensão é justamente a circunstância de estarmos vivendo ainda um momento em que o arbítrio tenta frequentemente sobrepor-se

no império da lei. (...) Ninguém defende, naturalmente, a impunidade dos que atentam contra o decoro parlamentar. Em outras oportunidades já se lamentou que as casas legislativas acobertam sem falhas escandalosas de seus membros. Quando o legalismo do mal. Castelo Branco tenha definitivamente esmagado as tentativas de setores radicais que exigem do presidente um comportamento "revolucionário" (entendendo-se por isso o desprezo às normas jurídicas que regem a vida da nação), será talvez possível voltar a pensar no assunto. Por enquanto, não (FOLHA DE S.PAULO, 21/05/1965).

Ao criticar as cassações, a Folha de S.Paulo assume, pela primeira vez, que o Brasil não estava vivendo uma *"situação de plena normalidade"*. Bem como, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar o então contexto do país, como *"em que o arbítrio tenta frequentemente sobrepor-se no império da lei"*, ou seja, o jornal critica o fato de o governo desprezar as normas jurídicas que regiam a nação. Além disso, segue criticando a ideia de prorrogação do governo de Castelo Branco, como em editorial intitulado *"Sobrevivência da Revolução"*:

É por se dizerem preocupados com a sobrevivência da Revolução que determinados políticos vêm agitando estranhas teses — prorrogação do mandato do presidente da República, reeleição, eleição indireta, parlamentarismo etc. (...) Será essa a maneira mais indicada para assegurar a sobrevivência da Revolução? Não cremos. A Revolução sobreviverá e se projetará de maneira positiva no futuro da nação, na medida em que identificar-se como movimento de alto sentido democrático, destinado mesmo a purificar a democracia que se praticava no país. Uma de suas motivações foi a presunção geral de que o Sr. João Goulart se dispunha a mobilizar o dispositivo em que assentava seu fraco governo com o objetivo de não realizar eleições para escolha de seu sucessor e assim continuar no poder. Em outras palavras, foi para evitar golpes contra as eleições que se fez a Revolução (FOLHA DE S.PAULO, 23/07/1965).

Observa-se, além de continuar nomeando o golpe de 1964 como *"revolução"* e, ainda, como *"movimento democrático"*, a Folha de S.Paulo critica o que chama de *"estranhas teses"*, referindo-se a ideias como a prorrogação do mandato de Castelo Branco, sua reeleição ou eleições indiretas. Utilizando a **estratégia discursiva de argumentação**, o jornal justifica seu posicionamento elogiando o movimento golpista que depôs o presidente João Goulart, lembrando aos leitores e aos governantes que tal movimento ocorreu para se *"evitar golpes contra as eleições"*, reforçando a importância de o governo manter o calendário eleitoral. Assim, o jornal destaca que deseja as eleições porque são fundamentais para o funcionamento do regime democrático.

Enganam-se, entretanto, se pensam enganar alguém. *A opinião consciente do país deseja as eleições*, estas e as próximas, sem indagar se elas beneficiarão este ou aquele grupo. *Deseja eleições porque as sabe ser fundamentais no regime democrático*. E abomina as farisaicas maquinações dos que se dizem por eleições hoje e contra eleições amanhã — vice-versa (FOLHA DE S.PAULO, 30/07/1965).

No trecho acima, a Folha de S.Paulo continua defendendo as eleições por serem fundamentais no regime democrático, como se estivesse em um. Ainda, utiliza a **estratégia discursiva de nomeação**, empregando metonímia para falar da parte pelo todo em “*opinião consciente do país*”, isto é, defende que o desejo pelas eleições seria uma demanda de toda pessoa consciente do país quando, na verdade, a parcela da sociedade — sobretudo empresarial —, ainda alinhada ao governo, não as desejava.

Em outubro de 1965 ocorreram eleições para alguns governos estaduais, como era previsto em calendário eleitoral. Neste pleito, a população elegeu um grupo de governadores que, além de não estarem alinhados à ditadura, contavam com o apoio da esquerda e de líderes que haviam sido expurgados (MOTTA, 2021). Sobre esse aspecto, a Folha de S.Paulo avalia negativamente os equívocos das “*forças revolucionárias*” e, positivamente, as ações de Castelo Branco:

Menos do que discutir se a Revolução foi ou não derrotada nas últimas eleições estaduais (o que já se começa a fazer em alguns círculos com indisfarçáveis segundas intenções) interessa *analisar os equívocos cometidos pelas forças chamadas revolucionárias* na condução da grande política nacional. Pois desses equívocos, que *temos assinalado várias vezes*, devem ter decorrido muitas surpresas verificadas nos pleitos de domingo passado. Pode-se com boas razões considerar que nessas eleições não esteve em julgamento a Revolução substanciada nos princípios que ela veio proclamar. Cada Estado apresentou uma série de condições peculiares, que não se podem pôr de lado de maneira simplista. E em cada um deles repercutiram sem dúvida, de maneira maior ou menor os equívocos acima referidos. O mal. Castelo Branco lavrou sem dúvida um tanto quando, resistindo a todas as pressões dos que temiam o chamamento do povo às urnas, *decidiu manter o calendário eleitoral* e garantiu em todo o país, com decisão, o *ambiente de tranquilidade e segurança que permitiu ao eleitorado manifestar-se em plena liberdade*. *Mostrou-se fiel, assim, aos propósitos democráticos manifestados pela Revolução*, que só se permitiu um *regime de exceção durante curto prazo*, e tratou de integrar a nação, o mais depressa possível, a *plenitude de sua vida democrática* (FOLHA DE S.PAULO, 06/10/1965).

Neste íterim, o jornal destaca que o que estava em pauta, diante das eleições, não era o fato de a “Revolução” ter sido ou não vencedora nas urnas. E destaca, ainda, que equívocos em relação à condução da política nacional já haviam sido criticados anteriormente pela Folha de S.Paulo, referindo-se ao fato de, entre os “revolucionários”, nenhuma personalidade ter surgido com a capacidade de “*aplainar arestas, aglutinar forças e incorporar adesões*” nos governos estaduais. Por outro lado, a Folha de S.Paulo segue utilizando a **estratégia discursiva de predicação** ao classificar a figura de Castelo Branco como “*fiel aos propósitos democráticos*” por ter mantido o calendário eleitoral, ter garantido um ambiente de tranquilidade e ter permitido o eleitorado “*manifestar-se em plena liberdade*”. Desse modo, o jornal permanece avaliando positivamente Castelo Branco e seu governo.

Como o resultado dessas eleições não foi como o governo ditatorial esperava, isto é, com a eleição de governadores da esquerda e de líderes que haviam sido expurgados, houve uma ameaça de rebelião militar (MOTTA, 2021). Sobre esta crise, a Folha de S.Paulo destaca em editorial nomeado “*Firmeza presidencial*”:

Talvez nem todos os eleitores tenham se apercebido da forte crise político-militar por que passou o país, desde que se tornaram conhecidos os resultados das últimas eleições. (...) Não mais poderíamos dizer que somos uma democracia em busca de aperfeiçoamento, e em busca de aperfeiçoamento pelo único meio pelo qual uma democracia pode aperfeiçoar-se, e que é a própria prática do processo da livre escolha dos representantes e dos governantes do povo. Teríamos de ver mudada, de maneira radical, a conceituação de nosso regime político, que passaria de republicano e democrático a ditadura pura e simples. E ditadura pior espécie porque não nascida dos anseios da maioria do povo, mas imposta exatamente contra a vontade do povo, claramente declarada. (...) Sem dúvida é triste ouvir de homens que encarnaram mais de uma vez no Brasil os ideais da democracia, percorrendo o país de norte a sul aclamados pelos que reclamavam eleições e respeito à vontade popular, a pregação agora da cassação da vontade popular pela negação de posse aos que a maioria elegeu. Mas essa tristeza é amplamente compensada pelo reconhecimento de que o presidente da República, num dos momentos mais dramáticos porque passou esta nação em todos os tempos, soube cumprir fielmente seu dever (FOLHA DE S.PAULO, 08/10/1965).

A Folha de S.Paulo assume estar em “uma democracia em busca de aperfeiçoamento”, e não em uma democracia plena com todas as suas instituições funcionando de forma adequada. Apesar disso, ao falar sobre os “homens que encarnaram mais de uma vez no Brasil os ideais de democracia”

— referindo-se aos líderes militares — defenderem “a cassação da vontade popular pela negação de posse aos que a maioria elegeu”, o jornal ainda elogia Castelo Branco por “cumprir fielmente seu dever”. Cabe salientar que, após essas eleições, com a intenção de controlar melhor o sistema eleitoral e garantir o apoio da maioria do Congresso, o governo de Castelo Branco editou o AI-2, reestabelecendo o poder discricionário do presidente, extinguindo os partidos políticos vigentes e determinando a reforma política que levou à criação do sistema bipartidário (MOTTA, 2021). Desse modo, o jornal publica um editorial avaliando o segundo Ato Institucional:

O *segundo Ato Institucional*, ontem editado pelo presidente da República, na verdade, melhor se entenderia se fosse baixado assim que vitorioso o movimento de 31 de março. Naquele instante, mesmo as suas *disposições mais drásticas e merecedoras de restrições* seriam mais facilmente compreensíveis e justificáveis. E o que é mais importante, os verdadeiros e *grandes problemas nacionais* poderiam naquela época começar a ter solução através de medidas efetivamente revolucionárias. (...) Temos agora, neste segundo Ato, uma série de medidas (*nem sempre coerentes, diga se desde logo*) destinadas a *ordenar melhor a vida nacional*, corrigindo deformações e criando a possibilidade de construção de uma *base mais sólida para o progresso econômico, político e social*. Isso, de uma forma ou de outra, com mais de ano e meio de atraso, quando a *autoridade dos que falam em nome da Revolução já sofreu graves desgastes*, achando-se mesmo quebrada a unidade das forças inicialmente conjugadas (FOLHA DE S.PAULO, 28/10/1965).

Neste editorial, a Folha de S.Paulo emprega **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar as medidas expostas no AI-2 como “*nem sempre coerentes*”, apesar de defender que tal instrumento possibilitava “*uma base sólida para o progresso econômico, político e social*” do país. Neste editorial, o jornal menciona que a “*autoridade dos que falam em nome da Revolução já sofreu graves desgastes*”, possivelmente referindo-se à ameaça de rebelião militar, citada anteriormente, como consequência dos resultados das eleições. Cabe salientar que a Folha de S.Paulo fala, repetidamente, sobre os “*problemas nacionais*” que ainda não teriam sido resolvidos, sem descrevê-los ou pontuá-los, o que nos faz refletir que, possivelmente, esses problemas seriam as demandas das classes empresariais que, na perspectiva do jornal, ainda não haviam sido contemplados.

Outra medida adotada pelo governo ditatorial foi o estabelecimento de eleições indiretas para presidente, a fim de manter o poder sob o controle dos

militares e de seus aliados (LE MOS, 2018; MOTTA, 2021). Nessa linha, o jornal também começa a falar sobre o bipartidarismo:

Mesmo os *sinceramente* convencidos de que o *regime democrático* funciona melhor quando existem apenas *dois partidos*, hão de convir numa coisa: não se chega ao bipartidarismo mediante decreto. (...) Dir-se-á que isso *seria voltar no passado*, o que *a Revolução não quer*. Não é. O fato é que a estrutura partidária há pouco liquidada pelo Ato Institucional, com todos os seus *notórios defeitos*, é ainda o melhor ponto de partida para a reformulação da matéria. Nessa reformulação cabem providências para que os vícios antigos não retornem, nem invalidam a *vida nova* que se quer encetar. É mais razoável, de qualquer forma, partir de alguma coisa, do que pensar em organizar partidos de artificiosa, desligada da realidade brasileira (FOLHA DE S.PAULO, 03/11/1965).

Dessarte, a Folha de S.Paulo utiliza, mais uma vez, a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar negativamente o bipartidarismo. Para o jornal, estabelecer o bipartidarismo seria “*voltar no passado*”, o que para ele seria o que “*a Revolução não quer*”. Além disso, o jornal reforça sua crítica ao segundo Ato Institucional, falando de seus “*notórios defeitos*” — sem descrevê-los — e sua esperança de um Brasil novo. Nessa conjuntura, o jornal fala sobre o perigo da reeleição de Castelo Branco para o jogo democrático:

O mal. Castelo Branco, de *cuja vocação democrática não é justo duvidar*, já deu sobejas demonstrações de *desapego ao poder*. Mal o servem, e ao regime, os que fingem esquecer-se de que *a porta da reeleição lhe foi fechada por ele próprio*. (...) É verdade que o mandato do atual chefe da nação *já foi prorrogado* uma vez. *Havia motivos para isso*; dentro do *consenso geral*, era-lhe impossível, nos poucos meses que faltavam para completar o quinquênio anterior, lançar as bases da recuperação nacional que devia ser o principal objetivo de seu governo. Outra é a situação agora; esse trabalho está sendo realizado, com naturais e compreensíveis dificuldades, e *tudo leva a crer que a nação estará em perfeitas condições de assistir à transmissão do poder ao sucessor do mal. Castelo Branco dentro do ritual democrático*. Este jornal tem proclamado as qualidades reveladas pelo atual presidente no exercício de um mandato particularmente difícil. Mais de uma vez *reconhecemos que à sua moderação, ao seu equilíbrio e à firmeza* com que se vem comportando se devem à superação de muitos problemas surgidos após a Revolução. Não hesitamos mesmo em considerar a presença do mal. Castelo Branco na chefia do governo uma garantia de que os compromissos assumidos pela Revolução com o país serão cumpridos. Entre esses compromissos, naturalmente, incluem-se o *respeito à duração dos mandatos* e a *transmissão do poder dos sucessores, dentro das regras do jogo democrático*. Se, por qualquer motivo, na hora oportuna essas previsões de normalidade e tranquilidade não se confirmarem (o que é improvável), talvez seja o caso de cogitar soluções

excepcionais — a reeleição entre elas (FOLHA DE S.PAULO, 19/12/1965).

Desse modo, o jornal encerra o ano demonstrando aos leitores preocupação quanto à ideia da reeleição de Castelo Branco. Para tanto, a Folha de S.Paulo atribui ao Brasil, por meio da **estratégia discursiva de argumentação**, que “*a nação estará em perfeitas condições de assistir à transmissão do poder ao sucessor*”. Destaco que, mesmo tendo dito que a democracia estava em busca de aperfeiçoamento em editoriais anteriores, o jornal volta a declarar que, respeitando a duração dos mandatos, estaria o governo “*dentro das regras do jogo democrático*”, mesmo depois dos Atos Institucionais com medidas de exceção e os aparatos repressivos em pleno funcionamento em todo país. Por fim, a Folha de S.Paulo segue com seu discurso de defesa ao Castelo Branco, utilizando a **estratégia discursiva de predicação** para avaliá-lo enquanto líder com “*moderação, equilíbrio, firmeza e vocação democrática*”.

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1965, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) começa a sinalizar o perigo de se postergar as eleições, se posicionando contra o adiamento das eleições de 1966; b) segue nomeando o golpe enquanto “*revolução*”; c) mantém-se alinhada aos objetivos do governo ditatorial, defendendo suas ações; d) mostra que nem todas as ações do segundo Ato Institucional eram coerentes; e) avalia negativamente o bipartidarismo; f) demonstra aos leitores preocupação quanto à ideia da reeleição de Castelo Branco; e, g) segue elogiando e avaliando positivamente suas ações.

Em 1966, a Folha de S.Paulo continua discursando sobre a importância das eleições diretas:

Este jornal, por exemplo, foi dos primeiros a alertar o presidente da República e o então ministro da Justiça, o sr. Jurael Magalhães, para o enorme equívoco em que incorre o governo ao pretender marginalizar o povo das decisões eleitorais: com a autoridade de quem defendeu as eleições paulistanas na data marcada (quando se conservam em silêncio muitos dos que hoje clamam contra o afastamento do povo das urnas) e de quem aplaudiu o mal. Castelo Branco por ter garantido a realização das eleições estaduais de outubro último, bem como a posse dos eleitos, assinalamos na época oportuna, quando apareceram os primeiros indícios de tendência governamental pelos pleitos indiretos, a incongruência da atitude e o quanto ela contrastava com os propósitos democráticos da Revolução de março de 1964 (FOLHA DE S.PAULO, 27/01/1966).

Como podemos notar no trecho acima, uma estratégia que passa a fazer parte dos discursos da Folha de S.Paulo é a **estratégia discursiva de representação**. Isto é, neste período, sobretudo ao que se referia às eleições diretas, o jornal reforça e destaca mais a sua função de interlocutor, participando do diálogo com o governo e a sociedade, através de termos como “*este jornal*”. Desse modo, se posicionava abertamente como crítico ao “*enorme equívoco*” que seria “*marginalizar o povo das decisões eleitorais*”. Neste momento, a Folha de S.Paulo atua político-discursivamente contra os “*pleitos indiretos*”, defendendo que os estes “*contrastavam com os propósitos democráticos da Revolução*”. Cabe destacar que, apesar das críticas, a Folha de S. Paulo manteve-se nomeando o golpe de “*revolução*” e defendendo o discurso de que o governo ditatorial instalado era um regime democrático. Cabe salientar que o conceito de democracia para a Folha de S. Paulo foi mudando, ao longo do regime, como analisaremos no próximo capítulo. Neste ínterim, a Folha de S.Paulo fala sobre o processo de sucessão de Castelo Branco, já indicando Costa e Silva como um possível sucessor, e apontando para o perigo da eleição indireta para o jogo democrático:

Este jornal já tem dito e repetido que o esquema da sucessão elaborado pelo governo, no âmbito dos partidos cuja organização determinou, não é o ideal, dados os vícios de origem da ARENA e do MDB. Mas é o único de que concretamente dispomos. A alternativa de um pronunciamento militar “de fora para dentro”, conforme desejam os radicais, não seria a melhor solução. Resistindo a essa corrente e aceitando o enquadramento civil da sua candidatura, prestará o gen. Costa e Silva um serviço importante por causa da tranquilidade do processo sucessório (FOLHA DE S.PAULO, 17/02/1966).

Efetivamente, o acontecimento político mais importante do ano passado foi a realização de eleições diretas em onze Estados da Federação para escolha dos seus governadores (...). O estranho é que, reconhecendo e proclamando isso, não se dê conta o governo da contradição em que incorreu ao determinar, para este ano, eleições indiretas em outros tantos Estados. Não faltará lógica a quem asseverar, no balanço de 1966, que tanto quanto os pleitos estaduais diretos de 65 foram um avanço democrático, os indiretos seguintes representaram um retrocesso. (...) A única conclusão razoável seria a manutenção do mesmo princípio, isto é, o das eleições diretas, nos pleitos já marcados para este ano. Custa crer que assim não tenha deliberado o governo desperdiçando excelente oportunidade de reafirmar sua vocação democrática e discriminando os Estados brasileiros entre os que escolheram seus governadores pelo voto popular direto e os que o terão eleitos por Assembleias a quem o povo não delegou esse poder (FOLHA DE S.PAULO, 03/03/1966).

Nos editoriais acima, observamos que o jornal segue utilizando a **estratégia discursiva de nomeação** para categorizar como contraditória a ação do governo em determinar que as eleições de 1966 fossem indiretas. Como justificativa, utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** para lembrar que as eleições diretas estaduais de 1965 foram consideradas benéficas à democracia e seria um retrocesso não as manter. Além disso, ainda neste período, os votos do jornal para o governo de Costa e Silva era de “*prestar um serviço importante por causa da tranquilidade do processo sucessório*”. Nesse ínterim, notamos o silenciamento do jornal frente aos conflitos que ocorreram nesse processo sucessório. De acordo com Martins Filho (1995), o governo de Castelo Branco trouxe insatisfações que projetaram longa sombra sobre o governo de seu sucessor Costa e Silva, tendo sido a campanha para a sucessão presidencial uma zona de conflito. Isso porque, de acordo com o autor, o anúncio de seu ministério teria alimentado esperança de amplos setores da oposição numa provável orientação nacionalista do novo governo, abrindo espaços para modificações na política econômico-financeira em vigor.

Cabe ressaltar que, no plano econômico, após o golpe, predominou uma orientação restritiva, voltada para desestruturação da ordem precedente, no qual o governo buscou legitimar-se pela imagem da racionalidade das decisões calcadas em critérios técnicos (DINIZ, 1994). Nesse contexto, Almeida (2016) aponta que entre 1964 e 1966 houve o aumento dos impostos para reduzir o déficit público e, a partir de 1966, a política monetária brasileira passou a ser mais dura. Assim, outro aspecto abordado pelo jornal nesse período foi a crise financeira vivenciada pelo país:

Não é a primeira vez que, acompanhando cuidadosamente a *conjuntura econômica* e as medidas oficiais de combate à inflação e para estabilização do custo de vida, *achamos de nosso dever alertar, alto e bom som*, as autoridades do país para o perigo que aquelas medidas podem variar, em determinados momentos, pela reunião de vários fatores, não só aos planos estabilizadores, mas também aos outros grandes interesses nacionais. *Não é segredo* que o Brasil defronta neste momento com uma *crise financeira que poderá acarretar os piores danos ao país*, pelas repercussões nas áreas da produção e, como corolário, também nas áreas políticas, que já não se podem dizer tranquilas. (...) Diga-se mais uma vez: ninguém pretende perturbar o *processo antinflacionário* e, para evitar os sofrimentos que ele impõe e que *todo o povo tem sabido suportar de ânimo levantado*, intente defender teses ou reclamar providências que voltem a abrir caminho ao caos inflacionário. Nada disso. *Todos já deram abundante prova de que sabem cumprir o seu dever*. Tem-na dado o governo, agindo *austeramente e corajosamente*; têm-na dado as classes

produtoras e os meios financeiros, sempre dispostos a uma sadia colaboração: tem-na dado o povo, o povo do salário disciplinado e em contínua luta com o custo de vida. *Ninguém pretende voltar atrás, mas também não há quem pretenda morrer da cura.* (...) O que se quer, o que queremos nós outros, com voz que reflete a *opinião de um público que pede tranquilidade* como a mais alta retribuição de seu trabalho e de sua resumidas precisamente o oposto. (...) É *imprescindível* que o governo federal, *atento às implicações da crise financeira* que se apresenta *grave implicações nas indústrias* e no comércio assim como *na vida de cada família, de cada trabalhador* — rapidamente *acione os seus recursos técnicos*, de toda ordem, para dissipar a tormenta que se avoluma e que poderá ser — força é dizê-lo — muito maior do que a estritamente financeira (FOLHA DE S.PAULO, 24/03/1966).

Mais uma vez, o jornal continua reforçando e destacando mais a sua função de interlocutor utilizando a **estratégia discursiva de representação** em “*achamos de nosso dever alertar*”. Esse envolvimento com o texto não era feito de forma tão aberta nos períodos anteriores. Como observado, nos últimos meses a Folha de S.Paulo destacara seu posicionamento de fato, como um posicionamento para os seus leitores. Além disso, o jornal segue elogiando o governo ditatorial de Castelo Branco que estaria agindo “*austeramente e corajosamente*”, e sugere que o governo esteja “*atento às implicações da crise financeira*” para as indústrias, para a vida de cada família e de cada trabalhador, solicitando que acione “*seus recursos técnicos*”.

Ainda, aborda o processo antiinflacionário que estavam vivendo, destacando para o fato de “o povo” estar suportando suas consequências “*de ânimo levantado*”. Cabe lembrar que o governo Castelo Branco criou condições e políticas favoráveis à atração dos dólares para resolver os conflitos com o capital estrangeiro, e melhorou a situação das finanças públicas. Todavia, como resultado, houve recessão no setor industrial, quebra de empresas, desemprego, direitos sociais extintos e salários reais dos trabalhadores reduzidos (MOTTA, 2021). Sobre este aspecto, a Folha de S.Paulo enuncia “*Ninguém pretende voltar atrás, mas também não há quem pretenda morrer da cura*”, para deixar claro que compreende as ações tomadas pelo governo para o reestabelecimento da conjuntura econômica do país — sem destacar os efeitos que essas ações causaram —, mas que se nada fosse feito, havia um perigo iminente de morte dos atores citados anteriormente, a saber: indústrias, famílias e trabalhadores. Numa frequente alteração entre elogios e críticas ao governo, a Folha de S.Paulo elabora um editorial sobre o segundo “*aniversário*” da “*revolução*”:

Comemora hoje à Revolução o seu segundo aniversário. Não se discute a oportunidade com que surgiu, imposta pela necessidade de conter a ação de um governo que se ia perdendo na indisciplina e na inflação. Num largo balanço da ação desenvolvida nesses dois anos, ainda uma vez se tem de reconhecer que, sem embargo das críticas que sob certos aspectos tem merecido, em determinados momentos, o esforço desenvolvido no setor econômico-financeiro, visando no controle da inflação e ao saneamento de nossa moeda, é o que mais se destaca. Esse trabalho continuou a desenrolar-se coerentemente, dentro de planos seguros. (...) Assim, sem prejuízo geral de seu programa econômico-financeiro, logrou contornar dificuldades que poderiam ter-lhe comprometido os altos objetivos. E de esperar que assim continue o governo sensível às observações, especialmente agora, quando acaba de ser alertado para uma situação financeira que se esboçava com indícios de gravidade. Da mesma forma, é desejável que, nesta altura dos acontecimentos, examine com especial atenção os documentos que lhe têm sido apresentados por entidades das mais respeitáveis, representantes das classes produtoras, assim como pela imprensa e outros órgãos que acompanham com interesse o processo de recuperação da economia nacional. (...) Apesar de tudo, muito fez, sem dúvida, a Revolução, e muito se espera que ainda faça, buscando, todavia, cada vez mais a trilha da plena legalidade democrática, em lugar dos instrumentos de exceção. Esperemos que, apesar do artificialismo bipartidário, surja um digno continuador dos ideais revolucionários mais puros, que são os de recuperar o país econômica e financeiramente e permitir ao mesmo tempo a mobilização de todas as suas grandes forças para o trabalho do desenvolvimento. Assim o trabalho do mal. Castelo Branco, no difícil período que tem vencido com tanta dignidade e inegável patriotismo, poderá ter continuidade e trazer ao nosso país os dias de maior felicidade a que ele aspira (FOLHA DE S.PAULO, 31/03/1966).

Mesmo após dois anos de governo ditatorial, a Folha de S. Paulo segue reforçando a justificativa que desde o período pré-golpe disseminava, o de que havia uma “*necessidade de conter a ação de um governo que se ia perdendo na indisciplina e na inflação*”. Além disso, no balanço realizado pela Folha de S. Paulo, destaca-se o “*esforço*” desempenhado pelo governo no setor econômico-financeiro. Sobre este aspecto, o jornal aproveita a oportunidade elogiosa, para sugerir ao governo que observasse os dados apresentados pelos “*representantes das classes produtoras, assim como pela imprensa e outros órgãos que acompanham com interesse o processo de recuperação da economia nacional*” a fim de “*contornar as dificuldades*”. Nesse aspecto, a Folha de S. Paulo destaca que os empresários estavam dizendo para o governo que eles precisavam ser ouvidos, demonstrando aos leitores que havia um afastamento dos empresários no processo de tomada de decisão do governo. Entretanto, parte das ações adotadas pelo governo — como a reforma tributária, o aumento dos impostos e a universalização do imposto de renda — integrava o

Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que havia sido discutido e elaborado nos círculos do IPES, ainda antes do golpe (ALMEIDA, 2016; IANNI, 2019). Desse modo, esse discurso de afastamento pode ser compreendido como uma insatisfação da classe empresarial em lidar com os efeitos do conjunto do plano ou, ainda, como uma forma da classe empresarial se eximir da responsabilidade de ter contribuído com esse cenário econômico. Utiliza-se, também, o advérbio de quantidade “ *muito* ” como **estratégia discursiva de intensificação** das ações do governo, buscando a “*trilha de plena legalidade democrática*”, elogiando, mais uma vez, as características de Castelo Branco, com expressões como “*dignidade*” e “*inegável patriotismo*”. Assim, apesar de em nenhum momento, até então, abordar a ditadura como tal, mas como “*revolução*”, o jornal fala pela primeira vez sobre a importância da união nacional por meio da união de esforços para a completa redemocratização do país:

União de esforços, ainda poderia haver com o objetivo de *evitar que as controvérsias políticas assumissem proporções capazes de prejudicar a obra de recuperação nacional*, que deve prosseguir, em numerosas áreas, especialmente a *econômico-financeira*. Não se trata de concordar, ou não, com a orientação que o governo vem seguindo. Trata-se de *impedir um clima de instabilidade política* que se reflita desastrosamente sobre a administração e sobre setores que devem ser preservados de influências estranhas. (...) *Apreciável contribuição darão as forças governistas se não insistirem em obter maiores facilidades do que as que já têm para se assegurar vitórias eleitorais*. Da mesma forma, a *oposição* merecerá respeito e aplausos se não se colocar em atitude irrealista, ignorando o *período de transição que o país atravessa*, e extremando-se em críticas ao governo. Essa *união nacional* talvez se possa obter, na medida em que os nossos políticos revelaram sensibilidade para as contingências do momento. Será mais fácil assim superá-las e abrir caminho para a *completa redemocratização do país* (FOLHA DE S.PAULO, 09/04/1966).

Dessarte, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação** para comparar as “*forças governistas*” e a “*oposição*”, nivelando-as a fim de solicitar uma “*união de esforços*”. Nesse sentido, o jornal critica ambas posições ao avaliar a oposição (representados pelo MDB) como quem tem atitudes irrealistas, e os governistas (representados pela ARENA) como quem busca por “*maiores facilidades do que as que têm para se assegurar vitórias eleitorais*”. O que pode se destacar ainda neste editorial é mais uma **estratégia discursiva de predicação**, utilizada pela Folha de S.Paulo para categorizar o momento que o Brasil estava vivenciando como de “*transição*”, num caminho para “*completa redemocratização*”. É interessante que, neste momento,

aparentemente, o jornal esperava uma rápida mudança do contexto político do país, através do que chama de união nacional, para referir-se à união de polos como as forças governistas e a oposição institucionalizada. A Folha de S.Paulo também sustenta que os parlamentares deveriam confiar no julgamento do eleitorado, argumentando que “*quem não deve não teme*”. Este tema ganha destaque nos editoriais:

Privou-se o povo do direito de escolher o presidente da República: primeira prova de falta de confiança no seu discernimento. Na verdade, com a Lei de Inelegibilidades que tem em mãos, e com os poderes arbitrários de que dispõe, em face do Ato Institucional n.º 2, poderia o governo autorizar a consulta popular, para eleição do novo chefe da nação, não lhe faltariam meios para impedir candidaturas incomodas, impertinentes ou inconvenientes, num trabalho selecionador que as circunstâncias justificam e que teria a vantagem de, bem ou mal, deferir a última palavra no eleitorado. (...) A segunda demonstração de pouca confiança no povo foi dada com a instituição de eleições indiretas nos Estados cujos governadores chegaram ao fim do mandato este ano. (...) Até aí, porém, com extrema boa vontade, ainda se poderiam entender as medidas oficiais como remédio heroico, adotando a contragosto para atender a emergências; uma espécie de pílula amarga destinada a revigorar o organismo nacional e deixá-lo em condições de desfrutar, daqui a pouco, uma vida democrática autêntica. Entrementes, porém, para que serve o título eleitoral? Não para eleger presidente, governador, prefeito das capitais e respectivos vices. Apenas, por enquanto, para escolher membros do Poder Legislativo, em pleito previsto para outubro deste ano, ao vingar a proposta de adiamento dessas eleições e consequente prorrogação dos mandatos dos atuais representantes do povo (releve-se a força de expressão), não é temerário dizer de um imenso, indescritível e perigoso sentimento de frustração tomará conta da opinião pública. O título de eleitor se transformará, de uma vez, numa inutilidade. O que acontecerá quando voltar a ser usado? Os que temem hoje a manifestação popular através do voto, deveriam compreender que ela será muito mais temível mais tarde. Um dia terá de haver eleição livre neste país. Nesse dia, aqueles que obstinadamente a cancelaram, escamotearam, transferiram ou adulteraram, serão julgados com maior severidade. A tolerância, a compreensão e a boa vontade, com que se pode receber uma ou outra medida de exceção, deixarão de estar presentes quando se verificar que a exceção foi transmutada, em regra. Está o governo federal no dever de desestimular de uma vez por todas as manobras prorrogacionistas. No seu próprio interesse, e no da Revolução, que não podem incompatibilizar-se perigosamente com a opinião pública contestando fórmulas reveladoras de medo do povo (FOLHA DE S.PAULO, 11/05/1966).

No editorial acima observamos que o jornal utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** empregando as metáforas “*remédio heroico*” e “*pílula amarga*” para referir-se às medidas de exceção adotadas pelo governo ditatorial

para o “saneamento do campo político do país”. Apesar disto, a Folha de S.Paulo segue criticando o governo por não confiar no povo, instituindo as eleições indiretas, que já haviam sido reprovadas pelo jornal. Cabe lembrar que em fevereiro de 1966 foi baixado o AI-3, que determinou eleições indiretas também para os governadores estaduais. Assim, no lugar dos cidadãos brasileiros, seriam assembleias estaduais a escolher os governadores, bem como a escolha dos prefeitos das capitais estaduais passaria a caber aos respectivos governadores, outro golpe sério contra a vontade popular (SCHWARCZ; STARLING, 2015; MOTTA, 2021). Como o povo exerce um papel central no processo democrático, e a Folha de S.Paulo já havia abordado em editoriais anteriores sobre a busca de uma redemocratização completa, é possível compreender que o jornal esteja dando esse destaque à necessidade das eleições e do voto popular.

Para justificar que não havia necessidade de tal medida, a Folha utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** ao afirmar que a lei de inelegibilidade dava ao presidente o poder arbitrário de “*impedir candidaturas incômodas*”. Isso porque essa lei vinculava as inelegibilidades aos punidos pelos Atos Institucionais. Desse modo, a Folha de S. Paulo buscava lembrar o governo que a justificativa para manter fora da vida política do país os subversivos e corruptos já não era mais suficiente para manter as eleições indiretas, tendo em vista que, por outros meios de controle, o governo já o havia feito. A Folha de S.Paulo utiliza, ainda, a **estratégia discursiva de intensificação** ao empregar o questionamento “*para que serve o título eleitoral?*”, articulando abertamente seu posicionamento sobre a necessidade do voto direto. Por fim, notamos que o jornal aconselha o governo em tom ameaçador em “*Os que temem hoje a manifestação popular através do voto deveriam compreender que ela será muito mais temível mais tarde*”. Considerando que um dia voltaria a haver eleições livres no país, o jornal aponta que “*aqueles que obstinadamente a cancelaram, escamotearam, transferiram ou adulteraram, serão julgados com maior severidade*”. Além disso, emprega ao governo federal o dever de “*desestimular de uma vez por todas as manobras prorrogacionistas*”.

Ainda em 1966, o jornal reconhece que não havia normalidade constitucional, como se observa no editorial abaixo:

Este jornal tem posição clara definida a respeito do assunto: consideramos um erro e um retrocesso a adoção do sistema indireto de eleições, mesmo porque jamais nos convencemos de que o eleitorado brasileiro, com todas as deficiências que

possa ter, *não disponha do discernimento necessário para votar bem*. (...) O que acima de tudo se deve desejar é que o Brasil retorne o mais rápido possível à *normalidade constitucional*, restabelecidas na plenitude as franquias democráticas e fortalecidas as instituições. Se para alcançar isso nos cumpre *pagar o doloroso preço das eleições indiretas este ano, o remédio é aceitar a situação*, embora sem entusiasmo. *A luta pelas diretas é uma causa fascinante*; envolvida, porém nas *roupagens de um verdadeiro golpe, ou hábil manobra contra determinadas candidaturas*, sem oferecer garantias de alternativas mais claras, não passa de uma aventura, que pode vir a agravar ainda mais os nossos problemas (FOLHA DE S.PAULO, 21/06/1966).

No trecho acima, a Folha de S.Paulo segue reforçando a importância de se retomarem as eleições diretas em seus discursos, inclusive se posicionando abertamente contra as eleições indiretas. Ainda, utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, ao avaliar o eleitorado brasileiro como fundamental ao retorno da normalidade constitucional, o que pode ser identificado por meio da afirmativa *“jamais nos convencemos de que o eleitorado brasileiro, com todas as deficiências que possa ter, não disponha do discernimento necessário para votar bem”*. Apesar disso, o jornal defende que a luta pelas diretas é *“uma causa fascinante”*, mas ressalta que estaria *“envolvida nas roupagens de um verdadeiro golpe, ou hábil manobra contra determinadas candidaturas”* caso não oferecesse garantias mais claras, e não passaria *“de uma aventura, que pode vir a agravar ainda mais os nossos problemas”*. E, mais uma vez, a Folha volta a falar de cassações de mandatos de parlamentares e de violências:

É, portanto de novo o nome da Revolução que é invocado para *justificar violências* que a esta altura não mais deveriam ser *admissíveis*. Tudo quanto se disse no passado contra as cassações é muito pouco para expressar as restrições que a nova onda cassatória merece. Observe-se como essa faculdade vai pouco a pouco perdendo o sentido original e *transformando-se em mero instrumento de ação política*. (...) Cassa-se em suma para ganhar eleições, e cassa-se o quanto for necessário a esse fim. O intuito das cassações vai ficando cada vez mais indefensável (FOLHA DE S.PAULO, 29/06/1966).

Apesar do jornal seguir nomeando o golpe de *“revolução”*, as críticas ao governo tornam-se mais frequentes. No editorial acima, por exemplo, a Folha de S.Paulo volta a falar das violências que *“a esta altura não mais deveriam ser admissíveis”*. Motta (2021) destaca que o AI-2 (outubro de 1965) e o posterior AI-5 (dezembro de 1968), renovaram o poder do Estado autoritário não apenas para cassar mandatos parlamentares e direitos políticos, mas também para afastar sumariamente servidores públicos. De acordo com o autor, parte deles foi

afastada por suspeitas de corrupção, mas a maioria perdeu os cargos por acusações de comunismo. Assim, nesse editorial, mais uma vez, o jornal destaca que antes havia a motivação para se tirar os políticos corruptos ou subversivos, mas questiona porque só agora o governo estaria se dando conta que estes políticos estariam enquadrados nestes aspectos. Isto é, o jornal considera que a “*limpeza*” já havia sido feita e que agora só permaneceria para fins de controle político. E, antes que o ano terminasse, a Folha de S.Paulo começa a preocupar-se com a nova lei de imprensa:

Não há muita coerência nas notas de fonte oficial sobre uma nova lei de imprensa, que o presidente Castelo Branco desejaria dar ao país antes de passar o governo ao seu sucessor eleito pela mecânica do bipartidarismo aqui implantado. De um lado, ouvimos reiteradas afirmações de que a liberdade de que goza a imprensa, que tem analisado os atos do governo com independência, é prova de que o Brasil se acha vivendo em regime de plena democracia. De outro lado, porém, aparece a preocupação de modificar a lei que entre nós assegura o exercício do direito de informar e criticar (FOLHA DE S.PAULO, 29/07/1966).

Neste momento, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar a possível publicação de uma nova lei de imprensa como sem “*muita coerência*”. E, ainda, destaca que o fato de a imprensa poder analisar as ações do governo “*com independência*” era “*a prova*” de que o Brasil estava vivendo um “*regime de plena democracia*” — reforçando mais uma vez que o jornal lia aquele momento político não como uma ditadura, mas como uma democracia. Desse modo, o jornal mostra sua preocupação dessa lei modificar seu exercício do direito de informar e criticar. Cabe salientar que a Lei de Imprensa violava a liberdade de expressão, servindo para amedrontar os meios de comunicação e estimular a autocensura, embora afirmasse o estatuto da liberdade de imprensa (MOTTA, 2021).

Desse maneira, em seus editoriais do ano de 1966, a Folha de S. Paulo, de forma sintética: a) continua discursando sobre a importância das eleições diretas; b) mantém-se nomeando o golpe como “*revolução*” e defendendo que o governo ditatorial instalado referia-se à um regime democrático; c) categoriza como contraditória a ação do governo em determinar que as eleições de 1966 sejam indiretas; d) segue elogiando o governo ditatorial de Castelo Branco, sobretudo o “*esforço*” desempenhado pelo governo no setor econômico-financeiro; e) compara as “*forças governistas*” e a “*oposição*”, nivelando-as a fim de solicitar uma “*união de esforços*”; f) aposta na candidatura de Costa e Silva a

reintegração do país “*num regime de plena normalidade constitucional*”; e, g) mostra sua preocupação da nova lei da imprensa modificar seu exercício do direito de informar e criticar.

Como mencionado anteriormente, a Lei de Imprensa, que entrou em vigor em fevereiro de 1967, serviu como instrumento para intimidar a imprensa e encorajar a autocensura, enquanto afirmava liberdade, tendo sido uma das iniciativas de Castelo Branco para completar sua atuação de institucionalização da ditadura (MOTTA, 2021). A Lei enfatizava que não seria tolerada a “propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social”, e que era “livre a manifestação do pensamento” e a “difusão de informações”, “por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um aos termos da lei, pelos abusos que cometer” (BRASIL, 1967). Sobre este aspecto, a Folha não se mostrou satisfeita e criticou este instrumento do governo em editorial:

A muitos talvez pareça que os jornais, ao reclamar contra um projeto de lei que cerceia a liberdade de imprensa, estejam apenas defendendo o seu interesse. Nada menos exato. O que se defende é o direito sagrado do povo à informação completa e livre, à crítica e análise dos atos oficiais, à manifestação de seu próprio pensamento e de suas aflições e preocupações, que muitas vezes só nas páginas dos jornais encontram guarida (FOLHA DE S.PAULO, 03/01/1967).

Percebe-se que, ao realizar tal crítica, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de argumentação**, atribuindo o direito à informação completa e livre como um direito “sagrado” do povo. Isto é, um direito digno de veneração ou extremo respeito. Além disso, como se nota no trecho, o jornal coloca seus interesses apenas como plano de fundo ao dizer que não era exato declarar que a crítica estivesse sendo feita apenas para defender o seu interesse. Nesse sentido, ao preocupar-se com a publicação da Lei de Imprensa, que seria publicada no mês seguinte, a Folha enfatiza o efeito que a lei teria na sociedade sem expor como, de fato, a lei poderia influenciar nas ações da empresa. Assim, o jornal desloca o foco de seu argumento para uma possível preocupação com a população em geral quando, na verdade, essa preocupação aparece apenas quando sua própria liberdade estaria sendo cerceada. Isso porque, com a publicação do AI-1, o direito de servidores, funcionários civis e militares já haviam sido cerceados — com as exonerações ou aposentadorias forçadas, além das cassações de mandatos e a suspensão de garantias (MOTTA, 2021) — e a Folha não havia demonstrado o mesmo tipo de

preocupação. Motta (2013) corrobora que a maioria dos veículos jornalísticos se mostrou descontente quando o regime militar adotou medidas para cercear a imprensa e agredir os valores liberais tradicionais como opinião, manifestação e garantias individuais.

Outro instrumento de intimidação utilizado pelo governo Castelo Branco, introduzido pelo AI-2, foi a Lei de Segurança Nacional, que também entrou em vigor em 1967. A LSN determinava que os crimes políticos deveriam ser julgados por tribunais militares (MOTTA, 2021). Sobre ela, a Folha de S. Paulo aponta que seria uma forma de concentrar “*poderes nas mãos do presidente da República*” e, ainda, garantir

(...) a sobrevivência de umas tantas faculdades — como a de suspender direitos políticos, decretar o estado de sítio, intervir nos Estados, interromper as funções legislativas — faculdades dadas como provisórias, nos primeiros tempos da *Revolução*, e naquela época justificadas, embora difíceis de entender num regime institucionalizado que se quer *democrático* (FOLHA DE S.PAULO, 18/01/1967).

Algo que se destaca nestas escolhas discursivas da Folha de S. Paulo está a utilização da **estratégia discursiva de nomeação**, categorizando, insistentemente, o regime político de governo em que o Brasil vivia como espaço democrático, mesmo diante de ações passíveis de rigorosas críticas pela empresa. Neste período, o jornal expõe sua preocupação com relação à concentração de poder nas mãos do presidente, mas escolhe seguir nomeando o golpe de “*revolução*” e a ditadura de “*regime democrático*”. Cabe salientar que a historiografia não traz sinaliza quando, efetivamente, o país se transformou em uma ditadura militar. Entretanto, a institucionalização da ditadura é marcada pelo final do governo de Castelo Branco, com três instrumentos que entraram em vigor em 1967, a saber: a Constituição de 1967, que confirmava o novo sistema político autoritário — com destaque para a eleição indireta para presidente da República; a Lei de Segurança Nacional (LSN), que confirmava outro dispositivo introduzido pelo AI-2 para a determinação de que os crimes políticos deveriam ser julgados por tribunais militares, e; a Lei de Imprensa que, como já analisamos, servia para amedrontar os meios de comunicação e estimular a autocensura.

Nesse aspecto, quando Costa e Silva assume o poder, em 15 de março de 1967, a Folha de S. Paulo publica um editorial sob o título “*O governo que começa*”, em que destaca:

O governo de Costa e Silva tem assim o sabor do *reencontro do país com a normalidade constitucional, momentaneamente rompida em nome dos interesses revolucionários*. (...) Politicamente, o que melhor se pode esperar do governo Costa e Silva é que ele promova uma *conciliação geral* dos espíritos e apague os ressentimentos que hoje separam os brasileiros. Não podem estes ficar divididos entre *revolucionários e contra-revolucionários*. Não é justo lançar o estigma de impatriotas ou de maus brasileiros aos que discordam do governo. *Não é de bom senso cultivar as discórdias antigas, nem deter-se o governo exageradamente na consideração do passado* (FOLHA DE S.PAULO, 15/03/1967).

Como pode ser observado no trecho acima, o jornal reforça sua crítica ao governo de Castelo Branco ao dizer que o novo governo teria o “sabor” de reestabelecer a normalidade constitucional que havia sido rompida “*momentaneamente em nome dos interesses revolucionários*”. Além disso, enseja sua expectativa de que o governo de Costa e Silva seja capaz de conciliar os “*revolucionários e contra-revolucionários*”. Nesse aspecto, é interessante refletir sobre a escolha do jornal em, apesar da crítica, seguir nomeando o governo e seus apoiadores como “*revolucionários*”. E ainda, declara seu desejo de não haver uma polarização entre os apoiadores e os críticos ao governo, utilizando a **estratégia discursiva de predicação** comparando-os como se estivessem ao mesmo nível e não houvesse uma relação de poder e dominação de um grupo sobre o outro, naquele momento. Além disso, o jornal constrói no editorial um discurso conciliatório por meio de termos como “*reencontro*” e “*conciliação geral*” em “*Não é de bom senso cultivar as discórdias antigas, nem deter-se o governo exageradamente na consideração do passado*”. Desse modo, o jornal defende que um dos caminhos para a redemocratização seria por meio dessa reconciliação entre as forças governistas e oposicionistas.

Em muitos editoriais, observamos a Folha de S.Paulo, nesse período, adotando a postura de jornal que realiza leves críticas ao mesmo tempo em que as justifica. O trecho abaixo é significativo neste sentido:

Não é novidade para ninguém que o chamado *poder civil* está passando por séria crise no Brasil. *Mais por sua culpa do que por outra razão*, foi-se desacreditando, pouco a pouco, perante a opinião pública e a *classe militar*, que em março de 1964 se viu obrigada a *interferir*, para que o país não mergulhasse no caos a que parecia conduzi-lo o grupo politicamente dominante. No primeiro *governo revolucionário* foi nítida a tutela militar sobre os políticos (...) e toda uma série de leis e decretos que restringiram ou eliminaram atribuições tradicionalmente da competência dos órgãos civis. Era aliás uma *situação compreensível e inevitável*, em face das circunstâncias. O seu prolongamento indefinido, no entanto,

justificaria sérias apreensões (FOLHA DE S.PAULO, 18/05/1967).

Ao iniciar com a expressão “*não é novidade para ninguém*”, a Folha de S.Paulo coloca o assunto a seguir como já conhecido por todos. Cabe destacar que o jornal utiliza esses recursos de linguagem, ao longo dos editoriais, de forma como se fosse tão óbvio o que ele estava afirmando, que se o leitor não concordasse estaria sendo um ignorante. Dentre os termos estão “e *terá elementos para sentir, como certamente já terá sentido*”, “*é evidente*” e “*não é segredo*”. Em seguida, utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** para justificar que se o poder civil está passando por séria crise, é “*mais por sua culpa do que por outra razão*”. Neste aspecto, o jornal justifica a situação atual do país como consequência das ações do próprio poder civil, fazendo referência ao governo de Goulart.

Além disso, o jornal utiliza uma **estratégia discursiva de predicação** ao comparar o “*poder civil*”, que passa por crises, e a “*classe militar*” como aquela que estaria resolvendo as mazelas do país. Cabe salientar que uma das justificativas dadas pelo jornal para o golpe era a falta de competência de Goulart em lidar com os problemas econômicos do país. Nesse sentido, o golpe de 1964 assinalou uma modificação decisiva na função política dos militares no Brasil, tendo em vista que foi o aparelho militar que passou a controlar o Estado e a cena política (CODATO, 2005). Ainda nesta linha de defesa às ações do governo, ao final do ano, a Folha registra o que chama de “*inegáveis progressos*” da “*revolução*”:

Os *inegáveis progressos* que a *Revolução* alcançou em numerosos setores de atividades — especialmente o econômico — não encontram paralelo na área propriamente política. A administração pública geralmente lucrou com a *austeridade e a seriedade* do governo Castelo Branco, seguidas pelo de seu sucessor. O combate à inflação, que para muitos era a *raiz de todos os nossos males*, apresenta largo saldo favorável, *apesar dos inevitáveis sacrifícios que implicou e continua implicando*. No âmbito da maioria dos ministérios registraram-se conquistas consideráveis (FOLHA DE S.PAULO, 19/11/1967).

A partir disto, algumas reflexões podem ser realizadas. Em primeiro lugar, o jornal usa a **estratégia discursiva de intensificação** com a expressão “*inegável*”, isto é, não existe margem para dúvidas frente à afirmativa exposta. Por sua vez, Castelo Branco, apesar de ter sido criticado pela publicação da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa, como observado anteriormente,

aqui é analisando enquanto líder íntegro e sério. Ainda, notamos a **estratégia discursiva de nomeação** da Folha de S.Paulo para o combate à inflação, utilizando a metáfora “*raíz de todos os nossos males*”. Por meio desta metáfora é possível refletir que o jornal identificava a economia enquanto primazia frente às questões sociais e políticas do país, sobretudo sabendo dos sacrifícios que, para a Folha de S.Paulo, eram “*inevitáveis*”.

Assim, em seus editoriais do ano de 1967, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) mostra preocupação com relação ao cerceamento da liberdade ao criticar a Lei de Segurança Nacional e a Lei da Imprensa; b) nomeia o golpe como “revolução” e defende estar num regime democrático; c) faz críticas ao governo Castelo Branco; d) demonstra confiança no governo Costa e Silva; e) reflete sobre a crise do poder civil atribuindo-o a responsabilidade; e, f) defende os progressos alcançados pelo governo ditatorial, apesar dos sacrifícios realizados. A síntese desse terceiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo pode ser observada nas figuras 4 e 5, a seguir:

Figura 4: Síntese do terceiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo (parte 1)

FASE INICIAL:
DO APOIO À PREOCUPAÇÃO COM O CERCEAMENTO DA LIBERDADE
(1965-1967)

03

Estratégias discursivas de nomeação:

- categoriza e avalia positivamente as ações de Castelo Branco;
- fala da parte pelo todo em *"opinião consciente do país"*, isto é, defende que o desejo pelas eleições é uma demanda de toda pessoa consciente do país quando, na verdade, a parcela da sociedade, sobretudo empresarial, ainda alinhada ao governo não as desejava;
- categoriza como contraditória a ação do governo em determinar que as eleições de 1966 sejam indiretas;
- refere-se às medidas de exceção adotadas pelo governo ditatorial como *"remédio heroico"* e *"pílula amarga"*;
- categoriza o regime político de governo em que o Brasil vivia como espaço democrático;
- identifica a economia enquanto primazia frente às questões sociais e políticas do país.

Estratégias discursivas de previsão:

- qualifica as ações desse período punitivo como *"drásticas"*, voltando a utilizá-la quando avalia o Ato Institucional como um grave erro;
- classifica a figura de Castelo Branco como *"fiel aos propósitos democráticos"* por ter mantido o calendário eleitoral;
- avalia as medidas expostas no AI-2 como *"nem sempre coerentes"*, apesar de defender que tal instrumento possibilitava *"uma base sólida para o progresso econômico, político e social"* do país;
- avalia negativamente o bipartidarismo;
- avalia Castelo Branco enquanto líder com *"moderação, equilíbrio, firmeza e vocação democrática"*;
- compara as *"forças governistas"* e a *"oposição"* nivelando-as a fim de solicitar uma *"união de esforços"*;
- categoriza o momento que o Brasil estava vivenciando como de *"transição"* num caminho para *"completa redemocratização"*.
- avalia o eleitorado brasileiro como fundamental ao retorno da normalidade constitucional;
- avalia a possível publicação de uma nova lei de imprensa como sem *"muita coerência"*.

1/2

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 5: Síntese do terceiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo (parte 2)

**FASE INICIAL:
DO APOIO À PREOCUPAÇÃO COM O CERCEAMENTO DA LIBERDADE
(1965-1967)**

03

Estratégia discursiva de argumentação:

- justifica seu posicionamento elogiando o movimento golpista que depôs o presidente João Goulart, lembrando aos leitores e aos governantes que tal movimento ocorreu para se “evitar golpes contra as eleições”;
- volta a declarar que, respeitando a duração dos mandatos, estaria o governo “dentro das regras do jogo democrático”, mesmo depois dos Atos Institucionais com medidas de exceção e os aparatos repressivos em pleno funcionamento em todo país;
- lembra que as eleições diretas estaduais de 1965 foram consideradas benéficas à democracia e seria um retrocesso não as manter;
- afirma que a lei de inelegibilidade dava ao presidente o poder arbitrário de “impedir candidaturas incomodas”;
- justificar que se o poder civil está passando por séria crise, é “mais por sua culpa do que por outra razão”.

Estratégias discursivas de representação:

- fala em nome do Brasil destacando que o governo só precisa executar as “leis adequadas que têm sido votadas”;
- reforça e destaca mais a sua função de interlocutor, participando do diálogo com o governo e a sociedade, através de termos como “este jornal”.

Estratégias discursivas de intensificação/mitigação:

- elogia, mais uma vez, as características de Castelo Branco, com expressões como “dignidade” e “inegável patriotismo”;
- emprega o questionamento “para que serve o título eleitoral?”, articulando abertamente seu posicionamento sobre a necessidade do voto direto.

2/2

Fonte: Elaborada pela autora.

5.4. Autocensura ou alinhamento? A normalização da barbárie (1968-1975)

O discurso da Folha de S.Paulo tem uma mudança de posicionamento significativa nesse período. O jornal, que no momento anterior começava a sinalizar algumas problemáticas do governo, agora começa a normalizar a barbárie. Desse modo, do período de janeiro de 1968 a março de 1975, a Folha de S.Paulo atua político-discursivamente no apoio à censura, na defesa dos governos de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67), Artur da Costa e Silva (1967-69), Emílio Garrastazu Médici (1969-74) e Ernesto Geisel (1974-79), na propagação da ideia de normalidade democrática e plenitude política, e na difusão do movimento golpista que depôs Goulart como “revolução”. Isso posto, como nas seções anteriores, essas e outras construções serão melhor observadas, seguindo a ordem temporal de acordo com os acontecimentos.

O ano de 1968 se inicia com a Folha de S.Paulo abordando o tema da censura do governo a peças de teatro, filmes de cinema, programas de televisão e criação artística. Em seu discurso, o jornal se explica:

Diga-se desde logo que o ideal, *sem sombra de dúvida*, seria a *supressão pura e simples de toda e qualquer censura*. Entre esse ideal, porém, e a realidade concreta das condições predominantes em algumas sociedades, vai infelizmente uma distância que não pode ser ignorada. Em determinadas circunstâncias, a *censura*, desde que *inteligentemente orientada*, poderá, em termos provisórios, ser o *mal menor*. (...) O que é válido e respeitável para uns, poderá ser mal interpretado e ter reflexos prejudiciais junto a outros. Isso sem mencionar a possibilidade muito real de a *liberdade* completa de expressão abrir caminho, num meio de crises mentais e morais pouco amadurecidos, à *irresponsabilidade* dos oportunistas, dos sensacionalistas, dos aventureiros da arte e dos simuladores da inteligência (FOLHA DE S.PAULO, 13/01/1968).

Considerando o contexto político e social em que este discurso se insere, este editorial aparenta ter dois papéis paradoxais. Primeiro, o de denunciar aos leitores a censura que estava ocorrendo no país, tendo em vista que este discurso desvela o autoritarismo do governo e contesta sua ilusória aparência democrática. No entanto, se esse era o objetivo do jornal, não deveria o ter feito defendendo e justificando a necessidade da aplicação desse instrumento de repressão que é a censura. O trecho acima reforça a ideia que Luca (2006) aponta, em que a imprensa foi silenciada em diversos momentos e que, por vezes, sua própria voz colaborou para criar as condições que a levaram à repressão. A Folha de S.Paulo recebia a relação de temas proibidos por telefone

da Polícia Federal, “que iam desde a proibição de notícias sobre as questões relativas à luta armada até ordens para não publicar informações à população sobre — por exemplo — surtos de meningite” (MOTA; CAPELATO (1981, p. 207). Nessa conjuntura, como a Folha de S.Paulo foi um dos veículos que adotou a autocensura quando do enrijecimento do regime (CAPELATO, 2014), não faria sentido ter que realizar uma defesa se seu objetivo fosse, realmente, denunciar.

Desse modo, é possível compreender que a Folha de S.Paulo, neste momento, apoiava a censura “*inteligentemente orientada*” pelo governo como um “*mal menor*”, tendo em vista os perigos da liberdade completa aos irresponsáveis, por ela não nomeados. Como discutido anteriormente, cada passo da censura era controlado, a emissão das ordens obedecia a um padrão rigoroso e as proibições de notícias sem assinatura eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Nesse contexto, a autocensura, era uma modalidade à qual a maioria dos veículos da imprensa esteve sujeita diariamente durante muitos anos, consistindo nas proibições emitidas secretamente pela Polícia Federal (SMITH, 2000). Lemos (2018) acrescenta que, nesse período, apenas poucos jornalistas conseguiam, graças a contatos privilegiados, informações para suas colunas, sempre redigidas com as cautelas que a existência da censura política exigia.

Cabe salientar que este tema surgiu em diferentes editoriais ao longo do ano. No mês seguinte, por exemplo, a Folha de S. Paulo reforça seu posicionamento de que a censura não poderia ser totalmente abolida e, ainda, sugere como ela deve ser realizada, conforme trecho a seguir:

Não é esse, evidentemente, o caminho. *Se a censura não pode ser totalmente abolida — como acreditamos que não possa — compete ao governo fixar normas inteligentes que balizem a atividade teatral, que dêem aos profissionais a noção exata dos limites a que podem chegar, sem transferir o problema para o campo indefinido e perigoso das denúncias e das pressões* (FOLHA DE S.PAULO, 25/02/1968).

Nesse momento, a Folha de S.Paulo fala especificamente da censura ao teatro e à atividade teatral. Cabe destacar que a Lei de Segurança Nacional, publicada em 1967, definiu como crimes: ofensa à honra do presidente de qualquer dos poderes da União; incitação à guerra ou à subversão da ordem político-social; propaganda subversiva; e incitação à prática de crimes contra a segurança nacional (COSTELLA, 2023). Desse modo, assim como ocorreu

censura à imprensa alternativa, aos órgãos da grande imprensa, peças teatrais também foram censuradas por serem julgadas como propaganda subversiva. Tal quadro foi mantido e agravado pelo Decreto-lei nº 510, de 20 de março de 1969, uma nova Lei de Segurança Nacional.

Ainda no primeiro mês do ano, a Folha, ao criticar as radicalizações do país, declara aos radicais: “*Afinal, se, na palavra de oposição, vivemos em meia-ditadura, preferirá ela que passemos à ditadura pura e simples? (...) Ninguém ganha com as radicalizações e, pelo contrário, todos correm o risco de perder*” (FOLHA DE S.PAULO, 24/01/1968). Nesse trecho, observamos a **estratégia discursiva de intensificação** utilizada pelo jornal, em que a Folha realiza uma pergunta ao invés de uma afirmação para enfatizar os efeitos que as radicalizações contra o governo poderiam trazer aos radicais, mostrando algo inexorável, em que todos perderiam. Afinal, não poderia haver ganhos, apenas perdas que não foram especificadas. Seguindo com as críticas aos radicais, a Folha de S.Paulo declara:

Nenhum brasileiro descompromissado com os radicalismos pode desejar senão o fortalecimento do governo; só podem querer o contrário os irresponsáveis que gostariam de ver o país enredado em aventuras ditatoriais. O fortalecimento do governo, porém, não depende de medidas de arbítrio, ou de marginalização do povo do processo político. Pelo contrário, é junto ao povo que o governo deve procurar apoio e isso só se fará através de um arejamento da situação política, em que os partidos desempenham as funções que lhes cabem de legítimos representantes da opinião pública, e em que esta possa mais e mais influir nos destinos da nação (FOLHA DE S.PAULO, 07/02/1968).

Este trecho reforça como o a Folha de S.Paulo enxergava os que eram contra o governo. Para tanto, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, comparando “*nenhum brasileiro descompromissado com os radicalismos*” com “*irresponsáveis*”. Enquanto aqueles desejam o fortalecimento do governo, estes querem “*ver o país enredado em aventuras ditatoriais*”. Desse modo, a Folha de S.Paulo propõe que o “*fortalecimento do governo*” apenas seria possível “*junto ao povo*”, isto é, pedindo que as forças oposicionistas ao governo o apoiassem. Cabe aqui o destaque de que com essa afirmativa o jornal, mais uma vez, não nomeia o contexto político em que estava vivendo como um regime ditatorial, apenas como uma possibilidade futura desejada pelos radicais.

No entanto, ocorre uma mudança de posicionamento discursivo da Folha de S.Paulo a partir dos próximos meses, no que diz respeito aos cenários de

violências ocorridas à estudantes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Sobre o acontecimento no Rio, a Folha de S.Paulo destaca:

Parece fora de dúvida que os *organismos policiais brasileiros* não estão suficientemente preparados para enfrentar de maneira adequada *manifestações de rua*. Da disposição de reprimir passam com extrema facilidade à *violência indiscriminada*, que atinge - como aconteceu no Rio - a tudo e a todos, manifestantes e simples transeuntes, culpados ou inocentes, arruaceiros ou gente que apenas vai para o trabalho (FOLHA DE S.PAULO, 23/06/1968).

Além das *perdas de vidas humanas* — que não há o que pague — *quanto tem custado ao país* o estado de tensão em que vive desde quarta-feira última, quando tiveram início os incidentes entre policiais e estudantes na Guanabara? (...) *A nação, enfim, reclama paz para poder trabalhar* (FOLHA DE S.PAULO, 25/06/1968).

Em 1968, a categoria estudantil e a classe operária dão início a uma série de manifestações contra o regime. As greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), por exemplo, foram realizadas pelo movimento operário que protestava contra o arrocho salarial (LEMOS, 2014). Na tentativa de mitigar essas lutas populares, a violência política assumiu graves e grandes proporções, principalmente a praticada pelos órgãos repressivos estatais, que tinham maior poder de fogo, matando e ferindo dezenas de pessoas ao longo do ano (MOTTA, 2021). Assim, sobre a violência policial nas manifestações, a Folha de S.Paulo realiza críticas aos “*organismos policiais brasileiros*” pela “*violência indiscriminada*” à “*manifestantes de rua*”. No primeiro trecho notamos a utilização da **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar como negativa a forma como os policiais contém os manifestantes. No segundo trecho, contudo, para além da preocupação com as “*perdas de vidas humanas*”, o jornal se preocupa com as perdas financeiras trazidas por esses acontecimentos.

Nesse trecho, notamos ainda o uso da **estratégia discursiva de nomeação**, em que o jornal emprega metonímia, mais uma vez, assumindo a parte como todo. Essa estratégia pode ser observada ao longo dos editoriais e, nesse trecho especificamente, na frase “*A nação, enfim, reclama paz para poder trabalhar*”. Com esse argumento, o jornal poderia fazer com que seus leitores acreditassem que o desejo da maior parte da sociedade era ter paz para trabalhar. Entretanto, tendo em vista que as manifestações estavam sendo realizadas por estudantes e operários, podemos compreender que a “*nação*” à qual o jornal se refere não inclui as milhares de pessoas desses setores sociais que ocupavam as ruas em busca de liberdade. Assim, diferentemente do discurso empregado nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, no

período do pré-golpe, a forma como o jornal enuncia essas manifestações é no sentido de minimizar, não mostrando aos leitores, por exemplo, a quantidade de pessoas envolvidas ou a motivação de tais manifestações.

Ainda antes da publicação do AI-5, ocorrida em dezembro de 1968, a Folha de S.Paulo já critica a possibilidade de o governo recorrer a um novo Ato Institucional, julgando que, caso isso ocorresse, o governo estaria assumindo seu fracasso na luta “*anti-subversiva*”:

A Revolução de 64 erigiu o combate à subversão em uma de suas principais bandeiras. Para erradicá-la, cassou mandatos e suspendeu direitos políticos, demitiu e aposentou funcionários, elaborou toda uma série de leis — a começar de nova Constituição — baseadas numa filosofia em que assumia relevo a preocupação com a segurança nacional. Se depois de tudo isso ainda se sentir obrigada a recorrer a um novo Ato Institucional, ou a medidas de emergência como o estado de sítio, estará confessando que malogrou na tarefa anti-subversiva. Depois de quatro anos, seria uma confissão melancólica. Mais melancólica porque, submetida a uma apreciação objetiva e serena, a situação do país é menos grave do que alguns forcejam por pintá-la, e o que a esses mesmos muitas vezes parece subversão nada mais é do que insatisfação e inconformismo cujas coisas podem ser inteligentemente atacadas e removidas sem traumas no organismo nacional. (...) O caminho do pleno respeito às franquias democráticas pode ser, em algumas circunstâncias, aparentemente mais difícil de trilhar do que aquele que se assenta em medidas de exceção; mas é, seguramente, o que melhores e mais duradouros frutos produzem (FOLHA DE S.PAULO, 04/07/1968).

Neste editorial o jornal demonstra sua preocupação frente à possibilidade da publicação de mais um Ato Institucional, que meses depois viria acontecer. Para tanto, o jornal relembra que o objetivo da “*revolução de 64*” era o “*combate à subversão*” e que, para seu alcance o governo já havia cassado mandatos e suspendido direitos políticos, o que o jornal vai nomear de “*traumas no organismo nacional*”. O jornal denuncia que os governos ditatoriais estavam baseados na doutrina de Segurança Nacional, e enfatiza que a situação do país é menos grave do que dizem ser. Diferente dos demais editoriais, que estão sendo direcionados à sociedade como um todo, este parece ser endereçado ao governo de modo a tentar sinalizá-los de que não havia a necessidade de mais um instrumento de repressão, de que o caminho deveria ser outro.

Apesar de denunciar as violências e se preocupar com a publicação de mais um Ato Institucional, ao tratar da precipitação na especulação em torno de prováveis candidatos para sucessão de Costa e Silva, a Folha de São Paulo: 1)

destaca o papel das Forças Armadas e, 2) normaliza o fato de a presidência da República manter-se nas mãos de militares ao invés de civis, como pode ser observado no excerto a seguir:

(...) quase todos os que acalentam a pretensão de chegar à chefia do governo nacional partem do pressuposto de que *o apoio das Forças Armadas é decisivo para tal*. Civis ou militares, em vez de procurarem simpatias entre a classe política, tem é a *preocupação de constituir uma sólida base de sustentação nos quartéis*. (...) É fora de dúvida que, a partir de 1964, *por força das circunstâncias*, viram-se as *classes militares obrigadas a assumir responsabilidades* e funções que melhor caberiam aos civis. Na medida em que estes últimos se *mostrarem à altura dessas funções e daquelas responsabilidades*, umas e outras lhe retornarão *naturalmente* às mãos, restabelecendo-se assim a desejada normalidade e eliminando-se ressentimentos e mal-entendidos. (...) Os prejuízos dessa situação são ainda de outra natureza: ela pode acarretar *divisões e desuniões* entre as Forças Armadas, caso setores diferentes destas se inclinem por diversas candidaturas (FOLHA DE S.PAULO, 27/11/1968).

Outro ponto relevante, ainda neste trecho, é o discurso de que “as *classes militares se viram obrigadas a assumir responsabilidades*” diante das “*circunstâncias*” de 1964. Aqui, mais uma vez o jornal reforça o discurso de que o fato de os militares terem deposto João Goulart num golpe orquestrado seria apenas algo contingencial, não previsível ou como uma força da natureza. Desse modo, não se pode deixar de responsabilizar a insistência do jornal em normalizar, difundir e disseminar essas ideias de continuidade do poder nas mãos de líderes militares em seus discursos, diante de tantas violências sofridas por diferentes grupos sociais, as quais o jornal já tinha ciência.

Por fim, em 13 de dezembro é baixado o AI-5, que amplia, estrutura e radicaliza o aparato repressivo do governo ditatorial com a criação de órgãos de inteligência subordinados a um coronel do Exército, como foi o caso do DOI-CODI (LEMOS, 2014). Sobre o AI-5, a Folha de S.Paulo declara:

O mal. Costa e Silva, a exemplo de seu antecessor, o mal. Castelo Branco, atravessou boa parte de seu mandato fazendo ingentes esforços para *manter-se dentro da normalidade democrática*. O presidente Castelo Branco *teve de renunciar a esses propósitos*, na crise de que resultou o Ato Institucional n.º 1; o mal. Costa e Silva, igualmente na crista de uma crise, optou pelas medidas de exceção consubstanciadas no Ato Institucional n.º 5, baixado sexta-feira. (...) De fato, o *Ato Institucional n.º 5* confere ao presidente Costa e Silva uma soma de *poderes praticamente ilimitados*: decretar o recesso de casas legislativas (desde o Congresso Nacional a simples Camaras Municipais), intervir nos Estados e municípios, suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos,

demitir, remover, transferir para a reserva ou reformar militares, decretar o confisco de bens, etc. *Usados esses poderes com discernimento e equilíbrio, o mal maior poderá ser evitado. É o que a nação espera de seu presidente* (FOLHA DE S.PAULO, 15/12/1968).

Mais uma vez, a partir deste trecho, compreendemos como a Folha de S.Paulo alinhava-se ao governo. Ela inicia o editorial apontando para os esforços de Castelo Branco e Costa e Silva para se manterem “*dentro da normalidade democrática*”, utilizando a **estratégia discursiva de predicação**, avaliando-os positivamente. Em seguida, utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** para justificar que ambos só desviaram de tal propósito, adotando medidas de exceção, diante de crises. Ainda, utiliza a **estratégia discursiva de nomeação**, categorizando o AI-5 como instrumento que confere à Costa e Silva “*poderes praticamente ilimitados*” e segue descrevendo estes poderes. Apesar da enorme problemática que cada poder listado trazia para a sociedade como um todo, o jornal escolhe apontar para o “*discernimento e equilíbrio*” que a “*nação espera de seu presidente*”. Assim, neste editorial, o jornal não camufla seu total alinhamento ao AI-5.

Dessa maneira, em seus editoriais do ano de 1968, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) apoiava a censura; b) enfatiza os efeitos que as radicalizações contra o governo poderiam trazer aos radicais; c) apresenta uma leve mudança discursiva ao realizar críticas à repressão policial pela violência acometida aos manifestantes; d) se preocupa frente à possibilidade da publicação de mais um Ato Institucional; e) dissemina ideias de continuidade do poder nas mãos de líderes militares; e, f) defende que Castelo Branco e Costa e Silva se mantiveram dentro da normalidade democrática, apenas adotando medidas de exceção em casos de crises.

Em 1969, ainda sobre as muitas violências resultantes do AI-5, a Folha de S.Paulo defende a união contra a violência, mostrando sua expectativa das “*coisas estarem caminhando para o melhor*” no país.

Se é aos *chamados contestadores do regime* que cabe a responsabilidade dessas criminosas ações, antes de tudo deve-se deplorar a sua *lamentável miopia*. Não se ignora que o governo federal está promovendo a *reabertura política, cuja finalidade é repor o país na trilha da normalidade constitucional*. *Violências e provocações*, como as que São Paulo tem presenciado, em nada contribuem para a concretização desse objetivo. Pelo contrário, o que podem é fornecer pretextos aos que querem institucionalizar um estado de exceção. De onde se pode concluir que, se há alguma *finalidade política* nessas manifestações de insanidade, ela é

da pior espécie: é a dos que *não querem ver o país tranquilo*, e tudo fazem para entornar o caldo, quando veem que *as coisas caminham para o melhor* (FOLHA DE S.PAULO, 17/07/1969).

No excerto acima, o jornal segue afirmando que o governo estaria promovendo o processo de reabertura política e normalidade constitucional. Apesar de reconhecer, assim, que o país não estava em sua normalidade, a Folha de S.Paulo seguiu criticando as manifestações, utilizando a **estratégia discursiva de nomeação** para construí-las discursivamente como “*manifestações de insanidade*” dos que “*não querem ver o país tranquilo*”. Além disso, o jornal coloca ao mesmo nível “*violências*” e “*provocações*”. Outro tema abordado pela Folha de S.Paulo em seu editorial foi o clima de tranquilidade nas áreas econômicas e financeiras do país como “*consequência da maturidade da classe empresarial brasileira*”:

O *clima de tranquilidade* reinante esta semana nas áreas econômicas e financeiras — as mais sensíveis ao desenrolar do processo político — traduz o grau de *maturidade* a que chegou a *classe empresarial brasileira*. Finalmente imune a boatos e a informações alarmistas dos *eternos fazedores de crise*, o setor econômico vem acusando, esta semana, comportamento *absolutamente normal*: a rede bancária opera dentro da maior *tranquilidade*, com sua posição de caixa sustentada; os negócios com ações registram o ritmo acelerado das semanas anteriores; a colocação de letras de câmbio e outros papéis de renda fixa e de resgate a longo prazo não experimenta nenhum movimento de retração dos aplicadores; a *indústria continua desenvolvendo normalmente suas programações* para o “rush” do fim do ano e o comércio varejista acusa movimento normal de vendas, especialmente o de bens de consumo duráveis (FOLHA DE S.PAULO, 05/09/1969).

Mais uma vez, é possível observar o tom informativo no editorial em “*a indústria continua desenvolvendo normalmente suas programações*”. Apesar de tratar-se da opinião da Folha de S.Paulo sobre o cenário econômico do país, aparentemente o jornal estaria noticiando que existe um clima de tranquilidade. Para reforçar essa ideia, a Folha utiliza a **estratégia discursiva de intensificação**, por meio da repetição do termo “*tranquilidade*”, bem como utiliza os termos “*maturidade*” e “*absolutamente normal*”. E, mais uma vez, utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar negativamente os “*alarmistas*” como “*eternos fazedores de crise*”.

Em 27 de agosto de 1969, o marechal Costa e Silva apresentou sinais de doença, logo diagnosticada como trombose. Nesse contexto, seus ministros militares baixaram o Ato Institucional nº12, oficializando o impedimento do

presidente por doença e descartando a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, por razões de segurança nacional, possibilitando a estada do general Médici na presidência da República, a partir de 30 de outubro de 1969 (LE MOS, 2018). O historiador destaca, ainda, que a sucessão de Costa e Silva, depois do seu afastamento do cargo por doença, constituiu uma das mais graves crises políticas vividas pelas Forças Armadas, sobretudo, pela ausência de institucionalização do processo sucessório, que trouxe para o interior da caserna a lógica das disputas “partidárias”, sendo percebida como fator de risco para a unidade das Forças Armadas”. Apesar desse cenário de crise política no interior da caserna, a Folha de S.Paulo mostra, em editorial nomeado “*Confiança*”, que a nação acolheu a enfermidade de Costa e Silva.

Colhida de surpresa pela súbita enfermidade do presidente da República, a nação reagiu da forma mais adulta possível. Prosseguiram normalmente todas as atividades, o setor econômico continuou a comportar-se favoravelmente (ver comentário ao lado) [referente ao editorial analisado acima, sobre a economia], nenhum distúrbio na ordem pública chegou a registrar-se. Agora, anuncia-se que o calendário eleitoral traçado pelo mal. Costa e Silva seguirá seu curso regular, que deverá conduzir à reorganização das nossas agremiações partidárias. Em suma, o país prossegue o seu caminho, preocupado, como não poderia deixar de ser, com a saúde do presidente, mas plenamente confiante na ação dos ministros militares que temporariamente respondem pelo governo. Não houve solução de continuidade nas diretrizes administrativas oficiais, os programas de obras federais têm o seu prosseguimento assegurado, e com a realização dos atos previstos no calendário eleitoral têm sequência os atos de normalização política. Tudo isso autoriza a encarar com otimismo e confiança o desenrolar da situação (FOLHA DE S.PAULO, 05/09/1969).

Como observado em outros editoriais, sobre o governo ditatorial a Folha segue compartilhando ideais de “*otimismo*” e “*confiança*”. Com relação à enfermidade de Costa e Silva, o jornal escolhe frisar a “*normalidade das atividades dos setores econômicos*” e sua confiança “*na ação dos ministros militares que temporariamente respondem pelo governo*”. Desse modo, ainda neste momento, o jornal emprega a **estratégia discursiva de predicação** para avaliar os militares como dignos de confiança de toda nação. E, ainda, destaca que “*o país prossegue o seu caminho*”, mais uma vez apontando para um forte apoio à continuidade da normalidade política.

Em 30 de outubro, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência da República como sucessor de Costa e Silva. Ainda antes de sua

posse, a Folha de S.Paulo faz votos de esperança para “o *terceiro período revolucionário*” do país:

Não teremos, pois um presidente que pleiteou o cargo, ou procurou alcançá-lo recorrendo ao jogo das influências e habilidades. Isso dá ao gen. Médici maior força e maior autoridade para apresentar-se como *fiador da unidade das Forças Armadas* e como *depositário das esperanças gerais* de uma *gestão fecunda, de olhos voltados confiantemente para o futuro* — uma gestão que, *consolidando as conquistas e os avanços já feitos* nos dois primeiros governos revolucionários, as amplie e estenda a outros campos. (...) Aos seus dois *companheiros de armas* que o antecederam na chefia do governo, coube a *penosa tarefa de retirar o Brasil dos escombros* a que a irresponsabilidade de antigos governantes o atirara. A obra executada no terreno econômico-financeiro é certamente das *mais admiráveis*, embora tivesse implicado em *necessários e compreensíveis sacrifícios*, que **os brasileiros souberam aceitar**. Devolveu-se à administração pública a *austeridade e a dignidade* que dela se tinham evadido e lançaram-se os fundamentos de um *Brasil novo*, sério, responsável, em que o planejamento substituiu a improvisação e aventura, e o trabalho tomou o lugar do falatório estéril e da demagogia enganadora (FOLHA DE S.PAULO, 08/10/1969).

Neste editorial, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de nomeação**, categorizando Médici como representante das Forças Armadas e detentor das “*esperanças gerais*”, referindo-se à expectativa de uma gestão fecunda, o que o jornal como empresa desejava em termos econômicos. Além disso, volta a convocar o leitor para uma “*confiança no futuro*” do país, discurso que segue sendo empregado pelo jornal desde o golpe de 1964. A Folha também segue nomeando a ditadura como “*governo revolucionário*”, além de seguir atribuindo às Forças Armadas o papel de salvadores do país. Sobre esse aspecto, o jornal utiliza a metáfora “*escombros*” para mostrar, mais uma vez, que, na sua perspectiva, o país no período pré-golpe militar estava em ruínas. Ainda, reforça a “*obra*” realizada pelos governantes ditadores no campo econômico, nomeando os “*sacrifícios*” sofridos pela sociedade como “*compreensíveis*”. Cabe aqui lembrar que, como “*sacrifícios*”, neste período, além das muitas violências, foram estabelecidas penas de banimento, perpétua e de morte julgadas sem o direito de ampla defesa (LEMOS, 2014). No mesmo editorial, a Folha de S.Paulo ainda destaca:

Há, pois, *fundadas razões* para aguardar com confiança o início do *terceiro período revolucionário*. Não voltaremos atrás do caminho já percorrido e poderemos acelerar a nossa marcha em direção a outros objetivos importantes. *Unida e coesa* em torno das autoridades constituídas, *a nação tem tudo para acreditar no futuro* (FOLHA DE S.PAULO, 08/10/1969).

No excerto acima, notamos algumas construções discursivas realizadas pela Folha de S.Paulo. A primeira, de mais uma vez defender a confiança no governo utilizando termos como “*fundadas razões*”, empregando a **estratégia discursiva de predicação** para mostrar como ele avaliava estas razões enquanto efetiva e real, dando aos leitores uma segurança com relação às suas expectativas no novo governo. Além disso, observamos a **estratégia discursiva de representação**, em que a Folha de S.Paulo se enquadra como parte desse governo em “*não voltaremos*” empregando a primeira pessoa do plural, mostrando seu alinhamento e participação nas ações do governo. Ainda, segue compartilhando ideias como união e confiança — no governo ditatorial — para a construção do futuro do país.

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1969, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) começa a falar sobre reabertura e luta democrática; b) defende a união contra a violência; c) propaga a existência de um clima de tranquilidade; d) compartilha ideais de otimismo, união e confiança; e, e) mostra novamente que, na sua perspectiva, o país no período pré-golpe militar estava em ruínas.

Em 1970, a Folha de S.Paulo segue mostrando sua confiança no futuro do país, tratando os presidentes no comando do governo ditatorial como salvadores da nação e defendendo que o país pré-golpe de 1964 estava destruído. O excerto do editorial a seguir é representativo desse posicionamento do jornal:

Para que se possa julgar com isenção a *obra revolucionária*, que hoje completa seis anos, é essencial ter em vista a situação do Brasil antes de 1964. Tínhamos chegado às *vésperas do caos*, se é que já não estávamos mergulhados nele. Uma inflação que superava a casa dos 100% ao ano, e prometia “avanços” ainda maiores, era a mais cabal prova de uma *economia gravemente enferma*, fonte, por sua vez, de *desajustes sociais e políticos* francamente alarmantes. O princípio da autoridade ruía de vez: o próprio presidente da República se colocava, pessoalmente, à frente de *movimentos que fomentavam a luta de classes, a desunião entre os brasileiros e a subversão da hierarquia*. A administração pública, em todos os níveis, estava comprometida pela *corrupção*. A sombra da bandeira das reformas de base — erguida pelo governo como um biombo para ocultar sua *incompetência* — vicejava abertamente a subversão. (...) Na simples recapitulação daqueles dias dramáticos está, justamente, o maior elogio que se possa fazer ao *movimento revolucionário*. Ele nos livrou do abismo em que mergulharíamos e abriu, para o Brasil, perspectivas que, àquela altura, pareciam inviáveis. Três governos da *Revolução*, em seis anos, apesar de seus *inevitáveis erros*, *restabeleceram*

a saúde econômica da nação, devolveram-lhe a ordem e a tranquilidade que perdera, ofereceram combate sem tréguas à corrupção e à subversão e deram ao Brasil uma fisionomia nova, que justifica ampla confiança no futuro (FOLHA DE S.PAULO, 31/03/1970).

Neste editorial, além dos pontos já analisados em editoriais anteriores, é possível observar a **estratégia discursiva de predicação** sendo empregada ao longo do texto, por meio da comparação que o jornal faz entre o governo pré-golpe de João Goulart e os governos ditatoriais. Desse modo, enquanto este é avaliado positivamente, aquele é avaliado negativamente. Para tal avaliação, a Folha de S.Paulo utiliza as expressões de que, sob o governo de Goulart, o país estava “às vésperas do caos”, com uma “*economia gravemente enferma*” e com “*desajustes sociais e políticos*”. E, ainda, que Goulart se colocava “à frente de movimentos que fomentavam a luta de classes, a desunião entre os brasileiros e a subversão da hierarquia”, bem como tratava-se de uma administração “*incompetente*” e “*corrupta*”. Por outro lado, os governos dos militares, denominados pelos editoriais como “*revolucionários*”, em seus seis anos de duração “*restabeleceram a saúde econômica da nação*”, “*devolveram-lhe a ordem e a tranquilidade*”, “*ofereceram combate sem tréguas à corrupção e à subversão*” dando ao Brasil “*uma fisionomia nova, que justifica ampla confiança no futuro*”.

E antes de encerrar, outra estratégia utilizada pelo jornal, neste editorial, foi a **estratégia discursiva de mitigação**, ao tratar os erros da “Revolução” como “*inevitáveis*”, sem ao menos mencionar a que erros inexoráveis se referia. Cabe salientar que neste período, além das lideranças políticas, centenas de líderes de movimentos sociais (como sindicalistas e camponeses) foram presos e tiveram seus direitos políticos suspensos (MOTTA, 2021). É neste clima político que, estando reaberto o Congresso Nacional, aconteceram as eleições em novembro de 1970. Sobre elas, a Folha de S.Paulo declara:

A plenitude do *regime democrático* não é coisa que se obtém, como um dom dos céus: *conquista-se. Na medida em que um povo amadurece*, demonstra plena consciência de seus deveres e responsabilidades, mostra ser capaz de escolher seus próprios destinos pode-se dizer que mais próximo ele se acha de viver a plena democracia. As eleições são a melhor oportunidade para revelar a vocação democrática de uma comunidade. O comparecimento maciço e o *voto bem dado* — possibilitando a escolha dos *candidatos realmente mais qualificados* para as funções que pretendem desempenhar — são índices indelével de que o eleitorado se encontra numa fase adulta e responsável. (...) O eleitorado vai dar hoje um voto de confiança no seu país, comparecendo em massa às

seções eleitorais e permitindo que das urnas surja uma representação política à altura das necessidades nacionais. (...) As urnas estarão hoje abertas, num convite irrecusável. *Quem acredita no seu país votará conscientemente*, certo de que não estará cumprindo apenas uma obrigação, mas desfrutando de um direito pelo qual se afirma e reafirma a sua condição de homem livre e responsável (FOLHA DE S.PAULO, 15/11/1970).

Neste editorial, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de representação** ao se colocar como quem aconselha acerca da postura que o povo precisa ter para “*conquistar*” o regime democrático. Ao assim discursar, a Folha assume mais do que o país não estar em normalidade constitucional, e reconhece, pela primeira vez, que o país não está em um regime democrático. Além disso, nesta construção o jornal transfere para o eleitorado, diante dessas eleições, a responsabilidade de retomada democrática, que só será possível, em sua leitura, se o povo amadurecer, votar em candidatos mais qualificados com voto consciente e bem dado. Desse modo, com a expressão “*na medida em que um povo amadurece*”, o jornal enfatiza que antes do povo amadurecer precisa ser guiado/dirigido/controlado. Cabe salientar que, nesse momento, a fala do jornal sobre o povo também inclui os milhares de estudantes e trabalhadores grevistas, pois referia-se aos eleitores brasileiros, diferentemente das análises anteriores. Nesse sentido, é interessante observar que a forma como o jornal constrói quem, é o povo, ao longo dos editoriais, vai sendo modificada.

Como resultado destas eleições, o partido governista ARENA alcançou 72% das cadeiras da Câmara e 89% do Senado, levando grande parte da liderança do partido oposicionista, MDB, a pensar na autodissolução do partido. Dias após estas eleições, a Folha de S.Paulo fala sobre os votos brancos e nulos, avaliando os eleitores: “*Um trabalho educativo bem feito pode, no futuro, reconquistar o eleitor pouco esclarecido, ensinando-lhe como votar certo (talvez se possa pensar, igualmente, em suprimir vinculação do voto, para evitar confusões)*” (FOLHA DE S.PAULO, 19/11/1970).

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1970, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) segue mostrando sua confiança no futuro do país; b) segue tratando os presidentes do regime como salvadores da nação; c) segue defendendo que o país pré-golpe de 1964 estava destruído; e, d) reconhece, pela primeira vez, que o país não está em um regime democrático, a partir das eleições de 1970, transferindo para o eleitorado brasileiro a responsabilidade de retomada democrática.

Em 1971, um aspecto importante observado no discurso da Folha de S.Paulo, foi a forma como ela se auto representou em seus editoriais. Um exemplo relevante desse autorretrato está no editorial sobre o aniversário de 50 anos da Folha, como se observa nos trechos a seguir:

A FOLHA DE S. PAULO é hoje o jornal de maior circulação de todo o País e dispõe de um parque gráfico que é seguramente o mais moderno da América do Sul e um dos melhores de todo o mundo. Esses dados são aqui mencionados não como simples expressão de vaidade e orgulho que aliás se justificariam — mas como demonstração de um progresso que só foi possível alcançar porque a este jornal nunca faltou o que realmente importa para um órgão de imprensa: o favor do público. É graças ao apoio de seus leitores, de seus assinantes e de seus anunciantes, que a FOLHA DE S. PAULO conseguiu transformar-se na grande empresa jornalística que é hoje. (...) A FOLHA DE S. PAULO, em sua existência, conheceu vicissitudes, algumas inerentes à própria atividade jornalística, outras decorrentes de problemas de ordem geral, que afetam a vida da Nação. Como órgão de informação e de opinião testemunhou dramáticos anos da história do Brasil, desde as revoluções de 1922 e 1924, depois as de 1930 e 32, até as da nossa história mais recente, o Estado Novo em 1937, a reconstitucionalização em 1945, os difíceis anos de 1954, 55, 60, 61, 64. Acompanhou os esforços da Revolução de 64 para a reconstrução do Brasil. Todos esses acontecimentos, naturalmente, a FOLHA DE S. PAULO os noticiou sobre eles, tomou posição, não apenas refletindo a opinião pública, mas procurando também formá-la, no sentido das causas que ao jornal pareciam justas (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1971).

Neste editorial, como já analisado anteriormente, a Folha inicia apresentando ao leitor o que seria um dado, afirmando ser o “*jornal de maior circulação de todo país*”. A Folha de S.Paulo utiliza a expressão “*dados*” para destacar um “*progresso*” que só foi alcançado, segundo ela, porque “*nunca faltou*” com o “*favor do público*”. Neste aspecto, notamos que o jornal utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** ao conferir ao “*apoio de seus leitores*” — elite brasileira — a responsabilidade por tornar-se uma “*grande empresa jornalística*”, atribuindo a si mesmo esta característica. Ainda é possível perceber que a Folha de S. Paulo admite sua atuação, não apenas como órgão de informação, mas também como formadora de opinião.

Ainda nesta linha, o jornal comemora o sétimo aniversário do golpe, destacando a importância do trabalho:

Um dos maiores méritos do movimento de 64 foi precisamente o de *revalorizar o trabalho*, fazendo com que todos compreendessem que a fórmula mágica para o progresso individual ou coletivo se resume naquela palavra. A *restauração da ordem* e a *implantação de um clima de tranquilidade* têm por principal objetivo garantir as condições mínimas essenciais a qualquer atividade produtiva. E dentro dessa filosofia que vão sendo *reduzidos ao mínimo os dias*

inúteis, os feriados e os pontos facultativos, sem que deixem de ser condignamente comemoradas as datas que o mereçam. (...) O Brasil, em suma, não precisou parar, ontem, para recordar o sétimo aniversário da Revolução. E recordou-o da melhor maneira, da forma mais adequada ao próprio *espírito revolucionário*, ou seja, *trabalhando, produzindo, construindo* (FOLHA DE S.PAULO, 01/04/1971).

Neste aspecto, é relevante observar que a Folha de S.Paulo segue elogiando o “*movimento de 64*”, dessa vez dando ênfase a uma possível “*revalorização do trabalho*”. Cabe lembrar que no período pré-golpe de 1964, o jornal fazia fortes críticas à forma como João Goulart conduzia as questões trabalhistas. Como foi discutido na primeira seção deste capítulo, um exemplo dessa crítica recaiu sobre a lei que instituiu o 13º salário aos trabalhadores. Neste ínterim, a Folha de S.Paulo, ao longo do período analisado, colocou-se a favor dos privilégios dos empresários, em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Exemplo disso está nesse editorial, em que o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** para caracterizar a “*revalorização do trabalho*” a partir da redução dos “*dias inúteis, feriados e pontos facultativos*”. Apesar disso, o jornal não fala das greves e dos dias de trabalho paralisado para as reivindicações trabalhistas, o que pode ter sido um silêncio premeditado do editorial. Além disso, nesse período, a Folha de S.Paulo aponta para uma imagem do Brasil que começa a ser restaurada, citando a questão da violência:

É justo salientar que, também nesse ponto — o da nossa imagem no exterior — o *governo brasileiro agiu com o discernimento e a serenidade que as circunstâncias exigiam*. Em muitos casos, tratava-se de verdadeiras provocações que, aceitas, poderiam dar dimensões muito maiores a acontecimentos corriqueiros. Quando se espalhou a infâmia do genocídio de índios, as *autoridades brasileiras convidaram jornalistas estrangeiros* a verificar, pessoalmente, a improcedência das acusações. Com relação a torturas, organismos internacionais que se interessaram pelo assunto puderam inteirar-se devidamente do assunto, compreendendo também que *atos isolados e de responsabilidade de autoridades menores estavam longe de constituir regra* e, mais ainda, de poder com justiça ser imputados ao governo ou ao regime (FOLHA DE S.PAULO, 02/06/1971).

Como se observa no excerto acima, a Folha de S.Paulo permanece enaltecendo (e justificando as práticas e ações) do regime ditatorial e de seus governantes. Ao falar sobre a imagem do Brasil no exterior, o jornal destaca que “o *governo brasileiro agiu com o discernimento e a serenidade que as circunstâncias exigiam*”, para justificar as violências ocorridas no país. Ao falar

sobre as torturas e as violências praticadas no país, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** para avaliá-las “*como fatos isolados e de responsabilidade de autoridades menores estavam longe de constituir regra*”. Em consonância com essa afirmativa, a Folha de S.Paulo, ao comunicar sobre a reforma constitucional, promove em seu editorial o seu posicionamento sobre o AI-5:

Ora, ninguém pode negar ao presidente Medici decidido empenho e absoluta sinceridade em criar condições para o restabelecimento completo da normalidade. Também não se pode negar que o AI-5 vem funcionando mais como instrumento acautelador do que repressor, mais como garantia de que os esforços nacionais em direção do desenvolvimento não serão prejudicados pelos agentes da desordem do que meio cerceador das liberdades públicas ou individuais. Nessas condições, a polêmica em torno do assunto, as paixões que se excitaram, as possíveis crises disso tudo decorrentes — seriam altamente prejudiciais ao País (FOLHA DE S.PAULO, 04/06/1971).

Neste período ainda, a Folha de S.Paulo começa a elogiar o governo de Médici, destacando seu “decidido empenho” e sua “absoluta sinceridade”. Além disso, o jornal utiliza, mais uma vez, a **estratégia discursiva de predicação** para caracterizar o AI-5 “*mais como instrumento acautelador do que repressor*” e como “*garantia de que os esforços nacionais [estariam] em direção do desenvolvimento*”. Nessa construção discursiva, o jornal afirma, de forma categórica, que apoia, justifica e endossa o AI-5. Cabe reforçar que o AI-5 foi publicado em 1968, o que significa que, no momento em que esse editorial foi publicado, a ferramenta que deu ao Estado maior poder repressivo já estava em vigor há quase três anos. Isso descarta qualquer justificativa de que o jornal não soubesse das consequências sociais que por ele foram trazidas para a realização de tal avaliação.

Como abordado anteriormente, o AI-5 aperfeiçoou o aparato repressivo do regime, conferindo ao Executivo poderes para decretar o recesso do Legislativo em todos os níveis e exercer as atribuições previstas nas constituições ou leis orgânicas dos municípios, além da prerrogativa de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (LEMOS, 2018). Esse Ato Institucional suspendeu a concessão de *habeas corpus* e as franquias constitucionais de liberdade de expressão, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Desse modo, o AI-5 foi uma ferramenta de

intimidação pelo medo, que não tinha prazo de vigência e foi empregado pela ditadura contra a oposição (SCHWARCZ; STARLING, 2015; LEMOS, 2018; MOTTA, 2021).

Ainda nessa linha, a Folha de S.Paulo segue avaliando positivamente o governo de Médici, como se observa no editorial a seguir sob o título de “*União governo-povo*”:

Os brasileiros, em suma, identificam-se com o seu presidente, na autoridade que dele emana, na serena energia de seus gestos, na inabalável determinação com que procura promover o desenvolvimento com justiça social. Ao assumir o governo, disse o presidente Médici que o fazia como "um dever a cumprir". Vem cumprindo-o bem, acima até das melhores expectativas. Uma prova foi a reafirmação da união entre povo e governo, nestas festas do Dia da Pátria (FOLHA DE S.PAULO, 08/09/1971).

Como se observa no trecho acima, o jornal afirma que “os brasileiros” “*identificam-se com o seu presidente*”, destacando ainda a “*autoridade que dele emana*”, a “*serena energia de seus gestos*” e na “*inabalável determinação com que procura promover o desenvolvimento com justiça social*”. Mais uma vez, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** para realizar essa ponderação, atribuindo qualidades ao presidente. O jornal destaca ainda que Médici “*vem cumprindo bem [seu dever], acima até das melhores expectativas*”. Além disso, a Folha de S.Paulo destaca que o então referido presidente estaria reafirmando a “*união entre povo e governo*”. Nesse aspecto, o jornal considera ter havido um rompimento entre a relação povo e governo. Cabe salientar que, mais uma vez, o jornal faz uso de metonímia, para falar da parte pelo todo em “*brasileiros*”, empregando a **estratégia discursiva de nomeação**. Nessa construção, o jornal fala da parte da sociedade que apoiava o presidente nesse período, sobretudo, as forças governistas e os empresários, como se estivesse se referindo à toda população brasileira. Desse modo, encerra o ano avaliando o governo de Médici:

Muitas das realizações do atual governo, sem dúvida, devem ter boa parte de seu *crédito atribuído à Revolução* e aos dois primeiros *presidentes revolucionários*, os marechais Castelo Branco e Costa e Silva. A Revolução veio com o *decidido propósito de mudar a face deste País* — e mudou-a; aos primeiros presidentes coube preparar o terreno para a boa sementeira, cujos frutos viriam depois — como vieram. É uma *questão de justiça*, no entanto, *reconhecer que os méritos pessoais do Presidente Médici é que permitiram que os frutos que estamos colhendo fossem tão generosos e promissores.*

Acima mesmo do que a mais otimista expectativa autoriza esperar. E de um valor inestimável o clima de tranquilidade que o Brasil tem vivido nos dois últimos anos, especialmente se comparado às agitações que sobressaltam numerosas outras nações, muitas das quais nossas vizinhas e com problemas semelhantes aos que tínhamos até há pouco conseguimos superar. A paz interna a que chegamos, por obra e graça de um governo austero mas sensível às aspirações populares, cioso de sua autoridade mas inimigo da violência, competente e realizador, essa paz interna é que tem permitido ao Brasil realizar aquilo a que alguns observadores estrangeiros dão o nome de "milagre brasileiro"; um desenvolvimento impressionante, que raros paralelos encontra no mundo inteiro, e que nada mais é do que o resultado de um trabalho planejado, ordenado e fecundo, no qual governantes e governados se unem debaixo do mesmo espírito construtivo (FOLHA DE S.PAULO, 30/10/1971).

No trecho acima, a Folha de S.Paulo permanece dando créditos, em seus editoriais, aos *“feitos da revolução”* que *“veio com o decidido propósito de mudar a face deste País”*. Tudo isso para afirmar que, apesar do *“crédito da revolução”*, era *“preciso reconhecer que os méritos pessoais do Presidente Médici”* pelos *“frutos generosos”* que o país estaria colhendo. Neste íterim, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de argumentação**, demonstrando que, dentre esses *“frutos”*, estariam *“o clima de tranquilidade”*, *“a paz interna”* e o *“milagre brasileiro”* — construção discursiva sobre o desenvolvimento econômico do período. Cabe salientar que a *“paz interna”* à qual o editorial se refere, pode estar ligada ao excepcional crescimento do PIB e à razoável redução da taxa de inflação que ocorreram no período de 1968-1973 e que obscureciam outras variáveis, isto é, todo esse crescimento tratava-se de uma fase positiva do processo de acumulação de capital na economia brasileira, que pressupunha elevadas taxas de exploração do trabalho (LE MOS, 2014). Como contraponto, podemos compreender que a ideia de não-paz externa, fazendo referência à convulsão social, em resposta ao autoritarismo e à crise econômica que ocorria em países da América Latina no mesmo período.

Assim, em seus editoriais do ano de 1971, a Folha de S. Paulo, de forma sintética: a) mostra-se otimista com relação a nova atuação do Congresso; b) admite sua atuação, não apenas como órgão de informação, mas também como formadora de opinião; c) comemora o sétimo aniversário do golpe; d) permanece enaltecendo o regime ditatorial e seus governantes; e) coloca-se à favor dos privilégios dos empresários em detrimento dos direitos dos trabalhadores; f) começa a elogiar o governo de Médici; e, e) endossa o AI-5.

Em 1972, a Folha de S.Paulo publica seu olhar otimista quanto ao 8º ano de *“revolução”*, destacando que *“o Brasil deixou de ser um gigante adormecido*

para se tornar uma nação adulta, que já iniciou a grande caminhada na direção do seu futuro” (FOLHA DE S.PAULO, 01/01/1972). Nesse trecho, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar o Brasil como um país que se tornou uma “*nação adulta*” que estaria caminhando “*na direção do seu futuro*”. Ainda dentro desse objetivo de caracterização do Brasil, o jornal começa a falar sobre a votação dos diretórios municipais, enfatizando que “*votar é também um hábito, um hábito cívico importante, que é preciso cultivar e se vai aperfeiçoando na prática*” (FOLHA DE S.PAULO, 18/01/1972). Nesse sentido, a Folha de S.Paulo volta a destacar a importância do voto em seus editoriais.

Ainda neste período, a Folha de S.Paulo publica um editorial chamado “*Presos Políticos?*”, fazendo uma crítica à forma como jornais internacionais e até um jornal brasileiro de em São Paulo nomeiam indivíduos opositores do regime, que na opinião do jornal são “*criminosos*”:

É sabido que esses *criminosos*, que o matutino [referindo-se à um jornal que se edita em São Paulo] *qualifica tendenciosamente de presos políticos*, mas não são [mais] que *assaltantes de bancos, sequestradores, ladrões, incendiários e assassinos*, agindo, muitas vezes, com *maiores requintes de perversidade* que os outros, pobres diabos, *marginais da vida*, para os quais o órgão em apreço julga legítimas todas as promiscuidades (FOLHA DE S.PAULO, 30/06/1972).

No excerto acima, notamos a **estratégia discursiva de nomeação**, utilizada pela Folha de S.Paulo ao se referir aos presos políticos como “*criminosos*”. Para defender este posicionamento, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** caracterizando que estes seriam “*assaltantes de bancos, sequestradores, ladrões, incendiários e assassinos*”. Essa construção discursiva é significativa ao passo que, ao fazê-la, o jornal reforça a legitimidade dessas prisões. Cabe salientar que entre 1968 e 1973, o Brasil vivia o período político mais turbulento, reprimindo agressivamente os setores que se contrapunham ao governo (SANGUINÉ JUNIOR, 1998). Esse era o período mais duro da ditadura, com censura, prisões, perseguições e torturas, o que também fez aumentar o descontentamento popular.

No final do ano de 1972, a Folha de S.Paulo ficou os meses de agosto, setembro, novembro e dezembro sem publicar editoriais. Em 1973 houve uma diminuição drástica nas publicações de páginas editoriais. Nesse período, a Folha de S.Paulo voltou a publicar os editoriais na página três, com um intervalo maior entre as publicações, deixando de serem publicações diárias, como de costume. Mota e Capelato (1981, p. 205) apontam que essa mudança ocorreu

pelo fato de o jornal “não poder expressar suas ideias claramente”. Para justificar tal argumento, os autores relatam que “apesar de sua postura liberal não agradar ao regime, empenhado no combate à luta armada (...) a Folha foi combatida igualmente por setores da extrema esquerda”. De modo a exemplificar, os autores lembram dos carros da frota da Folha que chegaram a ser queimados, mostrando que o jornal não estaria, naquele período, agradando “a gregos nem a troianos”.

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1972, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) mostra-se otimista quanto ao 8º ano da “Revolução”; b) critica a forma como os opositores do governo são nomeados por jornais internacionais e um jornal brasileiro; e, c) avalia positivamente o contexto econômico do país.

Em 1973, o jornal publica a série de editoriais chamada “*O modelo nacional*”, tecendo comentários sobre o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro:

Não há que ter dúvidas: o Brasil necessita de prosseguir no combate à inflação, prudente, mas sistemático, e no usufruto do crédito internacional. Necessita e vai fazê-lo — com possibilidades que o aprimoramento institucional e a estabilidade governamental tonam cada vez maiores (FOLHA DE S.PAULO, 19/07/1973).

Para alguns observadores menos atentos ou mais levianos, ainda deveremos ser unicamente um país que evitou o caos e onde existem boas possibilidades de investimento. Para os mais lúcidos_somos, já, no entanto, um grande e sério corpo econômico e social ciente de que governar é prever e, garantindo, desde logo, o seu lugar na mesa dos acertos de contas do século XX. O mérito dos governantes tem sido — e certamente será — o de terem sabido encaminhar, lado a lado, sem contradições conflituosas, o projeto político e o método econômico (FOLHA DE S.PAULO, 20/07/1973).

Durante dez anos demos uma demonstração inequívoca da nossa vontade nacional. Teremos de prolongar esse estado de espírito por mais tempo, como condição imprescindível ao progresso. E dentro de todos nós teremos, também, de preparar as metodologias mais experientes no sentido de avivarmos a nossa cultura e semear o bem-estar social de forma simultaneamente disciplinada e generosa. É nisso que o Brasil pensa e é isso que fará (FOLHA DE S.PAULO, 21/07/1973).

Apesar de encerrar o ano anterior — 1972 — avaliando positivamente a economia do país, nos trechos acima podemos observar a preocupação da Folha de S.Paulo com relação à inflação, ao afirmar que “*não há que ter dúvidas: o Brasil necessita de prosseguir no combate à inflação*”. Entretanto, esta preocupação ocupa um segundo plano nos editoriais seguintes, tendo em vista a

ênfase do jornal em destacar o “*mérito dos governantes*”. Nos três dias de publicação sobre a mesma temática, a Folha de S.Paulo passa por uma mudança com relação à **estratégia discursiva de representação** utilizada. Isso porque, enquanto no primeiro dia ela assume uma perspectiva distante em “*o Brasil necessita*”, no segundo e no terceiro dia o jornal assume a perspectiva de quem faz parte desse cenário em “*nosssa vontade nacional*”, “*somos, já, no entanto, um grande e sério corpo econômico e social*”, “*todos nós teremos*” e “*nosssa cultura*”. Essa mudança no envolvimento da Folha de S.Paulo com o tema abordado pode ser compreendida como uma forma de aproximar seus leitores, tendo em vista que nesse segundo momento o jornal fala abertamente como parte interessada.

Cabe salientar ainda que a Folha de S.Paulo permanece defendendo a tomada de poder pelos militares em 1964 como um salvamento ao Brasil, ao utilizar a **estratégia discursiva de predicação** para comparar os observadores menos atentos com relação aos mais lúcidos. Desse modo, o jornal afirma que para os observadores menos atentos, “*deveremos ser unicamente um país que evitou o caos e onde existem boas possibilidades de investimento*”, enquanto para os mais lúcidos “*somos, já, no entanto, um grande e sério corpo econômico e social*”. É interessante observar que, nos dois grupos apontados pelo jornal, nenhum deles inclui quem discorda, por exemplo, que não houve caos evitado. Ou seja, o jornal considera, na pior das hipóteses, a leitura dos observadores menos atentos sobre o país e seus governantes.

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1973, a Folha de S. Paulo, de forma sintética: a) diminui drasticamente as publicações das páginas editoriais; b) critica aqueles que têm pressa no processo de sucessão presidencial; c) permanece avaliando positivamente a economia do país; e, d) permanece defendendo a tomada de poder pelos militares em 1964 como um salvamento ao Brasil.

Em 1974, a Folha de S. Paulo destaca, em seu primeiro editorial do ano, sua perspectiva de crescimento para o país, falando sobre povo e sobre democracia das oportunidades:

O problema fundamental com que o Brasil se defronta nestes dias é conquistar a auto-suficiência [sic] e vencer o subdesenvolvimento, oferecendo ao povo a democracia das oportunidades, capaz de lhe permitir, com a elevação de seu padrão de vida, o acesso rápido a níveis mais altos de educação e cultura. Se o País, no ano que está começando, puder trilhar esse caminho, sob o signo da ordem, lançando as bases de uma nova e adequada estrutura institucional, a qual

nada tem a ver com os regimes do passado pré-revolucionário, o tempo não transcorrerá em vão; e o esforço de cada um na construção do futuro haverá de antecipar o advento da recompensa devida (FOLHA DE S.PAULO, 01/01/1974).

Como pode ser observado no trecho acima, a preocupação da Folha de S.Paulo com relação à situação econômica do país permanece a mesma. Essa preocupação manifesta-se como sugestões de ações para o governo, tais como “conquistar a auto-suficiência [sic] e vencer o subdesenvolvimento, oferecendo ao povo a democracia das oportunidades”. Todavia, ao invés do jornal cobrar ao governo, como fazia no período pré-golpe de 1964, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, comparando o contexto político e econômico no qual estava inserida ao contexto “pré-revolucionário”. Dentre as atribuições que separam esses dois contextos, o jornal destaca que o atual governo está “sob o signo da ordem”, que “*nada tem a ver*” com o governo “pré-revolucionário”. Desse modo, o jornal reforça sua crítica ao governo de João Goulart e continua a avaliar e a endossar positivamente os governos ditatoriais.

Nessa conjuntura, a Folha de S.Paulo faz um profícuo balanço sobre o final do governo de Médici:

O governo Médici encerra hoje seu mandato. Dentro de algumas horas o general Ernesto Geisel estará recebendo a faixa presidencial, no Palácio do Planalto. Nascido no momento de uma crise político-militar, o governo Médici se iniciou sob a expectativa da Nação, disposta a apoiá-lo, mesmo sem saber se enfrentaria com êxito os obstáculos com que se defrontava, restabelecendo a ordem, acelerando o desenvolvimento, dando continuidade à Revolução, para ser fiel ao ideal de 1964. É preciso reconhecer que deixa saldos vultosos, tendo alcançado quase todas as metas que fixou e deixando aplainado para seu sucessor o caminho que conduz às que não teve tempo de atingir (FOLHA DE S.PAULO, 14/03/1974).

Como se observa no trecho acima, a Folha de S.Paulo utiliza as **estratégias discursivas de nomeação e de predicação** ao referir-se ao governo de Médici como aquele que deu continuidade a “revolução” e ao caracterizá-lo como um governo que enfrentou “*com êxito os obstáculos com que se defrontava, restabelecendo a ordem, acelerando o desenvolvimento*”. Essa construção discursiva reforça a forma como o jornal avaliava positivamente o governo Médici.

No dia seguinte a esta publicação, no dia 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel assume o governo. Cabe lembrar que este momento coincide com o agravamento da pressão internacional contra a ditadura no

Brasil por observarem que os métodos do governo brasileiro performavam crimes contra a humanidade (LE MOS, 2018). Como retrata Lemos (2018, p. 163), o golpe que havia sido perpetrado no ano anterior pelas forças direitistas no Chile, resultando numa ditadura de 1973-90, foi entendido como indicador de que o caso do Brasil não era uma ocorrência isolada, mas surgia como um modelo que tendia a se estender por toda a América Latina, acontecendo igualmente no Uruguai (1973-85) e na Argentina (1976-83).

A partir desse momento, a Folha de S.Paulo destaca em seu editorial que Geisel começa a falar sobre uma mudança “*gradual e segura*” no sistema político brasileiro:

Aqueles setores de opinião que reclamam do Governo, ou da Revolução, medidas destinadas à plena normalização institucional, o Presidente Geisel acaba de indicar, de forma *clara e precisa*, os rumos que devem ser trilhados. O regime brasileiro comporta aperfeiçoamentos, nesse terreno, porém tais aperfeiçoamentos não de ser “*graduais e seguros*”, a fim de que não se percam, por precipitação ou aodamento, as imensas conquistas, sobretudo de natureza econômica e social, acumuladas nos últimos dez anos. (...) A *Revolução de 1964*, disseram várias vezes os que por ela podiam falar, e o repete, em síntese, agora, o *Presidente Geisel*, tem definido compromissos com o regime democrático e é para atingi-lo, justamente, que o Governo se acha armado de instrumentos excepcionais. Mas a democracia adulta e responsável repousa antes de mais nada, no *desenvolvimento econômico e social*, que, por essa razão mesmo, deve ser a todo custo preservado de eventuais estagnações e retrocessos. Na medida em que estivermos seguros contra esses riscos, as proclamadas “aberturas” se efetuarão normalmente. Essa íntima *correlação entre desenvolvimento socioeconômico e aperfeiçoamento democrático* constitui um dos *consensos básicos* ao qual nenhuma parcela de opinião nacional deve esquivar-se (FOLHA DE S.PAULO, 23/03/1974).

No trecho acima, observamos que o tema de abertura política começa a aparecer nos editoriais da Folha de S.Paulo. O jornal também endereça sua fala “*àqueles setores de opinião que reclamam do Governo, ou da Revolução*”. O jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, avaliando positivamente a indicação de Geisel sobre o “*aperfeiçoamento*” do regime brasileiro como “*clara e precisa*”. De modo a justificar essa avaliação, a Folha emprega o argumento de que “*o Presidente Geisel, tem definido compromissos com o regime democrático e é para atingi-lo, justamente, que o Governo se acha armado de instrumentos excepcionais*”. Nesses termos, o jornal justifica a atuação repressiva do governo contra os setores que se opunham à ditadura, por exemplo, nomeando-os como instrumentos excepcionais a serviço de um

propósito maior. Desse modo, para o jornal, as medidas de repressão — ou como prefere nomeá-las “*instrumentos excepcionais*” — utilizadas pelo governo eram para atender aos compromissos democráticos da “*revolução de 64*”, legitimando, mais uma vez, em seus discursos as ações do regime ditatorial. Além disso, focado em destacar a importância do desenvolvimento econômico, a Folha de S.Paulo correlaciona o “*desenvolvimento socioeconômico e aperfeiçoamento democrático*” como “*um dos consensos básicos*”. Ao fazer essa correlação, o jornal defende o pressuposto de ser coletiva a avaliação positiva sobre o desenvolvimento socioeconômico do país, utilizando a **estratégia discursiva de nomeação**, ao empregar a metonímia falando do todo pela parte.

Em agosto, no entanto, a Folha de S.Paulo avalia o governo de Geisel, que completara 5 meses:

O presidente Geisel completa hoje cinco meses de governo. Não faltaram, nestes 150 dias, *problemas, incertezas e desafios*, muitos dos quais *inerentes a todo processo de implantação* de uma nova estrutura administrativa. Sobretudo, nesta quadra especialmente delicada em que o mundo inteiro se viu repentinamente mergulhado. *Até mesmo por comparação com o que se faz ou se deixa de fazer lá fora*, balanço dos cinco primeiros meses da administração Geisel *oferece resultados favoráveis*, ainda que a maioria das decisões tomadas desde 15 de março reclame, por natureza, um prazo de maturação bem mais longo (FOLHA DE S. PAULO, 15/08/1974).

Assim, antes de aplicar a **estratégia discursiva de predicação**, ao avaliar o governo ditatorial a Folha de S.Paulo apresenta para o leitor a sua versão do contexto do então governo. De acordo com o jornal, tratava-se um contexto com “*problemas, incertezas e desafios, muitos dos quais inerentes a todo processo de implantação de uma nova estrutura administrativa*”. Entretanto, apesar disso, para o jornal, a administração de Geisel oferecia “*resultados favoráveis*”. Os editoriais nunca enunciam claramente quais são os problemas, as incertezas, os desafios e os resultados favoráveis. Desse modo, a escolha por essas afirmações muito generalistas contribui para o posicionamento político-discursivo do Jornal, na medida que encobrem informações importantes dos leitores, limitando sua compreensão do tema. Um exemplo reside no fato de o jornal conseguir defender e endossar o AI-5 “*mais como instrumento acautelador do que repressor, mais como garantia de que os esforços nacionais em direção do desenvolvimento*”, como fez em editoriais anteriores. Caso o jornal descrevesse para os leitores, abertamente, quais as consequências

trazidas por esse instrumento, essa defesa seria muito mais difícil de ser sustentada. Nesse sentido, esses silêncios são intencionais.

Desse modo, em seus editoriais do ano de 1974, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) reforça sua crítica ao governo de João Goulart e avalia positivamente os governos ditatoriais; b) faz um balanço sobre o governo de Medici e permanece referindo-se ao golpe como revolução; c) compreende estar vivendo em um Brasil de paz; d) começa a falar sobre uma mudança “*gradual e segura*” no sistema político; e) correlaciona o desenvolvimento socioeconômico ao aperfeiçoamento democrático; e, f) avalia positivamente o governo de Geisel.

Nessa mesma linha, em 1975, ainda sob o esquema de publicações reduzidas das páginas editoriais, a Folha de S.Paulo nomeia Geisel como “*estadista*”, ao comentar sobre sua mensagem de fim de ano: “*Tem a Nação diante de si um estadista. Dele clamavam os brasileiros a presença, marcada de equilíbrio, segurança e descortino*” (FOLHA DE S.PAULO, 01/01/1975). Além disso, neste período, o jornal nomeia o contexto político do país como um momento de plenitude política. Um exemplo disso está no discurso de comemoração pelos onze anos da “*Revolução*”, apontando uma “*normalidade democrática*”:

A normalidade democrática, em nome da qual se levantou o país em 1964, configurando a finalidade primordial da Revolução, que visa atingi-la constitucionalmente em toda a sua plenitude, não deve, entretanto, servir de pretexto para contestações, revanches ou inadmissíveis retornos a um deprimente passado que nos arrastava ao opróbrio das nações civilizadas. Nenhum brasileiro, por certo, desejaria voltar à agitação e ao desgoverno que caracterizaram aqueles dias de confusão e tumulto por que passamos há 11 anos. (...) No Brasil, a obra da Revolução de 31 de Março, com todos os erros, equívocos, tergiversações e até excessos que lhe possam ser imputados, é uma realidade incontestável. Por mais intransigentes ou inconformados se julguem os seus críticos e adversários, não se poderá negar, em boa fé, que o saldo final apresentado é altamente positivo. O que se deve e se pode esperar, portanto, é que o regime se aprimore, que os erros e excessos sejam eliminados, mas que os benefícios colhidos persistam, para que a sua marcha ascensional continue sem tropeços, afinal se efetive aquela concepção de vida livre, segura e democrática que se almeja para cada um dos cidadãos e para a Nação (FOLHA DE S.PAULO, 30/03/1975).

Como se observa no editorial acima, mais uma vez, a Folha de S.Paulo não nomeia quais erros, quais equívocos, quais tergiversações e quais excessos os quais se refere. Além disso, o jornal permanece defendendo que o objetivo do

golpe de 1964 era atingir a “*normalidade democrática constitucionalmente em toda a sua plenitude*”. Para a realização de tal defesa, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, comparando os dois períodos. Enquanto o período pré-golpe, é caracterizado como “*deprimente passado*”, “*agitação*”, “*desgoverno*” e “*dias de confusão e tumulto*”, o novo contexto era caracterizado como “*tranquilo*” e de “*desenvolvimento e progresso material*”. Além disso, a Folha de S.Paulo equipara o totalitarismo de direita com o de esquerda ao apontar para sua consequência de “*sobrepôr-se às instituições democráticas*”. Desse modo, o jornal atribui a um enfrentamento entre oposições a responsabilidade da queda da democracia, que cabia aos ditadores golpistas.

Assim, em seus editoriais até maio do ano de 1975, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) nomeia o contexto político do país como um momento de plenitude política; b) destaca sua perspectiva de que o movimento golpista de 1964 e o regime ditatorial que se instalou no Brasil em seguida, estavam alinhados a um ideal democrático; e, c) mantém-se defendendo o governo de Geisel. A síntese desse quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo pode ser observada nas figuras 6 e 7, a seguir:

Figura 6: Síntese do quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo
(parte 1)

AUTOSENSURA OU ALINHAMENTO? A NORMALIZAÇÃO DA BARBÁRIE (1968-1975)

04

Estratégias discursivas de nomeação:

- emprega metonímia para defender que o desejo da maior parte da sociedade era ter paz para trabalhar;
- categoriza o AI-5 como instrumento que confere à Costa e Silva *"poderes praticamente ilimitados"*;
- segue criticando as greves e manifestações contra o governo;
- categoriza Médici como representante das Forças Armadas e detentor das *"esperanças gerais"*;
- confere ao *"apoio de seus leitores"* a responsabilidade por torna-se uma *"grande empresa jornalística"*, atribuindo a si mesmo esta característica.
- fala da parte da sociedade que apoiava o presidente nesse período, sobretudo, as forças governistas e os empresários, como se fosse toda população brasileira.
- refere-se aos presos políticos como *"criminosos"*;
- refere-se ao governo de Médici como aquele que deu continuidade a *"revolução"*;

Estratégias discursivas de previsão:

- avalia como negativa a forma como os policiais contém os manifestantes;
- avalia positivamente os esforços de Castelo Branco e Costa e Silva para manterem-se *"dentro da normalidade democrática"*;
- avalia negativamente os *"alarmistas"* como *"eternos fazedores de crise"*;
- avalia os militares como dignos de confiança de toda nação;
- compara o governo pré-golpe de João Goulart com relação aos governos ditatoriais.
- avalia as torturas e violências *"como fatos isolados e de responsabilidade de autoridades menores estavam longe de constituir regra"*.
- caracteriza o AI-5 *"mais como instrumento acautelador do que repressor"* e como *"garantia de que os esforços nacionais [estariam] em direção do desenvolvimento"*.

1/2

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 7: Síntese do quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo
(parte 2)

**AUTOCENSURA OU ALINHAMENTO?
A NORMALIZAÇÃO DA BARBÁRIE (1968-1975)**

04

Estratégia discursiva de argumentação:

- defende que o desenvolvimento econômico do período gerou “*frutos*”, tais como “*o clima de tranquilidade*”, “*a paz interna*” e o “*milagre brasileiro*”;
- caracteriza os presos políticos como “*assaltantes de bancos, sequestradores, ladrões, incendiários e assassinos*” para reforçar a legitimidade das prisões.

Estratégias discursivas de representação:

- se coloca como quem aconselha acerca da postura que o povo precisa ter para “*conquistar*” o regime democrático;

Estratégias discursivas de intensificação/mitigação:

- enfatiza os efeitos que as radicalizações contra o governo poderiam trazer aos radicais, mostrando algo inexorável, em que todos perderiam.
- trata os erros da “*Revolução*” como “*inevitáveis*”, sem ao menos mencionar a que erros inexoráveis se referia.

2/2

Fonte: Elaborada pela autora.

5.5. O projeto distensionista: do reconhecimento da não normalidade democrática à denúncia de censura (1975-1977)

O discurso dos editoriais da Folha de S.Paulo tem uma mudança de posicionamento significativa nesse período. O jornal, que no momento anterior atuava na defesa dos governos ditatoriais e na propagação da ideia de que o país vivia uma plenitude política, ainda em 1975 emprega maior visibilidade e assertividade à ideia de abertura política que estava sendo apresentada aos leitores aos poucos, no período anterior, ao assumir não estar em um governo de normalidade democrática.

Cabe salientar que a Folha de S.Paulo se alinha e apoia o governo a partir do alinhamento e do apoio à determinados temas que foram identificados nos editoriais e que vão sendo ressignificados pelo jornal ao longo dos anos.

Desse modo, do período de maio de 1975 a abril de 1977, a Folha de S.Paulo atua político-discursivamente denunciando de forma mais direta a censura, na defesa pela liberdade de imprensa e na crítica às restrições da Lei Falcão, como serão discutidas nessa seção seguindo a ordem temporal de acordo com os acontecimentos. Cabe destacar que essa mudança no posicionamento político-discursivo não foi por acaso. Cláudio Abramo, um dos principais elementos de resistência do jornal, como Diretor de Redação, nesse período trouxe para o corpo editorial do jornal um grupo crítico, composto por jornalistas como Alberto Dine³³ (MOTA; CAPELATO, 1981).

Deve-se ressaltar que, apesar da Folha de S.Paulo defender, repetidamente, que o regime ditatorial estava alinhado a ideais democráticos, ao mesmo tempo o jornal reforça sua fala sobre “*uma abertura ideal*”:

A marcha em direção a uma abertura ideal que não poderia senão englobar todos os níveis da vida política da Nação traz à memória o *espectro assustador de uma volta à situação com que se defrontava o País em 64* e é, por todos os motivos, impraticável e inaceitável. Esse ponto de vista, esposado embora por alguns homens de boa fé, ao qual aderem, por cálculo, os próprios inimigos da democracia, revela uma visão elitista do universo brasileiro, por aferrar-se a argumentos que padecem de ausência de senso prático e ignorância das condições objetivas da sociedade brasileira. (...) *A tarefa imperiosa da Revolução será galvanizar o povo brasileiro para seus objetivos maiores*, oferecendo ao mesmo tempo uma demonstração irretorquível de intenções na procura das soluções mais próximas da realidade quotidiana. Tornando assim *cada brasileiro* um homem *respeitado, engajado no desenvolvimento do País*, com uma *vida mais digna*, e testemunha da vontade manifesta dos líderes da Nação de

³³ Alberto Dines nasceu no Rio de Janeiro, em 1932. Atuou como diretor do segundo caderno do jornal Última Hora (1959), foi editor-chefe da revista Fatos e Fotos (1960), dirigiu o Diário da Noite, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand (1960), foi editor-chefe no Jornal do Brasil (1962) e, criou e ocupou a cadeira de jornalismo comparado na Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica (PUC) (1963). Nesse período fundou, dirigiu e colaborou regularmente com os Cadernos de Jornalismo e Comunicação do Jornal do Brasil e instituiu a cadeira de teoria da imprensa na PUC (1965-66). Quando da promulgação do AI-5, coordenou a edição da célebre primeira página que se valeu de recursos como a previsão do tempo — “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos” — e de um anúncio no alto da página: “Ontem foi o dia dos cegos”, como parte de uma estratégia para denunciar a censura imposta à redação a partir de então. Foi demitido em 1973 do Jornal do Brasil, por não aceitar a censura e por discordar das atitudes do responsável pela segurança da empresa. Em julho de 1975 assumiu a chefia da sucursal carioca da Folha de S.Paulo, convidado por Cláudio Abramo, diretor de redação, na primeira da nova fase do jornal, posteriormente denominada Projeto Folha, que incorporava *marketing* e reformas editoriais e do processo de produção. Criou uma coluna dominical intitulada Jornal dos jornais, a primeira no país de crítica à imprensa, publicada de 1975 a 1977. A coluna foi extinta depois de um episódio envolvendo o jornalista Lourenço Diaféria, que escreveu um artigo sobre a Semana da Pátria, considerado ofensivo pelo ministro do Exército, general Sílvio Frota. Em meio à crise, Abramo foi demitido e substituído por Boris Casoy. Em 1980, Dines deixou a Folha de S.Paulo, demitido por Boris Casoy, após escrever um artigo denunciando a repressão do governador Paulo Maluf à greve do ABC (CPDOC, 2023).

punir os abusos, corrigir os erros e reduzir as desigualdades mais gritantes (FOLHA DE S.PAULO, 11/05/1975).

Nesse íterim, a Folha de S.Paulo destaca que a “*tarefa imperiosa da revolução*” era “*galvanizar o povo brasileiro para seus objetivos maiores*”. Para defender essa proposição, o jornal argumenta que só assim “*cada brasileiro*” tornar-se-ia “*homem respeitado, engajado no desenvolvimento do País*” e com uma “*vida mais digna*”, trazendo para o leitor, mais uma vez, “*o espectro assustador de uma volta à situação com que se defrontava o País em 64*”. É importante destacar que, a partir de 1974, a sociedade passava a sentir os efeitos negativos da política de crescimento do governo. Nesse cenário, uma série de movimentos populares começaram a ganhar força, exigindo o retorno das liberdades democráticas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (ALMEIDA, 2016; MAIA, 2017). Apesar disso, o jornal se manteve defendendo o governo de Geisel, inclusive elogiando a mensagem que o presidente ditador proferiu à Nação:

Quem tem ouvidos, ouviu: a *Revolução segue inabalavelmente os ideais generosos que a inspiraram, caminhando a passos largos para a construção de um regime democrático* e para o desenvolvimento econômico social. (...) É preciso compreender que os dias de hoje tornam inviável a sobrevivência de um regime democrático indefeso, como aquele, ante o trabalho desagregador dos que utilizam a liberdade como instrumento para destruí-la. É preciso compreender, também, que *liberdade e segurança não são incompatíveis ao contrário, se complementam* - e que cabe à nossa geração enfrentar o desafio de formular um regime que seja, ao mesmo tempo, *plenamente democrático e suficientemente forte para resistir embate das ideologias de exportação*. (...) Cumprimos, desde 1964, uma longa jornada, e o descortino dos homens que se incumbiram do comando da Revolução constitui um penhor seguro do que está por vir. Hoje, mais do que nunca, *temos por que confiar em um Brasil grande, livre e democrático*, um Brasil que corresponda realmente às raízes de nossa civilização (FOLHA DE S.PAULO, 03/08/1975).

No excerto acima, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de intensificação** ao utilizar termos como “*inabalavelmente*” e “*passos largos*” dando ênfase ao seu posicionamento de que a “*Revolução*” estaria comprometida com a construção de um regime democrático. Nesse aspecto, observamos que o jornal fala em construção de regime democrático, quando em editoriais anteriores já afirmava estar em um. Todavia, apenas nesse momento essa construção discursiva aparece de forma mais direta, ou seja, o jornal

considera, abertamente, não estar em um regime de normalidade democrática, mas construindo.

O governo de Geisel foi marcado por muitos assassinatos e desaparecimentos políticos. Em 25 de outubro de 1975, por exemplo, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-CODI em São Paulo (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). O jornalista, acusado de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia comparecido voluntariamente àquela repartição para depor (LEMOS, 2018). O assassinato de Herzog, apresentado pela repressão como suicídio, causou intensa indignação e comoção pública (MOTTA, 2021). Esse caso causou tanta indignação — sobretudo, por esse assassinato ter sido divulgado como um suicídio pela repressão — que as mobilizações de oposição à ditadura ganharam força. Em editorial de 01 de novembro, a Folha escreve sobre o caso de Vladimir Herzog:

O doloroso episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog encerra uma lição e sugere uma ponderação. Uma lição para todos os radicais, de um e outro lado, que vaticinaram catástrofes, esperando uma irrefreável escalada da subversão ou as violências indiscriminadas de uma repressão. Uma ponderação de que o ocorrido está a recomendar maior vigilância no resguardo dos direitos inerentes à pessoa humana, para que tais fatos não mais se repitam em nosso País (FOLHA DE S.PAULO, 01/11/1975).

A Folha de S.Paulo categoriza este episódio como “*doloroso*”, que encerra uma lição para os radicais e uma ponderação da necessidade de maior vigilância no resguardo dos direitos humanos. Utilizando uma **estratégia discursiva de nomeação** ao nomear esse assassinato como “*morte do jornalista*”, assim, o jornal ainda escolhe não se comprometer político-discursivamente, nesse momento, com as mobilizações de oposição ao governo. Além disso, coloca na mesma régua os radicais de “*de um e outro lado*”, responsabilizando-os por prenunciar “*violências indiscriminadas de uma repressão*”. É assim, notável, que apenas nesse período a Folha de S.Paulo traz para o debate a preocupação e a recomendação de “*maior vigilância no resguardo dos direitos inerentes à pessoa humana*”.

Desse modo, em seus editoriais publicados a partir do mês de maio de 1975, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) reforça o reconhecimento de não estar em um governo de normalidade democrática e, b) categoriza o assassinato de Vladimir Herzog como episódio *doloroso*.

Em 1976, ao abordar a cassação de um político emedebista, a Folha de S.Paulo fala sobre a atuação da imprensa, da opinião pública e da nação:

A imprensa deve voltar a meditar acerca de seu papel de intermediário na problemática nacional, e sobre a sua capacidade positiva de contribuir para a superação de impasses. A opinião pública deve pautar racionalmente o seu comportamento eleitoral em novembro próximo, tendo em vista os acontecimentos de que Brasília foi palco nos últimos dias. E a Nação deve, agora, concentrar seus esforços nas árduas tarefas que nos aguardam no plano interno e nos problemas econômicos que nos afetam a nível de nossas relações com o mercado mundial (FOLHA DE S.PAULO, 09/04/1976).

O jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar como a imprensa, a opinião pública e a nação deveriam agir. Isto é, para a Folha de S.Paulo, a imprensa precisava “*voltar a meditar acerca de seu papel de intermediário na problemática nacional*”, reforçando a ideia de que a imprensa intervém ativamente na sociedade. Além disso, para o jornal, a opinião pública deveria “*pautar racionalmente seu comportamento eleitoral*” e a Nação “*concentrar seus esforços nas árduas tarefas que nos aguardam*”, incluindo-se como parte desse grupo. Cabe destacar, assim, que o jornal se refere à sociedade como opinião pública e ao conjunto de diferentes setores — sociedade, governantes e instituições — como Nação.

Nesse mesmo período, a Folha de S.Paulo começa a reforçar sua preocupação com relação à economia do país:

A inflação brasileira parece um animal indomável. Os governos têm escolhido para debelá-la nossos melhores economistas; o presidente Geisel entregou a responsabilidade maior do controle inflacionário a um dos que mais seriamente estudaram a maneira de eliminá-la gradualmente. Mas ela parece ser mais forte do que os economistas mais competentes. (...) Pouco a pouco, volta-se aos piores índices dos anos 60. (...) O Governo, Geisel não deixou de reconhecer o sacrifício dos trabalhadores e pretendeu tornar mais equitativo o processo de luta contra a inflação. Promoveu reajustes salariais que levaram em conta os aumentos de custo de vida e os aumentos de produtividade. (...) O crescimento da massa dos assalariados provocou o aumento na demanda de bens tipicamente consumido pelos trabalhadores. Por outro lado, uma redução nas margens de lucros desacelerou o ritmo de crescimento na demanda de bens tipicamente consumidos pelas classes média-alta e alta. (...) Em lugar de se adaptarem às novas características de crescimento da economia, as classes empresariais parecem ter preferido ater-se à ideia de que o modelo anterior que fora interrompido poderia ser mantido. Viam-se assim as autoridades governamentais ante um impasse. Como atender às reivindicações muitas vezes justas dos empresários e de suas associações, que em numerosas oportunidades se constituíram em principais fontes de apoio político, e ao mesmo tempo prosseguir com uma política econômica apoiada pelo consenso nacional como socialmente mais justa? Por diversos meios, os apelos e reivindicações dos empresários começaram

a ser atendidos. Apesar de o orçamento comentário e crédito prever um gradual aperto, houve uma abertura creditícia. Os índices de venda se recuperaram, inclusive dos bens unitariamente caros, ainda que em ritmo moderado. A inflação mostra sinais de grande resistência, minando a credibilidade da política governamental que, embora a contragosto, se verá submetida ao julgamento da opinião pública nas eleições de novembro. *O governo precisa agir não só com rapidez; deve agir com eficácia.* Mas há uma diferença, desta vez: para liquidar com a enfermidade inflacionária, não se poderá mais uma vez solicitar dos trabalhadores um sacrifício maior do que se exigirá dos empresários. O dilema deve ser enfrentado decisivamente. (...) O combate rígido e definitivo à inflação exigirá das autoridades medidas de forte impacto. E essas medidas só conquistarão o respaldo da opinião pública, igualmente imprescindível, demandarem *sacrifícios equitativos entre trabalhadores e empresários* (FOLHA DE S.PAULO, 24/06/1976).

No editorial acima, a Folha de S.Paulo utiliza algumas estratégias discursivas. A primeira delas diz respeito à **estratégia discursiva de nomeação**, em que o jornal utiliza a metáfora “*animal indomável*” para referir-se à inflação. Nesse aspecto, o jornal aponta para o fato de a inflação parecer irrefreável, apesar dos esforços do governo — dentre eles, o de escolher os “*melhores economistas*”. Outra **estratégia discursiva** é a **de predicação**, ao realizar as comparações entre os sacrifícios dos trabalhadores e dos empresários. Cabe salientar que, ao sugerir que os sacrifícios exigidos pelo governo aos trabalhadores e aos empresários fossem equitativos para que o governo conquiste o respeito da opinião pública, apesar de afirmar que houve sacrifícios dos empresários, reconhece que não foram equivalentes aos sacrifícios dos trabalhadores. O que de fato ocorreu, tendo em vista que as reformas — tributárias e bancárias — implementadas pelo governo resultaram “numa forte capitalização do Estado, na alavancagem das empresas, numa intensa rotatividade de mão de obra e viabilizaram o período de acelerado crescimento econômico a partir de 1968”, em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores que sofriam repressão e eram superexplorados (ALMEIDA, 2016, p. 164). Nesse ínterim, a Folha de S.Paulo defende a necessidade de o governo agir com rapidez e eficácia, demandando “*sacrifícios equitativos entre trabalhadores e empresários*”.

No que se refere à atuação da imprensa, a Folha de S.Paulo, torna a falar sobre a censura, desta vez destacando o impacto dela em sua atuação:

Sob controle desde 1968, *passou a imprensa por dias difíceis entre os anos de 1970 e 1974, quando a censura no tocante a assuntos político-institucionais e político-econômicos tornou-se mais ferrenha.* Na verdade, encontra-se a memória da nação

parcialmente desfalcada no que respeita à época acima referida, *dada a relativa deficiência dos processos normais de informação e registro. Espera-se que historiadores, estudiosos e a própria imprensa como um todo possam, ao correr dos anos, reconstituir o período* a contento. A partir de 1974 houve profundas mudanças no quadro geral. *Passou o novo governo a encarar as críticas eventuais de forma tolerante*, produzindo-se, em alguns meses, o arrefecimento sensível das limitações ao dever de *informar e opinar* que cabe aos profissionais de imprensa. Deu-se, como resultado prático, a *retirada dos censores a serviço em redações de revistas e jornais* anteriormente considerados suspeitos. (...) *A censura formal — já banida pelo governo Geisel de toda a imprensa* persiste, por razões insondáveis, para este semanário do Rio e para um similar paulista. Por quê? *A contínua censura* a estes dois pequenos jornais só *desvaloriza a democrática* atitude assumida pelo Governo ao suspender as limitações à liberdade de imprensa. As decisões pela metade geram *insegurança* e, via de regra, *desestímulo: ou acredita o Governo que a liberdade de imprensa seja um princípio basilar de nossa civilização ou não acredita*. Convencidos da primeira hipótese, perguntamos: mesmo que assim não fora, qual real ameaça à cultura e a segurança nacionais podem representar dois semanários cuja circulação, notoriamente das mais restritas, representativa de pequeno interesse votado por nossa população a publicações dessa ordem? Precisamos mais do que nunca, de um governo *forte e confiável*. De um governo sem temores, que apague as suspeitas e as inimizades, abrigando todos os brasileiros sob sua autoridade consentida. *A liberdade de imprensa integral — desta mesma imprensa que tanto respeito tem dedicado ao presidente Geisel e aos legítimos esforços de seu governo — é um dos instrumentos por meio dos quais construiremos uma ordem institucional estável, independente e segura* (FOLHA DE S.PAULO, 04/08/1976).

A Folha de S.Paulo denuncia a censura que sofreu desde 1968, apontando os anos de 1970 a 1974 como os mais duros. O jornal aponta para um desfalque na memória da população neste período, tendo em vista o que chama de “*relativa deficiência dos processos normais de informação e registro*”. O que significa que, por não terem podido noticiar — em função da censura — os fatos durante este período, a população não teve acesso às informações sobre os fatos que ocorriam em suas cidades, seus estados e seu país. Cabe destacar que a censura à imprensa no Brasil ocorreu de forma particular, sobretudo, no período que se estendeu de 1968 a 1978, tendo em vista que foi maquiada e recusada por serem ilegais (SMITH, 2000). A autora destaca que cada passo da censura era controlado, a emissão das ordens obedecia a um padrão rigoroso e as proibições sem assinatura de notícias eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Por volta de abril/maio de 1969, os censores militares improvisados foram retirados das redações e os jornais voltaram a tratar de política, de forma cautelosa. Após essa retirada, os censores

profissionais da Divisão de Censura da Polícia Federal entraram em ação, por mais que o governo sempre negasse a existência de censura de natureza política (MOTTA, 2013). De modo formal, a legislação do regime militar garantia a liberdade de imprensa, com exceção de situações de atentado à moral e aos bons costumes e de propaganda de ideias visando à subversão da ordem, o que mostra que, na prática, a censura à imprensa foi realizada de maneira informal (MOTTA, 2013).

Além disso, o editorial também denuncia a censura ainda vigente em dois semanários, utilizando a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar essa censura como prejudicial à democracia, gerando insegurança e desestímulo. O jornal utiliza também a **estratégia discursiva de representação**, ao falar da perspectiva de quem é afetado com a liberdade ou com a falta dela. Em *“precisamos mais do que nunca, de um governo forte e confiável”*, o jornal declara essa necessidade comum. Assim, a Folha de S.Paulo finaliza defendendo que a liberdade de imprensa *“é um dos instrumentos por meio dos quais construiremos uma ordem institucional estável, independente e segura”*.

Após reconhecer a relevância de Geisel para a retirada dos censores em redações de revistas e jornais, a Folha de S.Paulo faz sua avaliação sobre o governo de Geisel:

Numa palavra, tem o Brasil, no seu Presidente, um homem que conseguiu, graças à sua formação e aos ideais que propugna, *impor uma linha de absoluta coerência entre o destino mais alto que pretende para o País e o modo por que esse destino deve realizar-se.* (...) Os exemplos da conduta presidencial são numerosos, e entre eles não está em último lugar a decisão de *levantar as restrições que eram impostas à imprensa em geral*, já que o Presidente — como tornou claro à opinião pública *prefere conhecer as críticas* que os diversos setores da nacionalidade tenham a fazer ao seu governo a ignorá-las, suprimindo-as (FOLHA DE S.PAULO, 17/08/1976).

A partir do excerto acima, observamos que a Folha de S.Paulo usa uma **estratégia discursiva de nomeação** para nomear Geisel como o homem que conseguiu *“impor uma linha de absoluta coerência entre o destino mais alto que pretende para o País e o modo por que esse destino deve realizar-se”*. O jornal fala de exemplos de conduta presidencial de Geisel citando a retirada das *“restrições que eram impostas à imprensa em geral”*, destacando que este *“prefere conhecer as críticas”*. Cabe salientar, entretanto, que o governo Geisel foi um governo que, apesar da crise internacional do período, continuou

oferecendo crédito para empreendimentos privados (MOTTA, 2021), o que explicaria esse apoio do jornal a Geisel.

Apesar das avaliações positivas ao governo Geisel, a Folha de S.Paulo critica as restrições da Lei Falcão. Essa lei, instaurada em 1976, estabelecia que durante as campanhas para eleições municipais os candidatos não poderiam realizar debates nos meios de comunicação e se limitariam a apresentar nome, número, currículo e partido (DINIZ, 2016). Cabe lembrar que, como discutido anteriormente, as eleições gerais de 1974 constituíram o primeiro ato público do roteiro da distensão política (LEMOS, 2018). De acordo com o autor, os condutores do regime apostaram que, cedendo melhores condições de competição eleitoral ao MDB, ampliariam a legitimidade da sua dominação sem risco de perder o controle do processo político, que seria garantido, formalmente, pela presumida vitória do partido Arena.

Assim, em 1974 ocorreu a primeira eleição em que candidatos e militares oposicionistas não foram presos durante o processo, e o MDB aproveitou o clima menos cerceado para fazer uma campanha política mais agressiva, em que denunciou o autoritarismo da ditadura e também as mazelas sociais do país, elegendo 16 senadores entre 22 vagas em disputa e aumentando sua bancada na Câmara de 28% para 44% (MOTTA, 2021). Além disso, após as eleições municipais de outubro de 1976, em que o MDB saiu vitorioso nas maiores cidades e a Arena nos pequenos municípios, as elites dirigentes, percebendo que esse tipo de evolução traria sérios prejuízos eleitorais, optaram por introduzir uma reforma partidária (DINIZ, 2016). A primeira reação foi a Lei Falcão, em decorrência do diagnóstico feito pelo SNI de que o acesso à televisão e ao rádio pelo MDB foi determinante para a derrota da Arena no pleito de 1974 e que, se não fossem tomadas as medidas necessárias, era provável que iriam ocorrer novas derrotas nas próximas eleições (CARDOSO, 2018). Nessa conjuntura, em editorial intitulado “*Eleição sem povo*” o jornal destaca:

As instruções acerca do cumprimento da chamada Lei Falcão, baixadas anteontem pelo Tribunal Superior Eleitoral, colocam em realce o despropósito de um dispositivo legal produzido ao sopro da *conveniência momentânea e interesseira*. (...) Do conjunto, emana um forte conteúdo liberticida, que *constitui ameaça não apenas às liberdades estritamente políticas*. É patente, ali, o desejo de *confundir e tornar mais penoso o entendimento popular*; é patente, também, a intenção de *minimizar e processo eleitoral, desengajando a população*. Por quê? Nas eleições de 1974 não tínhamos Lei Falcão. Ocorreram, àquela época, ameaças à ordem pública advindas do pleito? Não foi aquele processo eleitoral o mais correto de quantos houve na história do País? *É lamentável que a Lei*

Falcão e suas tristes consequências jurídicas venham reprimir o curso eleitoral, justamente quando — observe-se — o partido do Governo experimenta crer nas recentes pesquisas de opinião pública, considerável avanço na liga pela preferência do povo (FOLHA DE S.PAULO, 13/10/1976).

Como se observa no trecho acima, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar a Lei Falcão como “*conveniência momentânea e interesseira*”. Isso porque, como analisamos, a Lei Falcão foi um instrumento do governo para manter o controle da transição e evitar o avanço eleitoral do MDB. Além disso, o jornal utiliza mais uma vez a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar como “*tristes*” as consequências jurídicas que venham “*reprimir o curso eleitoral*”, mostrando ao leitor o quanto se colocava contra essa lei.

Desse modo, em seus editoriais a partir de 1976, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) fala claramente sobre as cassações políticas que ocorriam no país; b) permanece defendendo os ideais do movimento golpista de 1964; c) reforça sua preocupação com relação à economia do país; d) defende que os sacrifícios entre trabalhadores e empresários, para a melhora da economia, deveriam ser equitativos, e) volta a falar sobre a censura destacando o impacto dela em sua atuação; f) denuncia a censura que a imprensa sofreu desde 1968, apontando os anos de 1970 a 1974 como os mais duros; g) defende a liberdade de imprensa; e, h) critica as restrições da Lei Falcão.

Em 1977, a Folha de S.Paulo retoma a periodicidade de seus editoriais ao publicá-los quase que diariamente. Já no início desse ano, o jornal apresenta os possíveis caminhos para a resolução da crise financeira do país, mostrando a preocupação do empresariado:

O empresariado brasileiro está tomando a iniciativa de exigir maior diálogo com os ministros responsáveis pelos rumos econômicos e políticos e de propor caminhos alternativos mais audazes para o Governo. Não se mostram satisfeitos os empresários com a forma pela qual decisões de enorme repercussão sobre a vida econômica têm sido tomadas sem uma consulta mais aprofundada junto àqueles que têm sugestões a dar, "nascidas da vivência de suas experiências e do desejo de aperfeiçoar a implementação da política econômica", conforme destacou anteontem o Sr. Teófilo de Azeredo Santos, presidente da Federação Nacional dos Bancos, no 18.º Encontro de Confraternização das Classes Empresariais, em almoço oferecido ao ministro Mário Henrique Simonsen. (...) A condução da política econômica, entretanto, não pode ser avaliada apenas pela aprovação dos empresários. É preciso que o Governo estenda o diálogo a todos os setores da população, incluindo também, em sua agenda de encontros e conversas, os representantes dos e os

políticos eleitos, representantes do povo (FOLHA DE S.PAULO, 30/01/1977).

É interessante observar que, apesar de se tratar de uma empresa, o jornal emprega a **estratégia discursiva de representação** ao falar que “o *empresariado brasileiro está tomando a iniciativa de exigir maior diálogo*”, isto é, ao falar do empresariado sem se colocar no texto como parte desse ator político e social. O jornal adota um tom de neutralidade, mais informativo ao leitor. Ao assim construir o seu discurso, a Folha de S.Paulo aponta apenas o que seria a ação de outrem.

Nesse mesmo ano, a Folha de S.Paulo fala da posse dos prefeitos e vereadores de todo o país:

Com a posse, hoje, de milhares de prefeitos e vereadores em todo o País, *completa-se o processo democrático* cujo ponto culminante foi a eleição de 15 de novembro. Não nos esqueçamos de que, mais de uma vez, a realização dessa eleição esteve ameaçada: e foi também *graças ao empenho pessoal do presidente da República que o calendário eleitoral pôde ser cumprido*, dentro de um clima cívico — traduzido por ordeiro e maciço comparecimento do eleitorado. Nada mais justo, pois, do que se *creditar ao presidente Geisel muito do mérito pelo normal desenvolvimento do rito democrático*, do qual a posse dos eleitos é o corolário lógico (FOLHA DE S.PAULO, 01/02/1977).

Como se observa no trecho acima, o jornal atribui o fato das eleições municipais terem ocorrido dentro do previsto no calendário eleitoral ao “*empenho pessoal do presidente da República*”. Observamos nesse discurso a forma pela qual o jornal realiza uma crítica ao governo *versus* como realiza um elogio. Isso porque, ao realizar críticas como os referentes à implementação da Lei Falcão, analisadas anteriormente, o jornal atribui responsabilidade ao governo. Por outro lado, quando realiza elogios para tal governo, os faz à pessoa do presidente da República, construindo discursivamente que se tratam de coisas diferentes. Sabemos, no entanto, que num regime ditatorial como o que estava o Brasil nesse momento, o líder do executivo detém esse poder repressivo. Um exemplo disso foi o recesso do Congresso, decretado por Geisel, neste mesmo ano, em abril de 1977, usando os poderes do AI-5. Sobre esse tema, o jornal aponta:

Pela terceira vez, desde 1964, as tendências da sociedade civil refletidas de uma forma ou de outra no recinto do Congresso Nacional entraram em contradição irresolúvel com as necessidades do regime político inaugurado pelo movimento de 31 de março. (...). Antes de mais nada, é de se notar que dentre as partes envolvidas naquela contradição a que

aludimos acima e que terminou por conduzir ao fechamento das câmaras legislativas nacionais, a mais prejudicada é, a longo termo, o *sistema revolucionário*. (...) Com o recesso, está ao alcance do Governo implantar no quadro político as reformas que bem entender, livre da incômoda interferência de parceiras da embaraçosa oposição de adversários. O MDB foi afastado, a Arena chafurda no ridículo e a sociedade brasileira apenas aguarda, passiva (FOLHA DE S.PAULO, 05/04/1977).

No trecho acima, notamos mais uma crítica da Folha de S.Paulo ao governo, desta vez ao que se refere ao recesso do Congresso decretado por Geisel. Apesar dessa crítica, apontando que estaria o governo com liberdade de “*implantar no quadro político as reformas que bem entender, livre da incômoda interferência de parceiras da embaraçosa oposição de adversários*”, o jornal demonstra ainda estar alinhado ao “*regime político inaugurado pelo movimento de 31 de março*”. É curioso notar que, mesmo depois das críticas aos governos militares do regime ditatorial, inclusive após a denúncia de ter sofrido censura, a Folha de S.Paulo permanece defendendo os preceitos do “*sistema revolucionário*”.

Desse modo, em seus editoriais até abril de 1977, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) retoma a periodicidade (quase) diária dos editoriais; b) apresenta os possíveis caminhos para a resolução da crise financeira do país, mostrando a preocupação do empresariado e a necessidade de estabelecer mais diálogo com eles; e, c) elogia Geisel por ter mantido o calendário eleitoral. A síntese desse quinto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo pode ser observada na figura 8, a seguir:

Figura 8: Síntese do quinto momento da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo

**O PROJETO DISTENSIONISTA:
DO RECONHECIMENTO DA NÃO NORMALIDADE DEMOCRÁTICA
À DENÚNCIA DE CENSURA (1975-1977)**

05

Estratégias discursivas de nomeação:

- nomeia o assassinato de Vladimir Herzog como *"morte do jornalista"*, escolhendo não se comprometer político-discursivamente, nesse momento, com as mobilizações de oposição ao governo.
- utiliza a metáfora *"animal indomável"* para referir-se à inflação, apontando para o fato de a inflação parecer irrefreável apesar dos esforços do governo.
- nomeia Geisel como o homem que conseguiu *"impor uma linha de absoluta coerência entre o destino mais alto que pretende para o País e o modo por que esse destino deve realizar-se"*.

Estratégias discursivas de previsão:

- avalia que a imprensa precisava *"voltar a meditar acerca de seu papel de intermediário na problemática nacional"*, reforçando a ideia de que a imprensa intervém ativamente na sociedade;
- avalia a censura como prejudicial à democracia, gerando insegurança e desestímulo;
- comparar os sacrifícios dos trabalhadores e dos empresários;
- avalia a Lei Falcão como *"conveniência momentânea e interesseira"*.

Estratégias discursivas de representação:

- fala da perspectiva de quem é afetado com a liberdade ou com a falta dela. Em *"precisamos mais do que nunca, de um governo forte e confiável"*, por exemplo, o jornal declara essa necessidade comum;
- fala que *"o empresariado brasileiro está tomando a iniciativa de exigir maior diálogo"*, sem se colocar no texto como parte desse ator político e social, adotando um tom de neutralidade, mais informativo ao leitor.

Estratégias discursivas de intensificação/mitigação:

- utiliza termos como *"inabalavelmente"* e *"passos largos"* dando ênfase ao seu posicionamento de que a *"Revolução"* estaria comprometida com a construção de um regime democrático.

Fonte: Elaborada pela autora.

5.6. Os (des)caminhos do processo de abertura: de um lado denúncias, de outro absolvição (1977-1988)

Entretanto, dias depois a Folha de S.Paulo modifica seu tom de crítica, passando a adotar uma crítica mais forte, apoiando os movimentos sociais em prol da abertura política. Desse modo, do período de abril de 1977 à dezembro de 1988, a Folha atua político-discursivamente na denúncia à tortura empregada pelo Estado a presos políticos, na denúncia a violência contra a oposição, na luta pela anistia política, na convocação à sociedade para mobilizações e lutas sociais, na defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte, na denúncia à falta de frutos da chamada Nova República e na reivindicação de seus governantes para uma postura mais ativa em conduzir as atividades do governo, como serão analisadas nessa seção seguindo a ordem temporal de acordo com os acontecimentos.

Na primeira quinzena de abril de 1977, Geisel decretou o recesso do Congresso e promulgou um conjunto de mudanças constitucionais, conhecido como o Pacote de Abril, usando os poderes do AI-5 (DINIZ, 2016; CARDOSO, 2018). Esse pacote de abril chocou parte da opinião pública, pois “tamanho intervenção autoritária não ocorria desde 1968. O evento foi ainda mais decepcionante por significar grave retrocesso em relação às expectativas em torno da distensão” (MOTTA, 2021, p. 262). Dentre as medidas desse pacote estavam: eleição indireta para um terço dos senadores; aumento das bancadas de deputados federais dos estados menores, em que a Arena era mais votada; eleições indiretas para governadores em 1978; redução do quórum para aprovar emendas constitucionais (de dois terços para maioria simples), o que tirava o poder do MDB de bloquear iniciativas do governo; ampliação do mandato do futuro presidente de cinco para seis anos (MOTTA, 2021). Nesse contexto, a Folha de S.Paulo critica o recesso do Congresso, como se observa no trecho a seguir:

Há precisamente dez dias, desde que o sr. presidente da República suspendeu temporariamente as atividades do Congresso Nacional chamando a si a função de legislar, a *Nação brasileira encontra-se imersa em um clima de desinformação e insegurança. Algo de muito errado deve estar ocorrendo em alguma parte*, porque tanto os governos como as leis existem exatamente para garantir e promover a segurança dos governados, e porque os dirigentes, convictos do acerto de seus atos, não têm razões para *ocultar nos cidadãos*, os seus propósitos (FOLHA DE S.PAULO, 12/04/1977).

Nesse momento, a Folha de S.Paulo demonstra insatisfação com a suspensão do Congresso e utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** para falar em nome da Nação, reforçando que “*a Nação brasileira encontra-se imersa em um clima de desinformação e insegurança*”. Isso porque, aqui o jornal utiliza metonímia ao falar do interesse de uma classe como sendo um interesse geral. Além disso, por meio da expressão “*Algo de muito errado deve estar ocorrendo em alguma parte*”, a Folha de S.Paulo reforça sua crítica, também endereçando seu questionamento sobre a motivação de tais ações serem ocultadas pelo governo.

Neste mesmo ano, a Folha de S.Paulo faz uma publicação sobre as comemorações do dia da imprensa em que coloca os jornais como um quarto poder:

As comemorações do Dia da Imprensa no Brasil, nos dias que transcorrem, têm o sentido de *convocação das forças vivas da sociedade para uma união de vontades determinadas a preservar a liberdade de informar e de opinar* através dos veículos da comunicação social. Não faltaram os que desejam o retorno a uma situação vencida no início do Governo do presidente Ernesto Geisel. Os jornais, naquele momento, recuperaram a fala depois de um período de constrangimentos de má memória para nossa História. *Graças à voz reanimada dos jornais foi mudado o ambiente político nacional, alterando-se a sua evolução, ainda que mantidos os instrumentos característicos da exceção. O jornal foi a distensão alcançada, o grande agente da mudança da ambiência política. A distensão deveu-se à recuperação do debate livre, à discussão ousada e crítica das decisões governamentais e dos fatos da vida nacional.* A distensão — hoje posta em causa — foi o jornal liberado para o exercício de sua função, indispensável numa sociedade que se quer democrática e pluralista na organização do Poder. Para que a distensão continue sendo alguma coisa significativa, terá de respeitar, antes de tudo, o *jornal livre* de qualquer peia que ultrapasse as exigências do comportamento responsável. No sistema em que temos vivido nos últimos anos, a imprensa está naturalmente chamada a acrescentar aos seus deveres de informar e de opinar, a obrigação de praticar o *poder de investigação*. É essencial esse *papel do jornal na sociedade de massas* e nos regimes dos governos agigantados em suas atribuições e poderes. Reduzido o Congresso pelos freios aplicados à sua ação, é fundamental à sociedade organizada *dispor do jornal como poder de investigação, de vigilância e de controle do processo decisório governamental*. Este processo é a própria soberania em prática, e sem alguma forma de controle público e aberto, o processo decisório converte-se em demonstração de poder com pretensão à onipotência (FOLHA DE S.PAULO, 09/06/1977).

Ao falar das comemorações do dia da imprensa, a Folha de S.Paulo aponta que estas têm o sentido de convocar “*as forças vivas da sociedade para*

uma união de vontades determinadas a preservar a liberdade de informar e de opinar". Notamos assim que o jornal reforça a necessidade de preservação da liberdade dos veículos de comunicação. Além disso, a Folha, por meio da **estratégia discursiva de predicação**, atribui a *"voz reanimada dos jornais"* à mudança no ambiente político nacional, no momento que Geisel tirou os censores das redações. Entretanto, como vimos anteriormente, além da Folha ter adotado a autocensura, no período que se estendeu de 1968 a 1978, a censura foi maquiada por serem ilegais (SMITH, 2000). A Folha usa a estratégia discursiva de nomeação **ao nomear** o jornal como *"a distensão alcançada, o grande agente da mudança da ambiência política"*. Desse modo, o jornal defende já terem alcançado uma distensão, mas por meio dos jornais, trazendo um protagonismo para a atuação das empresas jornalísticas. É interessante observar que, apenas nesses últimos momentos da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo, o jornal se assume, nitidamente, como um ator político e social.

Ainda, a Folha de S.Paulo defende o jornal como *"poder de investigação, de vigilância e de controle do processo decisório governamental"*. Essa **estratégia discursiva de nomeação** remete à discussão do capítulo teórico dessa tese acerca do ideal da imprensa como o quarto poder. Em outras palavras, como um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, em nome de toda a sociedade e orientado pelo compromisso com o equilíbrio entre os três poderes. Entretanto, para que isso realmente funcionasse, a imprensa precisaria ser compreendida como um agente neutro, que tem direito às informações, e delas realizam checagens para divulgar o que achar necessário com o compromisso do relato verdadeiro dos fatos (SILVA, 2014). Neste sentido, essa expressão pode ser compreendida enquanto ideológica, ao passo que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa em nome de seus próprios interesses e de suas relações de classe. Isto é, podemos compreender os jornais como seletivos na escolha das denúncias e das cobranças que faz ao poder instituído (SILVA, 2014), como temos observado o caso da Folha de S.Paulo ao longo dos 28 anos aqui estudados.

Nesse mesmo ano, o jornal publica um editorial significativo sob o título *"Limites da opinião"*, em que enuncia:

Calar não é necessariamente consentir, nem repudiar princípios que inspiram a crítica. Ao contrário, a palavra contida é muitas vezes a única opção de eloquência para a discordância. Há os que se desesperam ante a necessidade de

calar. E assim se calam sem se haverem rendido, nem abdicado de princípios nem de fé: renunciaram tão-somente à espera: E há os que se calam não por desespero, mas por esperança. (...) *O poder relativo da opinião tem limites que ela própria estabelece.* Precisamos frequentemente ajustá-la ao espaço confinado onde outras opiniões se impõem, momentaneamente polinizadoras do espaço disponível. E, sem desânimo, resta-nos em tais situações a crença na possibilidade de transmitir a mensagem pela própria ausência dela, o desejo pela impassividade, a objeção pelo silêncio (FOLHA DE S. PAULO, 19/07/1977).

No trecho acima, a Folha de S.Paulo defende o silêncio como sendo “*muitas vezes a única opção de eloquência para a discordância*”. Desse modo, o próprio jornal reforça o argumento que construo nessa análise de que, se a Folha de S.Paulo realmente discordasse do governo ditatorial e, pela censura, não pudesse empregar a crítica desejada, o silêncio atenderia a esse papel. Isso reforça que apesar das censuras sofridas, se o jornal discordasse das ações do regime ditatorial, poderia ter escolhido calar-se ao invés de construir discursos em defesa dos governos. Portanto, podemos presumir que a censura pode ser uma justificativa legítima para a não crítica, mas ilegítima para o elogio.

Sobre a violência, o jornal denuncia as torturas empregadas aos presos políticos:

Os relatos, transmitidos à imprensa do Rio, de aplicação de *práticas de tortura* a que foram submetidos presos sob a acusação de terem cometido *crimes políticos* fazem voltar à memória os espectros de dias que pareciam relegados a um piedoso olvido. *A questão de tortura de presos, políticos ou não* — já que os direitos humanos não podem ser invocados em benefício de uma parcela da humanidade e sim em favor de toda ela — *é mais grave e pungente do que parecem supor os frios analistas das conjunturas históricas.* Povos mais experientes que o nosso aprenderam, ao longo dos tempos, que *a tortura fere o torturado e humilha o torturador.* Já ficou sobejamente esclarecido que a prática das sevícias de presos não é adotada, em nosso País, como sistema e como norma. (...) A alegação de prática de torturas foi levantada por familiares de presos políticos e as denúncias de sevícias aplicadas em presos comuns fazem parte do cotidiano. Elas apenas se juntam a outras acusações, feitas em alguns casos pelos próprios presos, e de cuja existência a Justiça Militar tem pleno conhecimento. *Não queremos acreditar que a prática da tortura tenha voltado para ficar.* Queremos crer, ao contrário, que se trate de casos isolados, embora nem por isso menos execráveis. Mas é preciso não esquecer que a multiplicação de episódios isolados poderá, se não reprimida, tender para a generalização (FOLHA DE S.PAULO, 03/08/1977).

Neste íterim, o jornal defende que a questão de tortura de presos políticos (ou não) “*é mais grave e pungente do que parecem supor os frios analistas das conjunturas históricas*”. Todavia, apesar dessa crítica, a Folha de S.Paulo é

funesta ao tratar o torturador como vítima de humilhação da tortura, quando a única vítima nessa relação nociva é o torturado. Isso posto, o jornal aponta não querer acreditar que “*a prática da tortura tenha voltado para ficar*”, demonstrando que era de seu conhecimento que antes já ocorriam tais práticas.

Em setembro de 1977, uma crônica que fazia críticas sutis à hierarquia militar, publicada pelo jornalista Lourenço Diaféria, provocou uma série de complicações à Folha de S.Paulo, dentre as quais a demissão de Cláudio Abramo, sendo substituído por Bóris Casoy — jornalista que havia apoiado o golpe em 1964 (KUSHNIR, 2023). Depois do jornalista ter sido intimidado e preso, o jornal deixa momentaneamente de publicar editoriais, em forma de protesto, tendo sido caracterizado como um dos jornais que manteve uma postura crítica ao regime, neste período (DIAS, 2019). Sobre esse caso, a Folha de S.Paulo publica sua indignação, ficando outubro, novembro e dezembro deste ano e os meses de janeiro a abril de 1978, também sem publicar editoriais:

Nós, da "Folha", que ao longo destes 56 anos de existência *sempre tivemos por rigoroso dever profissional a função de investigar, noticiar e interpretar os fatos de todo dia*, encontramos hoje na circunstância de assunto do noticiário cotidiano. E isto porque o *chocante e lamentável episódio* que envolve nosso colega Lourenço Diaféria atinge a todos nós. É forçoso admitir a perplexidade que sobre nós se abate quando vemos um *companheiro dotado de extraordinárias qualidades de ser humano, de cristão e de brasileiro*, alvo de iniciativas que acreditamos só possam ser fruto de um deplorável, de um enorme mal-entendido. (...) Ontem, na edição da "Folha", deixamos de publicar a coluna diária de Lourenço Diaféria (que por motivos conhecidos de todos não a escreveu), guardando-lhe em demonstração de respeito e apreço o espaço em branco. Embora tenhamos recebido durante o dia de ontem mensagens e telefonemas de apoio em volume poucas vezes verificado antes, nem todos os nossos leitores compreenderam o gesto. Chegou-nos à indicação de que a atitude de preservar, por um momento em branco, o espaço que na normalidade da rotina do cronista teria sido preenchido com seu verbo lírico — fora mal interpretada. Não procuramos, na nossa linha de procedimento, o recurso das escaramuças inúteis de hostilidades permeadas de estratégias pueris, que a nada levam e que, sobretudo, nada constroem, deixando um triste saldo de ressentimentos e desgastes mútuos. De resto, acreditamos na Justiça de nossa terra, na sensibilidade da opinião pública, na verdadeira identificação entre civis e militares e no patriotismo dos brasileiros (FOLHA DE S.PAULO, 17/09/1977).

A Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** ao referir-se a esse caso como “*chocante e lamentável*”. O jornal defende que ele e seus jornalistas sempre foram rigorosos com seu dever profissional de

“investigar, noticiar e interpretar os fatos de todo dia”. Além disso, a empresa jornalística defende Diaféria, destacando suas características, como “companheiro dotado de extraordinárias qualidades de ser humano, de cristão e de brasileiro”. Apesar de não ter feito parte do escopo desse trabalho, o “ser cristão” neste momento, trazia consigo a ideia de valores e crenças ligadas ao caráter exemplar do indivíduo.

Desse modo, em seus editoriais a partir de abril de 1977, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) demonstra insatisfação com a suspensão do Congresso; b) reforça a necessidade de preservação da liberdade dos veículos de comunicação; c) critica fortemente o processo de sucessão presidencial, questionando, inclusive, um sistema que se perpetuava a mais de dez anos; d) defende que calar não é necessariamente consentir; e) denuncia a tortura à presos políticos; e, f) defende que ele e seus jornalistas sempre foram com rigorosos com seu dever profissional de “investigar, noticiar e interpretar os fatos de todo dia”.

Em 1978, após meses de silêncio, a Folha de S.Paulo volta a publicar seus editoriais diários, com o editorial sob o título “Nosso Direito e Nosso Dever”:

Neste período histórico em que a sociedade brasileira se coloca um questionamento traduzido na rediscussão de seus problemas fundamentais, torna-se para nós extremamente atual e mesmo precisamente uma reflexão acerca do papel desempenhado pela imprensa. O relativo relaxamento das tensões, verificado nitidamente no bojo de um conjunto de avanços, recuos e entrecosques ao longo dos últimos quatro anos, abre espaço para a emergência de novas situações sociais, pondo à mostra o processo vivo por meio do qual se busca superar definitivamente a armação política dominante no País a partir de 1968, para substituí-la por um acordo de interesses e forças cujos contornos são ainda mal definidos e cuja própria viabilidade ainda é duvidosa. Predomina a larga margem de incerteza. Qual a função objetiva da imprensa ao atuar nesse quadro que, embora ambíguo e confuso, não é de forma alguma estático? A análise mais superficial fará destacar, de pronto, duas tarefas permanentes e cotidianas que só a imprensa livre pode cumprir eficazmente: a circulação de informações e a circulação de ideias. (...) A obstrução de informações, subtraídas à opinião pública, frustrando essa demanda crescente, só pode concorrer para o surgimento de graves e nefastas consequências (ou seu agravamento, de vez que algumas delas se fazem notar por sua presença quase crônica): alienação da sociedade civil, indiferença na opinião pública, distorções e desequilíbrios economia, no isolamento dos governos, corrupção da administração pública, desmandos e abusos na administração privada, esmagamento do nível de vida das populações carentes, comprometimento dos patrimônios ecológico e cultural; em suma, ameaça de fragmentação da própria nacionalidade. Desse ponto de vista, o fato de que este Governo Federal tem logrado conviver com

uma liberdade parcial de imprensa (da qual continuam, porém, privadas algumas publicações patricias) denota um extraordinário avanço, mas permite entrever um caminho trilhado apenas pela metade (FOLHA DE S.PAULO, 07/05/1978).

Como pode ser observado no trecho acima, a Folha de S.Paulo retoma suas publicações após o caso do jornalista Diaféria, falando sobre a atuação da imprensa. Para tanto, o jornal usa a **estratégia discursiva de nomeação** ao nomear o momento em que está vivendo como um “*período histórico em que a sociedade brasileira se coloca um questionamento traduzido na rediscussão de seus problemas fundamentais*”. O jornal destaca, ainda, a importância de se superar “*definitivamente a armação política dominante no País a partir de 1968*”. De modo a enfatizar sua relevância para essa sociedade, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao atribuir à obstrução de informações à opinião pública uma série de consequências, como: a) *alienação da sociedade civil*; b) *distorções e desequilíbrios economia*; c) *corrupção da administração pública*; d) *esmagamento do nível de vida das populações carentes*; e, e) *ameaça de fragmentação da própria nacionalidade*. Essa estratégia reforça a importância da imprensa no sentido de ela ser capaz de evitar todas essas consequências causadas pela obstrução de informações.

Outra denúncia que se repete nas páginas dos editoriais ao governo refere-se à violência contra a oposição. Sob o cerco policial ao comício do MDB em Salvador, por exemplo, o jornal explicita:

Mais grave que tudo, porém, é o ato em si: 400 soldados armados de cassetetes, cães, baionetas e uma iniludível compulsão para a *violência contra uma oposição legalmente constituída*, tornam ilimitada qualquer previsão apocalíptica sobre o futuro (FOLHA DE S.PAULO, 16/05/1978).

Nesse ínterim, a Folha de S. Paulo emprega a **estratégia discursiva de predicação** ao qualificar como “*mais grave que tudo*” a violência de 400 soldados armados contra uma “*oposição legalmente constituída*”. Cabe salientar que esse tipo de violência já ocorria há anos no país dentro desse regime ditatorial, mas apenas nesse momento a Folha de S.Paulo começa a denunciar a repressão estatal. Cabe destacar que a oposição para a Folha, como mencionado anteriormente, refere-se o MDB, como “*oposição legalmente constituída*” e não os opositores do regime. Além dessas críticas, outra temática que entra em debate nas páginas do jornal refere-se às greves no ABC paulista. Sob esse assunto, a Folha publica um editorial sob o título “*Faltam respostas*”:

Nessa atmosfera política marcada de interrogações, os *desdobramentos da questão trabalhista registrada no ABC, em São Paulo, não podem ser considerados e avaliados isoladamente*, como fatos estanques. Ao contrário, é inevitável que eles sejam situados em todo um contexto de insatisfação com o estado de coisas dominante no País, insatisfação de que vêm sendo tomados amplos e significativos setores da sociedade brasileira e que conduz, com maior ou menor intensidade, à mobilização e à ação reivindicatória, produzindo, inexoravelmente, consequências na órbita política (FOLHA DE S.PAULO, 17/05/1978).

Cabe lembrar que, apesar dos aparatos repressivos, no último ano do governo Geisel ocorreu a primeira manifestação de maior repercussão: a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em maio de 1978. Motta (2021, p. 268) afirma que o impacto foi grande, “pois, além de ser a primeira paralisação de grandes proporções desde 1968, tratava-se do coração da indústria brasileira”. Almeida (2016, p. 173) acrescenta que, o movimento sindical, a partir dessa greve, “ganhou um novo impulso: novas formas de manifestação e organização, novas lideranças, novas reivindicações”. De acordo com os autores, as greves dos metalúrgicos representariam a maior contestação da legitimidade da política e do próprio governo no final dos anos 70. Nesse aspecto, a Folha de S.Paulo também considerava que esses desdobramentos não poderiam ser considerados isoladamente. Para o jornal, essas greves eram reflexo do contexto de insatisfação de diferentes setores da sociedade brasileira com a política do país. Entretanto, foram essas mobilizações que sofreram tentativas de repressão policiais por parte de empresários (insatisfeitos com as paralisações de suas fábricas) e do governo (ALMEIDA, 2016). Sobre essas repressões, a Folha de S.Paulo comenta:

Sem despendendo muito esforço, qualquer leitor terá notado que as revelações da prática da violência policial vêm ocupando um espaço crescente no noticiário dos jornais. E ainda que assim não fosse, o próprio cotidiano do cidadão é um testemunho da frequência de arbitrariedades e abusos cometidos por policiais tanto nas regiões mais industrializadas como nas áreas rurais. Essa truculência ameaçadora e pesada configura, entre nós, um dos reflexos da ausência de um regime democrático; situação que contribuiu para que os direitos dos cidadãos e das comunidades — que nunca, na verdade, foram realmente considerados em sua inteireza — fossem relegados a plano secundário (FOLHA DE S.PAULO, 16/06/1978).

Ao elaborar essa denúncia às violências policiais, a Folha de S.Paulo categoriza, empregando a **estratégia discursiva de nomeação**, o atual

contexto político como “*ausência de um estado democrático*”. Para tanto, argumenta que “*o próprio cotidiano do cidadão é um testemunho da frequência de arbitrariedades e abusos cometidos por policiais tanto nas regiões mais industrializadas como nas áreas rurais*”, trazendo para o leitor esse lugar de testemunha. Após esse reconhecimento de ausência de Estado democrático, a Folha constrói um discurso de busca por essa democracia, por esse Estado democrático. Como se observa no editorial a seguir, o jornal aponta para o papel dos professores nessa luta:

A luta pela implantação do Estado democrático não poderá deixar de incluir em sua plataforma um aspecto científico-cultural de vital importância na vida brasileira. Trata-se da reintegração ao corpo docente dos professores que foram, sob alegação de motivos ideológicos, aposentados compulsoriamente e aliçados das Universidades com base no AI-5, em 1969, ou, antes disso, por arbítrios localizados. Passados todos esses anos, está na hora de as autoridades competentes reverem sua posição, e não poupar esforços necessários para atenuar a tensão entre o Poder e a Universidade (FOLHA DE S.PAULO, 29/06/1978).

Além de políticos e militares que foram contra o ideal “*revolucionário*” defendido pelos golpistas em 1964, uma série de professores e intelectuais também foram perseguidos, afastados de seus cargos e exilados por serem considerados disseminadores dos ideais comunistas, ao longo do regime ditatorial. Desse modo, o jornal defende ser o momento de “*as autoridades competentes reverem*” a situação desses professores, tendo em vista que a luta pela implantação do Estado democrático não poderia deixar de inserir em sua proposta o aspecto científico-cultural.

Outrossim, nesse período, a Folha de S.Paulo retoma a discussão sobre o caso do jornalista Lourenço Diaféria, como se observa no editorial intitulado “*O todo, não as partes*”:

O jornalista Lourenço Diaféria está sendo julgado pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo por ter escrito, neste jornal, uma crônica em que segundo as autoridades, a figura do Duque de Caxias (e conseqüentemente o Exército, por antonomásia) teria sido denegrida. Ocorre, todavia, que essa crônica procura exaltar justamente um militar, um soldado, que morreu heroicamente para salvar uma criança. Logo, seria extremamente difícil acusá-la de tentar injuriar o Exército, os militares, ou o seu patrono. Ademais, um escritor (Lourenço Diaféria escreveu na “Folha” durante 22 anos) deve ser julgado pelo conjunto de sua obra; não apenas por uma crônica, ou mesmo por uma frase que isolada, e

consequentemente exagerada, poderia dar margem a interpretações ambíguas. (...) Aos membros do Conselho que julgam Diaféria, homens de formação universitária que certamente conviveram com os clássicos da literatura, cabe a ponderação de que um texto como a crônica obedece a motivações ficcionais, e só assim pode ser visto. Caso contrário, até mesmo alguns dos maiores escritores da humanidade estariam submetidos ao incômodo e indesejável estigma de injuriadores (FOLHA DE S.PAULO, 06/07/1978).

Nesse ínterim, a Folha de S.Paulo permanece defendendo o jornalista. Dessa vez, usando a **estratégia discursiva de argumentação**, o editorial afirma que o jornalista deveria “*ser julgado pelo conjunto de sua obra; não apenas por uma crônica, ou mesmo por uma frase que isolada*”. Para tanto, o jornal recorre para o gênero discursivo que se tratava a obra julgada pelas autoridades, mostrando que, oposto do que estava sendo acusado, Diaféria teria escrito uma “*crônica [que] procura exaltar justamente um militar*”.

Além disso, sobre a urgência com que o MDB vinha pedindo a extinção da Lei Falcão, o jornal declara o que entende por democracia:

Democracia, ao contrário do que podem ter imaginado os autores da lei, não é a posse da informação nas mãos de uma minoria, mas a distribuição da informação a toda a população. Num país como o Brasil, de vastas dimensões geográficas e demográficas, a imagem e o som diretos são um importante meio de distribuir a informação político-eleitoral: caminho pelo qual passa, inevitavelmente, todo o processo democrático (FOLHA DE S.PAULO, 05/08/1978).

Tendo em vista que essa lei impedia os candidatos de realizarem debates nos meios de comunicação, a Folha de S.Paulo usa a **estratégia discursiva de argumentação** ao afirmar que democracia não se faz com “*a posse da informação nas mãos de uma minoria, mas [com] a distribuição da informação a toda a população*”. Desse modo, nesse momento, notamos o posicionamento do jornal numa estratégia de reforço de uma postura crítica, adotada pelo empresariado, entre os anos de 1978 e 1982, preservando apenas certa flexibilidade para a recomposição com o regime, (DINIZ, 1994). Cabe destacar que esse movimento não foi realizado apenas pela Folha de S.Paulo, pelo contrário, há o reconhecimento de que muitos veículos de comunicação, que em 1964 apoiaram o golpe, passaram a se apresentar como defensores da democracia (DIAS, 2013), inclusive, desempenhando um papel decisivo no processo de reabertura política do Brasil, ainda que agindo dentro de uma visão mercadológica (SANGUINÉ JUNIOR, 1998).

Nesse ínterim, à medida que as demonstrações de torturas e crimes realizados por parte dos agentes governamentais ficavam mais visíveis, por meio de denúncias e da imprensa, aumentavam as mobilizações sociais. A Folha de S.Paulo, por sua vez, também denuncia as torturas realizadas pelo governo ditatorial:

Na última semana, os jornais brasileiros noticiaram, quase diariamente, casos e mais casos de pessoas que estavam sendo torturadas nas prisões, quer por envolvimento em crimes comuns, quer por envolvimento em atos políticos. (...) *O reino da tortura é o reino da barbárie, da desumanização da História.* Sua prática, embora remonte a milênios, começou a se espalhar com a emergência da sociedade moderna. Isto é, *começou a se estruturar, de forma sistemática recentemente, enquanto instrumento de intimidação para dismantelar as oposições e vai focar a desobediência civil*, direito reconhecidamente válido com o advento da sociedade capitalista no Ocidente e a luta pelas liberdades democráticas. (...) Uma das tarefas fundamentais a serem cumpridas *por esse Estado democrático, hoje desejado pela maioria da sociedade*, consiste exatamente na *erradicação completa da tortura*. Não só nos casos de envolvimento político (requisito óbvio para a própria existência de um regime democrático) como nos casos de prisioneiros comuns (FOLHA DE S.PAULO, 21/08/1978).

Dessa forma, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** para denominar o reino da tortura como “*o reino da barbárie e da desumanização da História*”. Além disso, afirma que a tortura começou a se estruturar como “*instrumento de intimidação para dismantelar as oposições e vai focar a desobediência civil*”, destacando que o “*Estado democrático, hoje desejado pela maioria da sociedade, consiste exatamente na erradicação completa da tortura*”. Através dessa estratégia, o jornal reforça sua atuação político-discursiva de crítico às torturas realizadas pelo governo.

No dia da imprensa, o jornal reforça essa crítica ao autoritarismo:

O autoritarismo parece condenado pelo próprio estágio de desenvolvimento que a sociedade brasileira atingiu nas últimas décadas. Na superação da fase que hoje atravessamos e na *construção real do regime democrático*, a imprensa deverá continuar buscando o cumprimento de seu ideal — *informar com objetividade e divulgar alternativas*. A serviço do Brasil (FOLHA DE S.PAULO, 10/09/1978).

Tendo em vista o crescimento das mobilizações sociais em 1978, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** para denominar o autoritarismo como “*condenado pelo próprio estágio de desenvolvimento que a sociedade brasileira atingiu nas últimas décadas*”, referindo-se à busca pela

“*construção real do regime democrático*”. A partir dessa crítica, o jornal reforça a atuação da imprensa, como o de “*informar com objetividade e divulgar alternativas*”. Cabe aqui observar essa construção discursiva de “*objetividade*” do jornal que, como discutido anteriormente, é uma construção que camufla os interesses particulares em presunções de neutralidade e discursos não posicionados. Ademais, é nesse período também que, o jornal fala sobre corrupção no governo ditatorial e, destaca que o crescimento econômico foi grande apesar de desigual:

O crescimento acelerado do capitalismo brasileiro nos últimos anos é um fato incontestável. O País cresceu sob a égide do capital e *não há como negar que a evolução econômica, ainda que desigualmente distribuída, trouxe inegáveis benefícios para significativos setores da população*. Na medida, porém, em que essa evolução navegou pelas águas da *exceção institucional*, muito do que deveria ser aprimorado em função desse desenvolvimento destacou-se tanto na legislação obsoleta quanto nos atos de exceção. Como já dissemos seguidas vezes, não foram poucos os casos em que a corrupção se livrou ilesa a justiça comum devido ao açodamento das autoridades em usar os atos institucionais (FOLHA DE S.PAULO, 29/08/1978).

A partir do governo de Médici (1969-74), o regime buscou legitimar-se através do êxito de sua política econômica, tendo a economia brasileira alcançado altos índices de crescimento (DINIZ, 1994; MOTTA, 2021). Entretanto, o chamado “*milagre econômico*” teve um alto preço social, uma vez que o crescimento da economia se fez acompanhado de um processo proeminente de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram compartilhados com os trabalhadores (SCHWARCZ; STARLING, 2015). É exatamente nesse contexto que a Folha de S.Paulo reconhece essa distribuição desigual, apesar de seu foco recair sobre “*a evolução econômica*” que “*trouxe inegáveis benefícios para significativos setores da população*”. É relevante observar o uso do termo “*não há como negar*” como **estratégia discursiva de intensificação** desse discurso. Cabe salientar que esse termo é utilizado de forma recorrente nos editoriais, a fim de destacar a certeza do jornal sobre determinado tema, dando ao leitor a ideia de que seria um ignorante caso discordasse de tal afirmativa.

Como abordado no capítulo teórico dessa tese, em 1977, o governo promulgou um conjunto de mudanças constitucionais, que ficou conhecido como o Pacote de Abril (DINIZ, 2016; CARDOSO, 2018). Dentre as medidas desse

pacote estavam as eleições indiretas para governadores em 1978. Sobre essas eleições indiretas, a Folha de S.Paulo declara:

Reúne-se hoje um colégio de grandes eleitores, os mais iguais entre os supostamente iguais, uma espécie de aristocracia política com direito a voto para a escolha do futuro presidente da República. *O povo brasileiro é mais uma vez o assistente, o espectador não consultado.* Os seus "delegados" são, em maioria, delegados de mandato cansado e que irão tentar renová-lo em eleição posterior e popular. Portanto, um colégio eleitoral aristocrático que transfere precária representatividade ao Presidente a ser eleito, não importa a que facção pertença. A consequência de tão baixa representatividade do eleito não concorre obviamente para a estabilidade político-institucional do País. (...) O processo indireto não confere a certeza de sucessões tranquilas e representativas, é o que estamos verificando. Não assegura igualmente a escolha do melhor por força de decisões partidárias de cima para baixo (FOLHA DE S. PAULO, 15/10/1978).

O pretenso regime democrático sem participação popular já demonstrou o que vale: marginalizou gerações, contrapõe a Nação e o Estado e, no decorrer desses 14 anos, fixou um impasse que o Movimento de 64 pretendia solucionar englobando as próprias Forças Armadas, de forma permanente, nos dissídios políticos. (...) Não temos porque negar suas insistentemente declaradas intenções de aprofundar a abertura política no ramo da democratização do País, mas aprendemos que a própria estrutura do regime se opõe a uma efetiva normalização que só poderá ocorrer com a superação desse mesmo regime. *A sociedade democrática sempre teve uma única alternativa: organizar-se e reivindicar seus direitos e interesses.* O 15 de novembro será mais uma oportunidade nesse sentido (FOLHA DE S.PAULO, 17/10/1978).

Nos editoriais acima, observamos uma grande insatisfação do jornal com relação às eleições indiretas para governadores. Além da **estratégia discursiva de intensificação** sobre esse descontentamento, a Folha de S.Paulo faz uma convocação à sociedade ao afirmar que *“a sociedade democrática sempre teve uma única alternativa: organizar-se e reivindicar seus direitos e interesse”*. Antes de realizar essa convocação, contudo, o jornal enfatiza que, nessa configuração, *“o povo brasileiro”* torna-se *“o assistente, o espectador não consultado”*, categorizando ainda não haver regime democrático *“sem participação popular”*. Nesse editorial, o jornal faz uso do termo *“pretenso”* para categorizar *“regime democrático sem participação popular”* vivido no país nos últimos anos.

Desse modo, em seus editoriais de 1978, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) retoma suas publicações após o caso do jornalista Diaféria, falando sobre a atuação da imprensa; b) denuncia a violência contra a oposição; c) reconhece a ausência de Estado democrático, começando a construir um

discurso de busca por esse democracia; d) denuncia as torturas realizadas pelo governo ditatorial; e) reforça a atuação da imprensa, como o de “*informar com objetividade e divulgar alternativas*”; f) fala sobre corrupção no governo ditatorial; e, g) destaca que o crescimento econômico foi grande apesar de desigual.

Em 1979, dentro das pautas de reivindicações, encontravam-se também a anistia aos presos políticos, aos cassados, banidos e exilados desde 1964 (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Assim, o presidente Figueiredo (1979-85) enviou ao Congresso um projeto de Anistia que foi aprovado depois de uma série de modificações e negociações com setores da oposição (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Cabe salientar que o debate sobre anistia ganhou força no governo Figueiredo (1979-85), uma vez que se defendia o processo de reabertura e o fim da caça aos chamados subversivos. De acordo com Maia (2017), tornou-se incontestável a necessidade de se melhorar a imagem do governo junto à sociedade, do mesmo modo que não era mais possível ignorar as passeatas, os debates, os comícios e a pressão no Congresso Nacional pela criação de um projeto de lei de anistia. Desse modo, a Lei da Anistia de 1979 foi resultado de uma operação política em que o regime ditatorial “capturou às oposições a bandeira da anistia e a redefiniu de acordo com seus objetivos estratégicos” (LEMOS, 2018, p. 19). Isso porque os pilares da estratégia política do governo de Figueiredo eram “buscar popularidade, aprovar uma lei de anistia aceitável para os líderes da ditadura, fazer uma reforma partidária e dividir a oposição”, (MOTTA, 2021, p. 276). Sobre esse tema, o jornal destaca em editorial:

Em princípio, o tema da anistia é complexo; emerge essa complexidade do próprio momento histórico em que vive o País. Por vários motivos, não pode deixar de ser registrada, por exemplo, a ressonância que ainda encontram os repetidos apelos ao retorno do Brasil a uma situação de excepcionalidade, assim igualmente como não deixam de ter eco muitos propósitos revanchistas. Ou seja, desde que o momento de transição de uma situação de arbítrio para a instauração de um Estado democrático não é de modo algum tranquilo, explicam-se os altos e baixos da *marcha do País para uma situação de normalidade democrática*. E neste momento, porém, entra o anúncio oficial de que se prepara uma *anistia parcial* consoante a ideia de que o arbítrio em qualquer hipótese se justifica (FOLHA DE S.PAULO, 11/03/1979).

Nomeando como complexo o tema da anistia, a Folha de S.Paulo remete essa complexidade à situação de excepcionalidade do Brasil, que “*não deixa de ter eco muitos propósitos revanchistas*”, reforçando estar o país em uma “*marcha*

do País para uma situação de normalidade democrática”. Nesse mesmo período, quando o governo autoriza a elaboração de um projeto que conceda perdão aos que sofreram sanções a partir de 1964, o jornal aponta:

O Governo acaba de dar o *primeiro passo efetivo em direção à anistia* ao autorizar o ministro da Justiça, Petrônio Portela, a elaborar o projeto que *concede perdão aos que sofreram sanções de 1964 para cá*. Além disso, informou-se anteontem que pretende o Planalto, a partir de pareceres de comissões especializadas, reintegrar civis e militares punidos com o afastamento compulsório em suas funções em órgãos governamentais. Ou seja, se eram compreensíveis as ressalvas quanto à reintegração daqueles, a emenda agora anunciada parece sensivelmente melhor que o soneto. Ainda que sujeitas a revisões por órgãos não competentes, muitas cassações poderão ser revistas. E com o retorno de civis e militares às suas antigas funções. (...) Ora. Já dissemos aqui que *a anistia é um perdão que o vencedor concede ao vencido ou medida de pacificação quando o Estado está engajado na obra de reconstrução e união nacional*. Queremos crer que, com a nova medida anunciada, os dois elementos entraram na decisão do presidente Figueiredo de conceder anistia — fato que constitui problema moral para a Oposição — e a sua não concessão um obstáculo ao diálogo normal entre partes em mútua oposição e divergência de pontos de vista (FOLHA DE S.PAULO, 31/05/1979).

Como se observa no trecho acima, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** para denominar a anistia como “*um perdão que o vencedor concede ao vencido ou medida de pacificação quando o Estado está engajado na obra de reconstrução e união nacional*”. Cabe destacar que no governo Figueiredo (1979-85), o debate sobre anistia ganhou força, defendendo o processo de reabertura e o fim das retaliações aos chamados subversivos.

Entendendo esse contexto, a Folha de S.Paulo também acrescenta à sua pauta os debates sobre a lei de anistia. Nesse ínterim, reforça a defesa de que só existe democracia com “*direito à livre manifestação do pensamento*”:

Nesta ordem de ideias, é um equívoco supor que a abertura democrática possa ser adjetivada entre o parcial e o relativo ou entre o amplo e o restrito. Assim como a democracia é por tudo uma situação substantiva e não adjetiva, a *abertura — democrática só pode ser amplamente democrática* e vice-versa. Em termos políticos, *não há meia abertura democrática por não haver meia democracia*. Na própria ideia de democracia, que só existe, aliás, como *direito à livre manifestação do pensamento*, não cabem restrições que a neguem. É isso contrapõe aos objetivos da anistia parcial uma questão muito simples (FOLHA DE S.PAULO, 11/03/1979).

Nesse editorial, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de argumentação** ao afirmar que a abertura democrática “*só pode ser amplamente democrática*” pois “*não há meia abertura democrática por não haver meia democracia*”. Cabe destacar que, apesar de ter representado um avanço político na época, ainda existem discussões sobre as lacunas deixadas pela lei de anistia, por ter sido ampla, geral e irrestrita, abrangendo torturados e torturadores. Schwarcz e Starling (2015, p. 479) corroboram que “grave — e até hoje sem conserto — era a cláusula de reciprocidade que estendia a concessão de anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos”, aprovando impunidade para os militares pelos crimes praticados durante a ditadura, incluindo tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. Nessa mesma linha, o jornal avalia a intervenção do governo federal nos principais sindicatos que coordenavam a greve dos metalúrgicos no ABC paulista:

Aquilo que mais temíamos ao falar, ontem, em “limite perigoso” acabou por efetivamente acontecer: o *Governo Federal interveio nos principais sindicatos que coordenavam a greve dos metalúrgicos no ABC, em São Paulo. A solução aplicada pelo Ministério do Trabalho reflete uma compreensível e justa preocupação do Governo recém-empossado com o controle inflacionário e com a estabilidade da produção da economia brasileira*. Há, porém um reparo: a intervenção é medida que não resolve coisa alguma. (...) A verdade é que não basta falar em “democracia”. É preciso conduzir as intenções pelo caminho de uma prática ao mesmo tempo ousada e consistente, numa trajetória que não é fácil nem agradável, como poderia parecer a alguns, mas que antes é extremamente espinhosa e repleta de atalhos autoritários atalhos que não levam a lugar nenhum. (..) As manifestações generalizadas de desapoio à intervenção, que se registraram no correr de todo o dia de ontem, algumas delas partidas até de setores que consideravam a posição dos trabalhadores intransigente, como esta “Folha”, dão o testemunho: *a sociedade civil não quer mais saber de leis restritivas, de medidas autoritárias, de soluções que só adiam problemas, deixando atrás de si uma esteira de amargura, de ressentimento e de desilusão* (FOLHA DE S.PAULO, 21/03/1979).

Apesar de empregar uma **estratégia discursiva de predicação**, avaliando a solução aplicada pelo Ministério do Trabalho como reflexo de uma “*compreensível e justa preocupação*” do novo governo para “*o controle inflacionário*” e para “*a estabilidade da produção da economia*”, o jornal afirma que “*a sociedade civil não quer mais saber de leis restritivas*”. Desse modo, a Folha de S.Paulo cobra do governo soluções que não adiem os problemas ou deixem “*atrás de si uma esteira de amargura, de ressentimento e de desilusão*”, no que diz respeito aos problemas econômicos do país. Cabe destacar que no

final de 1979 foram adotadas medidas de reajuste mais generosas para os trabalhadores de baixa renda, em contraste com o período inicial da ditadura, em que prevaleceu o arrocho salarial (MOTTA, 2021).

Desse modo, em seus editoriais de 1979, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) se posiciona a respeito da luta pela anistia política; b) avalia negativamente a intervenção do governo federal nos principais sindicatos que coordenavam a greve dos metalúrgicos no ABC paulista; e, c) cobra do governo soluções que não adiem os problemas, no que diz respeito aos problemas econômicos do país.

Em 1980, a Folha de S. Paulo inicia o ano fazendo um balanço geral dos anos 70:

Dos anos 70 herdou-se, por outro lado, *um fardo bastante pesado*. Podem ser considerados talvez os anos mais difíceis da História do Brasil. Regime autoritário fechado, luta armada, crescente pauperização (faamos claro: miséria), inflação acelerada na última fase, dívida externa imensa, deterioração do ensino em todos os níveis, ampliação da violência dos esquadrões aos linchamentos, centralização excessiva do poder e aniquilamento da Federação. (...) Na década encerrada ontem, o medo imperava. O Brasil do milagre econômico mostrou logo sua outra face: para haver altos índices de capitalização, foram calados setores expressivos da sociedade. O capitalismo selvagem exigia silêncio. Nesse sentido, se os primeiros anos da década foram maus para a imprensa brasileira, por outro lado o esgotamento do modelo autocrático propiciou-lhe alguns passos em direção a uma nova ordem sócio-política. *Tímidos, no início, mas firmes sobretudo a partir de 1974, quando se aliviou o peso da censura*. Quase como decorrência, 25 de outubro de 1975 transformou-se em data importante para o soerguimento da sociedade civil, após a discutida morte do jornalista Vladimir Herzog. (...) A sociedade civil acordou e se descobriu *débil, entorpecida, conformista*. Anos de cooptação, a morna vivência à sombra do poder, transformaram-na em um segmento dócil da ordem dominante. *Foi à margem do regime que se desenvolveram forças vivas e críticas*. (...) Mas à imprensa, sobretudo a que conseguiu se manter independente nessa década, muito se deve ao estabelecimento de um espaço crítico: *acuada aqui, repontou ali com mais força e lucidez*. Nos anos 70, aprendemos no Brasil a dizer o que não queremos. Foi a década do não. (...) Os anos 80 poderão ser a década do sim. Saindo das trevas, com as cicatrizes, mas também com a experiência acumulada, certamente não será fácil modelar o futuro. (...) Mas a nova sociedade civil deverá enfrentar com maior realismo a questão, até porque não deseja construir sua República sobre um barril de pólvora. Para tanto, será necessário que a violência, por exemplo, não mais seja equacionada como questão policial, mas social. Em consequência, as falácias sobre redistribuição da renda deverão sair dos banquetes oficiais para encontrar o País real, carente e oprimido. (...) *Espaços conseguidos na boa luta democrática, e não só os doados pelos donos do poder da hora, deverão ser preservados e ampliados*. (...) Os anos 80 se

iniciam certamente com perdas econômicas para o País. Mas é preciso saber compensá-las socialmente através da utilização inteligente dos mecanismos políticos que a vida republicana oferece e exige. (...) *O aprendizado poderá ser penoso, mas não haverá outra chance de o Brasil descobrir um novo processo civilizatório, autenticamente humanista, em que reencontre sua identidade nacional. Na década que ora se abre, impõe-se este minuto para reflexão. Antes do mergulho, nada melhor do que encher os pulmões de esperança. E conferir mentalmente, para a longa travessia, os melhores projetos com os quais se arquiteta uma República verdadeiramente democrática. Nos anos 70 erramos demais* (FOLHA DE S.PAULO, 01/01/1980).

Nesse balanço, algumas questões podem ser analisadas. A primeira delas se refere à forma como a Folha de S.Paulo denomina os anos 70 como “*os anos mais difíceis da História do Brasil*”. Para sustentar tal afirmativa, o jornal apresenta alguns argumentos acerca dos temas que estão inseridos no contexto da sociedade no referido período, dentre os quais estão: a) *regime autoritário fechado*; b) *luta armada*; c) *miséria*; d) *inflação acelerada na última fase*; e) *ampliação da violência dos esquadrões aos linchamentos*; e, f) *centralização excessiva do poder*. Sobre esse aspecto, notamos que, como analisamos nas seções anteriores desse capítulo, até a primeira metade dos anos 70, a Folha de S.Paulo construía discursivamente: a) um país digno de confiança; b) os presidentes ditadores como salvadores da nação; c) de modo positivo a economia do país; e, d) o ideal de estar vivendo em um Brasil de paz. Essas construções discursivas durante o que a Folha de S.Paulo chama agora de “*fardo bastante pesado*” demonstra como, apesar das mazelas sociais, o jornal escolheu silenciar todas essas questões para reforçar um apoio ao regime ditatorial decorrente de seus interesses particulares.

Além disso, a Folha de S.Paulo usa a **estratégia discursiva de argumentação**, defendendo que apenas a partir de 1974, “*quando se aliviou o peso da censura*” que teve “*passos em direção a uma nova ordem sócio-política ainda que timidamente*”. Desse modo, o jornal busca, novamente, legitimar seu silêncio como um reflexo da censura por ele sofrida. Para tanto, argumenta que “*o capitalismo selvagem exigia silêncio*”. Vale lembrar que a Folha de S.Paulo alcançou lucros significativos com a grande expansão tecnológica da empresa durante o regime. E, apenas na segunda metade da década de 1970, com suas dívidas sanadas e maior independência financeira, que a Folha começa assumir uma postura mais crítica e menos omissa em relação ao governo militar (DIAS, 2012).

Ademais, ainda nesse editorial, observamos a primeira confissão de erro da Folha de S.Paulo expressa em “*nos anos 70 erramos demais*”. Cabe salientar que, assim como em editoriais mais contemporâneos, a assunção de culpa ou de erro pela Folha de S.Paulo está diretamente atrelada a um processo de aprendizado (SANTOS, 2022). Nesse caso, o jornal categoriza que o “*aprendizado poderá ser penoso, mas não haverá outra chance de o Brasil descobrir um novo processo civilizatório, autenticamente humanista, em que reencontre sua identidade nacional*”. Por fim, a Folha de S.Paulo usa a **estratégia discursiva de nomeação**, pelo emprego de metáforas. Na metáfora “*Saindo das trevas, com as cicatrizes, mas também com a experiência acumulada, certamente não será fácil modelar o futuro*”, o jornal compara a ditadura às trevas, ressaltando as marcas que o período deixou. E, na metáfora “*Antes do mergulho, nada melhor do que encher os pulmões de esperança*”, o jornal demonstra que haverá esforços para na busca de um novo processo civilizatório e, que, portanto, seria necessário suprir-se de esperança.

Ainda nesse ano, a Folha de S.Paulo começa a defender, em seus editoriais, a convocação de uma Assembleia Constituinte:

Esta “Folha” já se declarou favorável à *convocação de uma Assembleia Constituinte livre e soberana* como a instância privilegiada pela qual a sociedade poderá traçar seus *novos pactos de convivência entre os diversos setores sociais* e fixar seus horizontes históricos, assim como os meios fundamentais para atingi-los. Não se trata de saber com quem se fará a Constituinte, mas sim sob que condições. Só se pode falar em uma verdadeira Constituinte se ela for precedida por amplas liberdades de organização, manifestação e expressão, asseguradas concretamente, não no papel, mas na prática (FOLHA DE S.PAULO, 01/07/1980).

O que importa deixar claro é que uma *Constituinte*, embora negociada, *deve ter sua legitimidade garantida por algumas condições fundamentais* que, ausentes, fariam da obra dessa Assembleia mais um remendo constitucional que em pouco ou nada contribuiria para a solução de nossos problemas, não só conjunturais, mas estruturais (FOLHA DE S.PAULO, 14/07/1980).

Sobre esse tema, a Folha de S.Paulo argumenta que a partir de uma Assembleia Constituinte “*livre e soberana*” será possível “*traçar novos pactos de convivência entre os diversos setores sociais*”. Cabe destacar que esse era apenas o início de uma discussão que só se concretizaria oito anos depois com a promulgação da Constituição de 1988, que, como Motta (2021) defende, seria

a carta mais avançada que o Brasil já teve, em termos tanto de direitos públicos como de direitos sociais.

Desse modo, em seus editoriais de 1980, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) faz um balanço geral dos anos 70 apresentando alguns argumentos acerca dos acontecimentos que rodearam a sociedade no referido período; b) busca, novamente, legitimar seu silêncio como um reflexo da censura por ele sofrida; c) faz mais uma convocação à sociedade, lembrando a sociedade que a distensão é ao mesmo tempo que uma permissão dos governantes ditadores, também são resultado de mobilizações e lutas sociais; d) assume, ter errado, atrelando seu erro a um aprendizado; e) nomeia esse processo de abertura democrática como uma *“longa travessia”* pela qual era melhor *“encher os pulmões de esperança, antes do mergulho”*; e, f) começa a defender a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Em 1981, a Folha de S.Paulo volta a falar sobre a Anistia, como se observa no editorial a seguir intitulado *“Respeito à Anistia”*:

Cumprindo o seu dever constitucional de informar a opinião pública, a imprensa tem veiculado, nos últimos tempos, denúncias dirigidas contra agentes dos organismos de segurança do Estado. Segundo as denúncias, diversos agentes são acusados de praticar torturas em participantes da luta armada que grupos minoritários deflagraram no País a partir do final dos anos 60, visando à instalação de uma guerra civil e à derrubada do regime autoritário pela violência. A mais recente dessas denúncias é especialmente grave: trata-se do caso Inês Etienne Romeu. De acordo com as acusações que vieram a público, essa jovem, então militante de uma organização terrorista de esquerda, foi submetida às mais cruéis brutalidades sob um regime ilegal de encarceramento. O relato é verdadeiramente impressionante pela abundância de pormenores, pela localização geográfica da casa onde tais práticas eram clandestinamente levadas a efeito e pela confirmação das acusações por parte de um médico psiquiatra então a serviço de aparatos de segurança. Sabe-se que presos comuns são frequentemente submetidos a torturas no Brasil. Sabe-se que, no passado recente, presos políticos foram torturados, e sabe-se que essa prática nefanda atingiu tanto militantes de organizações clandestinas que participaram do terrorismo como membros de organizações que não o fizeram. Sabe-se que a tortura encabeça a lista dos mais repelentes crimes que se podem cometer contra a natureza e a dignidade humana. E sabe-se que o Brasil é signatário da Convenção de Genebra, pacto de direito internacional que condena essa ignomínia até mesmo como prática de guerra. O preço da tortura é, infelizmente, irresgatável. Não há aquele que, de posse de suas faculdades mentais, possa permanecer insensível diante do sofrimento de quem passou por esses suplícios, e a ninguém é dado o direito moral de condenar a revolta dos amigos das vítimas, o desespero dos seus familiares e a indignação da opinião pública. É incontrolável o horror em face de uma prática que repugnaria os fundadores

da Pátria; que é contrária não apenas à lei, mas à civilização; que repele não somente os ideais cristãos, mas todos os ideais humanísticos de todos os povos de todas as eras; que não só macula nosso passado, mas envergonha as gerações que ainda estão por vir. Atendendo às reivindicações de setores representativos da sociedade civil, o presidente João Batista Figueiredo em 1979 enviou ao Congresso Nacional uma mensagem propondo a anistia, que foi aprovada pelo Parlamento. *Anistia não significa perdão: o instituto jurídico que representa o perdão é o indulto. Anistia é o esquecimento do passado, é a borracha sobre o tempo, é recomeçar tudo como se nada houvesse antes. O caso Etienne reabriu uma ferida que a anistia, do ponto de vista político, apagou. (...) Os crimes cometidos por agentes de organismos de segurança no exercício de suas funções já foram suprimidos pela anistia, como já foram apagados os crimes praticados pelo terrorismo anterior ao ato de esquecimento promulgado pelo Congresso Nacional. Humanamente, é impossível esquecer o passado; politicamente, é necessário esquecê-lo, se queremos construir entre nós uma democracia sólida onde tais fatos jamais voltem a ocorrer* (FOLHA DE S.PAULO, 11/02/1981).

Esse editorial também é bastante significativo pelo fato de a Folha de S.Paulo elaborar mais de uma construção discursiva no mesmo texto. A primeira delas refere-se a **estratégia discursiva de nomeação** que o jornal faz sobre a atuação da imprensa, como sendo “*seu dever constitucional informar a opinião pública*”, ressaltando, ainda, as denúncias que têm feito contra os agentes de segurança do Estado. A segunda construção relaciona-se a **estratégia discursiva de intensificação** por meio da crítica às práticas de torturas em participantes da luta armada, composto por “*grupos minoritários*”, desde o final dos anos 60 — apesar da violência e a prática de tortura ter tido início ainda nos anos de 1964, após o golpe. Cabe destacar que esse contexto era retorno dos exilados ao Brasil, pela certeza de que não seriam mais presos ou processados (MOTTA, 2021). Por esse mesmo motivo, nesse momento a Folha de S.Paulo fala sobre as práticas criminosas do governo, atribuindo à prática de tortura o topo da “*lista dos mais repelentes crimes que se podem cometer contra a natureza e a dignidade humana*”, reforçando sua repulsa a esse tipo de crime, mesmo tendo se silenciado diante dele por muitos anos.

Ainda dentro dessa discussão, a Folha de S.Paulo traz à tona o caso de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte — localizada em Petrópolis (RJ) — e o motivo pelo qual tivemos conhecimento da existência desse centro clandestino de tortura. Ao ser libertada pelos agentes de Estado, quando fingiu concordar em ajudar seus torturadores e delatar seus companheiros, Inês Etienne deu início a uma trajetória de batalhas e denúncias para que as violências e torturas perpetradas nesse centro de tortura fossem

reconhecidas. Inês Etienne reconheceu seus torturadores, identificou a casa e lutou por justiça até sua morte em 2015 (QUELHA-DE-SÁ, 2022). Ao tratar desse caso, entretanto, o jornal usa a **estratégia discursiva de nomeação** ao denominá-la como “*militante de uma organização terrorista de esquerda*”, ainda que aponte para as “*mais cruéis brutalidades*” que foi submetida “*sob um regime ilegal de encarceramento*”. Desse modo, ainda que denunciando a barbárie sofrida por Inês Etienne, o jornal não a enquadra apenas como uma vítima do governo ditatorial, pelo contrário, ao nomeá-la como terrorista, a Folha de S.Paulo a coloca como uma criminoso que atentou contra o governo.

A terceira construção discursiva da Folha de S.Paulo nesse editorial refere-se ao tema da anistia. O jornal usa a **estratégia discursiva de nomeação** ao empregar termos como “*esquecimento do passado*”, “*borracha sobre o tempo*” e “*recomeçar tudo como se nada houvera antes*”, provavelmente, acreditando ser possível apagar as sombrias marcas que o período havia deixado e, com elas, sua colaboração. Todavia, cabe salientar que, ao falar de anistia logo após relatar o caso de Inês Etienne, descrevendo-a como esquecimento, borracha e recomeço, como se nada houvera antes é, no mínimo, desrespeitoso à Inês Etienne, a todos os ex-presos políticos e às famílias de mortos e desaparecidos políticos. Desse modo, a última construção que o jornal faz nesse excerto refere-se ao apelo ao esquecimento do passado, tendo em vista que, politicamente, para o jornal, fazia-se necessário para “*construir entre nós uma democracia sólida onde tais fatos jamais voltem a ocorrer*”.

Nesse mesmo período, a Folha de S.Paulo discursa sobre a atuação da imprensa na transição democrática, em editorial intitulado “*os caminhos da transição*”:

Os 60 anos da “Folha”, comemorados hoje, constituem oportunidade excelente para uma reflexão sobre o *papel da imprensa na transição democrática*. E a íntima a relação da imprensa com o ramo das instituições, que ela *costuma funcionar como uma espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais*. Não é à toa que nas tentativas - bem ou mal sucedidas — de golpes de Estado no passado, uma das primeiras preocupações dos poderosos do momento foi controlar a informação, cerceando os jornais mediante diversas formas de censura. Por outro lado, o *termômetro jornalístico tem servido também para indicar os sentimentos que prevalecem na população*, como ocorreu exemplarmente no fim do governo João Goulart. Naquela ocasião, a queda do presidente da República foi pontuada por contundentes editoriais, entre os quais merecem especial menção os do extinto “Correio da Manhã”, que se incorporaram definitivamente à história do jornalismo no Brasil. (...) Nem

conduzir a história, pretensão descabida — pois apesar das aparências *a imprensa não faz governos nem desfaz regimes, mas registra os sentimentos, desejos e esperanças da população, além de manifestar suas alegrias e indignações; nem tampouco amoldar a opinião, expectativa dos poderosos que, mediante a propaganda e o controle da informação, provocam, ao contrário, o repúdio da opinião pública.* (...) Podemos dizer, nesse sentido, *que a função primordial da imprensa nesta quadra é a de fazer presentes nos olhos da sociedade e aos ouvidos dos governantes os caminhos da transição.* Para cumprir essa função *sem distorções e tendenciosidades, sem que o interesse privado prevaleça sobre o interesse público,* a questão da liberdade de imprensa deve ser convenientemente resolvida. (...) A liberdade de imprensa deve ser entendida como a condição de realização de dois direitos: *o direito à informação,* que inclui o acesso à divulgação contraditória de interpretações, de valores cívicos e morais e de ideologias políticas; e *o direito à expressão de opiniões, interesses e reivindicações.* São duas faces da mesma liberdade que pertence à sociedade como um todo, portanto ao público e não aos jornalistas ou aos proprietários de empresas jornalísticas. (...) *A inexistência de censura prévia, bem como a ausência de entraves administrativos à edição de jornais são obviamente condições indispensáveis para garantir a liberdade de imprensa.* Mas não são suficientes. Duas outras condições, complementares entre si, são igualmente necessárias e importantes. Uma é a pluralidade de órgãos, outra é a independência financeira das empresas jornalísticas. *A grande imprensa não existe atualmente senão sob a forma empresarial.* De fato, ela tem hoje como condição de existência a mobilização de importantes somas de capital, o que deveria implicar solidez financeira e gestão empresarial eficiente. *Como toda empresa, a empresa jornalística está constantemente confrontada com dois riscos: o de colocar-se em situação de dependência com relação ao Estado e a grupos econômicos, caso sua autonomia financeira não esteja assegurada, e o de tornar-se particularmente vulnerável aos conflitos trabalhistas.* (...) A transição não se fará sem o debate aberto e contraditório dos seus eventuais caminhos. Ela requer atitudes idênticas às que são indispensáveis ao jornalismo democrático: *tolerância e humildade.* Os passos já dados no sentido da abertura são visíveis, tanto do lado do governo, como da sociedade em geral. *O País caminha e isso coloca para a imprensa o grande desafio de acompanhá-lo, no ritmo desejável, no rumo da democracia* (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1981).

Nesse editorial, alguns aspectos também evidenciam o posicionamento da Folha de S.Paulo nesse período. Em primeiro lugar, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** para se referir à imprensa como *“termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais”* e *“termômetro para indicar os sentimentos que prevalecem na população”*. Como discutimos anteriormente, esse tipo de atribuição é ideológico ao reforçar uma legítima representação neutra da vigilância política democrática, acobertando o fato de que suas escolhas discursivas tem o poder não apenas de informar, mas,

sobretudo, de formar opinião e consensos. O emprego da metáfora “o termômetro jornalístico tem servido também para indicar os sentimentos que prevalecem na população” reforça esse argumento ao passo que o termômetro é um instrumento científico que só informa a temperatura existente e não interfere no fenômeno — seja para aumentar ou diminuir a temperatura.

Nessa mesma linha, a Folha de S.Paulo argumenta que “a imprensa não faz governos nem desfaz regimes, mas registra os sentimentos, desejos e esperanças da população, além de manifestar suas alegrias e indignações”. É curioso notar que, é cômodo, nesse momento, o jornal se autorrepresentar distante de uma atuação político-discursiva. Além de ser um argumento cômodo, esse é também um argumento refutável, tendo em vista que, ao dizer que a imprensa também manifesta suas alegrias e indignações, o jornal confessa não apenas informar ou, como mencionado anteriormente, servir de termômetro, pelo contrário, também se posiciona. E, ao se posicionar, influencia seus leitores.

Cabe salientar que outro argumento utilizado pela Folha de S.Paulo foi o de que a imprensa não “amolda a opinião”, e que sua “função primordial é a de fazer presentes nos olhos da sociedade e aos ouvidos dos governantes os caminhos da transição”, declarando ainda que realiza sua função “sem que o interesse privado prevaleça sobre o interesse público”. Todavia, como já analisamos em discursos anteriores, a própria Folha assume sua atuação enquanto formadora de opinião. É interessante que o jornal também destaca, nesse excerto, que “a grande imprensa não existe atualmente senão sob a forma empresarial”.

Nesse ano ainda, a Folha de S.Paulo aponta para as eleições de 1982 que estavam às portas:

Há consenso de que as eleições gerais que se aproximam, aguardadas com ansiosa expectativa, representam o fato político mais fundamental nos horizontes visíveis do País. Há também consenso em torno da ideia de que, das urnas de 1982, plenas de possibilidades, deverá surgir uma nova representação da sociedade civil na cúpula do Estado, representação mais autêntica, mais vigorosa, mais fiel ao estado de espírito da população brasileira. Há por fins consenso de que esses novos representantes e governantes, a emergirem das urnas para a renovação da quase totalidade dos cargos eletivos (exceção feita à Presidência da República e à um terço do Senado Federal), poderão transformar-se no instrumento da reorganização institucional do Estado brasileiro e de seu papel na vida econômica e cultural do nosso povo. É possível e desejável que o pleito de 82, acrescentando maior ímpeto à própria dinâmica que o gerou, torne-se o divisor de águas entre a Liberalização que já vai- se esgotando e a

democratização que por isso mesmo se faz mais necessária (FOLHA DE S.PAULO, 15/11/1981).

Como se observa no trecho acima, a Folha de S.Paulo declara haver “consenso” de que as “*eleições gerais que se aproximam*” são “*aguardadas com ansiosa expectativa*” e “*representam o fato político mais fundamental nos horizontes visíveis do País*”. Cabe salientar que as manifestações populares em defesa das eleições diretas começaram a ganhar força em 1982, quando os partidos de oposição venceram as eleições estaduais em boa parte do país (SANGUINÉ JUNIOR, 1998). Diante dos personagens, individuais e coletivos, responsáveis pelo processo social que envolveu o fim da ditadura, coube à imprensa a narrativa da redemocratização (LOHN, 2013). Assim, aos poucos, as páginas dos jornais transformaram-se em veículos para as representações sociais e políticas do país, a ponto de setores da imprensa situarem-se como peças fundamentais da construção democrática brasileira (MAIA, 2017).

Nesse contexto, uma determinada ordem narrativa guiou os rumos, estabelecendo, juntamente com os interlocutores políticos, um calendário que organizaria a aceitação de práticas democráticas no país, em que as eleições passaram a significar a própria democracia (LOHN, 2013). Além disso, o jornal destaca que espera, a partir dela, uma “*nova representação da sociedade civil na cúpula do Estado, representação mais autêntica, mais vigorosa, mais fiel ao estado de espírito da população brasileira*”. Nesse aspecto, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de nomeação** definindo essa nova representação como um “*instrumento da reorganização institucional do Estado brasileiro e de seu papel na vida econômica e cultural do nosso povo*”.

Desse modo, em seus editoriais de 1981, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) volta a falar sobre a Anistia; b) crítica às práticas de torturas contra participantes da luta armada; c) traz à tona o caso de Inês Etienne Romeu; d) defende ser o esquecimento do passado, politicamente, necessário para construção de uma democracia; e) refere-se à atuação da imprensa como uma legítima representação neutra da vigilância política democrática; e, f) aponta para as eleições de 1982 com ansiosa expectativa.

Em 1982, a Folha de S.Paulo publica um “*Balanço da abertura*”:

De toda forma, a obra política até aqui realizada ostenta um saldo positivo, embora provisório. Ela constitui o ponto forte da gestão deste governo e estamos convencidos de não errar ao qualificarmos o projeto de abertura política como o principal item do programa da administração que completa agora três anos. Esperamos que, nos próximos três, a liberalização do

regime seja aprofundada na democratização política do País. Para tanto, parece fundamental ainda a negociação, cujo palco é o Congresso Nacional, capaz de produzir a transição pacífica e ordeira que afaste tanto as ameaças do revanchismo quanto perigo, que nos rodeia, de estagnarmos no claro-escuro desta semidemocracia (FOLHA DE S.PAULO, 14/03/1982).

Nesse editorial, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação** para avaliar a obra política que foi realizada até então como “*quem ostenta um saldo positivo, embora provisório*”. E acrescenta esperar que nos próximos meses a “*liberalização do regime seja aprofundada na democratização política do País*”. Esse discurso demonstra que o jornal, nesse momento, tinha esperança de uma real democratização política no futuro próximo do país.

Ainda nesse período, a Folha de S.Paulo fala sobre a “A maioria de 64” em um editorial publicado na significativa e simbólica data de 31 de março:

A denominação de “golpe”, com que o apodaram seus inimigos, é no mínimo superficial. A ação militar inseriu-se em ampla movimentação de forças civis, econômicas e religiosas, num momento de incrível crise política. Os fazendeiros amedrontados por invasões de terra, o empresariado prejudicado pelo emprego abusivo das greves, as Forças Armadas enfrentando a quebra da disciplina e da hierarquia nos navios e quartéis, o esquerdismo infante-juvenil de grupos vizinhos do poder, a passividade dos governantes e mesmo seu acumpliciamento com tais anomalias - eis aí a razão do pânico das classes médias, dos grandes proprietários rurais e empregadores urbanos, que desembocou na derrubada do presidente João Goulart. Uma das motivações proclamadas pelos chefes militares era a da defesa do sistema democrático. Entretanto, os acontecimentos seguiram um rumo novo e autônomo. Poucos dias depois, editava-se o Ato Institucional n. 1, que reduziu drasticamente o conteúdo democrático do regime, em favor do autoritarismo, tornado absoluto em fins de 1968, com o AI-5. O reconhecimento de que o Brasil deu um salto econômico e se modernizou, constituindo isso a grande realização do Movimento de 64, não implica em desconhecer suas deficiências e distorções. A força motriz desse desenvolvimento tem sua fonte fora de nossas fronteiras nacionais, estreitamente vinculada ao aumento da dívida externa, que pulou de 3 bilhões de dólares em 1964 para cerca de 60 bilhões na atualidade, com toda a pesada carga dos serviços que a oneram ainda mais. (...) Outros aspectos a serem mencionados residem na concentração crescente da renda, agravando os problemas sociais, no predomínio econômico do capital estrangeiro e estatal em detrimento da empresa nacional e, por fim, na expansão demasiada do Estado num espaço que a própria filosofia governamental atribui à iniciativa privada. O Brasil se encontra neste instante em plena evolução política, por vezes com retrocesso, mas depois retomando a caminhada para a frente. O Judiciário está recuperando sua independência, junto com o Legislativo. (...) Assim, o compromisso do presidente João Batista Figueiredo de plena democratização tende a ser efetivado, até porque as

forças que em 1964 admitiam o recurso a um governo forte já não o acham necessário nem admissível. (...) A data de hoje é simbólica, por lembrar a maioria do Movimento de 64, e dá ensejo a que todas as pessoas com responsabilidade nas diversas esferas da sociedade repensem a realidade brasileira. Trata-se de verificar, sem preconceitos nem revanchismos e com os olhos postos no futuro, o que foi feito nos últimos dezoito anos, para que se possam corrigir falhas e erros, retificar rumos e buscar os melhores caminhos para o engrandecimento nacional (FOLHA DE S.PAULO, 31/03/1982).

Nesse editorial, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao avaliar que a denominação do termo golpe, utilizada pelos inimigos do regime, “*é no mínimo superficial*”. Esta afirmativa demonstra que, mesmo depois de quase vinte anos do golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart e que possibilitou o regime ditatorial, o jornal ainda o reconhece como um movimento em “*defesa do sistema democrático*”. Para o jornal, os acontecimentos “*seguiram um rumo novo e autônomo*”, refutando qualquer ideal de que o golpe fizesse parte de uma luta política que implicava a mudança de regime e dos métodos de dominação classista em defesa da ordem capitalista que se julgava ameaçada (LEMOS, 2018), como defende a linha historiográfica que se endereça esta tese.

Cabe salientar ainda que, nesse editorial, a Folha de S.Paulo argumenta que o que ocorreu em 1964 não foi um golpe militar, mas um golpe civil-militar, por meio das afirmativas: “*A ação militar inseriu-se em ampla movimentação de forças civis, econômicas e religiosas, num momento de incrível crise política. Os fazendeiros amedrontados por invasões de terra, o empresariado prejudicado pelo emprego abusivo das greves, as Forças Armadas enfrentando a quebra da disciplina e da hierarquia nos navios e quartéis, o esquerdismo infanto-juvenil de grupos vizinhos do poder, a passividade dos governantes e mesmo seu acumpliciamento com tais anomalias — eis aí a razão do pânico das classes médias, dos grandes proprietários rurais e empregadores urbanos, que desembocou na derrubada do presidente João Goulart*”. Cabe salientar que, como também defende a linha historiográfica que estamos endereçados, o golpe de Estado contou com uma forte base civil, tendo em vista que os setores empresariais apoiaram o setor militar compartilhando da convicção de que tal aliança era fundamental para livrar o país da ameaça comunista (SOARES; D'ARAÚJO, 1994).

Conforme discutimos em seções anteriores, a doutrina de segurança nacional, que serviu de base para o regime militar, tinha por finalidade principal identificar e eliminar os “*inimigos internos*”, aqueles que questionavam e

criticavam o regime estabelecido. Sob esse ideal, a Lei de Segurança Nacional, modificada em 1967, concedia aos militares a autoridade para julgar crimes políticos. Apesar das alterações realizadas por Figueiredo, em 1982, a lei permaneceu com os ideais de segurança nacional, sendo criticado pela Folha de S.Paulo em editorial:

Juridicamente, a LSN foi e continua sendo uma aberração incompatível com o Estado de Direito democrático. Politicamente, a visão estratégica na qual ela se inspira é tão velha quanto a guerra fria, e igualmente superada. (...) Inoperante do ponto de vista da política externa, a doutrina da segurança nacional segue inspirando, internamente, uma espécie de caça às bruxas que outros países deixaram para trás nos anos 50 (FOLHA DE S.PAULO, 25/07/1982).

Sobre esse tema, a Folha de S. Paulo também utiliza a **estratégia discursiva de nomeação**, ao conceitualizar a LSN como uma “*aberração incompatível com o Estado de Direito democrático*”, criticando uma ferramenta do aparato repressivo estatal. E, ainda, nomeia a doutrina de segurança nacional como sendo “*uma espécie de caça às bruxas*”. Ao empregar essa metáfora, o jornal denunciava que as apurações que eram realizadas pelo regime, presumidamente com o propósito de revelar atividades subversivas ou corrupções, buscavam, na verdade, enfraquecer a oposição política.

A Folha de S.Paulo volta a criticar, ainda, a Lei Falcão, como pode ser observado no editorial intitulado “*Toque de Silêncio*”:

Já quase não pode haver esperança de que a Lei Falcão venha a ser mudada a tempo para as eleições de novembro próximo. (...) É uma frustração que se soma às muitas que a opinião pública vem colecionando a cada investida do governo contra a autenticidade das regras do jogo eleitoral. O que, a nosso ver, não é motivo para se desinteressar do próximo pleito, mas sim para o encarar com um senso redobrado de responsabilidade política. Pois se frustra, na verdade, a *ilusão de que a democracia desejada poderia vir por um ato de grandeza histórica dos detentores do poder, quando era mais ou menos claro que estes só se dispunham a uma liberalização do regime*, diminuindo sua taxa de arbítrio.

A passagem decisiva da liberalização à democratização, esta virá como uma conquista — penosa, mas irreversível — da sociedade organizada. Conquista no sentido da qual estas eleições, embora não sejam o passo definitivo, poderão representar um grande passo, pelos espaços institucionais que a partir delas se venham a abrir para a auto-organização da sociedade (FOLHA DE S.PAULO, 25/08/1982).

Nele, o jornal destaca já quase não haver “*esperança de que a Lei Falcão [viesse] a ser mudada a tempo para as eleições de novembro*”. Cabe destacar

que, em 1982, se anunciavam as eleições diretas para governadores e, dois anos depois, as ruas foram tomadas pela Campanha das Diretas, reunindo, em palanques, políticos e militantes de diferentes partidos. Sobre esse aspecto a Folha de S.Paulo categoriza essa falta de esperança de suspensão da Lei Falcão, através da **estratégia discursiva de nomeação**, como *“uma frustração que se soma às muitas que a opinião pública vem colecionando a cada investida do governo contra a autenticidade das regras do jogo eleitoral”*. O jornal ainda acrescenta um sentimento de frustração à ideia de que *“a democracia desejada poderia vir por um ato de grandeza histórica dos detentores do poder”*. Essa afirmativa relaciona-se com a convocação que a Folha já vinha fazendo à sociedade, por meio de uma **estratégia discursiva de intensificação**, em *“a passagem decisiva da liberalização à democratização, esta virá como uma conquista — penosa, mas irreversível — da sociedade organizada”*, o que enfatizava a necessidade de uma organização da sociedade nesse sentido.

Dessa maneira, a Folha de S.Paulo volta a apontar para a já tão esperada eleição:

Votar implica trabalhos e cuidados: o de se deslocar de casa para o local da seção, o de estudar atentamente como preencher a cédula, cuja complexidade aumentou bastante com a obrigatoriedade da vinculação e ausência das siglas partidárias, o de ter uma chapa definida e preenchê-la sem erros. (...) Cumprir esse dever cívico é o que se espera de cada cidadão. A cada um se oferece uma gama de tendências político-partidárias, facilitando a escolha dos candidatos de suas preferências. As restrições existentes tenderão a desaparecer com a prática da vida democrática, e só assim. E porque cada voto é imprescindível para ajudar na construção de uma sólida democracia, que todos almejamos, a palavra de ordem dos partidos, situacionista ou de oposição, deveria resumir-se nestas palavras:

— Às urnas, eleitor! (FOLHA DE S.PAULO, 15/11/1982).

A Folha de S.Paulo permanece convocando aos cidadãos brasileiros a cumprir o *“dever cívico que se espera de cada cidadão”*. Sobre a primeira eleição direta para governador de estado desde os anos 1960, o jornal emite algumas recomendações práticas aos cidadãos, como, por exemplo, ter cuidado ao *“se deslocar de casa para o local da seção”*. Mais uma vez enquadra a votação como um caminho para a construção de uma *“sólida”* democracia e encerra intensificando sua convocação com a expressão *“Às urnas, eleitor!”*.

Desse modo, em seus editoriais de 1982, a Folha de S. Paulo, de forma sintética : a) mostra ter esperança de uma real democratização política no futuro próximo do país; b) avalia que a denominação do termo golpe, utilizada pelos inimigos do regime era *“superficial”*; c) ressalta a importância da Assembleia

Nacional Constituinte; d) nomeia a Lei de Segurança Nacional como uma “*aberração incompatível com o Estado de Direito democrático*”, criticando uma ferramenta do aparato repressivo estatal; e) mostra a falta de esperança de suspensão da Lei Falcão como uma frustração; e, f) permanece convocando aos cidadãos brasileiros à cumprir o “*dever cívico que se espera de cada cidadão*”.

Com o resultado das eleições diretas de 1982, em que os partidos de oposição vencem as eleições estaduais em boa parte do país, as manifestações populares em defesa das eleições diretas começam a ganhar força. A partir desse momento, os meios de comunicação dão início ao apoio a um futuro governo civil para o país (SANGUINÉ JUNIOR, 1998). Desse modo, em 1983, sob o governo de Figueiredo, a Folha de S.Paulo começa a enunciar a possibilidade de uma “*sucessão aberta*”:

A possibilidade de a Presidência da República vir a ser exercida, no próximo mandato presidencial, por um civil, significa muito pouco em si mesma. Não é pelo fato de ser militar que alguém estará menos credenciado do que qualquer civil para desempenhar uma função pública. O que parece importante, na informação divulgada *por esta "Folha"*, é que *ao manifestar-se favoravelmente a uma candidatura civil, o presidente Figueiredo inclina-se, ao mesmo tempo, por uma forma exclusivamente política de proceder à sucessão presidencial*. (...) Note-se que o procedimento, nessas circunstâncias, seria oposto ao que vigorou nas diversas sucessões presidenciais do *regime autoritário*, desde 1964 — inclusive naquela que conduziu o general Figueiredo ao cargo. Formava-se então um consenso na alta hierarquia militar e entre esta e a Presidência da República; a seguir, o nome assim escolhido, a portas fechadas, era objeto de uma operação com vistas a assegurar a dócil anuência das bases governistas no Congresso e, eventualmente, alguma simpatia por parte da opinião pública. Há indícios poderosos de que desta vez o percurso da sucessão será, ao menos em grande medida, inverso (FOLHA DE S.PAULO, 27/02/1983).

A Folha de S.Paulo usa a **estratégia discursiva de nomeação** para definir a manifestação de apoio, de Figueiredo, a uma candidatura civil para o cargo de presidente da República, como uma forma “*exclusivamente política de proceder à sucessão presidencial*”. Nesse sentido, o jornal reforça que esse caminho seria o oposto do que ocorria nas sucessões presidenciais do regime autoritário, desde 1964. É importante salientar que a Folha de S.Paulo, nesse momento, passa a assumir ter havido autoritarismo no regime desde 1964, argumento que diverge dos seus discursos anteriores, em que afirmava que o regime tinha iniciado com preceitos democráticos e se perdido ao longo do

caminho. Além disso, através do termo “*por esta ‘Folha’*”, o jornal reforça, mais uma vez, sua posição nos editoriais ao fazer referência ao seu próprio nome.

Outrossim, nesse período, a Folha de S.Paulo também reforça seu apoio “*por eleições diretas*”:

(...) fomos e somos favoráveis a eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. Não só porque nos parece a forma de escolha democrática mais compatível com o sistema presidencialista — não há sinal de que a substituição desse sistema esteja no horizonte das forças políticas. Mas também porque, na atual situação de graves dificuldades econômicas e demandas sociais insatisfeitas, *tal forma de escolha se apresenta como a mais apta a estabelecer vínculos sólidos de confiança entre governo e sociedade* e unir a opinião pública em busca de soluções viáveis para os grandes problemas nacionais. (...) Estes e outros argumentos que poderiam ser invocados não têm, por certo, o condão mágico de alterar circunstâncias políticas de fato que tornam pouco provável, a esta altura dos acontecimentos, a hipótese da *convocação de eleições diretas para a Presidência em 1985*. A alteração do dispositivo constitucional que prevê a escolha indireta depende da vontade de 2/3 do Congresso Nacional. (...). O que parece certo, entre muitas incertezas, é que o êxito da tese das eleições diretas será tão menos improvável quanto mais firme e abertamente ela seja sustentada pelos setores da opinião pública que lhe são favoráveis. Se tais setores se mostraram amplamente majoritários, como acreditamos que são, sua vontade constituirá também um fator que não deixará de pesar no curso dos acontecimentos (FOLHA DE S.PAULO, 27/03/1983).

Nesse aspecto, o jornal avalia tal forma de escolha como “*a mais apta a estabelecer vínculos sólidos de confiança entre governo e sociedade*”, empregando a **estratégia discursiva de predicação**, e destacando seu alinhamento ao retorno das eleições diretas para a sucessão presidencial. Cabe salientar que, nesse período, inicia-se um movimento político suprapartidário em defesa das eleições diretas para presidente da República, que ficou conhecido como a campanha das “Diretas Já”. Schwarcz e Starling (2015) acrescentam que essa campanha trouxe esperança de vitória à população por sua grandiosidade, tendo tido a imprensa como grande aliada e um destaque nesse movimento. Com o slogan “eu quero votar para Presidente”, milhares de pessoas tomaram as ruas, em diversos comícios realizados em diferentes pontos do Brasil (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Nesse sentido, a tendência em favor das eleições diretas crescia depressa na sociedade e entre as forças de oposição (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Como se observa no editorial a seguir, sob o título de “*Sucessão obscura*”, a Folha de S.Paulo atuou como um grande porta-voz desse movimento:

Esta "Folha" tem apoiado decididamente o processo de abertura política iniciado no período Geisel e levado avante pelo presidente Figueiredo. Esta postura funda-se na convicção de que a democracia é o sistema político que melhor expressa e garante no plano institucional a maior conquista da civilização moderna, a liberdade do ser humano. Mais que isso, considera que a democracia é a forma política que melhores possibilidades, apresenta de resolução pacífica das naturais divergências de interesses que surgem entre os cidadãos. Obviamente as peculiaridades de cada sociedade determinam possibilidades diversas de efetivação dos ideais democráticos. O Brasil não é exceção à regra. Aqui, como em outros países, a natureza concreta das instituições democráticas depende do peso relativo das forças políticas em presença. Compreendendo isso, esta "Folha" tem procurado mostrar o caráter limitado de nossa democracia, enfatizando a necessidade de aprofundar o processo de abertura política de modo que a sociedade brasileira possa superar, com o máximo de liberdade e estabilidade institucional, seus graves problemas (FOLHA DE S.PAULO, 08/06/1983).

No trecho anterior, nota-se que a Folha de S.Paulo utiliza, mais uma vez, a **estratégia discursiva de representação** ao destacar seu envolvimento com os ideais proferidos em seu discurso, em “*esta "Folha" tem apoiado decididamente o processo de abertura política* “. Nesse aspecto, o jornal declara ao leitor sua preocupação com o contexto político do país e o seu apoio processo de abertura política. Observamos ainda que, em “*processo de abertura política iniciado no período Geisel e levado avante pelo presidente Figueiredo*”, a Folha mostra que não é contra o governo militar, mas vincula, por exemplo, o processo de abertura política aos militares, como se eles sempre tivessem tido esta intenção.

Além disso, a Folha de S.Paulo também utiliza a **estratégia discursiva de nomeação**, ao definir a democracia como “*o sistema político que melhor expressa e garante no plano institucional a maior conquista da civilização moderna, a liberdade do ser humano*”. Desse modo, apesar de ainda não se assumir viver em um regime ditatorial, o jornal reconhece uma “*o caráter limitado de nossa democracia*”. Novamente, o jornal traz aborda a democracia como um conceito diferente daquele que o define como o poder que emana do povo, tendo em vista que setores da sociedade lutavam ainda pelas eleições diretas. E, ainda dentro desse encadeamento de definições sobre a democracia, em editorial intitulado “*Democracia se aprende*”, a Folha de S.Paulo declara:

A democratização do Brasil está sendo, antes de mais nada, um processo coletivo de aprendizado. (...) O sistema político brasileiro vem realizando avanços importantes nesse terreno. As oposições, por exemplo, já abandonaram o mito de que a democracia estaria automaticamente instalada no dia seguinte

à queda do regime autoritário — mito, aliás, fortemente influenciado pela forma histórica de que se revestiu a derrocada da ditadura de Vargas. (...) Percebem que a democratização, desde que digna do nome, é um processo penoso, difícil e que não se realiza sem a combinação de tenacidade e paciência. Impossível fazê-lo num golpe de mágica, de um dia para outro. O governo, de seu lado, também amadureceu sob o impacto das circunstâncias e o desenrolar dos fatos. Sabe que a democracia não se circunscreve às formalidades preservadas apenas na letra da lei. Sabe que ela requer, como um de seus pressupostos, a disputa real pelo poder decisório e o respeito às regras estabelecidas consensualmente para essa disputa. E sabe que a democracia não significa a eliminação do conflito, que é inerente às sociedades humanas, mas sim que esse conflito deve ser organizado segundo regras conhecidas por todos e aprovadas pela maioria. Esse reconhecimento, por parte do governo, está longe de se traduzir completamente em atitudes, mas houve passos decididos nessa direção. As eleições do ano passado constituem o exemplo mais paradigmático desse propósito (FOLHA DE S.PAULO, 24/07/1983).

Nesse trecho, o jornal permanece utilizando a **estratégia discursiva de nomeação** ao conceitualizar, mais uma vez para o seu leitor o que viria a ser a democracia. Como destacado pela Folha, a democratização “*é um processo penoso, difícil e que não se realiza sem a combinação de tenacidade e paciência*”. Indo por esse caminho, o jornal também exterioriza dois atributos que esse processo necessita como: perseverança e paciência, juntamente, para fortalecer esse argumento de tratar-se de um processo. E, além de trazer novamente o ideal de aprendizado, a Folha compara, empregando uma **estratégia discursiva de predicação**, as ações da oposição e do governo nesse processo. Para o jornal, esse “*amadureceu sob o impacto das circunstâncias e o desenrolar dos fatos*”, enquanto aqueles “*já abandonaram o mito de que a democracia estaria automaticamente instalada no dia seguinte à queda do regime autoritário*”. Assim, o jornal convoca ambos a uma “*disputa real pelo poder decisório e respeito às regras estabelecidas consensualmente*”, e a um “*conflito [que] deve ser organizado segundo regras conhecidas por todos e aprovadas pela maioria*”.

Desse modo, em seus editoriais de 1983, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) começa a enunciar a possibilidade de uma processo de sucessão presidencial aberto; b) assume o autoritarismo do regime desde 1964; c) reforça seu apoio às eleições diretas; d) declara ao leitor sua preocupação com o contexto político do país e o seu apoio processo de abertura política; e) conceitualiza para o seu leitor, mais uma vez, o que viria a ser a democracia; e,

f) apresenta as ações da oposição e do governo nesse processo de abertura a fim de reforçar o argumento de que democracia se aprende.

Em 1984, a campanha pelas Diretas Já ganhou força e tomou as ruas das principais cidades do país, sob uma ampla cobertura da imprensa, que, por seu turno, exerceu forte influência junto à opinião pública (ABREU, 2005b). Desse modo, a Folha de S.Paulo inicia o ano rememorando “o legado político de 1983”:

A vitória das forças oposicionistas, hoje governando os principais Estados do Brasil e seus maiores centros urbanos, não despertou sentimento revanchista, contrariamente ao que alguns receavam. Longe disso, *essa vitória reforçou os laços de convivência democrática no interior da sociedade e do sistema político*. Houve, portanto, *notável progresso no sentido da pacificação nacional*, da superação dos ressentimentos provocados pelos excessos tanto da resistência ao regime militar quanto da repressão oficial (FOLHA DE S.PAULO, 03/01/1984).

Ao falar sobre esse legado político do ano anterior, a Folha de S.Paulo usa a **estratégia discursiva de nomeação** para designar a vitória das forças oposicionistas nos principais Estados do país como um “*reforço nos laços de convivência democrática no interior da sociedade e do sistema político*”. Cabe destacar que o jornal entende como oposição o MDB, que era o partido institucionalizado das forças oposicionistas. Ao assim nomear, o jornal justifica o argumento desse ser um “*notável progresso da pacificação nacional*”. Nessa conjuntura, o jornal apela para uma aproximação entre as forças situacionais/governistas e oposicionistas ao governo. Além disso, mais uma vez, compara as ações desses dois grupos, afirmando que os oposicionistas superaram os ressentimentos quanto aos excessos da repressão oficial, e as forças governistas superaram os ressentimentos quanto aos excessos da resistência, equiparando-as, mais uma vez. Na busca por uma construção discursiva de equilíbrio entre ambas as partes, o editorial fala do seu projeto jornalístico da Folha como sendo estritamente apartidário:

Muito embora enfrentando as circunstâncias adversas que a crise distribui e multiplica em todos os níveis, a “Folha” chega a esta edição de número 20.000 - em condições que inspiram confiança. Não tem faltado respaldo, por parte da opinião pública, leitores e anunciantes, à linha editorial que procuramos estabelecer e que *se baseia na prática de um jornalismo agudamente crítico*. Ao mesmo tempo, a solidez econômica e a autonomia financeira desfrutadas pela empresa que edita este jornal tem assegurado as possibilidades de executar esse projeto jornalístico. Sem tais requisitos concretos ele não teria passado de ilusão, logo desfeita pela realidade. A “Folha” é um

jornal estritamente apartidário; procura examinar cada fato pelo que representa em si mesmo, cada governante ou administração pelo que realiza e deixa de realizar em cada setor e em cada momento. Este não é um jornal de situação nem de oposição, só os tolos podem imaginar ser esta a posição mais cômoda. Na verdade, parece-nos que a "Folha" optou pelo caminho mais árduo e menos óbvio. Não há, na tradição da imprensa brasileira, jornal que o tenha trilhado até o limite de suas consequências radicais, como buscamos fazer (FOLHA DE S.PAULO, 05/01/1984).

O discurso acima apresentado insere-se num contexto de crescimento das mobilizações sociais em torno da defesa de eleições diretas e da ascensão de um civil a cadeira da presidência da República, e de abertura do espaço de atuação da oposição, pelo menos em grande parte dos Estados do país. Esse também é o contexto de implantação do Projeto Folha e de seus manuais, nos quais o jornal começa a produzir outros significados, abrindo para seus leitores as reformas mercadológicas e jornalísticas em desenvolvimento que objetivava sua inserção na economia de mercado (MOTTA, 2002a; NOVELLI, 2002; MENESES, 2014). Com esse projeto, a Folha de S.Paulo apresenta-se como ator político que atua como mediador nas relações entre os cidadãos comuns e as instituições políticas (DIAS, 2019).

Assim, é nesse contexto que o jornal se define como um jornal “*estritamente apartidário*”, não sendo “*de situação nem de oposição*”, utilizando ainda a **estratégia discursiva de predicação**, ao qualificar-se como um jornal que “*se baseia na prática de um jornalismo agudamente crítico*”. Para justificar tais afirmativas, a Folha usa a **estratégia discursiva de argumentação**, afirmando que “*optou pelo caminho mais árduo e menos óbvio*”, referindo-se às fortes críticas que tem elaborado ao governo — apenas nesse último período da ditadura brasileira. E, possivelmente, ao número de chamadas à Polícia Federal, de processos e de ameaças que recebeu pelo tom mais combativo ao governo nesses últimos momentos (MOTA; CAPELATO, 1981).

Nesse mesmo contexto, a Folha de S.Paulo reforça o desejo da sociedade de votar para presidente, discursando sobre a manifestação que ocorreu na Praça da Sé, em São Paulo:

A monumental demonstração da vontade popular na praça da Sé passa a constar dos anais da história política do Brasil. Não só como uma das maiores manifestações cívicas de nossa História, senão a maior, mas também um dos raros e belos momentos de concentração dos interesses da sociedade em torno de uma única demanda, de uma só frase capaz de expressar os desejos mais profundos e incontidos da coletividade: "Quero votar para presidente.". Sob a transparência desse mote, o movimento nacional pelas eleições diretas para a Presidência da República alcança, a

partir deste 25 de janeiro, novo patamar, rumo conquista de seu objetivo. Nessa perspectiva, *cabe sobretudo ao Congresso Nacional dar à sociedade brasileira uma resposta* à altura do apelo que, com espírito desarmado e convicção inabalável, lhe oferece desde a praça pública. (...) Para o Congresso Nacional, o ano de 1983 foi marcado pelo início da retomada de sua autonomia. Votações memoráveis recuperaram em parte o moral e a força dessa instituição. O ano de 1984 reserva ao Legislativo um único caminho para avançar nesse processo de reconquista de suas prerrogativas. É o de devolver a si próprio a dignidade e a confiança no exercício de sua plena autonomia. Em outras palavras, *devolver ao povo brasileiro, a 11 de abril próximo, mediante aprovação de emenda constitucional, o direito de eleger o presidente da República* (FOLHA DE S.PAULO, 26/01/1984).

Como se observa no trecho acima, o jornal usa **a estratégia discursiva de nomeação** para se referir à manifestação como “*a monumental demonstração da vontade popular*”, destacando o desejo popular pelas votações diretas. Além disso, nesse texto, a Folha de S.Paulo volta a reafirmar que cabia ao Congresso dar essa resposta à sociedade brasileira, devolvendo ao povo o direito de eleger o presidente. Ainda, cabe destacar que a frase “*Quero votar para presidente!*”, utilizada pelo jornal, era o slogan utilizado por milhares de pessoas que tomaram as ruas, em diversos comícios realizados em diferentes pontos do Brasil (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Em torno do tema Diretas Já, o jornal destaca algumas pautas, como podem ser observadas nos trechos dos três editoriais a seguir:

De nossa parte, como temos feito até aqui, prosseguiremos em nossa linha editorial, claramente identificada com os anseios nacionais, na certeza de que, hoje mais do que nunca, a “*Folha*” expressa, de forma serena e resoluta, a demanda cívica mais elevada do povo brasileiro: *diretas-já* (FOLHA DE S.PAULO, 17/02/1984).

Muitos duvidavam que a sociedade conseguiria mobilizar-se maciçamente a favor das diretas, levando em conta a tradicional inércia política da maioria fora dos períodos eleitorais. *Não só a sociedade mobilizou-se, como está produzindo um dos maiores fenômenos políticos de massas já assistido no País*, dentro ou fora de períodos eleitorais (FOLHA DE S.PAULO, 07/03/1984).

As manifestações públicas continuarão a ocorrer dentro do roteiro previamente traçado, sob a mais absoluta paz e ordem, respeitando a lei e valendo-se de um direito elementar inscrito na Constituição. *É de esperar que o governo não venha a perturbar esse clima pacífico e civilizado, com medidas intimidatórias e admoestações fora de lugar. Os cidadãos brasileiros estão, pouco a pouco, construindo a democracia.* As faces do País alteram-se. Vivemos momentos decisivos para

os destinos da nacionalidade. Diretas-já (FOLHA DE S.PAULO, 17/04/1984).

Focando grande parte de suas publicações editoriais em torno dessa temática, a Folha de S.Paulo destaca: 1) a força das mobilizações sociais; 2) seu alinhamento aos ideais de construção da democracia a partir das eleições diretas; e, 3) que se espera um retorno positivo, nesse sentido, por parte do governo. Cabe salientar que, sobre as manifestações, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de intensificação** ao usar termos como “*produzindo um dos maiores fenômenos políticos de massas já assistido no País*” para articular abertamente e reforçar a força das campanhas para seus leitores. Outra estratégia também empregada nesse debate é a **estratégia discursiva de representação**, quando a Folha de S.Paulo emprega discurso indireto para falar em nome da sociedade em “*os cidadãos brasileiros estão, pouco a pouco, construindo a democracia*”. Nesse ínterim, outro tema que recorrentemente foi abordado pela Folha em 1984 foi a necessidade da formação de uma Constituinte, como pode ser notado nos trechos dos dois editoriais a seguir:

Se se trata de elaborar uma *Constituição* na qual a sociedade possa enxergar sua vontade refletida, alguns requisitos são iniludíveis. Primeiro, *é preciso que o texto constitucional surja de um debate o mais amplo possível*, e tome forma nas mãos de representantes expressamente eleitos pelo povo para esse fim. (...) Segundo, para que *esses representantes* possam deliberar de maneira livre e soberana, *devem ser eleitos e reunir-se em clima de liberdade*. (...) Terceiro, não importa o nome que se dê à sua reunião, *os representantes eleitos hão de ter poder efetivamente constituinte*. Isto significa que suas deliberações serão tomadas por maioria simples ou maioria absoluta, e não pelo quórum de dois terços normalmente requerido para a aprovação de emendas constitucionais. Do contrário, tal poder em nada se distinguiria do que o atual Congresso já detém (FOLHA DE S.PAULO, 04/09/1984).

A *Constituinte é necessária*. Não é admissível, entretanto, que sua necessidade seja invocada como argumento para que não se façam eleições diretas, contrariando o desejo da maioria da população. Não é remendo para um mandato que não se origina do povo. (...) Pois ou o presidente governa, com todos esses poderes e sem o voto popular, e isso leva o nome de autoritarismo; ou não governa, adiando para a Constituinte a recomposição do espectro de forças políticas que, na corrida ao Colégio Eleitoral, se faz extremamente contraditório. (...) A proposta de que convoque eleições diretas, e a elas se candidate, poderá livrá-lo dessa irracional e incômoda situação, e da falácia dos argumentos que, para mantê-la, são invocados. *Permitirá que o presidente encare de frente o País*. Convocar, então, com a força que lhe confere o voto majoritário dos brasileiros, uma Assembleia Constituinte. Não se alimentarão assim as suspeitas de que, em favor de um gozo imediato e ilegítimo do poder, contribuiu para que a

vontade dos brasileiros fosse mais uma vez traída (FOLHA DE S.PAULO, 23/11/1984).

No primeiro editorial, a Folha de S.Paulo apresenta um caminho de três passos para que se construa uma Constituinte que seja uma expressão da vontade da sociedade. São eles: 1) que o texto constitucional surja de um debate amplo com representantes do povo; 2) que esses representantes possam deliberar em clima de liberdade; e, 3) que os representantes tenham poder constituinte. Nesse sentido, compreende-se que o jornal aponta para um rompimento do perfil autoritário do regime ditatorial, a fim de que o povo voltasse a ter poder. No segundo editorial, a Folha de S. Paulo utiliza a **estratégia discursiva de predicação** ao, categoricamente, afirmar que a Constituinte é necessária. Nesse tipo de construção, o jornal não deixa espaços para dúvidas, passando para o leitor a certeza de que a Constituinte precisa ser elaborada. Dessa maneira, o jornal ainda desafia o presidente Figueiredo ao afirmar que, ao convocar as eleições diretas, o presidente *“permitirá que o presidente encare de frente o País”*. Sobre esse aspecto, a Folha permanece utilizando o tom de provocação ao governo em seus discursos, como se atenta no trecho do editorial intitulado *“Quem tem medo das diretas”*:

Os dois candidatos indiretos à Presidência da República, deputado Paulo Maluf e o ex-governador Tancredo Neves, tiveram reações aparentemente distintas, mas que no fundo se equivalem, diante do editorial que este Jornal estampou ontem em sua primeira página. Inspirada na data comemorativa da República e nos princípios republicanos, e respaldada pela autoridade moral de seu papel pioneiro, entre os meios de comunicação, na batalha pelas diretas-já, a Folha sugeriu que o sucessor do presidente Figueiredo, a ser eleito através de um *órgão notoriamente ilegítimo, o Colégio Eleitoral, pratique o seu primeiro ato de grandeza, recorrendo imediatamente à fonte democrática do poder, que é o povo. Isso significa a convocação de um pleito direto do qual participe e que decerto o consagrará, legitimando sua investidura na função de primeiro mandatário*. Ambos os postulantes repeliram a ideia. O representante das forças situacionistas apelou para uma tergiversação, afirmando que, se eleito, convocará o pleito direto somente em novembro de 1986. E o cabeça de chapa da Aliança Democrática acha que “a esta altura, falar em eleição direta é para não dar nem direta nem indireta”. Em termos pouco cifrados significa qualificar de “golpe” a ideia, como já o fizeram, em linguagem clara, alguns correligionários seus. Às *massas populares e à sociedade civil, ansiosas de participação na vida pública*, de traçar os rumos de seu próprio futuro, o Planalto apresentou há meses um prêmio de consolação, representado pela emenda Leitão, que previa o pleito direto para 1988 retirada antes de ser submetida a votos porque o MDB tentará antecipar a data para 1984 (FOLHA DE S.PAULO, 16/11/1984).

É relevante lembrar que, apesar toda força empregada na sociedade e entre a oposição nas campanhas pelas Diretas Já, a possibilidade de mudança nas regras da sucessão era inexistente (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Desse modo, o novo presidente seria eleito, em 1985, pelo Colégio Eleitoral. Sabendo disso, a Folha de S.Paulo reforça sua crítica, nomeando o Colégio Eleitoral como órgão ilegítimo. Todavia, é importante destacar que apenas agora o jornal assim o avalia, mesmo este órgão tendo existido ao longo de todo regime ditatorial.

Desse modo, em seus editoriais de 1984, a Folha de S. Paulo, de forma sintética: a) nomeia a vitória das forças oposicionistas nos principais Estados do país como um “*reforço nos laços de convivência democrática no interior da sociedade e do sistema político*”; b) fala do seu projeto jornalístico como sendo apartidário; c) reforça o desejo da sociedade de votar para presidente; d) volta a reafirmar que cabia ao Congresso dar uma resposta à sociedade brasileira, devolvendo ao povo o direito de eleger o presidente; e) permaneceu defendendo a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte; e, f) apresenta um caminho de três passos para que se construa uma Constituinte que reflita na vontade da sociedade.

Em janeiro de 1985, Tancredo Neves, do MDB, foi eleito o novo presidente pelo Colégio Eleitoral, apoiado pela oposição (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Ele tinha apenas três meses até a posse para solidificar sua vitória, montar o novo governo e materializar um projeto de transição, propondo uma mudança conciliatória na reconstrução democrática e buscar a estabilização econômica e estabilidade institucional, como explicam Schwarcz e Starling (2015). De acordo com as autoras, Tancredo conseguiu costurar uma aliança política capaz de acomodar as diferentes forças que o apoiavam — tais como o PMDB, o PDT, o PTB e o PCB —, com a chamada Aliança Democrática, dando ao seu programa de governo um tom de mudança, mas não de ruptura do sistema político (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nesse período, a Folha de S.Paulo demonstra a forma esperançosa como compreendia esse novo momento, conforme expresso em editorial intitulado “*A expectativa da ‘Nova República’*”:

Celebrada como o advento de novo período na vida política nacional, a posse de Tancredo Neves traz consigo uma carga de significações e expectativas que transcende o âmbito de simples transferência de poder. Todavia, o conteúdo simbólico do fato recobre, no entusiasmo das verbalizações em torno da “*Nova República*” muito de uma realidade de compromissos incontornáveis e de transigências sucessivas dos quais o Ministério escolhido não foi a primeira manifestação, apesar de

a mais aparente. É, aliás, por um claro esforço compensatório que todo um aparato ideológico é mobilizado a favor da tese de que as mudanças, *mesmo depois da derrota das diretas-já, serão encaminhadas firmemente*. A circunstância de que, *pela primeira vez em mais de vinte anos, um civil identificado com a oposição ao autoritarismo ascender ao poder contribuiu, por certo, para as esperanças de todos* (FOLHA DE S.PAULO, 15/03/1985).

Apesar de ter sido um período marcado mais por continuidades do que por rupturas, a chamada Nova República ficou assim conhecida pelo fato de, após vinte e um anos de ditadura, sair do poder o último general-presidente, voltando a ter um civil eleito na presidência da República (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Desse modo, a Folha de S.Paulo se alinha a esse discurso de esperança na Nova República e destaca que, mesmo com a derrota das diretas-já, um civil “*identificado com a oposição ao autoritarismo ascender ao poder contribuiu, por certo, para as esperanças de todos*”.

Entretanto, um dia antes de tomar posse, Tancredo foi internado por causa de uma infecção generalizada, causando seu falecimento dias depois. Desse modo, assumiu a presidência da República José Sarney, seu vice e um dos civis que deu apoio aos militares. Nesse sentido, saiu do poder o último general-presidente e iniciava-se assim o período marcado como Nova República, marcada mais por continuidades do que por rupturas (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Compreendemos assim que não houve, portanto, uma ruptura com o autoritarismo, mas uma “transformação — lenta, segura e gradual — da forma de governo”, em consonância com Lohn (2013, p. 79).

Sobre o agravamento do estado de saúde do presidente civil eleito, a Folha de S. Paulo declara:

As notícias sobre o *agravamento do estado de saúde do presidente eleito, Tancredo Neves*, fazem recair sobre a ação uma ansiedade que a carga de expectativas mobilizada por sua campanha intensifica. A razão para que nos acompanham com apreensão os informes sobre sua saúde, e expressam desejo de que se recupere, transcende mesmo a *solidariedade pessoal* para difundir com o interesse quanto ao próprio *funcionamento do governo*, ainda contido pelas indeterminações da obra. (...) É confortador, apesar disso, *ver quadro institucional em completa normalidade* o que se constitui, demais, em outro argumento a favor da clareza nas informações. *A conduta de José Sarney no exercício interino da Presidência ocorreu, como é aliás ressaltado em editorial, sem a menor ameaça de perturbação, e sem que se alterasse o ritmo das atividades dos cidadãos*. O consenso sobre a perfeita obediência ao que, nesses casos, é previsto pela Constituição foi rapidamente alcançado, numa notável demonstração de maturidade e apreço no texto da lei. (...) A vida política continua, na medida em que é fruto de uma conjunção

impessoal de tendências e grupos; desenvolvendo-se livremente, como tende a ocorrer num País que se democratiza, passa ao largo das apreensões e simpatias que, não obstante, as condições do presidente eleito compreensivelmente despertam (FOLHA DE S.PAULO, 20/03/1985).

A Folha de S.Paulo deseja a recuperação de Tancredo tanto por “*solidariedade pessoal*” como para “*funcionamento do próprio governo*”, reforçando a esperança depositada nesse novo governo. Além disso, avalia a atuação de Sarney como interino, através da **estratégia discursiva de predicação**, atribuindo a ele um quadro institucional em “*completa normalidade*” e “*sem a menor ameaça de perturbação, e sem que se alterasse o ritmo das atividades dos cidadãos*”. Desse modo, o jornal reforça que, apesar do estado de saúde de Tancredo, pelo desempenho de Sarney a vida política continua. Quando ao final de 39 dias, entre cirurgias e procedimentos médicos para tentar salvar sua vida, Tancredo falece em 21 de abril, o jornal publica editorial intitulado “*País sem Tancredo*”, prestando sua homenagem a ele:

É um instante de *verdadeira comoção nacional* o que, depois de tantos dias de atribulação e angústia, marca o desfecho de uma trajetória pessoal e política que soube congrega, num mesmo anseio de transformações democráticas, os mais amplos contingentes da população brasileira. A confiança de que dispunha Tancredo Neves junto à opinião pública, a consciência geral de que possuía as *habilidades para empreender a delicada transição política* por que passa o País, abrem o momento atual de *tristeza e frustração*. Esses valores - o respeito à ordem civil, à autonomia e à permeabilidade das instâncias decisórias de que dispõem os cidadãos -, estiveram nítidos por ocasião da *posse do presidente José Sarney*, demonstrando que *o sistema político atual pertence de fato aos representantes do povo*, cabendo-lhes a última palavra em quaisquer deliberações. É dentro desse quadro que se pode encarar o doloroso acontecimento de ontem, *não com desespero, mas com serenidade* apesar de toldada pela consternação que o destino de um homem e de um presidente inspira. E com a certeza de que os brasileiros, donos de si mesmos e de suas instituições, saberão construí-las amadurecidos, porque mais do que nunca sozinhos diante delas, unidos no desconsolo, inconformados pela perda, mas sobretudo imersos nas responsabilidades que o momento exige (FOLHA DE S.PAULO, 22/04/1985).

Nesse editorial, a Folha de S.Paulo presta tributo a Tancredo Neves, fazendo uso de uma **estratégia discursiva de nomeação**, atribuindo a esse momento de perda expressões como “*de verdadeira comoção nacional*” e de “*tristeza e frustração*”. Ao expor esses sentimentos, o jornal deixa nítido ao leitor que recebeu essa perda como um doloroso acontecimento. Todavia, apesar disso, no mesmo editorial o jornal já fala sobre a posse de José Sarney, que em

seu discurso demonstrou “*que o sistema político atual pertence de fato aos representantes do povo*”. Assim, atribui ao momento característica de seriedade, mas não de desespero. Nesse aspecto, tendo ocorrido a transição de poder para o civil, a Folha de S.Paulo retoma a falar sobre “*Constituinte e Diretas Já*”:

Na vontade unânime de democracia, e na aspiração urgente por reformas econômicas, formou-se um consenso na população. A necessidade de eleger o próximo Presidente por via direta, de promover uma real democratização das instituições políticas brasileiras, com liberdade para todos os partidos, com a extensão do direito de voto ao analfabeto, com o fim da Lei Falcão, com a revogação dos mecanismos autoritários presentes na Lei de Segurança Nacional, são temas que ganharam espaço nestes meses, renunciando, no calor das discussões, o reordenamento geral do País, que a Assembleia Nacional Constituinte deverá realizar. Mais do que nunca, é necessária a união de todos os brasileiros na busca de medidas reais e corajosas para superar esses problemas. A solidariedade e o consenso que a Nação brasileira conheceu até aqui não poderão perder-se, agora que, como nunca, são necessários. (...) A transição para o poder civil já se fez, e brilhantemente. Nada mais explica que, em seu nome, a democracia se mantenha, apenas, no reino das palavras (FOLHA DE S.PAULO, 28/04/1985).

Nesse momento, os três aspectos considerados essenciais pela oposição para concretizar o projeto de redemocratização do país, a saber: 1) eleições diretas em todos os níveis; 2) convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; e, 3) promulgação de uma nova Constituição (SCHWARCZ; STARLING, 2015), foram cobrados pelo jornal em seus editoriais ao longo do ano de 1985. Como se observa no editorial anterior, a Folha de S.Paulo utiliza a **estratégia discursiva de representação** ao construir a ideia de uma “*vontade unânime de democracia*” e de um “*consenso na população*”, acerca da necessidade de eleições diretas. O jornal ainda solicita ao novo governo que os “*mecanismos autoritários presentes na Lei de Segurança Nacional*” fossem revogados e a “*Assembleia Nacional Constituinte*” realizada para a “*necessária a união de todos os brasileiros*”. Para reforçar esse argumento, a Folha de S.Paulo acrescenta:

Da vitória sobre o autoritarismo até a realização de uma democracia autêntica, estável e valorizada pelos cidadãos, há entretanto um difícil caminho a percorrer. E cabe à sociedade demonstrar, agora que as consequências de todo um fracasso histórico começam a ser superadas, sua disposição para empreender, com mais maturidade e mais vigor, essa tarefa (FOLHA DE S.PAULO, 03/10/1985).

É contudo consenso que *1985 foi tão rico em acontecimentos políticos e tão pródigo em alternativas, exatamente devido ao alargamento dos espaços de atuação na esfera pública inerentes a quaisquer regimes democráticos*. A ampliação das inseguranças e das incertezas e o peso de novas desilusões devem-se, também, à superação de um estado de coisas onde o centralismo das decisões era absoluto. Ao menos neste sentido, *um avanço inegável pode registrar-se no ano que termina* (FOLHA DE S.PAULO, 30/12/1985).

Como se observa nos dois editoriais acima, o jornal defende que o país ainda não vive em uma democracia autêntica, estável e valorizada pelos cidadãos. Isso porque, da vitória sobre o autoritarismo até a realização desse feito, há o que a Folha de S.Paulo nomeia como “*um difícil caminho*”. Entretanto, ao fazer um balanço sobre o ano de 1985, o jornal aponta para os avanços, atribuindo-os ao “*alargamento dos espaços de atuação na esfera pública inerentes a quaisquer regimes democráticos*”.

Desse modo, em seus editoriais de 1985, a Folha de S. Paulo, de forma sintética: a) se alinha ao discurso de esperança na Nova República; b) deseja a recuperação de Tancredo e lamenta seu falecimento; c) cobra do governo de Sarney os três aspectos considerados essenciais pela oposição para concretizar o projeto de redemocratização do país — eleições diretas em todos os níveis, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e promulgação de uma nova Constituição; e, d) defende ainda não viver em uma democracia autêntica, estável e valorizada pelos cidadãos.

Em 1986, a Folha de S.Paulo inaugura o debate sobre a vacilante democracia — mais uma vez trazida junto com adjetivos — que se começa a ser exercida no Brasil:

Durante um *longo período de cerceamento aos direitos de expressão, de restrição aos processos eleitorais e de limites à livre organização partidária*, a atividade política pareceu reduzir-se a pouco mais que o exercício de uma oposição consentida, ou que a simples sustentação burocrática e parlamentar das forças no poder. Por sua vez, *a passagem para o regime civil determinou a valorização de um outro aspecto da atividade política*, identificando-a com o sutil e prudente jogo de acertos e compromissos com o adversário, com vistas a uma adaptação institucional reconhecidamente imprescindível. *A vacilante democracia que se começa a exercer no Brasil* vai conhecendo, entretanto, uma rápida alteração nesses modelos de comportamento, sendo agora insuficiente a simples prática de oposição enquanto resistência democrática, e mostrando-se transitórias as virtudes da conciliação de gabinete (FOLHA DE S.PAULO, 06/01/1986).

No trecho do editorial acima, a Folha de S.Paulo relembra o período “*de cerceamento aos direitos de expressão, de restrição aos processos eleitorais e de limites à livre organização partidária*”, categorizando-o como longo, aplicando a **estratégia discursiva de predicação**. E aponta, mais uma vez para a relevância da passagem de governo para o regime civil, como o início de uma valorização das atividades políticas. E antes de encerrar, o jornal define a democracia que se começa a exercer no Brasil como vacilante. Sobre a relação entre a imprensa e a democracia, destaca:

Mais que simplesmente alterar as formas de relacionamento do Estado com os cidadãos, a passagem para um regime democrático exige, muitas vezes, um *esforço de redefinição e de reordenamento nos papéis desempenhados* por todas as instituições políticas e sociais; os partidos políticos, o Congresso, a imprensa, a Igreja, as organizações da sociedade civil passam a reajustar-se em suas relações mútuas, a defini-las por novos parâmetros de convivência, e nem sempre este processo se desenvolve sem atritos. Talvez como *resquício da política autoritária*, parece fixar-se no Brasil uma atitude de resistência ao debate, de busca obstinada de uma opacidade de decisões e pronunciamentos por parte de inúmeros homens públicos, que se reveste, muitas vezes, da forma de uma reação à atividade da *imprensa como instrumento de divulgação e desencadeamento de discussões* (FOLHA DE S.PAULO, 10/01/1986).

No mesmo desencadeamento de ideias que vinha difundindo nos últimos anos, a Folha de S.Paulo destaca que a passagem para um regime democrático exige um “*esforço de redefinição e de reordenamento nos papéis desempenhados por todas as instituições políticas e sociais*”. Ou seja, para o jornal ainda não era possível admitir estar em um regime pleno democrático, sobretudo, pelos resquícios da política autoritária. De modo a justificar essa afirmativa, o jornal utiliza a **estratégia discursiva argumentação** ao defender que ainda existem no Brasil atitudes de resistência ao debate. Sobre esse aspecto enfatiza, mais uma vez, a atuação da imprensa, dessa vez acrescentando, por meio de uma **estratégia discursiva de nomeação**, a definição do instrumento de divulgação também como “*instrumento de desencadeamento de discussões*”. A utilização de tais estratégias pelo jornal implica, mais uma vez, na defesa pelo jornal da relevância da liberdade da imprensa para a democracia.

Ainda sobre o tema da Constituinte, o jornal denuncia a existência de censura:

A *Comissão Provisória de Estudos Constitucionais*, ao sancionar uma proposta de estado de sítio que prevê impedimentos à divulgação de informações pelos jornais, rádios e TVs, alinhou-se a *esta visão deturpada do papel da imprensa*. (...) Não se nega o direito de o Estado procurar manter, em determinados momentos da vida do país, sigilo sobre alguns fatos e decisões. Este sigilo, porém, não implica reprimir o trabalho da imprensa no sentido de levar à população o máximo de informações. Não se trata de uma prerrogativa dos órgãos de comunicação, mas da própria sociedade. *A instituição de mecanismos de censura, quaisquer que sejam suas justificações, tem como objetivo último mascarar a verdade*. Se se deseja um sistema político realmente livre, não há espaço para censores temporários e ditaduras de curto prazo. *A sociedade brasileira está exausta de autoritarismo, de censura, de ideologias da segurança nacional, de "defesas da democracia" que só servem para sufocá-la*. Para acabar com tudo isto é que se reivindica uma nova Constituição. Será lamentável se esta reproduzir ainda que timidamente —, ou justificar com a solenidade de um novo nome —, os atentados que por tantos anos se fizeram contra os cidadãos (FOLHA DE S.PAULO, 08/05/1986).

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais tinha por função desenvolver pesquisas e estudos para colaboração aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Como discutido anteriormente, o processo de elaboração da Constituição de 1988 representou o grande momento da disputa hegemônica, através do confronto de um projeto liberal e um projeto popular. As classes dominantes procuravam apresentar a Assembleia Nacional Constituinte como uma instituição neutra, em que os representantes do povo estariam acima das classes e teriam a missão elaborar uma Constituição que respeitasse igualmente os interesses de todo o povo (ALMEIDA, 2016). Nesse contexto, a Folha de S.Paulo refere-se ao impedimento pela comissão de se divulgar informações pelos jornais. Desse modo, a Folha se posiciona abertamente contra a “*visão deturpada do papel da imprensa*” por parte da comissão. E, ainda, categoriza, empregando a **estratégia discursiva de predicação**, a instituição de mecanismos de censura como forma de “*mascarar a verdade*”. Por fim, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de representação** ao falar em nome da sociedade brasileira, para afirmar que a sociedade está “*exausta de autoritarismo, de censura, de ideologias da segurança nacional, de "defesas da democracia" que só servem para sufocá-la*”. E, ainda antes de encerrar o ano, a Folha de S.Paulo faz um balanço da economia brasileira:

A economia brasileira vive um clima de pessimismo, angústia e decepção talvez sem paralelo em sua história. Do entusiasmo até a mais absoluta falta de perspectivas passaram-se alguns meses; foram suficientes para que *um sentimento geral se*

aprofundasse, do empresariado aos sindicatos de trabalhadores: o de que a mágica terminou, de que se aproxima um período de confronto, crise e desgoverno. (...) Na ausência de indicações concretas sobre os rumos da economia, no temor de que se repita a crise do começo da década, o empresariado hesita em ampliar sua capacidade de produção; todos esperam e recuam, ninguém investe, e os cuidados dos agentes econômicos terminam contribuindo para que a recessão se concretize. (...) O futuro da economia brasileira dependerá de algumas medidas de cunho nitidamente ortodoxo. Não é de modo algum obrigatório, contudo, que estas medidas promovam recessão, arrocho salarial ou perda dos ganhos já obtidos pelo trabalhador. Nada mais trágico do que o retorno à situação; nada mais perigoso do que a crença generalizada nesse risco, ela própria um motivo para que concretizá-lo. A questão se resume na intensidade dos ajustes e em como serão repartidos. Todavia, quanto mais o governo demora para agir, e quanto mais vagas suas propostas de entendimento, mais a crença numa recessão está presente, mais as alternativas se fecham e confundem (FOLHA DE S.PAULO, 21/12/1986).

Outro aspecto abordado pela Folha de S.Paulo nesse momento, como podemos observar no trecho acima, são suas preocupações com a situação econômica do país. O jornal avalia negativamente a economia brasileira, aplicando a **estratégia discursiva de predicação**, como vivendo “*um clima de pessimismo, angústia e decepção talvez sem paralelo em sua história*”. De modo a justificar sua avaliação, o jornal utiliza também a **estratégia discursiva de representação** para falar em nome do empresariado, para se distanciar desse ator político, como se não pertencesse a ele, em “*o empresariado hesita em ampliar sua capacidade de produção*”. Cabe salientar, porém, que, como aponta Motta (2021), o presidente José Sarney enfrentou e resolveu temas que eram tabus para as forças de direita, como a legalização dos partidos comunistas, o reestabelecimento de relações diplomáticas com Cuba e a convocação de uma Assembleia Constituinte, questões que foram silenciadas pelo jornal em detrimento de sua preocupação com a economia brasileira, nesse balanço.

Desse modo, em seus editoriais de 1986, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) inaugura o debate sobre a democracia que se começa a exercer no Brasil; b) aponta, mais uma vez, para a relevância da passagem de governo para o regime civil, como o início de uma valorização das atividades políticas; c) nomeia a democracia que se começa a exercer no Brasil como vacilante; d) permanece fazendo críticas à postura do governo com relação à constituinte; e) nomeia a imprensa como instrumento de divulgação e “*de desencadeamento de discussões*”; f) categoriza a instituição de mecanismos de censura como forma de “*mascarar a verdade*”; e, g) preocupa-se com a situação econômica do país.

Em 1987, a Folha de S.Paulo inicia o ano fazendo um balanço em seu editorial intitulado “*Democracia, ano zero*”:

Partidos fracos, Congresso fraco, debate fraco, rigor inviável na determinação das regras eleitorais compuseram um quadro político de entristecedora esterilidade. São, sem dúvida, fenômenos previsíveis num país cuja democracia se faz com a lentidão e os compromissos que se conhecem, e cujas lideranças políticas, em sua maioria, atestam um grau de subdesenvolvimento que, em vão, já se acreditava superado. Talvez se possa dizer que essa mediocridade não deixa de representar uma experiência, nas condições brasileiras, e um alerta: o de que a democracia não é um estado de simples suspensão do autoritarismo, de mera ausência de entraves à liberdade política, mas algo a ser construído com um esforço de vontade, com uma intransigência e um empenho tão grandes como os que havia exigido a luta contra o regime anterior (FOLHA DE S.PAULO, 01/01/1987).

Observa-se, então, que o jornal avalia, com uma **estratégia discursiva de predicação**, como fracos: os partidos, o Congresso e o debate que compõem o quadro político, também por ele avaliado como “*entristecedora esterilidade*”. Desse modo, a Folha de S.Paulo denuncia não apenas a falta de frutos desse processo ou da chamada Nova República, como a incapacidade de produção desses atores. Além disso, retoma a mesma **estratégia discursiva de nomeação** que já havia utilizado anteriormente, ao se referir, linguisticamente, que a democracia “*não é um estado de simples suspensão do autoritarismo*”. Pelo contrário, para o jornal, eram necessárias qualidades como esforço, intransigência e empenho “*tão grandes como os que havia exigido a luta contra o regime anterior*”. Nesse aspecto, é relevante observar que a Folha de S.Paulo não nomeia esse período ainda como democrático, visto que está em um determinado processo, mas confirma ser um regime diferente do anterior, que nomeava como autoritário.

Ainda sobre o debate do papel dos constituintes, a Folha de S.Paulo destaca:

Há condições de fazer-se uma democracia real no país, e de apontar para mecanismos de participação capazes de assegurar sua modernização econômica e social sem os traumas, as hesitações, as impropriedades e improvisações com que veio sendo feita até aqui. Um consenso amplo existe, apesar de tudo. Cabe aos deputados e senadores eleitos ter capacidade de interpretá-lo; é uma tarefa para estadistas. Ter, ademais, capacidade para fazê-lo transparente e inequívoco diante do conjunto da população; é tarefa de constituintes. Dos dois objetivos, parecem lamentavelmente distantes. O acompanhamento da opinião pública, a presença ativa dos cidadãos, o debate que apenas começou, são as garantias de

que se dispõe para que venha a ser, de fato, o texto definitivo da democracia brasileira. A esta expectativa, mas com as preocupações mais amargas, a Folha engaja-se na cobertura dos trabalhos constitucionais (FOLHA DE S.PAULO, 01/02/1987).

Nesse período, a Folha de S.Paulo avalia, empregando a **estratégia discursiva de predicação**, que no quadro político havia condições de fazer-se uma “*democracia real no país*”, convocando aos deputados e senadores eleitos uma postura de “*estadistas*”. Ao assim proceder, o jornal reivindica de seus governantes uma postura mais ativa em conduzir as atividades do governo. Além disso, nesse mesmo período, a Folha de S.Paulo volta a denunciar a violência policial:

A Polícia Militar agrediu, na terça-feira, alguns membros do Congresso constituinte. *É inadmissível que parlamentares sejam submetidos no vexame da violência e vitimados pela insensibilidade de uma corporação que deve ter como único objetivo a manutenção da ordem.* O que está em discussão não é apenas a integridade física de senadores e deputados eleitos em um sistema de poder representar *a dignidade de uma instituição*. (...) Os parlamentares e os grevistas foram agredidos não porque insuflavam qualquer conduta capaz de colocar em risco a segurança pública: simplesmente organizava-se uma assembleia que iria decidir os destinos do movimento. *A violência policial deve ser exemplarmente apurada; os responsáveis precisam ser punidos.* Cabe ao Estado preparar suas milícias para intervir com precisão e prudência em episódios como o de Brasília (FOLHA DE S.PAULO, 02/04/1987).

Como se observa no trecho acima, o jornal apresenta ao leitor os episódios de violência acometidos aos membros da constituinte. Fazendo uso da estratégia discursiva de nomeação, o editorial enuncia a corporação militar como responsável pela “*manutenção da ordem*”, e chama a atenção ao mostrar-se preocupada com a dignidade da instituição, além da integridade física dos senadores e deputados. Cabe salientar que essa saída do regime ditatorial foi negociada de cima — pelos portadores do mesmo projeto político, em sua essência contrarrevolucionário —, apesar dos contratempos impostos pelas lutas vindas de baixo (MATTOS, 2018). Nesse sentido, as Forças Armadas e os órgãos de informação e repressão, como o SNI, mantiveram-se intocadas no governo de Sarney (MOTTA, 2021).

Nesse caso, que a Folha de S.Paulo sugere que a violência policial seja apurada, atribuindo ao Estado a responsabilidade de punir os responsáveis por tais delitos. Todavia, no que se refere às crises vivenciadas no país, o jornal

responsabiliza José Sarney, solicitando uma atitude do presidente, tendo em vista que era esse o desejo da “*opinião pública*”:

O Brasil vive neste momento uma profunda crise econômica, está mergulhado numa séria crise política e enfrenta a ameaça de uma crise social. A opinião pública quer — e exige — que desta vez o compromisso do presidente José Sarney se cumpra. Ainda restam, apesar das últimas intempéries, alguns fiapos de credibilidade; se recuar também agora, se não adotar uma atitude de austeridade embasada na firme determinação política de conseguir implementá-la, terá falhado definitivamente como governante. (...) O que o presidente da República precisa transmitir, a seus auxiliares diretos e indiretos, é sobretudo um padrão moral, de tal forma enfático e inquestionável que possa servir de exemplo a toda a administração do Estado (FOLHA DE S.PAULO, 03/06/1987).

Nesse ínterim, o jornal é categórico em afirmar que o Brasil vivia, naquele momento, uma crise econômica, considerada pela Folha de S.Paulo como “*profunda*”, uma crise política avaliada como “*séria*” e, uma ameaça de crise social. Mais uma vez, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de representação** para atribuir à opinião pública a exigência do cumprimento do compromisso firmado por Sarney. Nesse sentido, a Folha de S.Paulo instiga o então presidente a transmitir um “*padrão moral*” que sirva de “*exemplo*” para a administração do país.

Desse modo, em seus editoriais de 1987, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) denuncia a falta de frutos desse processo ou da chamada Nova República; b) não nomeia esse período ainda como democrático; c) reivindica de seus governantes uma postura mais ativa em conduzir as atividades do governo; d) apresenta ao leitor os episódios de violência acometidos aos membros da constituinte; e, e) sugere que a violência policial seja apurada, atribuindo ao Estado a responsabilidade de punir os responsáveis por tais delitos.

Por fim, em 1988, a Folha de S.Paulo começa a criticar as ações do governo:

No regime democrático, que se vê momentaneamente confundido com o atual sistema de exploração dos recursos públicos por alguns demagogos e fisiológicos, está contudo a maior arma de que a sociedade pode dispor para vencê-los. A desmoralização do Estado e dos políticos que nele se incrustam não é a desmoralização da democracia. Ao contrário, é com a plena vigência das liberdades civis, com a atividade crítica e intransigente de uma imprensa livre e sem outros compromissos que não com os seus leitores, que podem persistir as condições para uma cobrança incansável, e para uma incansável denúncia, das atividades odiosas de uma, duas ou quantas forem as quadrilhas de oportunistas que estão no

poder ou pretendem apossar-se dele. O *autoritarismo* nada mais faz que ocultar — pela violência, pela perseguição, pela ameaça, pela chantagem e pela tortura — a realidade de um mesmo oportunismo, de uma mesma fraude, de um mesmo assalto à população. Mas *a democracia não precisa apenas ser preservada: precisa ser exercida*. É de uma pressão constante, de uma exigência infatigável, de uma indignação radical da sociedade que depende a recuperação de um mínimo de racionalidade e critério técnico na atuação do Estado brasileiro. Caso contrário, o festim do oportunismo, da intermediação política, da exploração fisiológica dos recursos do contribuinte permanecerá mais forte do que nunca. O país irá merecê-lo (FOLHA DE S.PAULO, 04/02/1988).

Nesse período, o jornal começa a enunciar estar vivendo em um regime democrático. Apesar disso, declara que, momentaneamente, esse regime estava sendo “*confundido com o atual sistema de exploração dos recursos públicos por alguns demagogos e fisiológicos*”, fazendo uma crítica aos seus governantes. Além disso, o jornal fala sobre liberdade de civis, destacando a importância de uma imprensa livre para uma “*cobrança incansável*”. Ressalto que a Folha de S.Paulo categoriza a atuação da imprensa como “*sem outros compromissos que se não com os seus leitores*”. Essa construção discursiva, como já discutimos anteriormente, camufla uma série de escolhas que o jornal faz para além de informar, formar a opinião de seu público em relação a determinados temas (FONSECA, 2011). Essa formação, por sua vez, é realizada sempre a serviço de determinado objetivo que atenda aos interesses do jornal que é também uma empresa jornalística que visa lucros. Nessa mesma construção em defesa da atuação da imprensa livre, o jornal utiliza a **estratégia discursiva de predicação**, categorizando o autoritarismo como responsável por “*ocultar — pela violência, pela perseguição, pela ameaça, pela chantagem e pela tortura — a realidade de um mesmo oportunismo, de uma mesma fraude, de um mesmo assalto à população*”. Isso posto, destaca que “*a democracia não precisa apenas ser preservada: precisa ser exercida*”. Sobre a elaboração da nova Carta constitucional, a Folha de S.Paulo destaca:

A elaboração da Carta deve atender ao interesse maior do país, que é concluir a transição democrática. Todo obstáculo que se destine unicamente a impedir a continuidade dos trabalhos deve ser interpretado como uma ameaça grave, nefasta, irresponsável, ao processo de democratização (FOLHA DE S.PAULO, 05/03/1988).

Como discutimos no capítulo teórico dessa tese, o processo de elaboração da Constituição de 1988 representou o grande momento da disputa

hegemônica, através do confronto de um projeto liberal e de um projeto popular. As classes dominantes procuravam apresentar a Assembleia Nacional Constituinte como uma instituição neutra, em que os representantes do povo ficariam acima das classes e de modo a elaborar uma Constituição que respeitasse os interesses da sociedade. Entretanto, os grupos dominantes, além de suas amplas maiorias nas Comissões Temáticas, conseguiam mobilizar todas as formas de pressão para fazer uma Constituição que contemplasse os interesses políticos da burguesia. Desse modo, a CUT, entidade de representação sindical brasileira, buscava desmascarar essa farsa, denunciando os investimentos que as diferentes frações da classe burguesa faziam nas campanhas eleitorais para conquistar uma maioria imbatível no Congresso Nacional (ALMEIDA, 2016). É nesse contexto que, desconsiderando esses embates, a Folha de S.Paulo destaca que a nova Constituição deveria *“atender ao interesse maior do país, que é concluir a transição democrática”*, enunciando como ameaça *“todo obstáculo que se destine unicamente a impedir a continuidade dos trabalhos”*.

Após todos os debates e mobilizações, em 05 de outubro de 1988 foi então promulgada a nova Constituição, a carta mais avançada que o Brasil já teve, no que se refere aos direitos públicos e aos direitos sociais (MOTTA, 2021). Sobre ela, o jornal destaca:

Promulgada a nova Carta constitucional, encerra-se o período de transição entre o regime autoritário e a democracia. Esta não será, por certo, a imagem exata, ideal, dos interesses e aspirações de nenhum grupo tomado isoladamente. Representará, porém, a possibilidade de que as contradições e antagonismos que compõem uma sociedade progressivamente complexa sejam solucionados por meio da disputa dentro de instituições consensualmente pactuadas, e não através do arbítrio de quem está no poder. O desafio que se coloca após entrada em vigor da nova Constituição é realizar esta possibilidade. Não se trata de ter uma visão idílica do texto — recheado, aliás, de impropriedades, como já foi exaustivamente repetido neste espaço —, mas, de admitir que por aceitá-lo passa o caminho para a estabilização do regime democrático. (...) De fato, o retrospecto desautoriza otimismo excessivo. Mesmo que o legado institucional autoritário tenha sido em grande parte removido, o país carrega explosivas desigualdades sociais combinadas a uma cultura política ainda inclinada a soluções miraculosas, a caudilhismo e golpismo. Nota-se, entretanto, que a modernização econômica — cujas marcas são o progresso tecnológico, a urbanização acelerada e a incorporação de crescentes grupos sociais ao mercado — vem sendo um forte estímulo para a renovação das relações políticas, da qual a superação do antigo regime é importante passo. Não se pode afirmar com certeza que esta última tendência se consolidará, mas é nela que cabe apostar. Para

isto, o Brasil tem agora um instrumento jurídico que, dentro de suas limitações, preserva a essência de ser uma Constituição democrática soberanamente escrita por representantes livremente eleitos para tal fim. Que o país dela saiba fazer uso (FOLHA DE S.PAULO, 05/10/1988).

Ao mesmo tempo em que se verifica, assim, um *clima de tranquilidade e de sustentação política à nova Constituição*, não deixam de ser claros os mecanismos que, fundados na experiência crônica do subdesenvolvimento brasileiro, projetam dificuldades para o futuro. *Não é com euforia, portanto, que a promulgação da Carta deve ser recebida.* Importa ressaltar, sobretudo, o desafio que propõe à sociedade brasileira, e acolher serenamente os inevitáveis percalços que este implica. *Trata-se de um compromisso, especialmente grave e solene, com a manutenção da democracia; é de todos a responsabilidade de segui-lo* (FOLHA DE S.PAULO, 06/10/1988).

Como defendido no capítulo teórico desta tese, a partir da historiografia sobre o período, o término da ditadura contrarrevolucionária teve por marco a Constituição de 1988, que significou um novo pacto sob outro regime político (CARDOSO, 2018; LEMOS 2018). Sobre esse debate, nos editoriais acima, observamos alguns aspectos que a Folha de S.Paulo buscava defender aos seus leitores. O primeiro deles se refere à **estratégia discursiva de predicação**, em que o jornal avalia que o encerramento do período de transição entre o regime autoritário e a democracia havia ocorrido apenas após a promulgação dessa nova Carta. Destacando que aceitar a Constituição era o caminho “*para a estabilização do regime democrático*”.

Além disso, a Folha de S.Paulo fala sobre o legado institucional autoritário que foi removido “*em partes*”, ao avaliar que o país carrega “*explosivas desigualdades sociais*”. Portanto, o jornal — por meio de uma **estratégia discursiva de argumentação** — defende que para superar tais heranças deixadas pelo longo governo autoritário, seria necessário aceitar essa Constituição como um instrumento jurídico “*soberanamente escrito por representantes livremente eleitos para tal fim*”. Por esse motivo, o jornal categoriza que o seguir é um compromisso “*grave e solene, com a manutenção da democracia*”. Por fim, é relevante destacar que o jornal começa a ler esse momento como “*um clima de tranquilidade e de sustentação política à nova Constituição*”, afirmando, entretanto, que não era com “*euforia*” que a promulgação da Constituição deveria ser recebida, mas com compromisso.

Desse modo, em seus editoriais de 1988, a Folha de S.Paulo, de forma sintética: a) começa a criticar as ações do governo; b) enuncia estar vivendo em um regime democrático; c) fala sobre liberdade de civis destacando a

importância de uma imprensa livre para uma “*cobrança incansável*”; d) aponta que o encerramento do período de transição entre o regime autoritário e a democracia havia ocorrido apenas após a promulgação dessa nova Carta; e, e) começa a ler esse momento como “*um clima de tranquilidade e de sustentação política à nova Constituição*”. A síntese desse sexto e último momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo no período da ditadura civil-militar brasileira pode ser observada nas figuras 9 e 10, a seguir:

Figura 9: Síntese do sexto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo
(parte 1)

**OS (DES)CAMINHOS DO PROCESSO DE ABERTURA:
DE UM LADO DENÚNCIAS, DE OUTRO ABSOLVIÇÃO (1977-1988)**

06

Estratégias discursivas de nomeação:

- defende o jornal como “poder de investigação, de vigilância e de controle do processo decisório governamental”;
- refere-se ao caso do jornalista Diaféria como *“chocante e lamentável”*;
- categoriza o atual contexto político como *“ausência de um estado democrático”*;
- denomina o reino da tortura como *“o reino da barbárie e da desumanização da História”* e o autoritarismo como *“condenado pelo próprio estágio de desenvolvimento que a sociedade brasileira atingiu nas últimas décadas”*, referindo-se à busca pela *“construção real do regime democrático”*;
- denomina a anistia como *“um perdão que o vencedor concede ao vencido ou medida de pacificação quando o Estado está engajado na obra de reconstrução e união nacional”*;
- refere-se ao papel da imprensa como *“termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais”*;
- conceitualiza a LSN como uma *“aberração incompatível com o Estado de Direito democrático”*;
- define democracia como *“sistema político que melhor expressa e garante no plano institucional a maior conquista da civilização moderna, a liberdade do ser humano”*
- refere-se à manifestação como *“a monumental demonstração da vontade popular”*, destacando o desejo popular pelas votações diretas.

Estratégias discursivas de previsão:

- atribui a *“voz reanimada dos jornais”* à mudança no ambiente político nacional, no momento que Geisel tirou os censores das redações;
- qualifica como *“mais grave que tudo”* a violência de 400 soldados armados contra uma *“oposição legalmente constituída”*;
- avalia que a denominação do termo golpe, utilizada pelos inimigos do regime *“é no mínimo superficial”*.
- qualifica-se como um jornal que *“se baseia na prática de um jornalismo agudamente crítico”*.
- defende que a constituinte é necessária.
- categoriza a instituição de mecanismos de censura como forma de *“mascarar a verdade”*

1/2

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 10: Síntese do sexto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo
(parte 2)

**OS (DES)CAMINHOS DO PROCESSO DE ABERTURA:
DE UM LADO DENÚNCIAS, DE OUTRO ABSOLVIÇÃO (1977-1988)**

06

Estratégias discursivas de argumentação:

- afirma que, democracia não se faz com “a posse da informação nas mãos de uma minoria, mas [com] a distribuição da informação a toda a população”;
- afirma que a abertura democrática “só pode ser amplamente democrática”, pois “não há meia abertura democrática por não haver meia democracia”;
- defende que ainda existem no Brasil atitudes de resistência ao debate.

Estratégias discursivas de representação:

- fala em nome da Nação, reforçando que “a Nação brasileira encontra-se imersa em um clima de desinformação e insegurança”;
- destacar seu envolvimento com os ideais proferidos em seu discurso, em “esta *“Folha”* tem apoiado decididamente o processo de abertura política”;
- constrói a ideia de uma “*vontade unânime de democracia*” e de um “*consenso na população*”, acerca da necessidade de eleições diretas.

Estratégias discursivas de intensificação/mitigação:

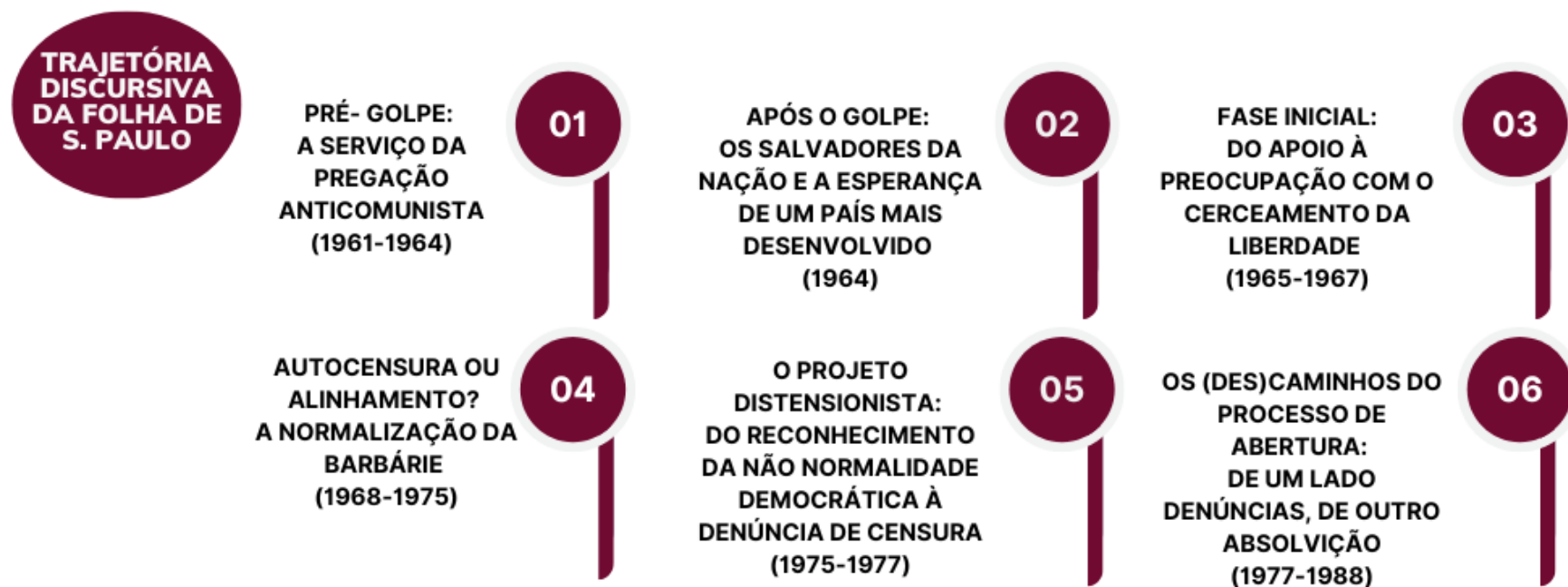
- utiliza termos como “*não há como negar*” a fim de destacar a certeza do jornal sobre determinado tema, dando ao leitor a ideia de que seria um ignorante caso discordasse de tal afirmativa.

2/2

Fonte: Elaborado pela autora.

De modo a sintetizar a trajetória da atuação político-discursiva da Folha de S.Paulo durante a ditadura civil-militar brasileira, a figura 11 mostra os seis momentos identificados nesta tese.

Figura 11: Os seis momentos da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo durante a ditadura civil-militar brasileira



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise realizada no capítulo anterior, foi possível estabelecer um diálogo entre os dois macrotópicos dicotômicos que emergiram do campo e as cinco questões centrais da AHD (Reisigl & Wodak, 2008), a saber: 1) Como atores sociais, eventos e conceitos são nomeados linguisticamente; 2) Quais características ou qualidades são atribuídas; 3) Que argumentos são empregados; 4) De que perspectiva esses argumentos são empregados; e, 5) Os enunciados são intensificados ou atenuados. Assim, na primeira seção discuto o macrotópico “Democracia *versus* Regime Autoritário” e na segunda seção apresento o macrotópico “Imprensa neutra *versus* imprensa formadora de opinião”. Cabe salientar que o intuito deste capítulo é fornecer aos leitores uma sistematização da forma como tais temas foram mudando ao longo dos seis momentos da trajetória político-discursiva da Folha de S.Paulo durante a ditadura civil-militar brasileira. Desse modo, essa análise reforça o posicionamento ideológico da Folha de S. Paulo, de classe empresarial dominante, que foi identificado por meio da historiografia abordada nesta tese, tendo em vista que na Abordagem Histórico-Discursiva a história e o contexto têm papel central na compreensão dos fenômenos estudados.

6.1. Democracia *versus* Regime Autoritário

Esse macrotópico refere-se ao modo como a Folha de S.Paulo construiu discursivamente os temas Democracia e Regime Autoritário. Cabe salientar que talvez a dicotomia ideal fosse “Democracia *versus* Ditadura”; todavia, como em todo o período estudado o jornal não reconhece ter existido uma ditadura, nomeando-o como um regime autoritário, optei por manter o termo fiel à análise.

No que se refere ao primeiro momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira, o jornal nomeia linguisticamente a *democracia* como “o melhor instrumento de progresso e de paz social” (FOLHA DE S.PAULO, 04/03/1962), caracterizando-a como um regime diretamente ligado à liberdade de imprensa. Para tanto, o jornal argumenta que “*não há verdadeira democracia onde não existem jornais livres, atuantes e diversificados*” (FOLHA DE S.PAULO, 10/10/1962). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que atravessava uma crise financeira em

decorrência do aumento do custo do papel de imprensa, sendo esse um discurso intensificado até o segundo momento de sua trajetória.

No que diz respeito ao segundo momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo, o jornal nomeia linguisticamente a democracia como *“regime de plena legalidade”* (FOLHA DE S.PAULO, 03/04/1964), caracterizando-a mais uma vez como um regime diretamente ligado à liberdade de imprensa ao argumentar que, sem liberdade de imprensa, não há *“formação democrática”* (FOLHA DE S.PAULO, 20/12/1964). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que agradece às Forças Armadas pela tomada de poder que depôs João Goulart, tendo em vista a crise do setor de imprensa que o Brasil estava vivenciando em seu governo. Esse discurso é intensificado ao longo desse momento e se amplia no próximo ao tratar de livre escolha do povo.

No terceiro momento de sua trajetória discursiva, a Folha de S.Paulo nomeia linguisticamente a democracia como *“prática do processo da livre escolha dos representantes e dos governantes do povo”* (FOLHA DE S.PAULO, 08/10/1965). Cabe salientar que essa nomeação é realizada no momento em que o governo militar começa a questionar a negação de posse dos candidatos eleitos nos pleitos abertos para cargos estaduais e municipais, caracterizando-a como um regime diretamente ligado à liberdade de escolha. Para tanto, o jornal argumenta que, sem essa livre escolha de seus governantes, a conceituação de nosso regime político passaria de *“democrático a ditadura pura e simples”* (FOLHA DE S.PAULO, 08/10/1965). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que, apesar do autoritarismo já evidente, permanece elogiando o governo de Castelo Branco. Esse é um discurso atenuado nos períodos seguintes, tendo em vista que o governo ampliou seu aparato repressivo e esses argumentos já não poderiam ser empregados de igual modo.

No que se refere ao quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira, o jornal nomeia, linguisticamente, a *democracia* como *“concepção de vida livre, segura e democrática”* (FOLHA DE S.PAULO, 30/03/1975), caracterizando-a como um regime que *“conquista-se”* (FOLHA DE S.PAULO, 15/11/1970). Para tanto, o jornal argumenta que *“na medida em que um povo amadurece, demonstra plena consciência de seus deveres e responsabilidades, mostra ser capaz de escolher seus próprios destinos pode-se dizer que mais próximo ele se acha de viver a plena democracia”* (FOLHA DE S.PAULO, 15/11/1970). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que assume, pela primeira vez, que o país não estava em um regime democrático, orientando o eleitorado brasileiro a exercer seu direito com plena consciência de suas responsabilidades. Esse é um discurso intensificado até o último momento da trajetória discursiva do jornal.

No que diz respeito ao quinto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo, o jornal nomeia, linguisticamente, a *democracia* como um regime de “*liberdade e segurança*” (FOLHA DE S.PAULO, 03/08/1975), caracterizando-a como um regime em que esses valores se complementam, sob o argumento que “*cabe à nossa geração enfrentar o desafio de formular um regime que seja, ao mesmo tempo, plenamente democrático e suficientemente forte para resistir embate das ideologias de exportação*” (FOLHA DE S.PAULO, 03/08/1975). Esse argumento é empregado na perspectiva de um jornal que ainda reconhece o golpe de Estado, que tornou possível o então regime autoritário e ditatorial como uma “*revolução [que] segue inabalavelmente os ideais generosos que a inspiraram, caminhando a passos largos para a construção de um regime democrático e para o desenvolvimento econômico social*” (FOLHA DE S.PAULO, 03/08/1975). Esse é um discurso que é atenuado no último momento da trajetória discursiva do jornal, tendo em vista que nesse momento o jornal passa reconhecer ter vivido um regime autoritário nos períodos anteriores.

No sexto e último momento de sua trajetória discursiva, a Folha de S.Paulo nomeia, linguisticamente, a *democracia* como “*distribuição da informação a toda a população*” (FOLHA DE S.PAULO, 05/08/1978), e não como “*um estado de simples suspensão do autoritarismo*” (FOLHA DE S.PAULO, 01/01/1987). Assim, a caracteriza como possível apenas se como um “*direito à livre manifestação do pensamento*” (FOLHA DE S.PAULO, 11/03/1979), tendo seu reestabelecimento atrelado à “*erradicação completa da tortura*” (FOLHA DE S.PAULO, 21/08/1978). Para tanto, o jornal argumenta que “*o autoritarismo parece condenado pelo próprio estágio de desenvolvimento que a sociedade brasileira atingiu nas últimas décadas*” (FOLHA DE S.PAULO, 08/10/1965). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que acredita que a democratização no Brasil está sendo um “*processo coletivo de aprendizado*” e um “*processo penoso, difícil e que não se realiza sem a combinação de tenacidade e paciência*” (FOLHA DE S.PAULO, 24/07/1983), bem como sendo construída “*pouco a pouco*” pelos “*cidadãos brasileiros*” (FOLHA DE S.PAULO, 17/04/1984). O jornal ainda complementa que “*da vitória sobre o autoritarismo até a realização de uma democracia autêntica, estável e valorizada pelos cidadãos, há, entretanto, um difícil caminho a percorrer*” (FOLHA DE S.PAULO, 03/10/1985). Como se observa esse discurso é intensificado ao longo desse período.

De modo a organizar essa análise, apresento o Quadro 6 com a síntese das respostas às indagações centrais na investigação em AHD para o macrotópico Democracia e Regime Autoritário.

Quadro 6: Síntese das respostas às indagações centrais na investigação em AHD para o macrotópico Democracia *versus* Regime Autoritário

Momentos da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo	1) Como são nomeados linguisticamente?	2) Quais características ou qualidade são atribuídas?	3) Que argumentos são empregados?	4) De que perspectiva esses argumentos são empregados?	5) Os enunciados são intensificados ou atenuados?
1. Pré-golpe: a serviço da pregação comunista (1961-1964)	Como o melhor instrumento de progresso e de paz social	Diretamente ligado à liberdade de imprensa	De que não há verdadeira democracia onde não existem jornais livres, atuantes e diversificados	De um jornal que atravessava uma crise financeira em decorrência do aumento do custo do papel de imprensa	Esse discurso é intensificado até o segundo momento de sua trajetória
2. Após o golpe: os salvadores da nação e a esperança de um país mais desenvolvido (1964)	Como um regime de plena legalidade	Diretamente ligado à liberdade de imprensa	De que sem liberdade de imprensa não há formação democrática	De um jornal que agradece às Forças Armadas pela tomada de poder que depôs João Goulart, tendo em vista a crise do setor de imprensa que o Brasil estava vivenciando em seu governo	Esse discurso é intensificado ao longo desse momento e se amplia no próximo ao tratar de livre escolha do povo
3. Fase inicial: do apoio à preocupação com cerceamento da liberdade (1965-1967)	Como prática do processo da livre escolha dos representantes e dos governantes do povo	Diretamente ligado à liberdade de escolha	De que sem essa livre escolha de seus governantes a conceituação de nosso regime político passaria de democrático a ditadura pura e simples	De um jornal que, apesar do autoritarismo já evidente, permanece elogiando o governo de Castelo Branco	Esse discurso é atenuado nos períodos seguintes, tendo em vista que o Brasil tornou-se uma ditadura e esses argumentos já não poderiam ser empregados
4. Autocensura ou alinhamento? A normalização da barbárie (1968-1975)	Como concepção de vida livre, segura e democrática	Um regime que se conquista	De que na medida em que um povo amadurece, demonstra plena consciência de seus deveres e responsabilidades, mostra ser capaz de escolher seus próprios destinos pode-se dizer que mais próximo ele se acha de viver a plena democracia	De um jornal que assume, pela primeira vez, que o país não estava em um regime democrático, orientando o eleitorado brasileiro a exercer seu direito com plena consciência de suas responsabilidades	Esse discurso é intensificado até o último momento da trajetória discursiva do jornal
5. O projeto distencionista: do reconhecimento da não normalidade democrática à denúncia da censura (1975-1977)	Como um regime de liberdade e segurança	Um regime em que esses valores se complementam	De que cabe à nossa geração enfrentar o desafio de formular um regime que seja, ao mesmo tempo, plenamente democrático e suficientemente forte para resistir embate das ideologias de exportação	De um jornal que ainda reconhece o golpe de Estado como uma "revolução [que] segue inabalavelmente os ideais generosos que a inspiraram, caminhando a passos largos para a construção de um regime democrático	Esse discurso é atenuado no último momento da trajetória discursiva do jornal, tendo em vista que nesse momento o jornal passa reconhecer ter vivido um regime autoritário nos períodos anteriores
6. Os (des)caminhos do processo de abertura: de um lado denúncias, de outro absolvição (1977-1988)	Como distribuição da informação a toda a população e não como um estado de simples suspensão do autoritarismo	Um regime de direito à livre manifestação do pensamento	De que o autoritarismo parece condenado pelo próprio estágio de desenvolvimento que a sociedade brasileira atingiu nas últimas décadas	De um jornal que, acredita que a democratização no Brasil está sendo um processo coletivo de aprendizado e um processo penoso, difícil e que não se realiza sem a combinação de tenacidade e paciência	Esse discurso é intensificado ao longo desse período

Fonte: Elaborada pela autora

6.2. Imprensa neutra *versus* Imprensa formadora de opinião

Esse macrotópico se refere ao modo como a Folha de S.Paulo construiu discursivamente a atuação da imprensa. No que se refere ao primeiro momento da trajetória discursiva da Folha ao longo da ditadura civil-militar brasileira, o jornal nomeia linguisticamente a *imprensa* como “*empresas jornalísticas*” (FOLHA DE S.PAULO, 10/10/1962), caracterizando-a como indispensável para a “*verdadeira democracia*” (FOLHA DE S.PAULO, 10/10/1962). Para tanto, o jornal argumenta que o “*estrangulamento econômico da imprensa deve ser motivo de preocupações gerais*” tendo em vista que “*não há verdadeira democracia onde não existem jornais livres, atuantes e diversificados*” (FOLHA DE S.PAULO, 10/10/1962). Esses argumentos, como já observamos na seção anterior, são empregados na perspectiva de um jornal que atravessava uma crise financeira em decorrência do aumento do custo do papel de imprensa. Esse é um discurso é intensificado até o segundo momento de sua trajetória.

No que diz respeito ao segundo momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo, o jornal nomeia linguisticamente a *imprensa* como “*fonte legítima de informações*” (FOLHA DE S.PAULO, 15/09/1964), caracterizando-a mais uma vez como indispensável para a “*formação democrática*” (FOLHA DE S.PAULO, 20/12/1964). Na perspectiva de um jornal preocupado com a crise decorrente do custo do papel, a Folha de S.Paulo utiliza o argumento de que qualquer jornal ser fechado caso não recebesse “*a cota mensal de papel que lhe é destinada*”, para que se “*resguarde, para sempre, os altos interesses da liberdade de imprensa*”. Esse discurso é intensificado ao longo desse momento.

No terceiro momento de sua trajetória discursiva, a Folha de S.Paulo nomeia, linguisticamente, a *imprensa* como “*órgão que acompanha com interesse o processo de recuperação da economia nacional*” (FOLHA DE S.PAULO, 31/03/1966). Cabe salientar que essa nomeação é realizada no momento de comemoração pelo segundo aniversário da “*revolução*”, caracterizando-a como “*um direito sagrado do povo*”, sob o argumento de que, muitas vezes, apenas nas páginas dos jornais, o povo encontra informação completa e livre, com crítica e análise dos atos oficiais (FOLHA DE S.PAULO, 03/01/1967). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que avaliava a “*possível publicação de uma nova lei de imprensa como sem “muita coerência”*” (FOLHA DE S.PAULO, 29/07/1966). Esse é um discurso intensificado nesse e nos períodos seguintes.

No que se refere ao quarto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira, o jornal nomeia, linguisticamente, a *imprensa* como “*empresa jornalística*” (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1971), caracterizando-a como um “*órgão de informação e de opinião*” (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1971). Para tanto, o jornal argumenta que “*testemunhou dramáticos anos da história do Brasil*”, tomando posição, “*não*

apenas refletindo a opinião pública, mas procurando também formá-la, no sentido das causas que ao jornal pareciam justas” (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1971). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que assume e mantém-se orgulhoso das posições por ele tomadas em favor do golpe de Estado de 1964. Esse é um discurso intensificado nesse momento, mas que sendo é atenuado no momento seguinte.

No que diz respeito ao quinto momento da trajetória discursiva da Folha de S.Paulo, o jornal nomeia linguisticamente a *imprensa* como “*poder de investigação, de vigilância e de controle do processo decisório governamental*” (FOLHA DE S.PAULO, 09/06/1977), caracterizando-a como quem desempenha o “*papel de intermediário na problemática nacional, e sobre a sua capacidade positiva de contribuir para a superação de impasses*” (FOLHA DE S.PAULO, 09/04/1976). Para defender tal ideia, o jornal argumenta que a imprensa é “*a distensão alcançada, o grande agente da mudança da ambiência política*” (FOLHA DE S.PAULO, 09/06/1977). Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que convoca as “*forças vivas da sociedade para uma união de vontades determinadas a preservar a liberdade de informar e de opinar*” (FOLHA DE S.PAULO, 09/06/1977). Esse é um discurso intensificado nesse e no período seguinte, e é interessante notar que essa mudança ocorre justamente no momento em que o jornal começa a denunciar as censuras vividas. Desse modo, compreendo que essa foi uma estratégia adotada para camuflar a intencionalidade de sua atuação discursiva de apoio à ditadura nos períodos anteriores.

No sexto e último momento de sua trajetória discursiva, a Folha de S.Paulo nomeia, linguisticamente, a *imprensa* como quem distribui a “*informação a toda a população*” (FOLHA DE S.PAULO, 05/08/1978), como uma “*espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais*” (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1981) e como “*instrumento de divulgação e desencadeamento de discussões*” (FOLHA DE S.PAULO, 10/01/1986). Assim, a caracteriza com o papel de “*informar com objetividade e divulgar alternativas. A serviço do Brasil*” (FOLHA DE S.PAULO, 10/09/1978) e que “*não existe atualmente senão sob a forma empresarial*” (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1981). Para tanto, o jornal argumenta que “*como toda empresa, a empresa jornalística está constantemente confrontada com dois riscos: o de colocar-se em situação de dependência com relação ao Estado e a grupos econômicos, caso sua autonomia financeira não esteja assegurada, e o de tornar-se particularmente vulnerável aos conflitos trabalhistas*” (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1981).

Esses argumentos são empregados na perspectiva de um jornal que defende que “*conseguiu se manter independente nessa década, muito se deve ao estabelecimento de um espaço crítico: acuada aqui, repontou ali com mais força e lucidez*”, assumindo que errou demasiadamente nos anos 70 (FOLHA DE S.PAULO, 01/01/1980). Entretanto, apesar disso, a Folha de S.Paulo defende que “*a imprensa não faz governos nem desfaz regimes, mas*

registra os sentimentos, desejos e esperanças da população, além de manifestar suas alegrias e indignações; nem tampouco amoldar a opinião, expectativa dos poderosos que, mediante a propaganda e o controle da informação, provocam, ao contrário, o repúdio da opinião pública” (FOLHA DE S.PAULO, 19/02/1981). Observa-se que esse discurso de neutralidade e imparcialidade na atuação da imprensa veio sendo intensificado do período anterior e ao longo desse, procurando minimizar a responsabilidade de seus discursos.

A fim de organizar essa análise, apresento o Quadro 7 com a síntese das respostas às indagações centrais na investigação em AHD para o macrotópico *Imprensa neutra versus imprensa formadora de opinião*.

Quadro 7: Síntese das respostas às indagações centrais na investigação em AHD para o macrotópico Imprensa neutra *versus* Imprensa formadora de opinião

Momentos da trajetória discursiva da Folha de S. Paulo	1) Como são nomeados linguisticamente?	2) Quais características ou qualidade são atribuídas?	3) Que argumentos são empregados?	4) De que perspectiva esses argumentos são empregados?	5) Os enunciados são intensificados ou atenuados?
1. Pré-golpe: a serviço da pregação comunista (1961-1964)	Como empresas jornalísticas	De ser indispensável para a verdadeira democracia	De que o estrangulamento econômico da imprensa deve ser motivo de preocupações gerais tendo em vista que não há verdadeira democracia onde não existem jornais livres, atuantes e diversificados	De um jornal que atravessava uma crise financeira em decorrência do aumento do custo do papel de imprensa	Esse discurso é intensificado até o segundo momento de sua trajetória
2. Após o golpe: os salvadores da nação e a esperança de um país mais desenvolvido (1964)	Como fonte legítima de informações	De ser indispensável para a formação democrática	De qualquer jornal ser fechado caso não recebesse a cota mensal de papel que lhe é destinada, para que se resguarde, para sempre, os altos interesses da liberdade de imprensa	De um jornal preocupado com a crise decorrente do alto custo do papel	Esse discurso é intensificado ao longo desse momento
3. Fase inicial: do apoio à preocupação com cerceamento da liberdade (1965-1967)	Como órgão que acompanha com interesse o processo de recuperação da economia nacional	De ser um direito sagrado do povo	De que, muitas vezes, apenas nas páginas dos jornais, o povo encontra informação completa e livre, com crítica e análise dos atos oficiais	De um jornal que, avaliava a possível publicação de uma nova lei de imprensa como sem muita coerência	Esse é um discurso intensificado nesse e nos períodos seguintes
4. Autocensura ou alinhamento? A normalização da barbárie (1968-1975)	Como empresa jornalística	De ser um órgão de informação e de opinião	De que testemunhou dramáticos anos da história do Brasil tomando posição, não apenas refletindo a opinião pública mas procurando também formá-la, no sentido das causas que ao jornal pareciam justas	De um jornal que assume e mantém-se orgulhoso das posições por ele tomadas em favor do golpe de Estado de 1964	Esse é um discurso intensificado nesse momento, mas que vai sendo atenuado no momento seguinte
5. O projeto distencionista: do reconhecimento da não normalidade democrática à denúncia da censura (1975-1977)	Como poder de investigação, de vigilância e de controle do processo decisório governamental	De ter o papel de intermediário na problemática nacional e com capacidade de contribuir para a superação de impasses	De que que a imprensa é a distensão alcançada, o grande agente da mudança da ambiência política	De um jornal que convoca as forças vivas da sociedade para uma união de vontades determinadas a preservar a liberdade de informar e de opinar	Esse é um discurso intensificado nesse e no período seguinte
6. Os (des)caminhos do processo de abertura: de um lado denúncias, de outro absolvição (1977-1988)	Como uma espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais e como instrumento de divulgação e desencadeamento de discussões	De informar com objetividade e divulgar alternativas, a serviço do Brasil	De como toda empresa, a empresa jornalística está constantemente confrontada com dois riscos: o de colocar-se em situação de dependência com relação ao Estado e a grupos econômicos, caso sua autonomia financeira não esteja assegurada, e o de tornar-se particularmente vulnerável aos conflitos trabalhistas	De um jornal defende ter conseguido se manter independente nos anos 70, e que isso muito se deve ao estabelecimento de um espaço crítico, assumindo que errou demais nessa década.	Esse discurso é intensificado ao longo desse período

Fonte: Elaborada pela autora

A presente pesquisa teve por objetivo identificar e compreender o posicionamento ideológico e as atuações político-discursivas do jornal Folha de S.Paulo — uma importante empresa jornalística e representante da grande imprensa — ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira. A tese que se defende é a de que o posicionamento ideológico da Folha de S.Paulo, ao longo da ditadura civil-militar brasileira, permaneceu sempre vinculado à sua posição (e visão de mundo) de classe empresarial dominante. Como desdobramento disso, as suas atuações político-discursivas cotidianas foram sempre fluidas, plurais e adaptadas às mudanças políticas, econômicas e sociais do período. Desse modo, a partir da identificação das estratégias discursivas utilizadas em seus editoriais, (re)construi a trajetória discursiva da Folha de S.Paulo ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Essa trajetória é compreendida como composta por seis momentos distintos. No primeiro, marcado pelos editoriais do período de janeiro de 1961 a março de 1964, o jornal atua político-discursivamente a serviço da pregação anticomunista. Tal atuação político-discursiva é marcada sobretudo, pelos discursos de: a) disseminação do comunismo como um perigo real para o país, alinhada ao discurso do IPES; b) defesa de que as reformas propostas por João Goulart eram apenas demagógicas; c) atribuição de culpa ao governo de Goulart pelo clima de intranquilidade dentro das Forças Armadas; e, d) associação dos movimentos sociais que demandavam melhores condições de trabalho à atividade do comunismo.

No segundo momento, marcado pelos editoriais do período de abril a dezembro de 1964, o jornal atua político-discursivamente a serviço da divulgação do sentimento de esperança de um país mais desenvolvido. Tal atuação político-discursiva é marcada, sobretudo, pelos discursos de: a) caracterização do golpe de Estado como “*revolução*”; b) avaliação do primeiro Ato Institucional como uma importante medida, c) construção dos militares golpistas como salvadores da nação; e, d) destaque da importância da “liberdade de imprensa” associada às práticas democráticas e à democracia. No terceiro momento, por sua vez, marcado pelos editoriais do período de janeiro de 1965 a dezembro de 1967, o jornal atua político-discursivamente apoiando o governo ditatorial, mas com ressalvas. Tal atuação político-discursiva é marcada, sobretudo, pelos discursos de: a) defesa das ações do governo de Castelo Branco; b) defesa de que as ações do segundo Ato Institucional eram coerentes; c) preocupação com o cerceamento da liberdade; d) confiança no governo

Costa e Silva e, e) preocupações como o adiamento das eleições de 1966 e com as Leis de Segurança Nacional e Imprensa promulgadas.

Por seu turno, no quarto momento, marcado pelos editoriais do período de janeiro de 1968 a março de 1975, o jornal atua político-discursivamente a serviço da normalização da barbárie. Tal atuação político-discursiva é marcada, sobretudo, pelos discursos de: a) apoio à censura; b) defesa dos governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel; c) propagação da ideia de normalidade democrática e plenitude política; d) difusão do movimento golpista que depôs Goulart como “*revolução*”; e) compartilhamento de ideais de otimismo, união e confiança; e, f) defesa dos privilégios dos empresários em detrimento dos direitos dos trabalhadores. No quinto momento, marcado pelos editoriais do período de maio de 1975 a abril de 1977, o jornal atua político-discursivamente reconhecendo a não normalidade democrática. Tal atuação político-discursiva é marcada, sobretudo, pelos discursos de: a) reconhecimento de não estar em um governo de normalidade democrática; b) denúncia às censuras sofridas; c) defesa pela liberdade de imprensa; d) defesa de que os sacrifícios para a melhora da economia, entre trabalhadores e empresários, sejam equitativos; e, e) apresentação dos possíveis caminhos para a resolução da crise financeira do país, mostrando a preocupação do empresariado.

No sexto e último momento identificado, marcado pelos editoriais do período de abril de 1977 a dezembro de 1988, o jornal atua político-discursivamente nos (des)caminhos do processo de abertura ampliando seu tom de crítica ao governo ditatorial. Como observado, tal atuação político-discursiva é marcada pelos discursos de: a) denúncia à tortura empregada pelo Estado a presos políticos; b) denúncia a violência contra a oposição; c) luta pela anistia política; d) convocação à sociedade para mobilizações e lutas sociais; e) defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte; f) denúncia da falta de frutos da chamada Nova República; e, g) reivindicação de seus governantes para uma postura mais ativa em conduzir as atividades do governo.

Desse modo, destaco que, esses momentos da trajetória político-discursiva da Folha de S.Paulo têm em comum seu interesse particular de manter sua empresa livre, atuante na sociedade e mantendo seus lucros, independentemente das circunstâncias políticas e sociais vivenciadas no país. Para tanto, algo que perpassa grande parte dos editoriais analisados é a estrutura de texto, adotada pelo jornal, que recorrentemente começava apresentando dados ou trazendo informações ao leitor, para só depois apontar sua opinião. Pode-se conjecturar que, ao assim proceder, o jornal confunde o leitor na identificação do que seria apenas apresentação das principais discussões do momento ou, de fato, a opinião do jornal. Outro aspecto que se repete nos editoriais é a utilização de termos como “*não é novidade para ninguém*” e “*é evidente*” para mostrar o quanto a afirmativa seria óbvia para os leitores. Além do uso recorrente de metonímia, para falar da parte pelo todo, o jornal

difficilmente enunciava abertamente, em seus editoriais, quais seriam os problemas, as incertezas, os desafios, os resultados favoráveis e os detalhes do que se era abordado. Pelo contrário, a Folha de S. Paulo realizava, em muitos momentos, afirmações generalistas e silêncios intencionais.

Nessa conjuntura, a partir dessa construção, respondo às cinco questões centrais da AHD (Reisigl & Wodak, 2008), observando diacronicamente as mudanças discursivas nos macrotópicos “Democracia *versus* Regime Autoritário” e “Imprensa neutra *versus* imprensa formadora de opinião”, dentro dos diferentes momentos dessa trajetória. Analisar individualmente esses macrotópicos nos permitiu compreender as movimentações discursivas da Folha de S. Paulo ao longo do regime ditatorial brasileiro.

Ressalto ainda que a análise longitudinal realizada nesta tese se refere a um período de 28 anos. Por esse motivo, a presente tese apresenta duas principais limitações. A primeira refere-se ao recorte de apenas dois macrotópicos dicotômicos, que viabilizou e atendeu ao objetivo desta tese, mas não permitiu analisar outras relações dicotômicas presentes na construção discursiva do jornal do período. Desse modo, destaco ser importante, para fins de pesquisas futuras, o aprofundamento de lacunas não preenchidas por esse trabalho, tais como a relação dicotômica entre governo e povo, igreja e governo, e empresariado e trabalhador, por exemplo. Além disso, outra limitação desse trabalho refere-se à impossibilidade de se analisar mudanças discursivas mais micros dentro dos mesmos momentos. Santos e Costa (2022), por exemplo, dentro do período referente ao segundo momento da trajetória político-discursiva identificada nesta tese, dão destaque a três movimentações distintas. Isso posto, reforço ser relevante, partindo dessa trajetória, que pesquisas futuras possam observar, particularmente, as movimentações que ocorreram dentro de cada momento aqui observado.

Como uma pesquisa histórica organizacional, essa tese contribui com o campo ao desnaturalizar o discurso da Folha de S. Paulo, problematizando seu passado e removendo a aparência de neutralidade e objetividade dessa empresa da grande imprensa brasileira. E, ainda, contribui com o argumento de que as presumidas objetividade, neutralidade e imparcialidade são dispositivos que apenas permitem ocultar o trabalho moral realizado pelos jornais, diariamente. Além disso, inserida na História do Tempo Presente, essa tese discute o posicionamento de uma empresa jornalística diante desse evento traumático que foi a ditadura civil-militar brasileira, observando a passagem entre o presente e o passado, tendo em vista que essas mesmas atuações político-discursivas se repetem contemporaneamente. Desse modo, essa tese auxilia no desaceleramento do esquecimento (ROUSSO, 2016). Isso porque, ao estudar a História do Tempo Presente, estudamos um passado ainda inacabado e que se reverbera no presente. Exemplo disso, está na mudança do slogan da Folha de S. Paulo. Desde 1961 o jornal adota o slogan “Um jornal a serviço do

Brasil”, mas em 2020, passou a usar o slogan “Um jornal a serviço da democracia”, tendo em vista suas críticas ao último governo. O jornal retomou seu tradicional slogan após as eleições de 2022 em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito.

Ademais, essa tese contribui com a linha de pesquisas de Ditadura e Empresariado no Brasil ao avançar com os debates sobre a atuação discursiva de um veículo da grande imprensa brasileira durante a ditadura, a partir da linha argumentativa que considera a atuação política e econômica de grandes grupos empresariais. Sustentada por Dreifuss (1981), essa linha compreende que o golpe de Estado que rompeu com o regime democrático no Brasil em 1964 contou com a participação de diferentes segmentos sociais, para além dos militares, sobretudo com a atuação de empresários (CAMPOS, 2018a; 2018b; 2020). Contudo, para além de um apoio no momento do golpe, os resultados dessa tese demonstram como esse apoio foi construído discursivamente ao longo do regime ditatorial.

Dessarte, essa tese contribui com a área de Estudos Organizacionais ao construir, a partir da Análise Histórico-Discursiva de Ruth Wodak, um modelo analítico para análise dos editoriais. Tendo em vista que essa abordagem integra e triangula o conhecimento sobre as fontes históricas e os campos sociais e políticos nos quais os eventos discursivos estão inseridos (WODAK, 2009), a AHD fornece um veículo para analisar o poder e seus agentes potenciais. Além disso, por ser uma abordagem que pressupõe a centralidade do contexto, defendendo a AHD como uma teórico-metodologia potencial para os Estudos Organizacionais Históricos e para a Pesquisa Histórica em Administração que for adotar a análise crítica do discurso para análise das diferentes fontes. Em se tratando da AHD, especificamente, essa tese também propõe o endereçamento da análise dicotômica dos macrotópicos, tendo em vista o potencial que essa análise possui para a compreensão das disputas presentes nas construções discursivas.

Nessa conjuntura, essa tese também contribui para deslegitimar os discursos de imparcialidade no jogo político, de neutralidade e de distanciamento na observação e no relato dos eventos públicos, ainda adotados pela própria imprensa. Isso porque, como é destacado nessa tese, toda decisão de comunicar algo, ao mesmo tempo, é uma decisão do que não comunicar (MOTTA, 2002b). No caso da Folha de S.Paulo, especificamente, essa tese avança com a compreensão de que o jornal não apenas assumiu uma postura mais reservada em relação ao novo regime a partir de 1964 (CAPELATO, 2014), mas apoiou o governo militar defendendo suas ações em diferentes momentos. Como observamos nessa pesquisa, dessa relação sucedeu o fato de que a Folha de S.Paulo alcançou lucros significativos com a grande expansão tecnológica da empresa durante o regime. Desse modo, em consonância com Sequeira (2004), essa tese reforça o argumento de que o jornal agiu estrategicamente nos campos político e mercadológico durante a ditadura civil-militar

brasileira e, quando percebeu que as mudanças no campo político não tinham mais volta e os segmentos sociais queriam a volta da democracia, a Folha de S.Paulo também assumiu esse discurso.

Desse modo, compreendemos que o posicionamento ideológico da Folha, ao longo da ditadura civil-militar brasileira, permaneceu sempre vinculado à sua posição (e visão de mundo) de classe empresarial dominante e, que em função disso, suas diferentes atuações político-discursivas cotidianas foram fluidas, plurais e adaptadas às mudanças políticas, econômicas e sociais do período. Isto explicita a não neutralidade da atuação empresarial na sociedade, além de problematizar a imprensa enquanto ferramenta, tanto do poder estabelecido como de resistência e oposição a esse poder. Essa relação paradoxal reforça o argumento de que não existe imprensa sem inserção política, e que, pelo contrário, as presumidas objetividade e imparcialidade apenas ajudam a encobrir o trabalho moral realizado pelos jornais, o que reforça o argumento de que a imprensa não apenas pode, como deve ser pensada como um instrumento da luta de classes no embate ideológico.

Referências Bibliográficas

ABREU, A. A. **A imprensa e a queda do governo de João Goulart**. In: BRAGANÇA, A., MOREIRA, S.V. (Org). Comunicação, acontecimento e memória. Intercom, 2005a.

ABREU, A. A. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, p. 53-65, 2005b.

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. Octávio Frias Filho: Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 8 de dezembro de 1997. In: **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC** / ABREU, A. A; LATTMAN-WELTMAN, F; ROCHA, D. . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: **A democratização no Brasil: atores e contextos** / Organizadora Alzira Alves de Abreu. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALCADIPANI, R; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 52(3), 284-299, 2012.

ALCADIPANI, R; BERTERO, C. O. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 54(2), 154-169, 2014.

ALMEIDA, G. R. Ditadura, Transição e Hegemonia Neoliberal no Brasil: antigas questões, novos desafios. In: **Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo** / SILVA C. L; CALIL G. G; SILVA, M. A. B. (Orgs.). Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

BARROS, A. Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 23, n. 79, p. 609-623, 2016.

BARROS, A. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. **Cadernos EBAPE. BR**, 15(1), 88-100, 2017.

BARROS, A. Empresas e direitos humanos: premissas, tensões e possibilidades. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 84, p. 87-99, 2018.

BARROS, D. F., BARROS, A. N., WANDERLEY, S. E. P. V., & Colombo, A. B. A empresa transformou-se na verdadeira comunidade humana: uma análise crítica de discurso do conceito de empresa nos filmes do Instituto Ipês. **Anais do XLII Encontro da ANPAD - EnANPAD**. Curitiba, PR, Brasil, 42, 2018.

BARROS, A; CARNEIRO, A. T; WANDERLEY, Sérgio. Organizational archives and historical narratives. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**. Vol. 14 No. 3, 2019.

BARROS, A. N; CARRIERI, A. P. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos Ebape**. br, 11(2), 256-273, 2013.

BASUALDO, V.; BUCHELI, M.; BERGHOFF. H. (org). **Big Business and Dictatorships in Latin America: a Transnational History of Profits and Repression**. Cham (Suíça): Palgrave Macmillan, 2021.

BAUER, C. S. (2022). A Mobilização do relatório Brasil: Nunca Mais nas sugestões encaminhadas pela população à Assembleia Nacional Constituinte. **Varia Historia**, 38, 227-259.

BÉDARIDA, F. Tempo presente e a presença da história. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (coords). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

BOWIE, D. Contextual analysis and newspaper archives in management history research. **Journal of Management History**, Earlycite, <https://doi.org/10.1108/JMH-01-2018-0007>., 2019.

BENKE, G.; WODAK, R. The discursive construction of individual memories: How Austrian “Wehrmacht” soldiers remember WWII. In: MARTIN, James R.; WODAK, Ruth (Ed.). **Re/reading the past: Critical and functional perspectives on time and value**. John Benjamins Publishing, 2003.

BIROLI, F. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia. Sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia Historia**, v. 25, n. 41, enero-junio, 2009, pp. 269-291.

BIROLI, F. O jornalismo como gestor de consensos. In: **Notícias em disputa: mídia, democracias e formação de preferências no Brasil** / Fátia Biroli e Luiz Felipe Miguel. - São Paulo: Contexto, 2017.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Jornalismo, conflito e objetividade. In: **Notícias em disputa: mídia, democracias e formação de preferências no Brasil** / Fátia Biroli e Luiz Felipe Miguel. - São Paulo: Contexto, 2017.

BOBBIO, N. Democracia. In: **Dicionário de Política** / BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. v.1, 11ª ed., Editora UnB, 1998.

BOOTH, C; ROWLINSON, M. (2006). Management and organizational history: prospects. **Management & Organizational History**, 1(1), 5-30.

BORTONE, E. A. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma do Estado autoritário (1964-1968). **Tempos Históricos**, v. 18, p.44-72, 2014.

BORTONE, E. A. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-Militar: Os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. Tese de Doutorado (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro CFCH/IH, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro 1967. Institui a Lei de Imprensa. Diário Oficial da União, seção 1, 1967.

BRESSER PEREIRA, L. C. Os limites da "abertura" e a sociedade civil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, p. 05-14, 1983.

CAMPOS, P. H. P. Empreiteiros e Imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1988). **Revista de História**. (São Paulo), 2018a.

CAMPOS, P. H. P. Empresários e Estado no Brasil na transição da ditadura para a democracia: o caso dos empreiteiros de obras públicas. **História Unisinos**, v. 22, n. 3, p. 478-489, 2018b.

CAMPOS, P. H. P. Empresariado e ditadura do Brasil: o caso das empreiteiras de obras públicas. In: **Empresariado e Ditadura no Brasil** / Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz da Motta Brandão, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. (Orgs) - Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020.

CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. M.; LEMOS, R. L. C. N. Introdução. In: **Empresariado e Ditadura no Brasil** / Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz da Motta Brandão, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. (Orgs) - Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020.

CAMPOS, P. H. P. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. **Sillogés**, v. 3, n. 1, p. 15-42, 2020.

CAPELATO, M. H. História do Tempo Presente: A Grande Imprensa como Fonte e Objeto de Estudo. In: **História do Tempo Presente** / DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, M.M. (Orgs) . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: **Alfa-Omega**, 1980.

CARDOSO, P. H. S. O. A Contrarrevolução Democrática: A transição pelo alto e a Institucionalização das instituições (1974-1979). **Revista Crítica Histórica**, v. 9, n. 18, p. 6-30, 2018.

CARVALHO, A. "Contando a história" da ditadura civil-militar: a grande imprensa e a construção da memória do Brasil democrático. In: **História e memória das ditaduras do século XX**, V.1 / Samantha VizQuadrat, Denise Rollemberg. (Orgs) - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CARVALHO, J. C. P. Empresariado e ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 8, n. 15, 2020.

CHAUÍ, M. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: **Poder midiático e disputas ideológicas** / organizado por Dênis de Moraes. - Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an "historical turn"? **Business History**, 46(3), 331-352, 2004.

CLARKE, I.; KWON, W.; WODAK, R. A Context-sensitive approach to analysing talk in strategy meetings. **British Journal of Management**, v. 23, n. 4, p. 455-473, 2011.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)**, Curitiba - PR, v. 25, p. 83-106, 2005.

COSTA, A. S. M; BARROS, D. F; MARTINS, P. E. M. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, 50(3), 288-299, 2010.

COSTA, A. S. M; SARAIVA, L. A. S. Memória e formalização social do passado nas organizações. **Revista de Administração Pública**, 45(6), 1761-1780, 2011.

COSTA, A. S. M., SILVA, M. A. C. Novas fontes, novas versões: Contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade. **Revista de Administração Contemporânea**, 21(2), 163-183, 2017.

COSTA, A. S. M; SILVA, M. A. C. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **Organização & Sociedade**, 25(84), 15-29, 2018.

COSTA, A. S. M; SILVA, M. A. C. A Pesquisa Histórica em Administração: uma Proposta para Práticas de Pesquisa. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2019.

CPDOC. **Verbetes Biográficos sobre João Batista Leopoldo Figueiredo**. FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-joao-batista-leopoldo>>. Acesso em 11 de abril de 2022.

CPDOC. **Verbetes Biográficos sobre Alberto Dines**. FGV. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dines-alberto>>. Acesso em 26 de abril de 2023.

COSTELLA, A. **Verbetes Temáticos sobre a Lei de Imprensa**. CPDOC, FGV. Disponível em: < <https://www18.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-imprensa>>. Acesso em 24 de abril de 2023.

DECKER, S.; HASSARD, J.; ROWLINSON, M. Rethinking history and memory in organization studies: The case for historiographical reflexivity. **Human Relations**, v. 74, n. 8, p. 1123-1155, 2021.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens** / Denzin, N.; Lincoln, Y. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, A. B. **O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S.Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, 2012.

DIAS, A. B. "64- Brasil continua": História, memória e as impressões da Folha de S.Paulo sobre o golpe militar de 1964. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.2, n.1, jan./jun, 2013 - ISSN 2238-3913 (versão impressa) 2238-5126 (versão online).

DIAS, A. B. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia—Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública**, v. 25, p. 472-494, 2019.

DIAS, L. A. Imprensa e poder: uma análise dos jornais OESP e FSP no golpe de 1964. IV **Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for Public Opinion Research**, Belo Horizonte, MG, Brasil, outubro, 2011.

DIAS, L. A. Entre letras e números: uma análise do jornal Folha de S.Paulo e de pesquisas de opinião do Ibope (1963-1964). In: **Mídia e governos autoritários: 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do golpe civilmilitar no Brasil** [recurso eletrônico] / Carla Montuori Fernandes, Genira Chagas (Orgs). - João Pessoa: Editora Idéia, 2014.

DIAS, J. C., CAVALCANTI FILHO, J. P., KEHL, M. R., PINHEIRO, P. S., DALLARO, P. B. A., CUNHA, R. M. C. **Mortos e Desaparecidos Políticos (Relatório da Comissão Nacional da Verdade)**, CNV, vol. III. Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 05 de maio de 2018.http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. 2014.

DINIZ, E. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: **21 anos do regime militar: balanços e perspectivas** / Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araújo (organizadores); Almir Pazzianotto Pinto... [et al.] – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E. **Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli**

Diniz / José Szwako, Rafael Moura, Paulo 'Avila Filho (Orgs). – Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 05-22, 2012.

DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUREPOS, G.; SHAFFNER, E. C.; TAYLOR, S. Developing critical organizational history: Context, practice and implications. **Organization**, v. 28, n. 3, p. 449-467, 2021.

ESTEVEZ, A; BANDEIRA, F. A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre o regime. In: **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964**. Thiesen, I. (Org). Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2.Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, v.94, nº 3, p.111-124, Maio/Jun., 2000.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FERREIRA, M. M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.

FOLHA DE S. PAULO. **“1964”**. 2014. Recuperado em 04 de agosto de 2020, em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/158906-1964.shtml>>.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista brasileira de ciência política**, p. 41-69, 2011.

FONSECA, F. Mídia e Democracia: uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação. In: **História e imprensa: estudos de hegemonia** / Organização de Carla Luciana Silva e Edina Rautenberg . – Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

FORCHTNER, B; WODAK, R. Critical Discourse Studies: a critical approach to the study of language and communication. In: **The Routledge handbook of language and politics** / WODAK, R; FORCHTNER, B (Ed.). Routledge, 2017.

GODFREY, P. C.; HASSARD, J.; O'CONNOR, E. S.; ROWLINSON, M.; RUEF, M. What Is Organizational History? Toward a Creative Synthesis of History and Organization Studies. **Academy of Management Review**, 41(4), 590-608, 2016.

GOLDMAN, P. Searching for history in organizational theory: Comment on Kieser. **Organization Science**, 5(4), 621-623, 1994.

GUILHERME, C. A. S. A. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, p. 199-223, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política (vol.2); Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.(vol. 2); Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HODGE, P. A; COSTA, A. S. M. Do particular para o geral: Memória, história oral e estudos organizacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 19, n. 3, p. 303-336, 2020.

HODGE, P. A; COSTA, A. S. M. História Oral e Pesquisa Organizacional: Desafios da Construção de Conhecimento sobre o Passado. **Organizações & Sociedade**, v. 28, p. 722-756, 2021.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital** / Octávio Ianni. - 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2019. 356. p.

IEDEMA, R; WODAK, R. Introduction: Organizational discourses and practices. **Discourse & Society**, v. 10, n. 1, p. 5-19, 1999.

KIELING, C. G. Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira durante o golpe de 1964. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 3-17, dec. 2016. ISSN 2236-3467. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/106867>>. Acesso em: 25 sep. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/extraprensa2016.106867>.

KIESER, A. Why organization theory needs historical analyses – and how this should be performed. **Organization Science**, 5(4), 608-620, 1994.

KUSHNIR, B. Calar é consentir! Jornalistas Colaboradores e Censores no Pós-1964. **Revista Contemporânea** – Dossiê Contemporaneidade. Ano 1, nº 1, 2011, inverno. ISSN [2236-4846].

KUSHNIR, B. **Verbetes Biográficos sobre Octávio Frias de Oliveira**. CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-frias-de-oliveira>>. Acesso em 11 de abril de 2022a.

KUSHNIR, B. **Verbetes Biográficos sobre Cláudio Abramo**. CPDOC, FGV. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/claudio-abramo>>. Acesso em 10 de novembro de 2022b.

KUSHNIR, B. **Verbetes Biográficos sobre Bóris Casoy**. CPDOC, FGV. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/casoy-boris>>. Acesso em 26 de abril de 2023. LEMOS, R. L. C. N. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 2, n. 2, p. 111-138, 2014.

LEMOS, R. L. C. N. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967). Comunicação preparada para a mesa-redonda “Gramsci na Pesquisa Histórica: aspectos teóricos”, no **IX Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci e a Pesquisa Histórica**, Org.: Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Poder no Brasil, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), Anais, Org. Sônia Regina de Mendonça e Melissa de Miranda Natividade, p. 148-162, outubro de 2016.

LEMOS, R. L. C. N. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)** / Renato Luís de Couto Neto e Lemos. - Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, R. L. C. N. A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). In: **Empresariado e Ditadura no Brasil** / organizado por Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz da Motta Brandão, Renato Luís do Couto Neto e Lemos. - Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020.

LINSTEAD, S.; MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. W. Theorizing and researching the dark side of organization. **Organization Studies**, v. 35, n. 2, p. 165-188, 2014.

LOHN, R. L. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 72 - 107.

LOHN, R. L. “O tempo passou na janela”: imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura - um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968-1985). In: **História do Tempo Presente** / Lucília de Almeida Neves Delgado, Marieta de Moraes Ferreira (Org.) - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LUCA, T. R. Fontes Impressas: História nos, dos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas** / PINSKY, C. B. (Org). São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MAIA, P. R. A. Domingo tem Abertura: um programa de televisão na cobertura da abertura política no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 09 - 42. maio/ago. 2017.

MACLEAN, M., HARVEY, C.; CLEGG, S. R. Conceptualizing Historical Organization Studies. **Academy of Management Review**, 41(4), 609-632, 2016.

MARTIN, J. R.; WODAK, R. Introduction. In: **Re/reading the past: Critical and functional perspectives on time and value** / MARTIN, J. R.; WODAK, R. (Ed.). John Benjamins Publishing, 2003.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura**. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatorio (Obs*)**, v. 12, n. 3, p. 224-245, 2018.

MATTEUCCI, N. Constitucionalismo. In: **Dicionário de Política** / BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. v.1, 11ª ed. , Editora UnB, 1998.

MATTOS, M. B. Anistia e contrarrevolução. In: **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)** / Renato Luís de Couto Neto e Lemos. - Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital** / Patrícia Campos Mello. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MENESES, S. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71.

MENESES, S. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - A mídia, a memória e a história. In: **História do Tempo Presente** / Lucília de Almeida Neves Delgado, Marieta de Moraes Ferreira (Org.) - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Introdução: mídia, conflito e formação de preferências. In: **Notícias em disputa: mídia, democracias e formação de preferências no Brasil** / Fátima Birolí e Luiz Felipe Miguel. - São Paulo: Contexto, 2017.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. In: **Estudos sobre Jornalismo Político** / Francisco Paulo Jamil Marques, Emerson Urizzi Cervi, Camila Mont'Alverne e Fernanda Cavassana de Carvalho (organizadores) – Curitiba: CPOP, 2018.

MORAES, D. Apresentação. In: **Poder midiático e disputas ideológicas** / organizado por Dênis de Moraes. - Rio de Janeiro: Consequência, 2019a.

MORAES, D. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas. In: **Poder midiático e disputas ideológicas** / organizado por Dênis de Moraes. - Rio de Janeiro: Consequência, 2019b.

MOREIRA, F. T. **O Partido do Empresariado: O IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960** (*Tese de Doutorado*). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

MOTA, C. G; CAPELATO, M. H. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981** / Carlos Guilherme Mota, Maria Helena Capelato. -- São Paulo: IMPRES, 1981.

MOTTA, L. G. Imprensa e Poder. In: **Imprensa e Poder** / Luiz Gonzaga Motta, organizador. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002a.

MOTTA, L. G. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: **Imprensa e Poder** / Luiz Gonzaga Motta, organizador. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002b.

MOTTA, R. P. S. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013.

MOTTA, R. P. S. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar** / Rodrigo Patto Sá Motta. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro - apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX**, 2(2), 209-217, 2011.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.

NETO, R. B. G. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: **História do Tempo Presente** / Lucilia de Almeida Neves Delgado, Marieta de Moraes Ferreira (Org.) - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

NOVELLI, A. L. O projeto Folha e a negação do quarto poder. In: **Imprensa e Poder** / Luiz Gonzaga Motta, organizador. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro**. 2013. Recuperado em 04 de agosto de 2020, em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>.

PADRÓS, E. S; GASPAROTTO, A. Gente de menos – Nos caminhos e descaminhos da Abertura no Brasil (1974 – 1985). In: **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre: Corag, 2009. – v. 4 ; 262 p.: il.

PEREIRA, A. A. Esclarecer e doutrinar: o Projeto ideológico do Ipês. **Lumina**, 7(2), 2013.

PERLATTO, F Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Anistia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.11, n.27, p.78-100, maio/ago. 2019.

PIRES, E. M. **Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)**. Dissertação de Mestrado Em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

PROST, A. Os tempos da História. In: **Doze lições sobre a História** / PROST, A. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 95 – 114.

QUELHA-DE-SÁ, R. G. **Narrativas históricas e dever de memória: Uma ANTi-History dos processos de transformação**. 2022. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

RAMOS, P. A. **Verbetes Biográfico sobre Golbery do Couto e Silva**. CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberido-couto-e>>. Acesso em 11 de abril de 2022.

REISIGL, M; WODAK, R. The discourse-historical approach (DHA). **Methods of critical discourse studies**, p. 87-120, 2008.

ROUSSO, H. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ROWLINSON, M., HASSARD, J.; DECKER, S.. Research strategies for organizational history: A dialogue between historical theory and organization theory. **Academy of Management Review**, 39(3), 250-274., 2014.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. **História & Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANGUINÉ JUNIOR, J. A imprensa e o processo de redemocratização do Brasil. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 4(3): 19-35, novembro/1998.

SANTOS, D. E. R.. A atuação da imprensa no contexto ditatorial. In: **Das Utopias ao Autoritarismo: historiografia, memória e cultura**. Serra: Editora Milfontes, 2019.

SANTOS, C. A. S. (Re)construção do Passado à Luz do Presente: uma Análise Histórico-Discursiva do Editorial “1964” da Folha de S. Paulo. **XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD**, 2022.

SANTOS, C. A. S; COSTA, A. S. M. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 3, p. 371-393, 2019.

SANTOS, C. A. S; COSTA, A. S. M. A Construção Metafórica do Golpe de 1964: Uma Análise Discursiva dos Editoriais do Jornal Folha de São Paulo. **Revista ADM. MADE**, v. 25, n. 1, p. 081-103, 2021.

SANTOS, C. A. S; COSTA, A. Empresas e ditadura civil-militar brasileira: os editoriais do jornal Folha de S. Paulo em uma perspectiva histórica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, p. 688-707, 2022.

SCHREMPF-STIRLING, J.; PALAZZO, G.; PHILLIPS, R.A. Historic Corporate Social Responsibility. **Academy of Management Review**, 41(4), 700 - 719, 2016.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens** / Denzin, N.; Lincoln, Y. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHWARCZ; L. M.; STARLING, H.M. **Brasil: uma biografia** (1a ed.). São Paulo: Companhia de Letras, 2015.

SEQUEIRA, C. M. A informação comprometida: o noticiário da Folha da Tarde durante a ditadura militar. **4º Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, C. L. Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica. In: **História e imprensa: estudos de hegemonia** / Organização de Carla Luciana Silva e Edina Rautenberg. – Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SILVA, C. L. Consenso e Coerção na Ditadura. In: **Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo** / SILVA C. L; CALIL G. G; SILVA, M. A. B. (Orgs.). Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

SILVA C. L; CALIL, G. G. Hegemonia, Aparelhos Privados e Pesquisas na linha de pesquisa Estado e Poder. In: **Estado e poder: lutas de classes e hegemonia** / SILVA C. L.; PONTAROLO, F.; RIPPEL, L.; RIBEIRO, M. V. (Orgs.). Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SILVA, E. J. F.; PINTO, F. L. B.; SARAIVA, L. A. S. A Análise Crítica do Discurso por Ruth Wodak. **XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD**, 2022.

SILVA, S. M. M.. A “Musealização” do Presente: Mídia, Memória e Esquecimento, questões para pensar a história hoje. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 123-135, 2009.

SILVA, M. A. C.; CAMPOS, P. H. P; COSTA, A. A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 141-164, 2022.

SILVA, M. A. C.; COSTA, A .S. M. Contribuições da História do Tempo Presente para os Estudos Organizacionais. In: **V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 2018, Curitiba. Anais do V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2018.

SILVA, M. A. C. **As Práticas de Normalização da Violência Operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. Rio de Janeiro, 2018. 363 p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SMITH, A. **1960 - Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil** / Anne-Marie Smith; tradução Waldívia M. Portinho. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 264p.

SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. O Golpe de 1964. In: **21 anos do regime militar: balanços e perspectivas** / Gláucio Ary Dilton Soares, Maria Celina D'Araújo (organizadores); Almir Pazzianotto Pinto... [et al.] – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. A análise do discurso em estudos organizacionais. In: **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual** / Eloisio Moulin de Souza (org.). - Dados eletrônicos. - Vitória: EDUFES, 2014.

SPOHR, M. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SPOHR, M. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. **Militares e Política**, n.9, 2011.

STARLING, H. **Verbete Temático sobre o Golpe militar de 1964**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil** / Gisela Taschner - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, C. N. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** / John B. Thompson. 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

USDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: History in organisation studies. **Business History**, 46(3), 321-330, 2004.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse analysis. In: **The handbook of discourse analysis**, p. 352-371, 2001.

VAN LEEUWEN, T.; WODAK, R. Legitimizing immigration control: A discourse-historical analysis. **Discourse studies**, v. 1, n. 1, p. 83-118, 1999.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: **Pesquisa Qualitativa em Administração** / VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2019.

WEATHERBEE, T. G. Caution! This historiography makes wide turns: Historic turns and breaks in management and organization studies, **Management & Organizational History**, 7:3, 203-218, 2012.

WODAK, R. What CDA is about - a summary of its history, important concepts and its developments. In: **Methods of critical discourse studies** / WODAK, R; MEYER, M. (Ed.) Sage, 2001a.

WODAK, R. The discourse-historical approach. In: **Methods of critical discourse studies** / WODAK, R; MEYER, M (Ed.). Sage, 2001b.

WODAK, R. Do que trata a ACD—um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 223-243, 2004.

WODAK, R; WEISS, G. Analyzing European Union discourses: Theories and applications. In: **A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity** / WODAK, R; CHILTON, P (Ed.). John Benjamins Publishing, 2005.

WODAK, R. **The discourse of politics in action: Politics as usual**. Springer, 2009.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical discourse analysis: History, agenda, theory and methodology. *Methods of critical discourse analysis*, v. 2, p. 1-33, 2009.

WODAK, R; KWON, W; CLARKE, I. 'Getting people on board': Discursive leadership for consensus building in team meetings. **Discourse & Society**, v. 22, n. 5, p. 592-644, 2011.

WODAK, R. Critical Discourse Analysis, Discourse-Historical Approach. **The international encyclopedia of language and social interaction**, p. 1-14, 2015.

WODAK, R; FORCHTNER, B. Introducing the language–politics nexus. In: **The Routledge handbook of language and politics** / WODAK, R; FORCHTNER, B (Ed.). Routledge, 2017a.

WODAK, R; FORCHTNER, B. The fictionalisation of politics. In: **The Routledge handbook of language and politics** / WODAK, R; FORCHTNER, B (Ed.). Routledge, 2017b.

WODAK, R. Discourses about nationalism. In: **The Routledge handbook of critical discourse studies** / FLOWERDEW, J; RICHARDSON, J. E. (Ed.). Taylor & Francis, 2018.

YATES, J. Understanding Historical Methods in Organizational Studies. In: **Organizations in Time: History, Theory, Methods** / BUCHELI, M; WADHWANI, R. D. [eds]. Oxford University Press, 265-28, 2014.

ZALD, M. N. Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: toward a reconceptualization of the foundations of the field. **Organization Science**, v. 4, n. 4, p. 513-528, 1993.

ZUCCHINI, G. Demagogia. In: **Dicionário de Política** / BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. v.1, 11ª ed., Editora UnB, 1998.

Anexos

Anexo 1: Modelo de página editorial do período de 1961 a 1963



[illegible]

Anexo 3: Modelo de página editorial de folha inteira (publicada esporadicamente)

P. 1. PAROQUEIAS

A trilogia que salva o Brasil

Contos

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Cult

Contos e folhetins

Editor da CRPE

Endereço

PROLOGO - A obra de...
 O autor...
 O livro...
 O tema...

Na opinião de...
 O autor...
 O livro...
 O tema...

Jornal volta
 O autor...
 O livro...
 O tema...

Ao presidente, no Dia do Trabalho

Na noite de ontem, o presidente da República recebeu uma mensagem de felicitação do povo brasileiro. A mensagem foi enviada por meio de um teleograma assinado por milhares de brasileiros. A mensagem dizia: "Ao presidente da República, no Dia do Trabalho, o povo brasileiro deseja uma vida melhor para todos os brasileiros." A mensagem foi enviada por meio de um teleograma assinado por milhares de brasileiros. A mensagem dizia: "Ao presidente da República, no Dia do Trabalho, o povo brasileiro deseja uma vida melhor para todos os brasileiros."

Ao presidente, no Dia do Trabalho

Brasileiros ao redor do mundo, ao celebrar o Dia do Trabalho, não podem esquecer o papel do presidente da República. O presidente da República é o chefe do executivo e representa o Brasil perante o mundo. O presidente da República é o chefe do executivo e representa o Brasil perante o mundo. O presidente da República é o chefe do executivo e representa o Brasil perante o mundo.

Ao presidente, no Dia do Trabalho

Brasileiros ao redor do mundo, ao celebrar o Dia do Trabalho, não podem esquecer o papel do presidente da República. O presidente da República é o chefe do executivo e representa o Brasil perante o mundo. O presidente da República é o chefe do executivo e representa o Brasil perante o mundo. O presidente da República é o chefe do executivo e representa o Brasil perante o mundo.



Politica na opinião alheia

Na opinião de...
 O autor...
 O livro...
 O tema...

Contos e folhetins

Editor da CRPE

Endereço

FOLHA DE S. PAULO

Contos e folhetins

Editor da CRPE

Endereço

Figura 4 - Layout da página editorial de Folha de S. Paulo, São Paulo, 1964

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo

[illegible]

Cartas à Redação

[illegible]

**Dúvida, é
próximo**

A dúvida é o primeiro dos males. Afirma o velho "Chorão" brasileiro da primeira metade do século XIX, quando a dúvida era considerada uma doença, uma coisa ruim, uma coisa que não se podia ter. Mas, no século XXI, quando a dúvida é considerada uma coisa boa, uma coisa que se não se pode ter, talvez se considere se não há, de fato, um "Chorão brasileiro" ou "Chorão de primeira metade do século XIX".

**Representação
de Palmira**

Representação de M. de Almeida Faria, licenciado em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1984, no espaço 1000, apresentando, por sua própria e livre iniciativa, uma interpretação para o texto. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1984, no espaço 1000, apresentando, por sua própria e livre iniciativa, uma interpretação para o texto. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1984, no espaço 1000, apresentando, por sua própria e livre iniciativa, uma interpretação para o texto.

[illegible][illegible]

... il nuovo stile barocco ha avuto grande successo e ha permesso di creare un ambiente di lusso e di eleganza. Il nuovo stile barocco ha avuto grande successo e ha permesso di creare un ambiente di lusso e di eleganza.



FOLHA DE S. PAULO

Downloaded from <http://www.sagepub.com> at 10:10 10 October 2014

[illegible]

El consumo energético a nivel nacional aumentó entre 1990 y 1995, 20 por ciento. El crecimiento porcentual varió entre 10 y 20 por ciento, de acuerdo con el tipo de consumo. En el sector residencial, el índice de crecimiento más alto se registró en edificios — de 194 en 1991, para 304 en 1995, con 3 puntos más de 40% — y disminuyó entre otros países de América Latina. En el sector comercial, el índice de crecimiento se redujo en 10 puntos, de 40% en 1990 a 30% en 1995.

Tramite un'analisi, che si basa per
volta su ogni stato di fatto
esistente, quest'area demografica
si trasforma in: area di studio,
area degli interventi per il futuro
esistente. Quindi non si tratta, come

[illegible]

Four sites in Atlantic County, New Jersey, including Atlantic City, were selected as representative of the Atlantic coastal plain. The Atlantic coastal plain is a broad, flat, sandy area that extends from the Atlantic Ocean to the Appalachian Mountains. It is characterized by its sandy soil, which is composed of sand and silt. The Atlantic coastal plain is a major source of sand for construction and other uses. The Atlantic coastal plain is a major source of sand for construction and other uses. The Atlantic coastal plain is a major source of sand for construction and other uses.

Indagato nel 1994, aveva con sé
oltre 100 grammi d'eroina, in tre
cassette con 10 buste, ripartite
ognuna in 100 pezzi. È stato in carcere
dal 1990 al 1993 per altri reati.

Na parolla "trabalho de casa", as alunas, desconhecendo, não estavam se referindo ao trabalho doméstico. Pensavam, na verdade, que se tratava de uma tarefa escolar, e não de uma atividade de planejamento. Quando perguntadas se tinham alguma tarefa escolar em casa, responderam que não tinham. Quando perguntadas se tinham alguma tarefa doméstica em casa, responderam que não tinham. Quando perguntadas se tinham alguma tarefa escolar em casa, responderam que não tinham. Quando perguntadas se tinham alguma tarefa doméstica em casa, responderam que não tinham.

que potrebbe ridurre le responsabilità dei responsabili dei comitati di difesa, spesso con il nome di "difensori". A loro oggi si attribuisce l'immagine di persone più ricche di "fanciulli" che di "difensori". In alcuni casi, se poi si è venuti a sapere che alcuni difensori non sono mai andati in campo, si è visto che si sono limitati a "telefonare" o a "scrivere" e a "comunicare" ai loro amici e a "comunicare" ai loro amici.

[illegible][illegible]

Per quanto riguarda le previsioni per il 1995, l'Organizzazione per la Cooperazione e lo Sviluppo Economico (OCSE) ritrae un quadro pessimistico, prevedendo che il costo medio annuo per famiglia di un bambino in età scolare sarà di 1,2 milioni di lire, con un aumento del 10 per cento rispetto al 1994. Secondo l'OCSE, il costo medio annuo per famiglia di un bambino in età scolare sarà di 1,2 milioni di lire nel 1995, con un aumento del 10 per cento rispetto al 1994. Secondo l'OCSE, il costo medio annuo per famiglia di un bambino in età scolare sarà di 1,2 milioni di lire nel 1995, con un aumento del 10 per cento rispetto al 1994.

A 1990s investigation by British scientist, Michael J. Smith, of the University of Oxford, revealed that the human genome contains 25,000 genes, which is fewer than the 100,000 genes estimated by the Human Genome Project in 1998. The discovery was made by comparing the human genome with the genome of the mouse, which has 100,000 genes. The discovery was made by comparing the human genome with the genome of the mouse, which has 100,000 genes.

Am torn forme:

Seguono due sottosequenze, entrambe in forma di monotelegrafici, che hanno lo scopo di trasmettere alcune parole molto usate nelle lingue francesi, tedesca e italiana, e che sono state scelte da un comitato presieduto da Jean Paulhan, l'attuale ministro della Cultura francese.



© Cambridge University Press

Stacy P. Papp

[illegible]

Nile e n Argentina

[illegible]

Q problema SPN

For more information, contact the publisher at (800) 451-7001 or visit our website at www.wiley.com.

Movimento Black Nordeste

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY
ASTOR LENOX TILDEN FOUNDATIONS
155 E. 42ND STREET
NEW YORK, N.Y. 10017-2454
TEL: 212-875-5881
FAX: 212-875-5882
WWW.NYPL.ORG

Quelbra-cabeças

1. Development of the Market The first step in the development of the market is the identification of the target market. This involves a thorough analysis of the market's size, growth potential, and the needs and preferences of its customers. Once the target market is identified, the next step is to develop a marketing strategy that outlines the company's goals, objectives, and the tactics it will use to reach its target market.

2. Market Entry The second step in the development of the market is market entry. This involves the company's initial entry into the target market, which can be achieved through various means such as direct sales, distribution, or licensing. The company must also establish a strong presence in the market by building a reputation for quality and reliability.

3. Market Expansion The third step in the development of the market is market expansion. This involves the company's expansion into new markets, which can be achieved through various means such as direct sales, distribution, or licensing. The company must also establish a strong presence in the new markets by building a reputation for quality and reliability.

4. Market Consolidation The fourth step in the development of the market is market consolidation. This involves the company's consolidation of its market position, which can be achieved through various means such as direct sales, distribution, or licensing. The company must also establish a strong presence in the market by building a reputation for quality and reliability.

5. Market Exit The fifth step in the development of the market is market exit. This involves the company's exit from the target market, which can be achieved through various means such as direct sales, distribution, or licensing. The company must also establish a strong presence in the market by building a reputation for quality and reliability.

Cellulose

Organic
No Synthetic Fertilizers, Pesticides, or Growth
Hormones. Always 100% Natural. All Day
Organic Products.

Problems

R.I.I.	
R.I.I.	
1	2
3	4
5	6
7	8
9	10
11	12
13	14
15	16
17	18
19	20
21	22
23	24
25	26
27	28
29	30
31	32
33	34
35	36
37	38
39	40
41	42
43	44
45	46
47	48
49	50
51	52
53	54
55	56
57	58
59	60
61	62
63	64
65	66
67	68
69	70
71	72
73	74
75	76
77	78
79	80
81	82
83	84
85	86
87	88
89	90
91	92
93	94
95	96
97	98
99	100

A la de Janeiro

[illegible]

Page 154

RECEIVED